

A ÁGUA DO RIO VAI CRESCER

*O “evento” da hidrovía
Araguaia Tocantins e a
memória da barragem
de Tucuruí*

**Cristiano Bento
da Silva**

Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais



**A água do rio vai crescer:
o “evento” da hidrovia Araguaia Tocantins
e a memória da barragem de Tucuruí**

CRISTIANO BENTO DA SILVA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães

Universidade Federal do Pará

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA

Área de concentração – Antropologia

Belém do Pará, 2019

Projeto “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”

**Memórias Brasileiras
Conflitos Sociais**



PREFÁCIO

Henri Acselrad, professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A presente obra resulta da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA da Universidade Federal do Pará no ano de 2019. Esta pesquisa, que contou com o inestimável apoio da CAPES, discute a relação entre o projeto de construção da hidrovía Araguaia-Tocantins e a memória das populações da comunidade ribeirinha do Tauiry relativa ao processo de construção da barragem de Tucuruí nos anos 1970-1980. A pesquisa foi realizada na comunidade da vila Tauiry, pertencente ao município de Itupiranga, região sudeste do Estado do Pará/Amazônia Oriental. Seu objetivo foi o de analisar como os ribeirinhos e ribeirinhas interpretam o “evento” da hidrovía Araguaia-Tocantins (HAT) e, a partir de então, modelam os seus comportamentos. Para isto, a pesquisa empreendeu um esforço de compor um quadro histórico sobre a comunidade, a partir da recuperação da memória sobre o contexto da vida preexistente à barragem de Tucuruí, bem como o de analisar a relação dos/as agentes sociais com o território, a partir das múltiplas conexões materiais e simbólicas existentes entre eles/as e o meio biofísico. Foram também identificados os significados que os ribeirinhos e ribeirinhas atribuem à Hidrovía, tendo por base o registro de situações do cotidiano e de ações coletivas das comunidades locais. A hipótese da pesquisa é a de que as interpretações e as ações ali esboçadas sobre a implantação da hidrovía são mediadas pelas memórias da expropriação que a comunidade sofreu quando da construção da barragem de Tucuruí, entre os anos de 1970 e 1980. O autor sustenta a tese original de que o quadro interpretativo e as ações políticas dos/as agentes sociais concernentes ao referido projeto hidroviário concorrem, de maneira incisiva, para atualizar as memórias da expropriação sofrida anteriormente, assim como estas influenciam substancialmente o curso dos acontecimentos contemporâneos. “Ninguém quer que aconteça o que aconteceu quando veio a barragem de Tucuruí” - dizem. Por outro lado, copletam os entrevistados, “não somos contra o progresso, mas sabemos que somos comunidade tradicional e temos nossos direitos”. As aludidas memórias da

expropriação não ficaram, assim, estacionadas no passado. Ao contrário, elas também constituem pontos de ancoragem para pensar e agir no presente.

O presente trabalho consegue capturar, portanto, de forma sistemática a relação entre a diversidade de práticas produtivas da comunidade estudada e as relações sociais próprias a cada uma das atividades, conjuntamente com as crenças, os conhecimentos tradicionais sobre os ecossistemas e sobre o papel do meio cósmico no comportamento das diferentes espécies. Esse conjunto de relações expressa a complexidade socio-cultural e epistêmica do modo de vida de uma comunidade tradicional. Ao discutir o que chama de evento hidrovía, a tese expõe o confronto entre diferentes saberes sobre a dinâmica hidrológica e biológica do rio. Neste conflito cognitivo, enquanto a engenharia do grande projeto diz que as intervenções serão pequenas e pontuais, numa perspectiva das quantidades, os ribeirinhos dizem que ela será complexa do ponto de vista de seus efeitos e sentidos. Na construção dessa complexidade, intervém, em particular, a presença da memória de experiências passadas de impactos de grandes projetos na construção das representações presentes das comunidades frente às perspectivas de serem novamente atingidas por um projeto visto por elas como análogo. Assim, a tese demonstra, a partir de um trabalho etnográfico muito bem fundamentado, o papel da memória na interação entre o vivido, o aprendido e o transmitido na constituição da ação presente dos sujeitos. No que diz respeito especificamente ao campo estudado, chama a atenção o fato de que, enquanto a experiência passada de impactos de barragens foi trazida para Tucuruí, no início dos anos 1980, em grande parte a partir de fora da região, com a chegada de uma assessora da Contag, chamada pelos moradores de advogada por uns e educadora por outros, que trazia as experiências de movimentos sociais na área da barragem de Itaparica, a pesquisa se debruça sobre a presença de uma memória que é constituída integralmente pela própria experiência dos atingidos dos anos 1970 e 1980.

O trabalho provoca um interessante encontro entre diferentes tempos com a apresentação, aos pescadores da região, de elementos da narrativa e da imagética de Pierre Coudreau, autor de obra de referência de escritores viajantes que cruzaram a região do rio Itacaiúnas no século XIX. Esse momento do presente livro mostra toda a riqueza das relações intertemporais de representações sobre o rio e sobre a paisagem do pedral do Lourenção, em particular, além de por em diálogo o mundo da oralidade e o mundo da escrita.

Sumário

Apresentação	5
Introdução.....	10
Capítulo 1: Descobrimos mundos: as opções teóricas e a pesquisa empírica.....	19
Capítulo 2: Memórias que não afundam.....	78
Capítulo 3: O material e o simbólico: a reprodução da vida	98
Capítulo 4: O (des) encontro de sentidos: a navegação de grande porte.....	131
Capítulo 5: A memória em ação: para <i>evitar os erros do passado</i>	169
Considerações finais	204
Referências	206

Apresentação

Sou fruto da migração, tão característica da formação da fronteira Amazônica. Meu pai e minha mãe se deslocaram do estado do Pernambuco (PE), no início dos anos 80 do século XX, para a cidade de Altamira (PA). Outros parentes já tinham vindo para a região, no limiar dos anos 70. Foram eles os responsáveis por abrir a vanguarda desse deslocamento familiar. O vai e vem da minha parentela persiste até os dias hodiernos e se intensifica em períodos de seca, na região nordeste do Brasil. Inicialmente, vieram em busca de trabalho e de um pedaço de terra, posto que os discursos oficiais diziam ser a Amazônia “uma terra sem homens para homens sem-terra” (HALL, 1991; DUTRA, 2005; PICOLI, 2006; PEREIRA, 2013).

Boa parte de meus familiares se dedicam a atividades rurais, tanto no estado de Pernambuco quanto no estado do Pará. Uma vez na Amazônia, e premidos pela necessidade de subsistência, os homens tiveram que vender sua força de trabalho a fazendeiros, numa economia que orbitava no entorno da derrubada da mata, com a finalidade de instalação das fazendas. Passavam meses fora de casa, restando às mulheres - como a minha mãe - tomar as rédeas da produção da vida, na ausência do companheiro.

Meu pai adquiriu seu pedaço de terra apenas nos anos 90. Com os frutos de alguns anos de trabalho, conseguiu comprar um lote e fazer dele a nossa morada: de minha mãe, meus dois irmãos mais novos, minha irmã e eu. Essa localidade se chama “comunidade Bambu” e está situada no município de Senador José Porfírio (PA), à margem direita do rio Xingu.

Foi ali, na “Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Merencio da Silva”, situada a três quilômetros do lote onde residíamos, e a poucos metros dos imensos pés de bambu adjacentes à margem direita do rio Xingu, que aprendi as primeiras letras do alfabeto.

O lote da nossa família ficava no “centro” e a escola estava disposta na “beira”, de acordo com a classificação local. Essa dicotomia entre “centro” e “beira” foi percebida e amplamente explorada por Otávio Guilherme Velho. Tal dicotomia promovia certo grau de diferenciação entre os espaços destacados. A “beira” é entendida como o lugar onde se situam os aglomerados maiores e mais antigos, “ou o que poderíamos denominar de *civilização*. Em contraste, o *centro* está ligado à ideia de *centro da mata*; portanto próximo e em contato com a natureza não controlada pelo homem” (VELHO, 2009, p. 95 itálicos do original).

Na escola havia muita precariedade em termos de estrutura e de ensino. As turmas eram compostas por crianças que cursavam, simultaneamente, da primeira à terceira série do ensino fundamental. A professora, uma jovem da nossa comunidade que mal conseguira concluir o ensino fundamental, fazia um esforço homérico para direcionar as aulas às turmas da primeira série, depois às turmas da segunda série e, finalmente, às turmas da terceira série do ensino fundamental.

No ano de 1996 mudamos o domicílio para a parte urbana da cidade de Altamira, onde continuei o percurso formativo em escolas públicas da cidade.

Mudamos para a cidade devido às dificuldades apresentadas em função da localização da propriedade na “Comunidade Bambu”. O deslocamento familiar era sempre complicado. Não tinham estradas, apenas caminhos estreitos. Não havia veículos terrestres, apenas o transporte por meio de animais. As propriedades estavam cercadas de matas, castanheiras, seringueiras e várias outras espécies de árvores que compunham a floresta nativa. Toda vez que tínhamos que ir à sede do município de Altamira ou à cidade de Vitória do Xingu (PA), vender ou comprar mercadorias, enfrentávamos muitos percalços, pois a travessia do rio era realizada com a canoa movida a remo. Havia, portanto, muita dificuldade para escoar a produção de farinha, arroz e banana que meu pai plantava. Sem mencionar a ausência de energia elétrica no lugar e os frequentes surtos de malária.

Apesar disso, e olhando com um pouco mais de acuidade para essa retrospectiva histórica, havia muita solidariedade entre os vizinhos. Não fosse assim, a vida se tornava ainda mais complicada. Muitos trabalhos eram feitos com base na cooperação mútua - os chamados mutirões. Desde a estruturação de uma nova residência, passando para a colheita do arroz, a pesca, a produção de farinha, tudo envolvia a rede de relações familiares e de vizinhança. Em 2002 minha família mudou de cidade. Passamos a residir na parte rural da cidade de Marabá (PA). No final daquele ano, concluí o ensino fundamental. Em 2005, concluí o ensino médio.

No ano de 2007 ingressei na graduação em Ciências Sociais, da então Universidade Federal do Pará (campus de Marabá) e, em 2012, no mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), agora, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), criada em 2013. Fiz parte da primeira turma de mestrado público dessa região.

Trago esses fatos pretéritos, os quais compõem a minha biografia, para justificar a escolha pelo trabalho com os povos do campo, pois é aqui que ontologicamente estou situado, e também para mostrar o lugar analítico de onde falo e teço as reflexões.

Além desse ponto, gostaria de enfatizar que estou feliz em ter a oportunidade de apresentar os resultados da pesquisa que temos conduzido: a professora Sônia Magalhães – minha orientadora – e eu. Por fazer parte do quadro de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGPA), torna-se indispensável a realização deste ritual, já que além de ser uma norma, o escrutínio das ideias e reflexões desenvolvidas certamente favorecerão o aperfeiçoamento do estudo.

Antes de realizar trabalho de campo na vila Tauiry eu realizava pesquisas em comunidades ribeirinhas no eixo dos impactos da Usina Hidrelétrica de Marabá. Procurava compreender a reação destas face ao anúncio da referida barragem¹, cujo planejamento tinha sido retomada no limiar do século XXI. No processo de seleção ao doutorado (aberto em 2015 para formar uma turma em 2016, da qual faço parte) fui aprovado com essa proposta de pesquisa. Naquele ano de 2015 havia muitas discussões sobre a construção da barragem de Marabá. Técnicos ligados a empresas de consultorias e a ELETRONORTE realizavam levantamentos em áreas rurais para compor o Estudo de Impacto Ambiental do projeto. Havia, portanto, todo um cenário arquitetado discursivamente pela empresa e pelos políticos locais de que a construção da barragem seria “inevitável”. E isso me chamava a atenção.

Entretanto, essas questões se arrefeceram a partir do ano 2016, uma vez que não apenas o projeto hidrelétrico, mas a ação de seus apoiadores e das próprias comunidades não mais estiveram focadas na barragem, pois a ELETRONORTE havia anunciado a

¹SILVA, C. B. *Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá-PA, 2012.

_____. *A comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá traduzindo uma situação social de conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo (território ribeirinho do sudeste paraense)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2014.

_____; FILHO, A.S.S. Representações da ameaça: povos e comunidades tradicionais no eixo da UHE de Marabá. In: (Org.) NOVAES, J.S; MARIN, R. E. *A Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*. UEA Edições, 2015.

_____. *A construção social do conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo – território ribeirinho do sudeste paraense*. Revista Confronteiras. Ano 1, nº 1, abril de 2017.

_____. CRUZ, T. M. *Colonialidade e resignação: a tentativa de legitimação social do projeto de construção da barragem de Marabá*. II Seminário Internacional: políticas e conflitos contemporâneos. 2017.

paralisação dos estudos. De certo modo, a minha pesquisa tem acompanhado esse movimento que faz parte do fluxo do capital na região Amazônica.

Assim, em 2017, fiz uma visita à *comunidade ribeirinha extrativista*² vila Tauiry. Ela sofreu um processo de expropriação decorrente da construção da barragem de Tucuruí, entre os anos de 1970 e 1980. A partir desta visita, uma oportunidade de pesquisa se abriu. Finalmente encontrei o lugar onde viria a aportar as reflexões para o trabalho etnográfico. Esta primeira visita é fruto da minha inserção no projeto de pesquisa “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, composto por pesquisadores da UFRJ, UFPA, Unifesspa e UEPA, no qual esta tese se insere³.

Atualmente, está anunciada uma nova proposta de interferência no território dos/as agentes sociais. O consórcio DTA/O’MARTIN⁴ está aguardando o IBAMA

²*Comunidade ribeirinha extrativista* é um nome recentemente autoatribuído pelo grupo – veremos a razão nas páginas seguintes. Nessa apresentação também aproveito para dizer que, ao longo de todo o texto, ocorrerá o emprego em itálico para marcar a grafia das falas dos/as ribeirinhos/asem todas as suas ocorrências e, também, expressões provenientes de documentos elaborados por eles/elas. Uso aspas duplas para indicar alguma citação de texto, falas e documentos não elaborados pelos interlocutores da pesquisa. A grafia *Tauiry* foi cunhada recentemente. Tauriri (sem o Y) era a grafia antiga. Utilizarei *Tauiry* no trabalho, haja vista que é essa a forma utilizada atualmente. Mas também aparecerá Tauriri, que é a forma antiga de nomear o lugar e que aparece em documentos e em outros aspectos. Ainda que haja essas diferenças na grafia do substantivo, quando as pessoas do lugar falam o nome da comunidade o som que ecoa é *Tauri*.

³A pesquisa na qual estou empenhado é uma das que resultam da dinâmica do projeto de pesquisa em tela. Outras produções, ligadas a esse mesmo projeto de pesquisa, já antecederam a minha: LIBERATORI, L. C. J. A memória política como estratégia de conformação e ação do Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)* ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ, 2018.

_____. *A memória em disputa: as lutas dos atingidos pela UHE de Tucuruí. Diferentes temporalidades de um grande projeto.* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

WEITZMAN, R. Organizações de atingidos pela UHE – Tucuruí: regimes de verdade e constituição de ações coletivas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)* ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | jul.-DEZ, 2018.

CURVINA, E. J. S. “*Do alagado, ao menos o chapéu*”: deslocamentos compulsórios provocados pela hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019.

ORELLANA, J. A. S. *As promessas alagadas do desenvolvimento: a velha Jacundá e o projeto hidrelétrico Tucuruí.* Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, junho de 2019.

4

No Relatório de Impacto Ambiental do projeto consta que o “Consórcio DTA/O’Martin foi constituído em 2016, tendo como empresa líder a DTA Engenharia, criada em 1998, sendo uma empresa 100% brasileira, independente, especializada em engenharia portuária, hidroviária e ambiental, dispondo de equipe técnica multidisciplinar com vasta experiência na realização de: projetos de engenharia; planejamento; estudos e licenciamentos ambientais; gerenciamentos ambientais; implantação de programas ambientais (PCA e

concluir a análise do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da “Obra de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins”, a fim de proceder à construção da hidrovia Araguaia – Tocantins (HAT).

Uma hidrovia é o resultado de um conjunto de intervenções em um dado rio: a retirada de pedras, areias, processo de sinalização, de inserção de balsas, dentre outros. Nos próximos capítulos veremos mais a fundo a discussão.

A construção da HAT pressupõe a implosão de rochas e a retirada de areia de alguns trechos do rio Tocantins, da cidade de Marabá até a cidade de Baião, ambas situadas no estado do Pará, para que seja possível a navegabilidade de grandes embarcações com os seguintes produtos: minério de ferro, soja em grão, cargas em geral, óleo de soja e derivados e carvão mineral até o porto de Vila do Conde, em Barcarena/PA. A intenção é que a hidrovia sirva como base, também, para o transporte das mercadorias dos grandes produtores rurais que margeiam o rio Tocantins (RIMA, 2018).

A área em que há grande incidência de pedras ou rochas metamórficas (RIMA, 2018), e por isso mesmo é o local onde existirá uma grande concentração das obras, é justamente o território da comunidade, lugar onde está situado o chamado *Pedral do Lourenção*. A área é parte essencial do território ribeirinho, sobretudo para a pesca e também para o deslocamento fluvial em direção às *vazantes*⁵ ainda existentes e das ilhas onde são cultivados diversos produtos para o consumo das famílias.

Portanto, não está em jogo apenas a retirada das rochas, mas sim um território cujo significado social e ecológico torna-se evidente à medida que nos predispomos a conhecê-lo. Além disso, o “canteiro industrial” e o “canteiro de apoio” para a derrocagem do *Pedral do Lourenção* estão previstos para serem instalados em duas propriedades vizinhas ao território da comunidade Tauiry.

De todo modo, os ribeirinhos e as ribeirinhas têm encaminhado entendimentos próprios sobre o projeto⁶ e, com base nisso, tomado algumas decisões e executado ações

PBA); estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e execução de obras de dragagem e derrocamento” (RIMA, 2018, p. 06).

⁵ Áreas de vazante são faixas de terras situadas as margens do rio Tocantins. Essas áreas são cobertas pelas águas durante o período chuvoso e secam durante o período de verão. Quando secam, recebem uma limpeza e o cultivo de diversos produtos agrícolas: feijão, abóbora, quiabo, milho, melancia, dentre outros.

⁶

O estudo socioeconômico que caracteriza o modo de vida das comunidades ribeirinhas situadas ao longo dos trechos em que as obras de derrocagem e de dragagem serão efetivadas foram realizados pelo Consórcio DTA/O’MARTIN. É evidente o fato de que as informações coligidas por ocasião desse trabalho se sustentam, majoritariamente, com base em dados secundários. Os levantamentos de campo (com dados primários) foram feitos com base em aplicação de questionários em um curto espaço de tempo. A primeira incursão foi realizada no mês de fevereiro de 2017, e a segunda no mês de janeiro de 2018. Por meio desse

coletivas. Embora não seja uma tarefa simples construir reflexões sobre fatos que estão em curso, tenho me esforçado para registrá-los e extrair deles, minimamente, alguns resultados e apresentá-los nesse texto. A memória da experiência de expropriação em Tucuruí em sua relação com as interpretações e ações ribeirinhas em face da hidrovía Araguaia-Tocantins é o objeto desta tese.

Introdução

Angústia⁷

*Ao entardecer, o Tocantins em chama
- à plena luz do sol que se afoga –
tem, no abandono de sua água,
a mesma plenitude que me dana.*

Sou luz e dor à tona d'água.

*Desfeito no encanto dessa hora
em que soluça a tarde e minha mágoa
é feita de presença e de agora,
assim me ponho inteiro sobre o mundo.*

*Suave como a noite é meu espanto.
Maior do que a tarde, e mais profundo,
é esse amor tardio com que me encanto.*

Amo. E sou rio tranquilo e céu revolto.

*À margem desse rio, posto em sossego, sou irmão da lua e do morcego
e desse pirilampo errando solto.*

processo foram entrevistadas 95 pessoas residentes em 78 comunidades, as quais estão situadas nos seis municípios da chamada área de influência direta do empreendimento (AID): Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Breu Branco, Tucuruí e Baião. Outras áreas, também, serão afetadas. Estas foram nomeadas de Áreas de Influência Indireta (AII) do empreendimento e correspondem a locais pertencentes aos municípios de Mocajuba, Cametá, Igarapé- Miri, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba, Muaná, Ponta de Pedras, Barcarena, Jacundá, Novo Repartimento e Goianésia do Pará. Ambas as nomeações são baseadas em caracterizações meramente geográficas, onde “a área mais próxima” da realização das obras corresponde “a área mais diretamente afetada” e a área mais distante é onde ficará situada a Área de Influência Indireta, “pode sofrer alterações apenas indiretamente” (EIA, 2018, v. IV; RIMA, 2018, p. 34).

⁷ BRAZ, A. *Rebanho de Pedras*. Marabá: Grafecort. 1ª Edição, 2003.

*Desse amor me vem a luz que cega,
a noite que flutua, o sol já morto, e esta solidão que o rio carrega
sem jamais deter-se em qualquer porto.*

*À margem desse rio, a céu aberto,
entre a noite virgem e o sol aflito,
meu coração é pássaro inquieto
e flor rompendo a noite como um grito.*

(Ademir Braz, poeta marabaense)

A poesia do ilustre Ademir Braz, cujo pano de fundo é o rio Tocantins, ancora o entusiasmo inicial para a exposição escrita do trabalho. Este é um estudo em que a referência constante e principal são as pessoas de “carne e osso” (MAUSS, 2003) as quais experienciaram não apenas momentos de “rio tranquilo”, mas também de “céu revoltado” (e vice-versa) ocasionados por relações malfadadas com certos tipos de projetos de desenvolvimento, que não são propriamente os seus.

De valor inestimável para refletir sobre diversas situações presentes na região sudeste do Estado do Pará, tento me servir da poesia em tela para ilustrar o limiar de um percurso. Tal como na poesia, o rio e a angústia são presenças constantes na realidade que dá substrato à pesquisa. Não apenas isto, o rio Tocantins é o esteio da vida das pessoas que tive a oportunidade de conhecer e dialogar e, principalmente, de aprender coisas sobre a vida e das várias formas de habitar o (s) mundo (s).

Os ribeirinhos e as ribeirinhas da *Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry* atribuem grande relevância à atividade pesqueira, ao lado de várias outras atividades necessárias à manutenção da vida social. O pescado é um produto destinado tanto ao consumo interno das famílias quanto ao circuito de mercado mais amplo: feiras, supermercados e comércios do sudeste paraense e de outros estados. Outras atividades, centradas, principalmente, na produção de farinha, no extrativismo do açaí, do coco babaçu, cupuaçu, cultivo de milho nas roças, feijão e outros, também são formas de manter a reprodução social e de estruturar as relações com o ambiente e dos indivíduos entre si. Tanto o pescado quanto os demais produtos possuem valores de troca e, em alguma medida, circulam no mercado mais amplo. Não obstante isso, tais produtos são, frequentemente, utilizados como objetos de alguma troca interna cuja base é a reciprocidade (MAUSS, 2003).

A vila Tauiry é uma comunidade centenária da região sudeste do Estado do Pará. Os ribeirinhos e as ribeirinhas, quando se referem às diversas atividades econômicas realizadas por eles/elas, seus pais e avós, evidenciam uma vivência relacionada aos mais variados “ciclos econômicos” de que se tem notícia nessa porção da Amazônia Oriental (CARNEIRO, 2009; 2015).

Por ocasião da viagem que realizou, em 1897, de Belém até o sudeste paraense através do rio Tocantins, o francês Henri Coudreau frisou a passagem pelo espaço então denominado de “Boca do Tauiri”, lugarejo onde existiam apenas cinco barracas (COUDREAU, 1897). Um ano antes, em 1896, Ignácio Baptista de Moura já havia feito o mesmo percurso e relatado as dificuldades em transpor as cachoeiras do local, devido à existência de muitas formações rochosas (MOURA, 1910).

A “Boca do Tauiri” é exatamente o local de existência histórica da vila Tauiry. Em frente a ele está o rio Tocantins. E ali mesmo inicia um amontoado de rochas conhecidas, há muito tempo, pelo epíteto de *Pedral do Lourenção*⁸. Henri Coudreau narra as dificuldades que teve em transpor as águas violentas nesse trecho do rio. Ele já evidenciava, naquela época, o lugar de fixação da comunidade como sendo o marco geográfico que “assinala o término, rio acima, do conjunto encachoeirado que se denomina CACHOEIRAS DO TAUIRI” (COUDREAU, 1980 [1897], 42). O autor descreve, outrossim, que após ter passado o vilarejo da “Boca do Tauiri”, também deixou para trás uma “pequena aglomeração onde vive Raimundo Liarte, o amigo dos índios gaviões” (Ibid., 1980[1897], p. 42).

Tanto o rio quanto os seus pedrais, seja em tempos pretéritos ou no presente, estiveram e estão associados ao desenrolar da vida ao longo dos diferentes contextos histórico-sociais. Não era somente a paisagem que possuía uma fixidez naquele território,

⁸A narrativa seguinte é baseada nos escritos de Moura (1910), e resume a história contada a ele por um dos seus pilotos, quando viajava de Belém a São João do Araguaia, naquele ano de 1896. Ao passar pelo *Pedral do Lourenção*, Moura (p. 221) lembra que “ali mesmo no meio do rio, há poucos annos, tinha sossobrado a canoa grande do desgraçado Lourenço, que deu o nome a tão trágico logar. Era um ricaço dos sertões de Goyaz, que descia o rio em uma grande canoa, levando consigo 8.000 couros, cerca de 40 contos de réis, muita criação, etc, e, mais do que isso, trazia uma rapariga de rara belleza, irmã da própria esposa, que fora por elle abandonada, para raptar a cunhada da casa da velha mãe, que a adorava mais do que o amante. Ao vêr o Lourenço que descia a ribanceira para tomar a canoa, levando a *guyaca* (bolsa) da cinta cheia de moedas de ouro, a pobre velha, extorcendo as mãos, lhe gritou de cima: «Vai, desgraçado; as águas da cachoeira lá estão embaixo para me vingar!» Effectivamente, dias depois, se dava a grande hecatombe, no travessão de pedra que corta o canal, quasi perpendicularmente, na bocca de cima do *Tauhiry*. Já o piloto lhe tinha feito vêr a sobrecarga do bote; mas lourenço lhe respondeu por vezes: «Ou vai tudo ou nada vai.» Quando a canoa, ao passar o canal, recebeu a primeira pancada do rebojo, os couros que estavam por cima das duas toldas que todos os botes têm, deslizaram só para um lado, desequilibrando a embarcação, que recebeu pela borda a primeira golfada d'agua, arrastando para o abysmo a infeliz rapariga. Salvaram-se poucos; mas do Lourenço nem o dinheiro se achou”.

havia também a presença de povos indígenas. Arnaud (1964, p. 3) ressaltou que em 1895 “os Gaviões estiveram convivendo pacificamente com Raymundo Liarte, na boca do Tauiry, um pouco abaixo da cidade de Marabá”.

Apesar de ter logrado evidenciar a existência histórica da comunidade Tauiry – que remonta ao fim do século XIX – Henri Coudreau não percorreu do Baixo ao Médio rio Tocantins motivado por meras curiosidades turísticas. Sob demanda do então governador do Estado do Pará (Pais de Carvalho), ele foi incumbido de mapear os trechos do rio Tocantins considerados de difícil navegação para embarcações de grande porte.

Na época, a navegação através de barco a vapor estava em processo de planejamento. O barco a vapor era o símbolo por excelência do progresso. Tanto que Coudreau fez um prognóstico para a Amazônia, afirmando ser o barco a vapor, bem mais do que o trem de ferro, o meio de transporte que permaneceria por longo tempo como o verdadeiro e principal instrumento do progresso (COUDREAU, 1980 [1897]).

No século XX, particularmente entre os anos de 1970 e 1980, os ribeirinhos e as ribeirinhas que viviam em relação com o rio Tocantins amargaram o seu barramento para a geração de energia. Dá-se a construção da barragem de Tucuruí (cf. ACSELRAD; 1991; 2010; MAGALHÃES, 1992; 1996; 1988; 2002; 2007). Os/as agentes sociais da vila Tauiry, onde se vivia da pesca, da coleta de diamante, da extração e transporte da castanha do Pará, da agricultura nas áreas de *vazante* e de terra firme, dentre outras atividades, se viram obrigados a deixar as suas casas, as terras e o rio porque *a Eletronorte precisou da área*.

A Eletronorte precisou da área é uma expressão local que remete à expropriação sofrida. O lago deste grande projeto inundou, nessa porção da Amazônia Oriental brasileira, “entre 1984 e 1985, 2.600 km² de floresta das margens do rio Tocantins” (ACSELRAD, 2010, p.161), inclusive terras indígenas, cidades e várias outras localidades onde havia diversas atividades extrativistas.

Nesse cenário, a quase totalidade das famílias da vila Tauiry foi morar nas casas que a Eletronorte destinou a elas, na parte urbana do município de Itupiranga⁹. Outras se recusaram a abandonar as suas residências na comunidade, sob a alegação de que não

⁹Acselrad (2010, p. 169 aspas do original) resalta que na vila Tauiry, por ocasião da “vistoria realizada pela Comissão Executiva Mista do governo federal em junho de 1985, verificou-se 31 famílias ainda residiam naquele povoado, sem nada terem recebido a título de indenização ou “benefício”. Suas condições de existência eram, então, muito precárias, dado o estado de abandono em que fora lançado o povoado, cujo motor gerador de luz elétrica havia sido retirado pelo prefeito e cujas casas, igreja e grupo escolar encontravam-se em estado de semidesabamento”.

receberam casa na cidade¹⁰, ou mesmo pelo fato de não acharem razoável largar um investimento feito ao longo de décadas, conforme é possível depreender das memórias dos mais velhos. José Dias¹¹, hoje com 84 anos de idade, por exemplo, destaca que não saiu da comunidade *porque estava viajando* a trabalho durante o cadastramento das famílias que iriam receber a casa na cidade. Como ficou fora do cadastramento, achou por bem não sair.

Diante da não efetivação do alagamento da área, e animados pela presença das famílias que não haviam saído, muitos moradores retornaram à comunidade. Apesar disso, não tiveram mais acesso as suas antigas propriedades, visto que elas já tinham sido ocupadas por outras famílias. Diante disso, restou apenas construir a vida nos lugares ainda não habitados (ACSELRAD, 1991).

A construção da barragem de Tucuruí, entretanto, não arrefeceu o interesse das forças sociais hegemônicas em se apropriar do rio Tocantins. Assim, o plano para implantar uma hidrovia nessas águas perdura por boa parte do século XX e mantêm-se até os dias atuais (PAES, 1975; ALMEIDA, 2004; MEIRELLES, 1998; GOMES, 2001; CORREIA, 2017; CUNHA, 2017).

Uma reportagem do Jornal “O Globo”, lançada em 18 de novembro de 1982, sublinhou que “As eclusas de Tucuruí permitirão navegabilidade ao Rio Tocantins, criando uma hidrovia navegável entre o Centro e o Norte do País”, uma vez que a região tem “vocação para a agropecuária” (O GLOBO, 1982, p. 29).

O ano de 2016 marca o encontro de políticos e empresários, na cidade de Itupiranga, a fim de comemorar a assinatura do contrato e ordem de serviço para a elabora o dos estudos, projetos básico e executivo para o derrocamento do *Pedral do Lourenço*. As interven es serão feitas em três trechos do rio Tocantins. Duas delas a montante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, e uma a jusante. No primeiro trecho a montante ocorrerá a retirada de areias do seu leito entre o município de Marabá e Itupiranga: serão realizados 52 km de dragagem de areia.

10

¹¹Os nomes dos interlocutores citados são todos fictícios. Em substitui o aos nomes originais, utilizei nomes de personagens da literatura machadiana. Eles foram retirados dos livros:

ASSIS, M. Esaú e Jacó. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1985 [1904], vol. I.

_____. *São Paulo*: Editora  tica, 1996 [1899].

_____. *O alienista*. São Paulo:  tica, 2000 [1882].

_____. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Globo, 1997. (Obras Completas).

_____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. – 2 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2017 [1880].

Para o segundo perímetro a montante, situado entre a Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry (km 350) e a chamada Ilha do Bogéa (km 393, próximo à antiga cidade de Jacundá) prevê-se que a derrocagem de rochas será feita em um trecho de 35 km. E o trecho a jusante da barragem de Tucuruí está posicionado entre os municípios de Tucuruí e Baião, onde haverá dragagem de areia em cerca de 125 km (RIMA, 2018).

É nesse quadro que a pesquisa em curso se inscreve. Durante o trabalho de campo passei a ouvir, com muita frequência, uma opinião corrente de que se a hidrovía for levada adiante terá que haver a *suspensão das águas do rio*¹² para que ele fique constantemente no nível de inverno. Esta apreciação não está baseada no que os técnicos do DNIT ou do consórcio DTA/O’MARTIN dizem. Os representantes dessas instituições, quando confrontados sobre esse ponto, afirmaram que não haverá mudanças no regime hidrológico do rio Tocantins.

A comunidade, por outro lado, crê que a mudança no regime hidrológico das águas é inevitável, pois o canal principal do rio não comporta, no período de verão, eles/as e as balsas a serem futuramente inseridas no território. Portanto, a barragem de Tucuruí – *lá embaixo* – vai ter que *guentar* as águas do rio para que elas fiquem como se estivessem no nível de inverno.

O fato de considerarem que as águas do rio terão que ser novamente *suspensas* evidencia mais do que uma conjectura acerca da HAT. Parece tratar-se de uma forma muito particular de desconfiança *sobre o projeto deles* que, do ponto de vista “nativo”, só poderá funcionar se houver o *erguimento* das águas. Essa leitura está embasada no conhecimento sobre o rio e na ciência de que ele é governado não mais pelas forças da natureza – como acontecia antes da barragem de Tucuruí ser construída –, mas pela força dos homens.

Não creem, portanto, que as barcaças navegarão o ano todo se a barragem de Tucuruí não *guentar* as águas do lago para que fiquem como se fosse no nível de inverno. Como consideram *que a hidrovía vai sair*, isto é, será implantada, inevitavelmente *a água do rio vai crescer*. Para os ribeirinhos e as ribeirinhas, é aí que reside o problema.

¹²*Suspender as águas do rio* é o equivalente a aumentar o seu nível. Aumentar o nível da água do rio Tocantins foi o procedimento utilizado pela Eletronorte para gerar energia, a partir da construção da barragem de Tucuruí. Fenômeno este muito familiar aos ribeirinhos e as ribeirinhas. Do ponto de vista dos técnicos do DNIT, para haver a instalação da hidrovía, está programado o aumento da profundidade do rio Tocantins, e apenas no canal de navegação. Ancorados na experiência da barragem de Tucuruí, o ponto de vista ribeirinho destoa do ponto de vista dos técnicos, pois, para eles/as, o DNIT e as empresas contratadas irão aumentar o nível da água do rio.

Um rio permanentemente cheio não é alvissareiro, pois a sua sazonalidade é que permite a captura de diversas espécies de peixes, a partir da mobilização de distintas estratégias de pesca, e de diferentes saberes, durante o ano. Um rio sempre cheio, além de homogeneizar o trabalho na pesca, não garante o sustento material das famílias.

De todo modo, essa compreensão dos efeitos que a hidrovia poderá causar às vidas ribeirinhas é carregada de um sentido anterior, no qual as memórias sobre a barragem de Tucuruí cumprem um papel fundamental. A ação da barragem no rio e na vida ficou incrustada na experiência social. De modo que as memórias sobre aquele acontecimento insólito também concorrem para fornecer um modelo de representações acerca da hidrovia Araguaia-Tocantins.

Existe a compreensão de que o referido projeto fez diminuir a diversidade de peixes, afetando a base material das famílias. Além disso, há uma permanente discussão sobre a chamada *reparação pelas perdas as quais são requeridas em bens e serviços para evitar* o que chamam de *erros do passado*. Se a intervenção pela barragem provocou a referida situação, sendo a hidrovia algo que demandará o *crescimento* das águas do rio, esta última também poderá produzir resultados similares: além da redução do pescado, a impossibilidade de pescar.

Assim, a hipótese da pesquisa é a de que as interpretações e as ações ali esboçadas sobre a implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins são mediadas pelas memórias da expropriação que a comunidade sofreu em função da construção da barragem de Tucuruí, entre os anos de 1970 e 1980.

Assim, defendo a tese de que o quadro interpretativo e as ações políticas dos/as agentes sociais concernentes à hidrovia concorrem, de maneira incisiva, para atualizar as memórias da expropriação sofrida anteriormente, assim como estas influenciam substancialmente o curso dos acontecimentos atuais. Afinal de contas, *ninguém quer que aconteça o que aconteceu quando veio a barragem [de Tucuruí]*. Por outro lado, dizem eles/elas, *não somos contra o progresso, mas sabemos que somos comunidade tradicional e temos nossos direitos*.

As aludidas memórias da expropriação não ficaram estacionadas no passado. Ao contrário, elas também constituem pontos de ancoragem para pensar e agir no presente. A memória coletiva (HALBAWCHS, 1990) se consubstancia em um ponto de referência importante para os ribeirinhos e as ribeirinhas pensarem a respeito das questões contemporâneas que os afligem. É como se eles/as estivessem confirmando essa “permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” de que fala

Pollak (1989, pp. 8-9). A constante interação entre as experiências vividas, aprendidas e transmitidas constitui um rico material para compreendermos o trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1989) em curso na vila Tauiry.

O trabalho de enquadramento da memória “se alimenta do material fornecido pela história” e “esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas” (Ibid., p. 10) do passado e do presente. Durante o trabalho de campo, as memórias da expropriação sempre estiveram na ordem do dia. Evans-Pritchard (1978, p. 83) já observou que o antropólogo trabalha nos limites “impostos pela cultura do povo que investiga. Se são pastores nômades, tem de estudar o nomadismo pastoril. Se andam obcecados pela feitiçaria, tem de estudar a feitiçaria”. Em outros termos, os problemas de que se ocupam os antropólogos “são aqueles dos povos que estuda” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 177).

Malinowski (1986, p. 29) já advertiu que não dar a devida atenção a tais elementos pode significar a perda de um “tesouro científico”. De todo modo, compreender como as pessoas significam a barragem de Tucuruí é uma condição relevante para começar a entender aquele microcosmo social.

Tendo em vista essas questões, lanço mão do conceito de “evento”, para entender a construção da HAT em seu contexto histórico-cultural. O “evento”, tal como discutido por Sahlins (1990; 2007; 2008), é um acontecimento histórico que recebe significado de um contexto sociocultural no qual incidiu. Nesse sentido, ele não pode ser lido somente a partir das ‘propriedades objetivas’ de um acontecimento (SAHLINS, 2007, aspas do original). O acontecimento se converte em “evento” na medida em que indivíduos e grupos realizam interpretações próprias a seu respeito.

Assim, para ter condições de apreender as interpretações em curso sobre a intervenção da HAT no território e nas vidas ribeirinhas (analisando as consequências que decorrem daí), tenho assumido a perspectiva metodológica que a noção de “evento” possibilita, o que sugere uma reflexão informada pela etnografia.

Para isto, a pesquisa empreendeu um esforço de: a) compor um quadro histórico sobre a comunidade, a partir da memória, recuperando o contexto da vida preexistente à barragem de Tucuruí; b) analisar a relação dos/as agentes sociais com o território, a partir das múltiplas conexões materiais e simbólicas existentes entre eles/as e o meio biofísico; c) identificar e analisar os significados que a HAT possui para os ribeirinhos e as ribeirinhas, tendo por base o registro de situações do cotidiano e de ações coletivas.

A tese é composta de cinco capítulos. No primeiro capítulo apresento as bases teóricas e a pesquisa empírica, com enfoque na caracterização do processo de pesquisa. Aciono, para isto, autores da antropologia cujas reflexões remetem ao (des) encontro de distintos povos ao redor do mundo com o sistema capitalista, e dou enfoque às reações – imprevistas – dessas distintas sociedades.

O segundo capítulo apresenta a comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry a partir de uma perspectiva histórica, onde os “ciclos econômicos” tem uma centralidade na dinâmica de ocupação do povoado, assim como da região sudeste do estado do Pará. Evidencio, ademais, o modo como os ribeirinhos e as ribeirinhas atribuem valorações ao território e à forma de viver que preexistiu à construção da barragem de Tucuruí.

No capítulo terceiro apresento a comunidade com enfoque nas atividades produtivas, na organização social do trabalho, nos aspectos simbólicos e cosmológicos e nos saberes que estão conectados à vida de maneira geral.

O capítulo quatro faz referência à navegação de grande porte no rio Tocantins, ora pelo olhar dos viajantes e do Estado, ora pelo olhar da comunidade ribeirinha em tema. A partir de leituras específicas, e dos testemunhos colhidos em campo, é possível ver os diferentes interesses em jogo encaminhando, inclusive, os significados sobre a intervenção pela hidrovia, no rio.

No capítulo cinco exploro temas envolvendo a defesa do território, os conhecimentos tradicionais, o autorreconhecimento e as memórias da expropriação sofrida em decorrência da construção da barragem de Tucuruí evocados em uma série de espaços coletivos.

O enfeixe do trabalho demonstra haver, na situação empírica analisada, uma dialética entre o passado, o presente e o futuro, sendo a memória um material de grande relevância para esse movimento. Além disso, fica demonstrado que as experiências anteriores de expropriação, incrustadas na memória, são mediatizadas pelas perspectivas de futuro que os ribeirinhos e ribeirinhas anteveem. Mais ainda, a tese aponta a riqueza teórica e política – útil para pesquisadores e movimentos sociais – que é refletir sobre os povos que lidam com a sua própria memória, na relação com os acontecimentos em que se acham imersos.

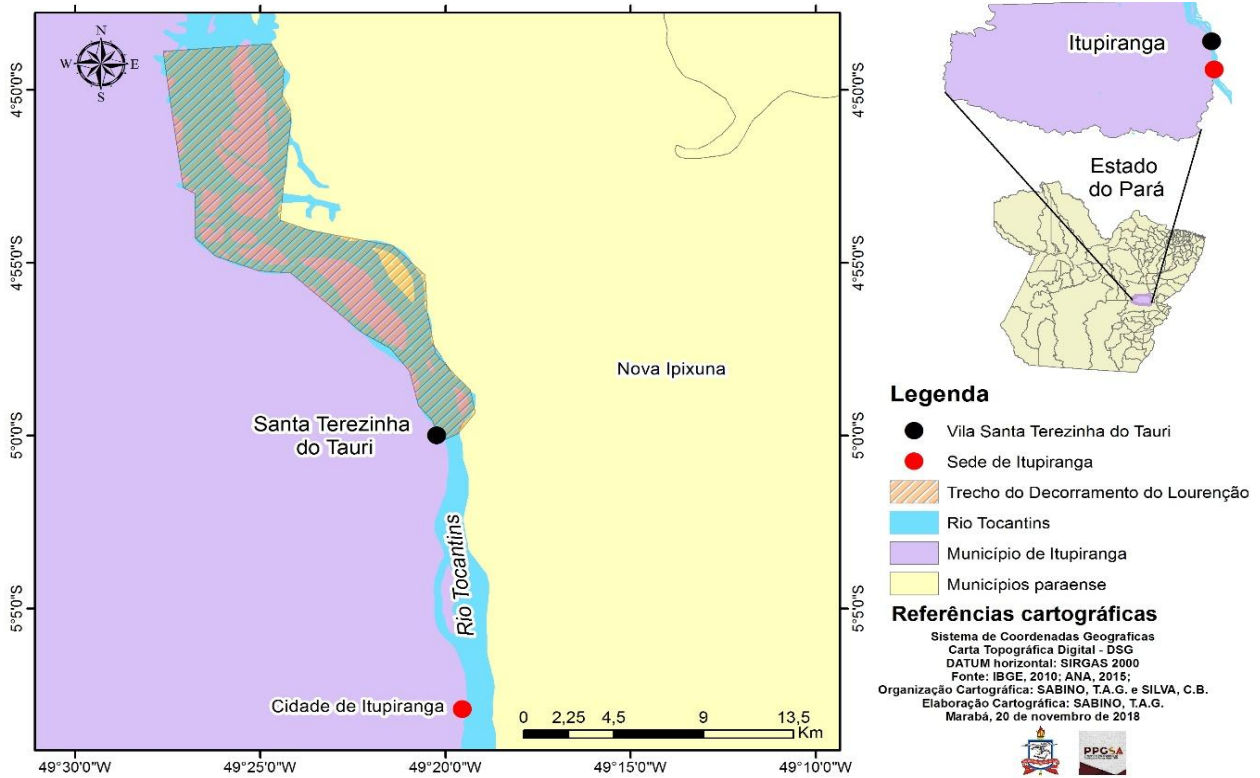
Capítulo 1: Descobrimos mundos: as opções teóricas e a pesquisa empírica

Fotografia 1: Romper do dia, na vila Tauiry, visto da margem esquerda do rio Tocantins



Fonte: Trabalho de campo (2019). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Mapa 1 – Localização geográfica da comunidade ribeirinha extrativista vila Tauri



Na comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry, as pessoas se autodefinem como ribeirinhos/as, categoria essa que circunscreve várias outras. A depender da circunstância, também são acionadas as identidades de pescadores/as, quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, barqueiros práticos, lavrador/a, vazanteiros/as, dentre outras.

Ribeirinho é uma categoria genérica reveladora da existência de sujeitos de direitos e que “recobre uma gama de denominações concretas de existência camponesa no Brasil, e na Amazônia em particular” (MAGALHÃES, 2017, p.29). E aponta, outrossim, para a relação especial que determinados grupos mantêm com o ambiente, notadamente com a terra e com o rio. Sociologicamente falando, ribeirinhos/as podem ser considerados “uma fração do campesinato, cuja produção se caracteriza pela combinação de múltiplas atividades (pluriatividade) e se destina em graus variados e/ou alternados à subsistência e ao mercado (Ibid., 2017, p. 29). Escusado dizer que essa combinação de atividades distintas guarda uma estreita correlação com as variáveis sazonais, com a disponibilidade de recursos e também com uma série de conhecimentos tradicionais.

Uma observação suplementar, e igualmente crucial quanto as demais, é o fato da produção material da vida ser garantida através da mobilização da força de trabalho disponível que, em geral, são as unidades familiares e/ou grupos domésticos baseados em relações sociais de consanguinidade, vizinhança e compadrio. Essas relações, conforme observou Magalhães (2017) a propósito dos ribeirinhos em Belo Monte, sustentam os processos de troca e reciprocidade. Isto possibilita afirmar que a composição das unidades familiares, como as prevalentes no povoado de Tauiry, não pode ser pobremente reduzida à família nuclear.

Mark Harris, em raciocínio analítico similar, sublinha que a produção econômica do campesinato ribeirinho amazônico é orientada também para o mercado, “mas as relações da produção prevalentes não são capitalistas, já que não há separação entre o trabalhador e o patrão, e não existe um proprietário único dos recursos” (HARRIS, 2006, p. 90). Assim, define Harris, há uma contradição básica operando no coração da Amazônia, porque ela é capitalista no nome e no impulso para o lucro e expansão, mas não o é em seu caráter, nas suas relações e nem nas noções de propriedade.

Os/as ribeirinhos/as vão além das demandas prevalentes. Afinal de contas, eles/as não apenas são capazes de se acomodar aos mercados flutuantes, como também se reorganizam e se reproduzem nas novas condições encontradas a cada tempo e contexto sócio-histórico. Essas sociedades abraçam as mudanças a cada nova fase, “sem que isso resulte no fim do seu modo de vida corrente” (HARRIS, 2006, p. 91).

Do prisma sociológico, essa é a “retina” através da qual estamos analisando os/as agentes sociais da vila Tauriry. Antes de explorarmos mais a fundo o tema central do nosso estudo, é mister dizer que o território em que reproduzem as diversas dimensões da vida e constroem suas experiências e seu mundo é um trecho significativo do rio Tocantins e também das terras que o margeiam, espaços estes em que há forte presença tanto de seres humanos quanto de seres não humanos (INGOLD, 1995). Aqui, me dedicarei a apresentar as bases teóricas e as categorias analíticas orientadoras da pesquisa, bem como os procedimentos de coleta de dados utilizados.

1.1 Etnografias de outros mundos

Acompanhei duas audiências públicas referentes às chamadas “Obras de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do rio Tocantins”, registrada no IBAMA com o processo: nº 02001.000809/2013-80. Ao todo foram realizadas cinco audiências públicas, sendo a primeira na cidade de Marabá (PA), a segunda na cidade Itupiranga (PA), a terceira na cidade de Nova Ipixuna (PA), a quarta na cidade de Tucuruí (PA) e a quinta na cidade de Baião (PA), nos dias 01, 02, 03, 04 e 05 de julho de 2019. Destas, conforme referi, participei em Itupiranga e Nova Ipixuna.

Os engenheiros do DNIT, por ocasião do acontecimento, frisaram enfaticamente que a retirada dos pedrais (que para os ribeirinhos e ribeirinhas são pontos de pesca) e dos bancos de areias (que para os ribeirinhos e ribeirinhas são praias) não implicaria em grandes impactos, pois a quantidade retirada seria muito pequena. Esse recurso retórico foi também utilizado quando se afirmou que “a hidrovia já existe naturalmente”, portanto, a ampliação do rio para fins de transporte seria apenas uma “intervenção pontual”.

Esse tem sido um dos pontos controversos, pois a incidência das obras é exatamente nos territórios referenciais para a pesca. Nos trabalhos de campo e espaços públicos de que participei foi marcante o discurso dirigido aos técnicos do DNIT, do Consórcio DTA/O’MARTIN e do IBAMA de que o projeto da hidrovia pode ser inviável. Assentou-se uma evidente discordância entre saber técnico (aquele trazido pelos órgãos estatais e empresas) e os conhecimentos tradicionais acerca de um mesmo acontecimento: a viabilidade da navegação pelas balsas.

Essa discordância passou a fazer mais sentido quando esteve correlacionada com outra questão, esta sim, muito dramática: a barragem de Tucuruí. Os testemunhos sobre os efeitos da hidrovia Araguaia-Tocantins na vida das pessoas trazem consigo as

memórias da expropriação causada pela barragem de Tucuruí. Mesmo quem não viveu aquele episódio parece tê-lo inscrito em sua biografia. As redes familiares e de amizades, que não deixam o fato cair no silenciamento e nem no esquecimento, concorrem decisivamente para isto.

O que parece estar colocado, em tal situação, é o fato de que essa sociedade tem utilizado a memória como um instrumento de confrontação política, confirmando que a expansão do capitalismo não ocorre de forma homogênea e está sujeita a leituras locais de povos que possuem historicidades, ordem culturais, sociais, econômicas, ecológicas e cosmológicas muito próprias (WOLF, 2005)¹³.

Eis, então, a razão de ser da minha abordagem teórica, a qual procura compreender o modo como os indivíduos e as coletividades sociais lidam com os acontecimentos históricos com que se deparam. As etnografias aqui referidas constituem exemplos de como as condutas dos indivíduos, em face de projetos capitalistas, variam. Ressaltam, sobretudo, que entre um acontecimento histórico e as reações das pessoas que o vivencia se interpõem diversos tipos de mediações (culturais, cosmológicas, políticas, das memórias), influenciadas também por um dado contexto histórico, político ou econômico.

Por isso, os encontros com agentes do capital em busca de ocupar os territórios de outros grupos sociais são carregados de imprevisibilidade. É relevante a premissa de Marshall Sahlins de que a cultura ordena simbolicamente a vida em qualquer sociedade, mesmo na sociedade burguesa (KUPER, 2002; SAHLINS, 2003).

Quando abandonamos a cultura em nossas análises – diz o autor – estamos deixando de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue, a saber: “a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos” (SAHLINS, 1997, p. 41). Conforme se refere Marshall Sahlins, Leslie White dizia que um macaco não consegue fazer a distinção entre água benta e água destilada. Humanos, sim.

Vale mencionar que nem todos os humanos têm essa capacidade para fazer a distinção proposta por White. Aqueles que se julgam cristãos, sim. Mas esse exemplo é apenas para ilustrar uma questão: nesse entremeio, entre a água benta e a destilada, opera a experiência e a capacidade humana de organizar simbolicamente a vida. O ser humano orchestra as distintas dimensões da vida através de significados, sejam eles significados

¹³José de Sousa Martins sublinha a riqueza dos trabalhos de Eric Wolf acerca dos povos colonizados (ou “povos sem história”), pois fazem ver que a expansão capitalista não aconteceu sobre terra de ninguém (MARTINS, 1993 aspas do original), haja vista as reações por parte das sociedades em processos de dominação.

morais, afetivos, políticos dentre outros. Nesse sentido, dizer que a cultura é um objeto em via de extinção seria um passo largo para o cometimento de um suicídio epistemológico (SAHLINS, 1997).

Como autor da teoria da prática, além de demonstrar que em certa medida as pessoas agem face a circunstâncias de acordo com seus próprios pressupostos culturais, Sahlins contribui para devolver “o ator ao processo social sem perder de vista a estrutura mais ampla que exerce coerção sobre a ação social (mas também a possibilita)” (ORTNER, 2007, p. 21).

Assim, evidenciou-se que enxergar o valor da ação dos indivíduos em meio às estruturas de que fazem parte dá a possibilidade de interpretar os fenômenos sociais a partir da lógica de mundo dos “nativos”. Os objetivos de um indivíduo, portanto, não podem ser totalmente idiossincráticos. Afinal, “mesmo quando se opõem a algum outro, eles [os objetivos] são formulados com base numa lógica cultural comum” (SAHLINS, 2007, p. 309).

Por outro lado, e para delinear a relação dialética do indivíduo com a sua cultura, não devemos perder de vista a existência de diferentes valores da lógica social, alguns mais particularistas, outros mais universais, que se “encontram em intersecção na pessoa”. Desse modo, se um indivíduo é um ser social, “nunca devemos nos esquecer que é um ser social individual, com uma biografia que não é idêntica a de ninguém mais. Trata-se de alguém a quem é preciso prestar atenção” (SAHLINS, 2007, p. 309).

De toda forma, os acontecimentos históricos, para este autor, são ordenados “culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas” (SAHLINS, 1990, p. 7). Os projetos das pessoas, os objetos que as cercam, a interpretação que fazem do mundo e dos acontecimentos ao seu redor tendem a partir das compreensões preexistentes da ordem cultural.

Esse pressuposto subsidiará Sahlins em sua crítica cirúrgica e contundente direcionada aos chamados “teóricos do sistema-mundo”, para os quais a expansão capitalista seria tão violenta a ponto de determinar, em absoluto, a história das sociedades onde se ancorava. Em *Cosmologias do Capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundo”* ele afirma ser um integrante do grupo de antropólogos que se insurgem:

[...] contra a ideia de que a expansão global do capitalismo ocidental, ou do chamado sistema mundial, transformou os povos colonizados e “periféricos” em objetos passivos de sua própria história, e não em seus autores, e de que, por meio de relações econômicas tributárias, transformou da mesma maneira suas culturas em bens adulterados (SAHLINS, 2007, p. 444, aspas do original).

É válido o reconhecimento, portanto, de que “os efeitos específicos das forças materiais-globais dependem das várias maneiras pelas quais elas são mediadas nos esquemas culturais locais” (Ibid., p. 446) e no modo como os povos reagem aos eventos.

Por ocasião da realização de uma etnografia histórica, a partir de materiais do séc. XVIII e XIX, Marshall Sahlins constatou que a presença do capitalismo entre os chineses, os havaianos e os Kawkiutl não os fez, necessariamente, se sentirem apequenados, nem os desagregou, tampouco os inferiorizou. O autor apresentou tais sociedades não como meras vítimas testemunhais da expansão do capitalismo. Apesar da violência desse sistema, em alguma medida as sociedades demonstraram que são autoras de sua própria história.

Esse aspecto veio à tona quando elas passaram a se relacionar com o ocidente, e suas mercadorias, conforme os benefícios locais que este contato engendraria. Na China e entre os Kawkiutl, por exemplo, só um, dentre vários produtos europeus, tinha importância na ordem local e, por isso mesmo, era admitido.

No Havái os produtos norte-americanos não eram usados com a finalidade para a qual foram industriosamente desenhados. A sua aquisição era unicamente para o “consumo conspícuo”, isto é, para demarcar status. Daí podermos dizer que “o sistema mundial é a expressão racional de uma lógica cultural relativa” (SAHLINS, 2007, p. 449).

Ao imputar relevância à agência humana em seu horizonte teórico, surge daí outro conceito estruturante, o de “estrutura da conjuntura”: isto é, a dinâmica imprevista assumida pela ação prática no mundo. Revela-se, a partir disso, o quanto a prática das pessoas assume contornos específicos, por vezes não vinculados estritamente ao que estava previsto em sua própria cultura (SAHLINS, 1990; 2007; 2008).

Uma vez que as pessoas põem em correspondência os seus conceitos *apriori* com a realidade empírica, não há possibilidades de pressagiar (ou mesmo controlar) o curso dos acontecimentos.

A prática, antes, possui sua própria dinâmica – “uma estrutura da conjuntura” – que, significativamente, define as pessoas e os objetos que dela tomam parte. E esses valores contextuais, quando diferente das definições culturalmente pressupostas, têm então a capacidade de atuar sobre os valores convencionais. Acarretando relações sem precedentes entre sujeitos atuantes, mutuamente em relação a objetos, a prática acarreta objetificações sem precedentes (SAHLINS, 2008, p. 72, grifos do autor).

Essa perspectiva nos faz ver que a tarefa de tentar estabelecer uma relação de causa e efeito para a compreensão de determinados fenômenos, como estes

desencadeados pelos grandes projetos, é infrutífera. Pensar desse modo é ser incapaz “de dar conta da diversidade de respostas locais ao sistema mundial, em especial aquelas que conseguem persistir em seu rastro” (SAHLINS, 1990, p. 8). Mais do que pretender construir uma teoria da cultura, Sahlins busca evidenciar o quanto é fundamental qualquer reflexão sobre cultura estar informada pela etnografia (LANNA, 2001a).

Marcos Lanna tece comentários elogiosos ao trabalho de Marshall Sahlins, justamente por ele ter demonstrado “que, em múltiplos períodos históricos e domínios etnográficos, o sistema capitalista é incorporado pelos indígenas, e nestes encontros, estes últimos sistemas são construídos” (LANNA, 2001b, p. 242). Tais encontros, em alguma medida, tanto constroem realidades indígenas como também constroem realidades capitalistas.

Quando tece essa referência elogiosa às contribuições de Sahlins para a antropologia, Lanna (2001a) acena para a percepção do antropólogo de que variáveis culturais, e não apenas econômicas, colaboram para a explicação de alguns processos sociais. Por outro lado, e na esteira desse elogio, ele registra a sua crítica afirmando que Sahlins “omite o fato da dominação ocidental” ou da “violência externa” (p. 119-120) na construção de toda aquela situação histórica, especificamente no Havaí. Em todo caso, reflete o autor:

Faltou, pois, um aspecto que pede complementação: fazer uma “história dos contatos interculturais” implica atentarmos para uma multiplicidade ou, ao menos, para uma dualidade de perspectivas. Sahlins critica os que privilegiam a perspectiva ocidental, mas privilegia a “nativa” (LANNA, 2001^a, p. 122, aspas do original).

Tomar esses exemplos etnográficos como instrumentos teóricos não constitui um mero exercício retórico. Ao contrário, conforme ressaltado, eles compõem ferramentas que lançam luz sobre a existência social, a historicidade e a memória dos ribeirinhos e das ribeirinhas da vila Tauiry. Em termos levistraussiano, tais exemplos são bons para pensar (LÉVI-STRAUSS, 1986) sobre a realidade na qual me encontro e para avançar na análise das questões teóricas aqui propostas.

De fato, esse é um passo importante se quisermos compreender quão dramática tem sido a relação daqueles/as agentes sociais com os Projetos de Grande Escala (PGE)¹⁴

¹⁴O Projeto de Grande Escala (PGE) é uma forma de produção, dentro dos marcos capitalistas, cujo modelo de planejamento é repetido em diversos contextos históricos e espaciais. Ele se utiliza de planejamento, racionalidade técnica e científica e de um veemente discurso de progresso (RIBEIRO, 1987; CATULO; 1993). É o que está colocado em relação à hidrovía Araguaia-Tocantins. Nesse estudo, optei por utilizar a denominação Projeto de Grande Escala (PGE). A opção é fruto dos debates em sala de aula e, também,

– ou Grandes Projetos – assentados na Amazônia que, no dizer de Hébette (1991), traduzem um cerco que continuamente está se fechando, obliterando vidas e existências camponesas e de tantas outras sociedades.

Os Projetos de Grande Escala, reiteradamente introduzidos nessa região e a exemplo do que está ocorrendo na comunidade ribeirinha vila Tauiry, ainda hoje representam “a chegada do estranho”, nos termos referidos por Martins (1991, 1993). A estranheza não está no fato das pessoas desconhecerem a sua existência. Há muitos meios de saber que projetos como estes existem, seja com base em algum tipo de experiência vivida, das redes familiares, de amizades ou através de informações veiculadas pelos meios de comunicação.

O que os tornam continuamente estranhos é o fato de se constituírem nesse agente externo que chega sem ter sido desejado, convidado ou acolhido e que, ainda sim, se faz presente (HÉBETTE, 1991; MARTINS, 1991, 1993). São estranhos por serem originalmente portadores de uma rigorosa distância social das sociedades em que se assentam, na medida em que se esforçam em tirar delas o que é vital para a sua sobrevivência: terras, território, meios e condições de existência material e imaterial. De todo modo, é como se essas sociedades não existissem “ou, se existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade” (MARTINS, 1993, p. 16).

A despeito da violência¹⁵ – quase imanente – que domina as relações dos Projetos de Grande Escala com as sociedades camponesas, em suas múltiplas faces, e indígenas, vale destacar que “a Amazônia nunca se deixou violentar passivamente”, conforme referiu Hébette (1991, p. 08). Além disso, Jean Hébette destacou que a resistência sempre foi e é heterogênea, porque passa por processos diversificados, se desenvolve em ritmos diacrônicos, assume expressões diversas e se traduz em representação própria a cada grupo¹⁶.

porque o uso dessa denominação geralmente vem acompanhada de um esforço de categorizar, objetivamente, o que vem a ser um PGE. Apesar de optar por tal denominação, tenho ciência que o termo Grandes Projetos tem um uso hegemônico na discussão científica.

15

Martins (1991) lembra que, em geral, os Grandes Projetos não têm por destinatárias as sociedades locais. Em se tratando de camponeses, eles sofrem drásticas reduções em suas condições de existência.

¹⁶Essa reflexão remete ao trabalho de James Scott, que analisa a resistência camponesa a partir de um espaço microssociológico de valor heurístico fundamental: o cotidiano. O seu estudo se assenta na tese de que os processos de enfiamento a situações de dominação não podem ficar restritos exclusivamente à análise das reações espetaculares. Segundo Scott (2002, p. 13), há também formas de resistência camponesas “que não produzem manchetes no jornal”.

É o que podemos ver na reflexão da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, no texto “*Cultura*” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais¹⁷. Sem negar a cultura como uma rede de costumes e de significações que nos rodeia, ela enfatiza que, quando apropriada pelos povos nos encontros interétnicos, a cultura passa a ter um caráter também performático.

Assim, a cultura (sem aspas) – que remete à organização da vida em termos simbólicos – pode coexistir com a “cultura” (com aspas): essa forma reflexiva através da qual as ditas sociedades periféricas se apropriam do termo “como recurso e como arma para afirmar identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional” (CUNHA, 2017, p. 369).

De todo modo os povos indígenas, assim como vários outros, referem-se frequentemente à sua “cultura” como recurso e arma política, mediante situações de contato interétnico. É o caso registrado por Terence Turner, que “chamou a atenção para o fato em 1991, mostrando como “*cultura*” se tornara um importante recurso político para os Kayapó” (CUNHA, 2017, p. 364, itálico e aspas do original).

Por isso, Turner¹⁸ (1991; 2008) advoga em favor de uma pesquisa antropológica que faça referência às formas sociais ou culturais dos grupos estudados sem abstrair suas realidades históricas, políticas e econômicas. Nos anos 80 do século XX, ele chamava a atenção para a frequência com que os povos indígenas (e hoje muitos outros povos) passavam a perceber “a afirmação de suas culturas tradicionais e a manutenção de suas instituições sociais e ritos como parte integral de sua resistência política à perda de suas terras, recursos e poderes de autodeterminação” (TURNER, 1991, p. 69). É o que ficará evidente, nos capítulos seguintes, com relação à comunidade do Tauiry.

Daí emerge uma importante lição política e teórica para os antropólogos, que se vêem constrangidos a englobarem, em suas análises, as realidades históricas, políticas e econômicas de que tais povos fazem parte, e não apenas reduzir a reflexão ao prisma cultural no ‘presente etnográfico’.

17

CUNHA, M. C. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

18

Terence Turner desenvolveu um trabalho etnográfico junto aos Kayapó, um povo de língua Jê, situado no sul do Pará. O seu interesse foi desenvolver “uma análise “interna” do processo, através do qual uma sociedade Ge, os Kayapó, conseguiu afirmar um impressionante grau de solidariedade política e social e continuidade cultural em face de desafios excepcionalmente rigorosos, originários de poderosos elementos da sociedade nacional” (TURNER, 1991, p. 69 aspas do original).

Assim, ficou “cada vez mais difícil, para os pesquisadores que davam prioridade aos aspectos culturais, ignorar o centralismo da situação da fricção interétnica para seu trabalho” (TURNER, 1991, p. 69). Em suas pesquisas com os Kayapó, Terence Turner notou a apropriação que os indígenas faziam de produtos variados da sociedade nacional, subordinando-os aos seus objetivos, enquanto sociedade. Nesse processo, os Kayapó passaram a se conscientizar da *cultura* Kayapó “como algo essencial a sua existência como sociedade, pela qual devem, portanto, lutar para defendê-la contra as pressões de assimilação à cultura brasileira” (Ibid., p. 82).

Conforme especifica o autor, seria enganoso atribuir essas mudanças na consciência social Kayapó apenas a transformações da cosmologia tradicional. Fosse assim, “a mudança no caráter de consciência social, em particular no nível de consciência histórica e política, que tem acompanhado as mudanças estruturais” (p. 82), seria obscurecida.

Michael Taussig, em *O diabo e o Fetichismo da Mercadoria na América do Sul* (2010), soube explorar com maestria as respostas dadas por camponeses colombianos cortadores de cana de açúcar, e mineradores bolivianos, ao capitalismo: naquele momento, um invasor de suas lógicas de vida.

O ponto de partida dessa obra é a busca pelo “significado social do diabo nas narrativas populares contemporâneas de mineradores e canavieiros da América do Sul” (TAUSSIG, 2010, p. 17). Objetivou-se desvendar, naquele contexto, qual a relação entre a imagem do diabo e o desenvolvimento do capitalismo.

Para isto, o autor revolveu a cultura local, particularmente a seara das crenças coletivas, de onde consegue apreender o modo pelo qual as pessoas interpretam aquilo que não lhes é familiar em termos daquilo que lhes é familiar. Tanto na Colômbia quanto na Bolívia, o diabo é acionado pelas narrativas quando estas se referem ao processo de proletarização pelo qual passavam os camponeses¹⁹.

A cosmologia local era povoada por entendimentos *sui generis* acerca do aumento repentino da produção. Caso um camponês se arriscasse a fazer um pacto com o diabo, no intuito de aumentar a sua renda, as consequências seriam graves em absoluto. A sua

¹⁹VELHO (1995, 1993), a partir do campesinato da região sudeste do estado do Pará, também elabora a compreensão da forma como fenômenos da religião se impunham na interpretação que os camponeses realizavam do que lhes estava acontecendo. Ele identificou a utilização, pelos camponeses, do termo bíblico “Besta-Fera”, o qual estava associado a uma espécie de simbólica do mal presente nos processos de violência e expropriação por eles vividos.

terra ficaria infértil, sua vida seria abreviada e todo o reinvestimento com o dinheiro ganho dessa forma seria inútil.

Destarte, as pessoas não eram ignorantes quanto à existência da figura simbólica do diabo. O processo de colonização na América do Sul se encarregou de inculcá-lo nas cosmovisões locais, sendo ele o representante do mal, enquanto Deus representava o bem. Assim, desde há muito tempo, o mal já era culturalmente associado ao diabo.

Entretanto, associar a figura simbólica do diabo às relações capitalistas é algo que traduz a própria leitura dos camponeses e mineradores a respeito do que é este sistema: negativo, diabólico. Mais ainda, ao fazê-lo, diz Taussig (2010), os camponeses colombianos e mineradores bolivianos colocaram em evidência um fato por nós olvidado: o de que as relações capitalistas, já naturalizadas em nosso meio, não passam de construções (talvez imposições) humanas.

Como epítome de sua investigação, Taussig expõe que “o lendário pacto com o diabo é uma acusação contra o sistema econômico que força os homens a trocar suas almas pelo poder destrutivo da mercadoria” (TAUSSIG, 2010, p. 18). Ainda, nesse sentido, “cultura e a religião, assim como a economia, são forças legítimas” (Idem, 2010, p. 12) na explicação dos fenômenos sociais.

O pacto com o diabo era evocado para aumentar a produção, encontrar veios abundantes (no caso da Bolívia), e reduzir acidentes de trabalho. Se para conseguir realizar-se nesse mundo proletário seria necessário passar por tais situações, o mundo mercantil necessariamente estava atrelado ao domínio do mal.

Em todo caso, “o que nos era oferecido com essas respostas é o choque vigoroso ao extremo entre orientações voltadas ao valor de uso e ao valor de troca” (TAUSSIG, 2010, p. 47). As lógicas de vida camponesas e capitalistas eram antinômicas em termos de relações com os objetos, com o tempo, com a natureza e entre as próprias pessoas.

O diabo nas minas e nas plantações de cana de açúcar reflete a adesão cultural dos trabalhadores aos princípios que fundamentam o modo camponês de produção, ainda que tais princípios estejam sendo solapados pela experiência cotidiana do trabalho assalariado sob condições capitalistas (TAUSSIG, 2010, p. 69).

A propriedade privada, o processo de proletarização, a abstração do tempo da vida cotidiana, tudo isso se confrontou com o modo de produção camponês, baseado na reciprocidade e na relação de parentesco ligada à terra. O fato é que “a magia no pacto com o diabo dirige-se não aos latifundiários, mas ao sistema sóciohistórico do qual fazem parte” (p. 163), que era o próprio capitalismo. O diabo, no sentido posto, “não só

determina ações específicas, como também fornece a sombra e os modelos a partir dos quais as pessoas criam interpretações” (p. 317).

Ao fim, com sapiência, o autor recomenda:

[...] não importa quão minuciosos formos ao traçar a cronologia dos mais importantes acontecimentos históricos, a demografia, a rede comercial e a facticidade transparente das infraestruturas materiais, permaneceremos cegos à maior lição que a história deixa tanto para a sociedade quanto para o futuro, a menos que incluamos o imaginário do poder e o poder da imaginação coletiva (TAUSSIG, 2010, p. 315).

Por ocasião da pesquisa empírica realizada na comunidade Tauiry, evocar as etnografias, vendo nelas um passo importante para iluminar as análises desenvolvidas no trabalho, foi um caminho carregado de possibilidades. As reflexões trazidas por elas são instrutivas em vários sentidos. Detenho-me, especialmente, em uma dessas lições: a compreensão dos fenômenos sociais não pode se restringir exclusivamente a dimensões econômicas.

Há outras variáveis em curso e me parece extremamente produtivo trazê-las para o exame analítico. No caso estudado, a memória tem aparecido como um elemento central. De uma maneira geral, estar atento às mediações implicadas na experiência preexistente do grupo estudado é alargar as possibilidades de leitura do universo social em realce.

1.2 O “concreto da vida social”

Há mais de trinta anos a antropóloga Lygia Sigaud argumentava que os “impactos” dos grandes projetos não devem ter a sua análise reduzida apenas às respostas culturais das coletividades que os sofrem. Estar atento às mudanças na estrutura das relações sociais na qual se inserem tais “impactos” também é proveitoso para apreender as diversas situações originadas nesses momentos.

Essa perspectiva de pensamento também leva à inserção, na análise, das dimensões políticas e estruturais. Assim, aumentam as chances para a compreensão do significado social de um projeto de grande escala, seja do ponto de vista do Estado ou dos povos e comunidades imersos nessas relações.

O corolário disso é que os efeitos de uma grande obra de infraestrutura não devem ser pensados como resultado exclusivo da intervenção do Estado, nem do modo como as empresas e técnicos encaminham soluções, nem a partir dos detalhes técnicos do

planejamento. Este é um “processo marcado por conflitos de interesses cujo desfecho depende não da correção desta ou daquela ação específica, mas do embate das forças presentes” (SIGAUD, 1986, p. 33- 34).

Tais forças, vale mencionar, não estão dadas a priori, “mas se constituem no processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas” (Ibid., p. 34). É, portanto, apressado supor que exista um modelo pré-construído sobre os efeitos sociais das grandes obras na vida das pessoas.

A intervenção de uma grande obra incide em realidades históricas, sociais e culturais diferenciadas. Por isso, é um descuido considerar que as respostas e reações das pessoas seriam as mesmas nesses contextos tão diversos. O fato é que entre “a ação do Estado e seus efeitos, existe um conjunto de mediações que não podem ser ignoradas sob pena de se perder a especificidade do concreto da vida social” (SIGAUD, 1986, p. 34).

Em sua dissertação de mestrado, Ana Maria Martins Costa levou a sério esse pressuposto teórico. Ela estudou

[...] o modo como os camponeses ribeirinhos articularam culturalmente uma experiência insólita: a subida excepcional e definitiva das águas do rio (transformado em lago), e o deslocamento compulsório para suas margens, localizada em plena área da caatinga, para onde se dirigiam apenas em ocasiões especiais em caráter necessariamente provisório” (MARTINS COSTA, 2013, p. 214)

No caso estudado pela autora – que diz respeito aos camponeses expropriados pela barragem de Sobradinho, construída no rio São Francisco entre os anos 1973 e 1979 – ficou evidente que “a lógica do sistema tradicional, anterior à intervenção do Estado na área, é a via de acesso para os novos contextos em que tais categorias são acionadas” (MARTINS COSTA, 2013, p. 11). Presos a seus esquemas culturais, a princípio os camponeses não acreditaram no evento (enchente) anunciado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Assim, “a descrença na subida das águas incide de modo imprevisto e decisivo no rumo dos acontecimentos” (Ibid., 2013, p. 215).

Por isso, ao invés de endossar o discurso daqueles que tratavam os camponeses como ignorantes, a autora procurou compreender o significado daquelas interpretações, deixando claro que elas não podiam ser esquecidas como um simples detalhe etnográfico, ou mesmo uma idiosincrasia nativa (MARTINS COSTA, 2013). Ademais, o que estava em jogo eram ordens culturais distintas, as quais conferiam significados diversos a um mesmo acontecimento (Ibid., 2013).

Com base nesse caso, Sigaud (1996) propõe uma sociologia das condutas referente ao processo de deslocamento das famílias. Vendo o deslocamento desde o prisma das pessoas, a autora avalia quão significativa fora a interpretação que tais pessoas fizeram do evento. Ela trouxe a lume a razão social daquelas interpretações tão díspares para um grupo de pessoas que partilhava, em alguma medida, os mesmos referenciais socioculturais.

Houve, portanto, aquelas famílias que duvidaram de que haveria uma inundação, nos termos propalados pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (doravante, CHESF). Graças a essa descrença se recusaram a sair da área em que viviam. Diante do imbróglio, a CHESF se viu obrigada a negociar com os camponeses nos termos que eles próprios impuseram. Quando tiveram seus interesses atendidos, os camponeses descrentes passaram a crer na veracidade do anúncio de cheia do rio. Criou-se, a partir de então, os núcleos à borda do lago que se formou no intuito de atender a estas famílias.

Em outro plano, houve aquelas famílias que acreditaram na inundação e aquiesceram em serem deslocadas nos termos propostos pela empresa. Para estas famílias, duas das situações propostas pela empresa foram aceitas. Na primeira, as famílias poderiam optar por residir no “Projeto de Colonização da Serra do Ramalho” – Bom Jesus da Lapa: Bahia (MARTINS – COSTA, 2017; SIGAUD, 1996). Na segunda, as famílias optaram por uma “administração individual de seu destino (‘a solução própria’)” (SIGAUD, 1996, p. 551).

O fato é que o reexame das condutas revela que os camponeses “nem perceberam a situação da mesma forma, nem se comportaram de modo semelhante” (SIGAUD, 1996, p. 552). Em todas as situações, a compreensão dos fundamentos sociais dessas diferenças de interpretação foi o que permitiu analisar o modo como cada família agiu.

A compreensão das condições que explicam as reações das pessoas em face dos grandes projetos implica relativizar

[...]o privilégio frequentemente atribuído às reações mais espetaculares, quer porque envolvem um maior número de pessoas, quer porque adquiriram maior visibilidade, como o são aqueles que se expressam através de mobilizações coletivas. Implica, por fim, resgatar os sujeitos das condutas, isto é, os indivíduos de ‘carne e osso’, e abandonar unidades de análise abstratas, como o são ‘as populações deslocadas’, ‘os movimentos sociais’, etc.” (SIGAUD, 1996, p. 553, grifos da autora).

Os direcionamentos delineados neste subtópico, pelos vários autores e autoras, constituem objeto de interesse da pesquisa, na medida em que são aportes fundamentais para o acesso aos significados que os/as agentes sociais da área de estudo expressam nas

suas relações com o projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins. Com isso, adoto uma trajetória diferente daquela que privilegia os “esquemas de análise fortemente marcados pelas questões práticas em que se colocam [de um lado] os responsáveis pelos deslocamentos e [de outro] os militantes que a eles se opõem” (SIGAUD, 1996, p. 553).

Permanecer preso a essas “antinomias estáticas” (LÉVI-STRAUSS, 1996), em que se vislumbram apenas os posicionamentos contra e a favor a um grande projeto, não me parece muito proveitoso para o empreendimento científico no qual estou empenhado. Para um entendimento mais profundo desses processos sociais, a vida real das pessoas deve ser amplamente observada.

As interpretações dos “eventos”, por assim dizer, também são resultados dos enfrentamentos. É esse o quadro que está posto na vila Tauiry. O enfrentamento leva ao reconhecimento de direitos. Nesse contexto de lutas e conflitos está em evidência, constantemente, o concreto da vida social como algo a ser defendido, acima de tudo, em benefício das gerações futuras. Este aspecto, referente à defesa da vida, perpassa a luta em curso, na situação investigada. E olhar para o passado, mobilizando a memória, tem sido politicamente importante, conforme veremos nas páginas seguintes.

1.3 Memórias da expropriação: um recurso metodológico

Entre os anos de 1970 e 1980 o rio Tocantins e as pessoas que viviam numa relação com ele testemunharam o seu barramento para a geração de energia, devido à construção da barragem de Tucuruí (cf. ACSELRAD; 1991; 2010; MAGALHÃES, 1992; 1996; 1988; 2002; 2007).

Houve, também, a expropriação da vila Tauiry. A notícia de que o território da vila sofreria uma inundação logo ecoou. Motivo pelo qual todos deveriam deixar as suas casas e aderir às soluções propostas pela Eletronorte. A retirada dos/as agentes sociais de suas casas e território foi realizada através de um barco que os/as levava até a sede do município de Itupiranga.

Em virtude disso, boa parte das famílias da comunidade foi morar nas casas que a Eletronorte a elas destinou, na parte urbana de Itupiranga. Houve também aquelas que não foram para lá.

Figura 1: Localização do bairro Santa Teresinha, Itupiranga – PA.



Fonte: Google Earth; IBGE, 2016 - DATUM: SIRGAS, 2000.
Data: 21/08/2019. Elaboração: Denise Graça.

O novo local de moradia foi nomeado pelos/as ribeirinhos/as – agora, expropriados – de bairro *Santa Teresinha* (como aponta a figura 1), em uma clara referência ao território que lhes fora tomado.

As várias ruas do local foram nomeadas com essa mesma intenção: nunca esquecer as referências territoriais do passado. Assim, temos a *Rua Santa Teresinha*, a *Rua Manoel Macena*, a *Rua Prudêncio Gomes*. Prudêncio Gomes – veremos mais adiante – foi o bisavô do atual presidente da associação e o primeiro da família a se instalar na vila Tauiry. O senhor Manoel Macena era genro de Prudêncio Gomes: casado com a sua filha, que se chamava Domitila.

Há uma das ruas cuja denominação não remete ao parentesco. Ela recebeu o nome de uma advogada da época da construção da barragem de Tucuruí. Na memória dos mais velhos, a advogada foi muito representativa na luta por seus direitos²⁰. Uma das formas de homenageá-la foi colocando o seu nome em uma das ruas do bairro que a Eletronorte construiu – *Travessa Josefina*.

As novas moradias, entretanto, parecem não ter cumprido as exigências necessárias para se viver. Diante do não alagamento do território, e animados pela presença das famílias que não saíram de lá, muitos/as retornaram à comunidade, não tendo mais acesso as suas antigas propriedades, visto que já tinham sido ocupadas por outras famílias. Diante disso, restou apenas assumir essa questão como uma realidade inexorável e (re) construir a vida nos lugares ainda não habitados (ACSELRAD, 1991).

As memórias recuperadas a partir dos diálogos informais e dos testemunhos gravados e filmados fazem referência constantemente às promessas²¹ (ou às *fantasias*) trazidas pela Eletronorte. A realidade da perda do território, da forma como se deu o deslocamento e da não indenização, também atravessou os testemunhos.

Cristiano- E quando começou esse movimento da Eletronorte o senhor estava aqui na vila?

Cosme - Tava.

Cristiano - O senhor lembra como foi quando eles chegaram?

Cosme - Chegaram contando umas coisas mais ou menos, e coisa e tal. Eles fizeram um acompanhamento aí depois que a barragem subiu, aí eles vieram

²⁰ Josefina era assessora da CONTAG e contribuiu decisivamente para a organização do Movimento de Expropriados de Tucuruí. Por meio do já referido projeto “As lutas dos atingidos de Tucuruí ...” conseguiu-se localizá-la e realizar uma entrevista que estará disponível na web site do projeto <https://memoriasocialtucurui.org/>

²¹

As promessas foram objeto de estudo de MERCÊS, J. A. S. *Memórias da promessa e do fim do mundo: experiência vivida do deslocamento compulsório em Tucuruí*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA/ Universidade Federal do Pará. 2018. 126f.

com uma negociação de que a firma não tinha dinheiro para pagar, para indenizar, sabe? Que era pra todo mundo desistir. Se fosse terra, casa, aí eles pagavam uma mixaria. Assinaram, a metade assinou. Eles pelearam pra eu assinar, eu disse: “olha, a minha terra eu não assino desistência. Nem que eu morra, vocês queiram me matar, eu não assino é de jeito nenhum. Não assino da casa, não assino de jeito nenhum”. Eles disseram: “Há, mas não pode”. Eu disse: “Não assino”. Disseram: “então tá bom, tá bom”. Tem deles que assinou. Aí ficou. Aí, Deus mandou uma advogada pra nós, a Josefina. A melhor advogada do Brasil que eu vi. Aí veio, brigou e disse: “tem que indenizar os expropriados tudinho. É pra comprar terra, botar todo mundo e entregar as casas de cada um”. Aí a CAPEMI assumiu. Cortaram um bocado de terra. Antes de cortar eu tava aqui já. [...] Aí eles fizeram o apanhamento das terras. Ai foram lá no meu, que eu tinha uma casinha quase do tamanho dessa aqui, coberta de palha, mas ela era de barro. Tinha outra casa de farinha. Meu sítio, indenizou [vistoriou]. Quando foi tomado lá, que nós fomos pra lá, aí deram um papel. Naquele tempo, olha, do cruzeiro. Fui indenizado [prometeram indenizá-lo] por 100 cruzeiros. Naquele tempo era dinheiro que eu comprava cinco lotes e ainda sobrava dinheiro pra mim fazer as minhas coisas. Era dinheiro demais. Mas cadê? Eles me entregaram? O Bertoldo trancou e até hoje nunca me entregou. [...] Pra você ver o que ela [Eletronorte] fez comigo. Até hoje eu nunca me esqueci disso. Tomou a minha terra.

Além da *peleja* para assinar o documento de desistência de seu lote e da advogada enviada por Deus para fazer valer a garantia dos direitos indenizatórios, Cosme recupera em seu testemunho outros aspectos importantes (para ele) desse processo. Assim, destacou como foi presenciar a derrubada da sua residência e também se refere à forma como se deu o transporte de sua família para o núcleo urbano do município de Itupiranga.

Cristiano - Em nenhum momento o senhor foi pra Itupiranga?

Cosme - Fui. Ainda fui. Depois que eles entregaram... Eu invadi uma casa lá. Não deram...eu tava em uma reunião aqui, tem uma estrada que vem pra cá. Aí quando eu cheguei aqui à reunião era uma hora dessas, assim. Eu chego, eles estavam derrubando as casas aí. E já estavam feitas as casas lá no Itupiranga. E aqui eles estavam derrubando as casas. A primeira foi a minha casa. Era ali na beira do rio. Aqui em frente. Aí derrubaram. Quando eu cheguei, a minha família estava debaixo de um pé de manga, bem ali embaixo, com frente à igreja. Ai o Joaquim chegou e disse: “vocês não foram?” Eu disse: “Eles não querem levar, não”. Ele disse: “Não querem? Junta os bagulhos aí”. O motor tinha chegado pra levar ele. Ele disse: “Vamos embora, junta, junta, junta”. Aí botei os bagulhos dentro, o Jerimar tava dentro, porque ele não saía de lá da minha casa. Aí ele disse: “Tu vai?”. Eu digo: “vai, eu quero é a casa lá”. Aí eles disseram: “há, mais não tá na nota”. Eu digo: “Não tá na nota? Eu tô aqui desde 1953, vocês arrancaram a minha casa. Vamos embora”. Aí sumimos, quando chegou lá aí eu escolhi a casa. O que eles deviam ter feito era pegado as crianças, a mulher e botado dentro do barco, porque eu não tava aqui, levava e botava dentro da casa, né? Essa firma aí fez muita coisa.

Cristiano - Nesse tempo o senhor lembra quantas casas tinham aqui nessa área?

Cosme - Se tivesse umas sessenta casas, era por aí assim. Era só uma rua na beira, assim. Isso aqui era tudo mato, para a gente trabalhar de castanha.

Nesse momento da entrevista, Cosme deixou transparecer que recuperar tais fatos, em certa medida, é também revivê-los. Quando mencionou o instante em que chegou e sua família estava debaixo de um pé de manga, bem ali embaixo, com frente à igreja não

pude deixar de notar a pausa feita por ele. Embora quisesse disfarçar, *Cosme* estava emocionado²².

Aguardei a sua recomposição, ciente de que aquele testemunho envolvia uma complexidade subjetiva. Afinal de contas, eram as condições de sua família, por ocasião do acontecimento, que estavam sendo ali tematizadas. Passei a observá-lo, em suas emoções, e fiz disso um caminho analítico. Passaram-se 35 anos desde que aquele fato ocorreu, mas isso não significa que não seja possível revivê-lo.

Justina, assim como *Cosme*, corrobora os acontecimentos produzidos pela Eletronorte na vida da comunidade. É notável, em seu testemunho, a dimensão da família camponesa, formada em geral por uma quantidade significativa de filhos. Quando a *Eletronorte precisou da área*, unidades familiares como estas tiveram que se aglomerar nas pequenas casas da cidade de Itupiranga, que *não tinha energia, não tinha água e eram cobertas de Brasilit, [feitas] de madeira*.

Cristiano - E o seu pai e sua mãe tiveram quantos filhos?

Justina - Dez.

Cristiano - Todos eles foram criados aqui?

Justina - Sim.

Cristiano - E a senhora teve quantos?

Justina - Doze.

Cristiano - Também criou aqui?

Justina - Sim, tenho sete vivos. Não foi terminado de criar aqui, porque a Eletronorte, foi na época que aqui disse que era pra ser, né? Eles iam precisar da área, então a gente foi para Itupiranga. Aí morei 18 anos lá, em Itupiranga.

Cristiano - E aqui, como foi nesse período para sua família sair daqui o pessoal da Eletronorte veio e deu algum transporte, como foi essa saída de vocês?

Justina - Sim. O transporte eles deram. O restante, não. Quando a gente tomou de conta das casas não tinha energia, não tinha água e eram cobertas de Brasilit, de madeira.

Cristiano: E o que eles prometeram?

Justina - Eles prometeram um ano de manutenção, sexta básica. Eu acho, porque quem não tinha emprego como eu, nem estudo, foi muito sofrido a gente tá num lugar com sete filhos, eu tive doze, mas ficou sete, graças a Deus por isso. Então, pra sobreviver, sobreviver a gente pegava água no posto, que é o posto do Lago Vermelho. Carregando água como a gente carregava do rio aqui. Aí, pra tudo, pra tudo.

Cristiano - Eles não deram a estrutura que prometeram?

Justina - Não. Não. Que eles prometeram.

Cristiano - E essa casa para onde a senhora foi lá em Itupiranga, eles deram para a senhora ou a sua família ocupou porque não tinha outro lugar pra morar?

Justina - Não, eles deram. Eles levaram nós de barco e... eles entregaram as casas mas não tinha água e nem tinha energia. Não tinha, não. Isso foi muito sofrido. Teve deles que vendeu e saiu. Como uma pessoa que vive daqui, vai

²²Farge (2002), ao tratar dos “eventos” na história, destaca que o campo emocional também está presente neles. Destaca, dentre outras coisas, que emoção não é um mero revestimento decorativo. É, antes de tudo, um componente da inteligência que também é responsável por captar e traduzir o que ocorre com as pessoas. Ver também Magalhães (2007).

viver numa cidade? A gente não sabe é nada, quando sai fica *troadinho*. Perde o sentido das coisas. Hoje, eu fico analisando assim. Mas a gente passou, né?

O testemunho de *Justina* mostra que a expropriação os deixou sem chão – *troadinhos* –, na medida em que sair do território significou não ter a mínima dimensão do *sentido das coisas*. Ficar sem orientação, a ponto de não saber que decisão tomar, os colocou em estado de incerteza e de busca pela tomada das rédeas de suas próprias vidas.

A memória das promessas não cumpridas, recuperadas constantemente nos testemunhos, é extremamente densa na comunidade Tauiry. Principalmente no que se refere à qualidade das casas recebidas, propostas inicialmente para serem casas *construídas* (de alvenaria) e, no final, foram entregues casas de madeira e de telha Brasilit, algumas também não tinham energia elétrica. Ficou destacada, também, a situação precária das casas, pois *se o piso fosse varrido duas vezes, as pedras do chão já começavam a aparecer*.

Fotografia 2 – Modelo de casa “oferecido” pela Eletronorte



Fonte: Trabalho de campo (2019). Registo fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Após terem sido empurrados para o bairro *Santa Teresinha*, muitos resolveram retornar ao território original, uma vez que ele não havia sido inundado pelas águas do rio Tocantins, conforme anunciou a Eletronorte:

Cristiano - A senhora disse que morou 18 anos lá, como foi que a senhora tomou a decisão de voltar pra cá?

Justina - Porque aqui, depois, na mesma época eles acharam que não ia mais inundar, né? Então ficou alguns moradores que não ganhou casa lá, ficaram por aqui.

Cristiano - Esses não foram embora nem um dia pra lá?

Justina - Nem um dia. Nem um dia. Eu não sei por que que aqui ficou dois ou foram três moradores.

Uma das razões para o retorno à comunidade tem a ver com o fato de que a cidade não oferecia condições materiais para a sobrevivência. Henri Acselrad, ao refletir sobre

esse tema, destacou que os processos de deslocamentos foram os mais aviltantes possíveis, na medida em que as “localidades para as quais foram direcionadas as populações expropriadas apresentavam condições físico-naturais frequentemente distintas daquelas de seus ambientes de origem”. E isto provocou uma “evidente ruptura sociocultural” (ACSELRAD, 2010, p. 166), pois muitos grupos sociais foram obrigados a viver como agricultores, ou na parte urbana das cidades, sendo que antes da intervenção da barragem articulavam o extrativismo vegetal e a pesca artesanal. A dificuldade em assimilar essa mudança se reflete tanto na venda dos lotes quanto no abandono das residências fruto da indenização paga pela Eletronorte às famílias.

A recuperação desse momento histórico, através das memórias, destaca que a comunidade Tauiry era dotada de uma situação de abundância material, que não havia sido esquecida. Soma-se a isso o fato de que os ribeirinhos e as ribeirinhas viram uma série de promessas não serem cumpridas pela empresa. Ademais, as memórias estabelecem um contraste entre as condições de existência na cidade e as condições de existência na comunidade. Na comunidade, havia uma relativa facilidade em obter os meios de subsistência. Na falta deles, era sempre possível recorrer a relações de vizinhança. Na cidade, conforme especifica *dona Glória, o vizinho é o real*.

Dona Glória - [...] E aí nós lá. Aí nego disse: “Rapaz, nós vamos é cair fora daqui desse lugar, menino”, aí todo mundo veio embora. Aí sempre essas promessas que eles vêm fazendo: ajuda hoje, amanhã, vai dar isso, vai dar aquilo e até agora ainda estou hoje tô lutando com essa Eletronorte pra pagar o resto do pessoal e até hoje nunca mais saiu, estão quieto, e é essa luta, essa dificuldade aí. Estamos lutando aí pra ver se recebe o resto da coisa, porque eles enganaram muito o povo, disse que ia dar 20 alqueires de roça de mato pra cada um, e casa boa, e não saiu foi nada, saiu foi casinha velha de palha - de taipa -, desse jeito aí, não deram foi nada, fizeram foi de tabuinha lá e pronto. Depois que eles entregaram, saíram fora. Ainda hoje tá essa pendenga aí, que o pessoal tá lutando.

Cristiano - E as promessas que eles fizeram, qual era o tipo de casa, não era assim, não?

Dona Glória - Não! Era toda tapadinha, no piso, era feita de cimento, toda ajeitadinha, não era desse jeito que estava, não. Só que eles não cumpriram. Eles não fizeram isso. Era para fazer desse jeito. E o que eles fizeram? Arrumaram foi um bocado de tábuas e aí fizeram as casinhas. Era para ser todas construídas. Era para entregar construídas as casas. Quando o pessoal recebeu... de tabuinha. Aí o jeito que teve foi receber, né? Muitos venderam, porque não acharam bom para ficar lá, porque não tinha mesmo de que viver, porque era naquele tempo que não tinha nem condições, como hoje a condição é pouca, mas, para nós, que era mais, quero dizer, que era o pessoal mais fraco: “não, nós vamos cair fora senão nós vamos morrer de fome”. Aí caímos fora. Foi que viemos embora para cá. Aí todo mundo chegou aqui, foi fazer suas casinhas, aí foi ajeitando devagarzinho; arrumando, aí hoje tá uma vilinha até mais ou menos. Eu acho bom aqui. Gosto daqui. Acho bom. Porque a gente fica sossegado de tanta coisa, tanta coisa que tem, assossega... briga, confusão.

Bom, eu acho bom aqui. Também porque a gente tem uma fartura, tem peixe, tem uma manga, tem um murici, tem o caju, tem uma abóbora da roça, você lá, o vizinho dá lá uma melancia, “vai lá buscar, tem macaxeira? Vá lá apanhar”. E na rua não é assim. Na rua ou tem o dinheiro ou não come, não é não? Não é essa a vida? Se tiver o dinheiro, come. Se não tiver o dinheiro, vive só de passagem. Não tem vizinho na rua, não. Aqui nós temos, mas na rua nós não tem, não. Lá o vizinho é o real.

A ação da Eletronorte de tirar as pessoas de um território que, em princípio, seria inundado pode ser configurada como uma “decisão absurda”. Ora, a ação não ocorreu como prevista. As ações denominadas “absurdas”, conforme destacou Magalhães (2010, p.1) baseada no que o sociólogo alemão Christian Morel ressalta a esse respeito, estão pautadas em três eixos estruturantes. Uma decisão é absurda quando: “a) a ação é contrária ao objetivo que um grupo social ou indivíduo quer atingir; b) o objetivo da ação é incerto ou inconsistente; c) é a própria realização da ação que permite melhor definir o objetivo”.

Tal questão se apresenta de forma muito marcada na história da implantação de hidrelétricas na Amazônia. Há, nesse âmbito, pelo menos 3 decisões absurdas: “a) a construção de Balbina; b) e, em Tucuruí, o assentamento de uma parte da população rural de Jacundá deslocada compulsoriamente para um local que seria inundado – a chamada gleba Santa Rosa” (Ibid., p. 1) e a barragem de Belo Monte – objeto de análise pela autora.

A “decisão absurda” relacionada à barragem de Tucuruí reverberou sobre a vila Tauiry. Os/as agentes sociais da comunidade, ao testemunharem acerca da expropriação, não julgam que o não alagamento do território, e o consequente retorno a ele, seja fruto de uma dessas decisões. Para eles/as, mais do que qualquer outro fator, as condições ruins de vida na cidade foram decisivas para a retomada da vida no território não inundado.

De acordo com Magalhães (2010, p.7), a “decisão absurda” não é fruto do acaso, mas decorre “da conjunção de muitos fatores e atores. Logo, o tomador de decisão pode ser culpado, mas igualmente todos os envolvidos – silenciosos – no processo que conduziu à “decisão absurda”. Mesmo que sejamos nós...”

Dona Glória, quando rememora o ocorrido, sublinha que o discurso da Eletronorte foi considerado por todos como um discurso carregado de superioridade.

Cristiano - a senhora falou que o pessoal foi para lá e tal, mas a senhora compreende hoje, olhando para aquele tempo, por que que o pessoal acreditou nessas promessas? Porque muita gente foi, a Eletronorte chegou com a conversa, e a senhora, porque a senhora...

Dona Glória - É porque a Eletronorte chegou com uma conversa de porque era bom que fizesse a mudança. Porque aqui ia encher, ia ficar inundado de água, não tinha como vocês ficarem aqui. E aí você sabe, quando os grandes estão

falando, os pequenos têm que acompanhar. Aí todo mundo: “não, então já que vai ser o melhor, vamos mudar, porque vai encher” Só que não foi do jeito que eles disseram. Aqui não invadiu água, a água aqui nunca encheu. Encheu na enchente de [19] 80²³. Mas da barragem, ficou lá mesmo, e até hoje eu nunca vi água de barragem aqui, graças a Deus. Agora aí para baixo, acabou tudo. Isso aqui, não. Aqui foi só mesmo na enchente de [19] 80. Agora a enchente de 80 aqui foi perigosa, ela veio até aqui nesse pé de cupu. E daquele pé de cupu, nós, todo mundo mudou dali da beira pra cá. Mudou, todo mundo ficou aqui em cima. Aí era só olhando para aguazona aí rebojando. Eles eram pequenos, esses pés de árvore, a aí quando ela disse: “hoje eu vou embora”, ela disse: “hoje eu vou embora, hoje eu vou embora e vou começar a embalar” Aí eu estava ali na porta e eu disse assim: “olha, Santo”, que era o meu marido, eu digo: “olha, Santo, a água parece que tá deixando o palmozinho, eu acho que já vai”. Aí ele desceu bem aqui assim, e disse: “ah, mulher, vai mesmo, já tá indo embora”. Eu digo: “olha, já tá indo embora”, fiz certo.

Cristiano - Mas a água da barragem nunca chegou aqui, né?

Dona Glória - Eu nunca vi, não.

A decisão absurda também se revela nas memórias sobre a proliferação dos mosquitos²⁴, ocorrida na época. A consequência da proliferação dos mosquitos, em decorrência da formação do lago da barragem de Tucuruí, foi narrada em relatos tristes (quando envolvia a morte de parentes e amigos) e também em relatos cômicos.

Para se referir à ininterrupta presença dos mosquitos naquele período, e a quanto aquilo os incomodava, os/as interlocutores/as enunciaram a seguinte frase. *Naquele tempo, tinha tanto mosquito que quando o cabo verde dizia ‘até amanhã’, a muriçoca chegava e dizia ‘boa noite’*. Confesso que não compreendi, logo de início, o que esta frase jocosa (pois todos riam ao ouvi-la) queria expressar.

Após alguns instantes eles me explicaram que o cabo verde (do gênero *Chrysops*) é o inseto conhecido, popularmente, como mutuca. A presença do cabo verde era constante após o fechamento do lago da barragem. Durante o dia todos tinham que conviver com os sucessivos ataques daquele animal. Ao cair da noite, ele se retirava, já que a sua ação é apenas diurna. Quando se recolhia, a muriçoca (pernilongo) chegava.

²³Almeida (2011), em análise sobre as diversas enchentes do rio Tocantins, demonstra que a de 1980 foi considerada, tanto pelos moradores da cidade de Marabá quanto por especialistas, a maior enchente desde 1976: ano em que se iniciou a medição dos níveis da água do rio, nos períodos de inverno. Essa é uma percepção comum aos habitantes da região que também vivenciaram o evento da cheia desse rio a partir dos vários povoados, que também foram *tomados pela água*.

²⁴A proliferação de mosquitos é assunto de um documento dos expropriados datado de 1996. No documento, a proliferação de mosquitos é atribuída ao lago da barragem de Tucuruí: “Em relação as áreas infestadas por mosquitos desde 1985, que impedem a permanência e o trabalho das famílias nas áreas rurais reassentadas, não resta dúvida de que se origina das alterações provocadas pelo reservatório, criatório natural de diferentes espécies”. RELATÓRIO DOS EXPROPRIADOS. COMISSÃO MISTA RD – 0122/96, DE 03.05.96 E SEUS TRABALHOS. Disponível no site “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí” <<https://memoriasocialtucuruui.org/>>. Acesso em dezembro de 2018.

Daí que a frase *quando o cabo verde dizia 'até amanhã', a muriçoca chegava e dizia 'boa noite'* veio a ter algum sentido para mim.

Ela se referia a uma espécie de troca de turno em que se revezavam o cabo verde e a muriçoca no ataque às pessoas. Os dias e as noites eram marcados pela presença daqueles dois insetos: cabo verde, que se retirava ao cair da noite para retornar no dia seguinte pela manhã (por isso o *até amanhã*), e a muriçoca, que assumia o turno no momento em que cabo verde ia embora (por isso o *boa noite*, ao chegar). Apesar de provocar risos, a anedota em relevo constitui uma das formas de enquadrar a memória (POLLAK, 1989) da barragem de Tucuruí.

A jocosidade com o corpo, a doença, o mal-estar é um elemento central do riso popular. Por outro lado, relatos tristes e jocosos sobre as experiências vividas não se opõem. Ao contrário, são apenas maneiras distintas de se referir à violência de um mesmo processo.

De fato, a realidade que a Eletronorte contribuiu para produzir era muito complexa e difícil para os ribeirinhos e as ribeirinhas alçados à condição de expropriados/as. Os *vazanteiros*²⁵ do município de Itupiranga se interpuseram nas lutas em favor de seus direitos, o que incluía os/as agentes sociais da vila Tauiry. Eles/as testemunharam a empresa desconsiderar as formas singulares de relação com a terra, a floresta e com o rio, fundamentais à sua organização social.

A produção agrícola de *vazante* ocorre durante a transição do período de inverno para o período de verão. As plantações são realizadas a partir do instante em que as águas do rio secam. Ao secarem, recuam de partes das margens do rio e das ilhas onde permaneciam até então. Esse movimento progressivo de seca significa que o rio está *vazando*. Quando as águas *vazam*, deixam molhadas e adubadas as terras descobertas.

É, por sinal, o período considerado ideal para plantar. Sabedores desse aspecto, os *vazanteiros* plantavam quando o rio recuava e, nos momentos posteriores, desfrutavam dos resultados do que produziam. Além, é claro, de realizarem outras atividades produtivas, como a pesca, o garimpo, a coleta de castanhas e o cultivo agrícola em roças de terra firme. O conhecimento acerca da sazonalidade do rio, e as implicações que ela

²⁵ Ainda existe esse tipo de relação com a terra, com a floresta e com o rio, na vila Tauiry. Embora saibamos que a formação do lago interferiu severamente no regime hidrológico do rio Tocantins, a ponto de tornar essa prática de produzir com base no movimento das águas quase inexistente, algumas pessoas ainda cultivam pequenas roças de milho, feijão, abóbora, dentre outros. Hoje, não é mais possível produzir cultivos em grande escala, como no passado. O rio não segue a mesma dinâmica e as áreas cultiváveis foram submersas pelo lago da barragem de Tucuruí.

tinha/tem do ponto de vista da fertilidade das terras inundadas e depois descobertas, era/é fundamental para a sobrevivência material.

Em 1981, a não observância desse modelo de relações com a terra/floresta/rio por parte da Eletronorte constitui objeto de tensão:

Isto é uma vergonha e um desprezo para nós Brasileiros sermos tratados desta maneira. É de lamentar amargamente que a ELETRONORTE ignore nossa situação de vazanteiros e exija culturas permanentes, quando todos nós sabemos que na vazante não se pode realizar tais trabalhos, pois de seis em seis meses a enchente vem, aduba a terra e devora tudo que ficou plantado e construído. Será que os técnicos e pesquisadores não conhecem esta lei natural que acontece aqui no grande Tocantins?²⁶

Além disso, vê-se o quanto a dinâmica de sazonalidade do rio Tocantins, observada pelos *vazanteiros*, sempre foi tão importante para o aspecto produtivo.

Embora, este ano de 1981, tenha sido péssimo ano para o vazanteiro, pois a enchente foi pequena, não banhó todas as terras, e além disto uma tempestade estragou grande parte do nosso plantio. Temos que fazer saber que no período da vazante, só existe produção agrícola neste chão molhado, em outro lugar não se pode trabalhar, por causa de seca. [...] Desta pesquisa pode-se tirar muitas conclusões a nosso respeito. Queremos avisar que nós plantamos feijão, milho, melancia, tomate, macaxeira e hortaliças de toda espécie. É o que basta para vivermos e fazer reserva de feijão, milho, para o resto do ano²⁷.

A despeito do posicionamento da Eletronorte para com eles, os testemunhos caracterizam amplamente uma forma de vida social muito particular, centrada em uma produção relativamente autônoma da existência material. Por isso havia o temor de que ocorresse o deslocamento das *terras banhadas* pelo rio Tocantins para alguma *terra seca*.

Os deslocamentos compulsórios – tema já bastante explorado e curiosamente muito atual – são sempre dramáticos para quem os vivenciam. No contexto da barragem de Tucuruí, não foi diferente²⁸:

[...] dada a transferência de populações ribeirinhas para áreas secas de beira de estrada, de grupos camponeses que compartilhavam dos mesmos recursos naturais em moldes comunais para lotes rigidamente delimitados pelas fronteiras da propriedade privada (ACSELRAD; SILVA, 2004, p. 177).

²⁶ DOCUMENTOS DOS VAZANTEIROS DE ITUPIRANGA. 02 DE NOVEMBRO DE 1981. Disponível no site “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí” <<https://memoriasocialtucurui.org/>>. Acesso em dezembro de 2018.

²⁷ Ibidem.

²⁸

Todas estas tensões possuem uma razão: “A ausência de uma política negociada com interlocutores socialmente legitimados constitui fator de acirramento da posição de antagonismos das populações locais em face do empreendimento” (ACSELRAD; SILVA, 2004, p. 177).

Após perceberem o posicionamento reducionista com o qual a Eletronorte estava tratando seus modos de vida, os *vazanteiros* passaram a expressar as suas particularidades e a confrontar o posicionamento da empresa. Uma flagrante autoconsciência cultural (SAHLINS, 2007) pode ser percebida nas entrelinhas dos testemunhos dos vazanteiros. Além disso, eles deixaram claro de que ali existia/existe uma terra tradicionalmente ocupada (ALMEIDA, 2004). Nesse caso, o que estava em jogo era o que Acselrad (2004) percebeu ao tratar dos conflitos ambientais.

Aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não resume-se a satisfazer carências e superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados - construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais etc. *Aqui estaremos lidando com figuras sociais que apresentam lógicas próprias de apropriação do meio tais como camponeses, firmas agro-exportadoras, empreendimentos industriais, capitais especulativos etc.* (ACSELRAD, 2004, p. 15, itálicos meus)

Esses confrontos com a Eletronorte são enquadrados pela memória como produtores de certos efeitos na vida social dos que viviam na vila Tauiry, e na região. Quando eram chamados/as para compor o movimento social, a fim de pressionar a Eletronorte a cumprir as promessas, tinham que deixar para trás suas roças e outras atividades voltadas para a reprodução material de suas unidades familiares. E isso consta como prejuízo, embora reconhecendo que era preciso estar nas frentes de luta:

Cristiano - e essa luta em favor dos direitos, pra o senhor ter os seus direitos garantidos pela ELETRNORTE....
Crispim Soares - com luta, luta. Porque, chegar a sair de casa, passar de 17 dias no Tucuruí e de outra vez passar 27 dias, sair na hora da mulher ganhar neném, no mês dela ganhar neném, que eu não saia de casa, mas era preciso ir. Porque quando os advogados chegaram, disseram. - “olha, a causa de vocês é resolvida cada um estando presente. E vocês não pode ir pra casa”. Eu ainda tomei maior experiência na vida, que [hoje] eu nem ando mais sem minha rede e nem só com uma muda de roupa. Porque eu passei 17 dias em Tucuruí, com uma calça, lavando ela e vestindo molhada até enxugar, porque eu fui num dia pra vir no outro, e passei 17 dias. Dezesete dias porque os advogados prenderam e disse. - “você não pode. E quando chamar seu nome aqui? Quando perguntar por você?”.

Os acontecimentos daquele período são narrados com muita riqueza de detalhes e também com muito pesar, como se estivessem insinuando que aí está em evidencia uma memória traumática. As lembranças traumáticas, segundo Pollak (1989; 1992), têm a sutil capacidade de perdurar por décadas e, inclusive, ultrapassar gerações. As redes familiares e de amizades se tornam fundamentais para manter uma memória, como esta, longe do esquecimento. Mesmo que pareçam esquecidas ou silenciadas, é preciso desconfiar que

“o silêncio pode ser facilmente, mas falsamente, assimilado ao esquecimento” (POLLAK, 2010, p. 10).

O caso dos judeus perseguidos pelo nazismo, e sobre os quais Michael Pollak se debruçou, revela que “a experiência de uma perseguição extrema em um dado período de suas vidas” (POLLAK, 2010, p.11) é o elemento que torna aquela experiência coletiva. Entre os judeus ficou cimentada uma memória capaz de traduzir aquela experiência não só como individual, mas também como pertencente a um grupo social.

Estas memórias individuais, como as ligadas à biografia (BOURDIEU, 2002; LEVI; 2002) de *Crispim Soares* e dos outros/as entrevistados/as, não se vinculam somente a trajetórias pessoais. Quando considerada por um prisma sociológico, vemos que “uma biografia não fala dela mesma” (POLLAK, 2010, p.11), pois ela sempre define e se refere a um dado grupo.

Uma trajetória de vida, nesse sentido, precisa ser lida menos como um acontecimento recheado de fatos lineares, e mais como um acontecimento carregado de movências sucessivas, em que o agente ou o grupo ocupa diversas posições “num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2002, p. 189). Os acontecimentos de ordem biográfica “se definem como *colocações e deslocamentos* no espaço social... “(BOURDIEU, 2002, p. 190, itálicos do original). Um olhar a partir deste ângulo ajuda a compreender a estrutura objetiva que uniu um agente social a outros agentes no correr da sua vida.

A experiência com a barragem de Tucuruí é parte da vida de muita gente da comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry, embora cada família e cada história individual guardem suas peculiaridades, seja no trato com a Eletronorte ou mesmo no que se refere àquilo que cada um perdeu. Esta experiência, em certo sentido, levou muitos da referida comunidade a se inserirem no “Movimento de Expropriado de Tucuruí”, criado nos anos de 1980, e no entorno do qual as demandas eram debatidas e expostas a quem coubesse resolvê-las.

Quando foi em 1982, foi que começou a nossa luta, a dos EXPROPRIADOS. A gente já tinha informações de que eles iam fechar o lago. A gente começou a se organizar, porque a gente não tinha acesso a nada de informação do processo indenizatório. Através da Prelazia de Cametá, D. Elias Chave encaminhou pra Repartimento uma assessora educacional com muita experiência em barragem, a Josefina. Ali em cinco de agosto de 1982 a gente promoveu a primeira assembleia dos expropriados de Repartimento, Tucuruí e Jacundá. Eram só três municípios envolvidos, depois se expandiu. Discutimos as problemáticas do expropriados e o que fazer e aí tiramos uma comissão pra correr atrás dos direitos. Dia 9, 10 e 11 de setembro a gente fez o primeiro

acampamento no escritório da Eletronorte, no SPI. Ficamos três dias ali acampados, foi o ponto de partida. Depois a luta continuou²⁹.

A partir de um trabalho realizado com mulheres sobreviventes do nazismo, Pollak (2010) enfatiza que é possível uma história e memória individual constituir, na verdade, uma história e memória coletivas. E isto se torna ainda mais evidente se observamos que a história e memória devem ser relacionadas aos lugares em que foram produzidas (POLLAK, 2010).

Boa parte dos residentes na vila Tauiry foi partícipe, em alguma medida, dos acontecimentos envolvendo a barragem de Tucuruí. Mesmo quem não viveu aquele momento fala a respeito dele como se o tivesse experienciado. A ênfase dos testemunhos na questão da perda e – em alguns casos – nos acampamentos realizados na cidade de Tucuruí, sugere haver alguns pontos de ancoragem sobre os quais essa memória se alicerça (POLLAK, 1989; 1992; 2010).

Estes pontos de ancoragem constituem verdadeiros “lugares de memória”, para usar uma feliz expressão de Nora (1993). Pollak (1992) nos ensina que as pessoas demarcam os acontecimentos conforme o peso que eles têm em suas vidas. As memórias, nesse sentido, vão se ajeitando em certos lugares na intenção de bloquear o trabalho do esquecimento (NORA, 1993).

Em alguns casos, as lembranças pessoais podem prescindir dos enquadramentos do tempo cronológico ocidentalizado (POLLAK, 1992). Nem sempre as pessoas narram os fatos conforme os referenciais de espaço-tempo a que estamos acostumados. Os fatos podem ser demarcados não a partir de datas específicas, mas sim de outros referenciais.

²⁹Trecho de uma entrevista realizada com o seu Joaquim Veiga [nome real], em 2015, no município de Novo Repartimento originário de uma vila de deslocados pela Barragem de Tucuruí. Seu Joaquim foi uma das lideranças deste movimento, à época. No período em que a entrevista foi realizada, eu estava trabalhando em uma pesquisa diagnóstica sobre migração e trabalho escravo. Demandada pelo programa Rede de Ação Integrada para Combater a Escravidão (RAICE) e pelo Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos "Carmen Bascarán" (CDVDH/CB), a pesquisa objetivava identificar, no estado do Pará, cinco municípios e comunidades considerados vulneráveis à migração e ao aliciamento para o trabalho escravo. Uma vez em Novo Repartimento, soubemos que o senhor Joaquim podia nos dar informações acerca do referido assunto. Mas a entrevista não girou no entorno destas questões. Com o seu conhecimento sobre os acontecimentos relacionados à barragem de Tucuruí, ele teceu uma narrativa na qual construiu uma espécie de linha do tempo acerca da referida barragem, enfocando a organização política dos camponeses afetados. Além de ser um exímio narrador, ele também escreve sobre a temática. O seu livro constitui uma fonte material importante para a compreensão da reconstrução de Novo Repartimento e das lutas que se travou para que houvesse um reassentamento digno. Conforme o seu Joaquim Veiga, “Os expropriados tinham que lutar contra a Eletronorte, contra o prefeito de Tucuruí na época Cláudio Furman, contra o executor do GETAT o senhor João Batista Gomes, contra o senhor Jaime Pinto da Silva na época era o presidente do Sindicato dos trabalhadores rurais de Tucuruí. CLAUDIO FURMAN falava a língua e vestia a camisa da Eletronorte a fim de que os expropriados fossem reprimidos, pois era o tempo do regime militar” (VEIGA, 2014, p.69).

A memória sensorial (POLLAK, 1989), baseada em elementos como o barulho, os cheiros, as cores, permite dizer que há muitas formas de referenciar um acontecimento no tempo.

Recordo-me do primeiro diálogo com *Crispim Soares*, ocorrido no dia 06 de outubro de 2017, quando o encontrei pela primeira vez e manifestei minha intenção em entrevistá-lo. Foi desenterrando e evocando uma música que ele iniciou o compartilhamento de suas memórias comigo. Não se referiu a um local e nem a uma data específica. Ele disse: *eu me lembro, até hoje, quando eu soube o que tava acontecendo. Naquela época fazia o maior sucesso uma música de Lindomar Castilho*, e disparou a cantar um trecho da canção: - *você é doida demais/ você é doida demais. Doida, muito doida, você é doida demais*³⁰.

A música foi sucesso a partir de 1974: ano de seu lançamento. A segunda metade dos anos 70 coincide, justamente, com o levantamento socioeconômico feito pela empresa BASEVI, nas áreas previstas para serem inundadas pelo lago da barragem de Tucuruí.

Neste caso, as datas em sentido de calendário são intercambiadas por outras lógicas de demarcação dos fatos históricos. Apesar de não se basear por datas de calendário com bastante precisão, os referentes da memória trazidos por *Crispim Soares* fornecem excelentes pontos de apoio.

A sua narrativa é rica em acontecimentos, nome de empresas e pessoas que eram influentes naqueles tempos. Assim como qualquer outra pessoa, ao narrar os fatos *Crispim Soares* coloca todo o esquema cultural a que pertence à sua inteira disposição (SAHLINS, 2007).

Existe, portanto, todo um conjunto de experiências incrustado na vida dos ribeirinhos e das ribeirinhas da vila Tauiry. As experiências da expropriação gestadas no contexto da barragem de Tucuruí não estão estacionadas na memória como se fossem ilustrações do passado – algo apenas para lembrar. Tais experiências são frequentemente acionadas nos testemunhos para introduzir qualquer assunto que diga respeito não apenas aos grandes projetos, mas à trajetória de vida das pessoas.

Os *barqueiros práticos* (pilotos de barcos que conhecem o rio Tocantins desde antes da formação do lago da barragem), quando rememoram os períodos áureos da

³⁰ A música *Você é doida demais* foi composta e lançada no ano de 1974 por Lindomar Castilho e [Ronaldo Adriano](#) e fez parte do álbum Lindomar Castilho (1974) *Eu canto o que o povo quer ouvir* – RCA VICTOR 103 0103.

navegação, fazem referência à construção da barragem de Tucuruí como o marco do declínio da profissão. De outro lado, quem articulava a coleta de castanha do Pará e a mineração de diamante, também se refere à barragem como causa do fim do trabalho nessas atividades.

Além disso, é possível encontrar vários outros exemplos acerca da experiência de expropriação do território, e do quanto o esquecimento e o silenciamento (POLLAK, 1989; 1992; 2010) parecem não exercer muita influência sobre essas memórias. Vejamos, por exemplo, o caso da Quadra Poliesportiva Sant'Clair Gomes Pereira, situada no povoado de Tauiry, e que recebe o nome de uma das lideranças da comunidade, que travou vários embates com a Eletronorte no período em destaque. Sant'Clair Gomes Pereira, falecido, era neto do *vovô Prudêncio* – pioneiro da comunidade – a ser apresentado no próximo capítulo.

Sant'Clair fazia parte do “Movimento dos Expropriados de Tucuruí”, no município de Itupiranga. Nas atas de reuniões, e tantos outros documentos da época, sempre consta o seu nome, junto com o nome de várias outras lideranças pertencentes aos municípios e comunidades atingidos pela construção da barragem. Há também registros de seu envolvimento político-partidário no referido município, no exercício de mandato eletivo como vereador.

1.4 Comunidade Tradicional: o autorreconhecimento

As memórias da expropriação provocada pela barragem de Tucuruí são constantemente evocadas pelos ribeirinhos e pelas ribeirinhas da vila Tauiry, quer seja no cotidiano, onde se desenrolam as costumeiras conversas com algum vizinho ou parente na porta de casa, ou também podem percebidas quando eles/as fazem remissão aos efeitos que a construção da hidrovia Araguaia-Tocantins irá provocar ao território e à vida em geral.

Tais efeitos estão previamente pensados a partir dos referenciais da memória, onde elas são utilizadas como uma espécie de “arma política” – expressão mobilizada por Cunha (2017) quando se refere à “cultura” com aspas – ao serem enquadradas no contexto contemporâneo, se constituindo em uma ferramenta essencial para pensar e agir frente a esta situação do presente. Pollak (1989) menciona que há sempre “uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, pp. 8-

9); interação que permite visualizarmos o “trabalho de enquadramento da memória”, e as mediações que nela se interpõem.

O trabalho de enquadramento da memória “se alimenta do material fornecido pela história” e “esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas” (POLLAK, 1989, p. 10) do passado e do presente. Assim, o trabalho de enquadramento da memória reinterpreta incessantemente o passado em função das lutas do presente e do futuro. E este parece ser o caso aqui em questão.

Nesse momento de intervenção de agentes externos [hidrovia] no território da vila Tauriry, aflora um processo de autorreconhecimento da comunidade como comunidade tradicional. Está presente, também, a reivindicação por uma Consulta Prévia, Livre e Informada, nos termos da Convenção 169, no que se refere ao processo de licenciamento da HAT.

Temas relacionados à tradição, como a valorização da história da comunidade, de suas manifestações religiosas, dentre outros, tem sido recuperado e debatido internamente. Além disso, os saberes sobre a pesca, e muitos outros, são sempre valorizados nos espaços coletivos de debate, constituindo um elemento essencial da autoafirmação. A minha compreensão é a de que está havendo ali uma situação de etnogênese, que se constrói pós-Tucuruí. Assim, não parece casual a reestruturação da associação e o fortalecimento das suas diversas instituições, além do estreitamento dos vínculos internos entre os/as agentes sociais e instituições externas, como a Unifesspa, o Instituto Ukatana³¹ e a Rede Eclesial Panamazônica (REPAM)³².

As instituições acima mencionadas têm um peso importante no processo de mediação das lutas ribeirinhas, assim como a minha atuação durante toda a pesquisa. Apesar disso, priorizo, no trabalho, outro tipo de mediação que é, inclusive, anterior à presença dos mediadores citados, naquele território: as memórias da expropriação.

Os trabalhos de campo levaram-me à aproximação das categorias “comunidade tradicional” e “etnogênese”, no afã de tentar compreender a situação com que me deparo. A dinâmica da vila Tauriry tem evidenciado, com clareza, processos de autoafirmação identitária.

³¹Instituto Ukatana, Instituto de Pesquisa e Formação dos Povos Tradicionais do Pará, Maranhão e Tocantins. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=oHScCd5HkjA>. Acesso em 12 de agosto de 2018.

³²

Repam: <https://redamazonica.org/pt-br/>: Acesso em 20 de junho de 2019.

Frequentemente, os ribeirinhos e as ribeirinhas se afirmam publicamente como comunidade tradicional, o que não ocorria fora desse contexto de iminência de construção da hidrovia. Fazem isso ao mesmo tempo em que tecem considerações sobre a expropriação sofrida pela barragem de Tucuruí. Todo discurso sobre a hidrovia tem como preâmbulo o testemunho sobre a barragem de Tucuruí: uma tentativa de evidenciar – para os de fora – a correlação existente, do ponto de vista dos *impactos*, entre um e outro projeto.

O enquadramento das memórias de expropriação no contexto presente é, portanto, um indicativo da atualização porque tem passado tais memórias. Em todo caso, a ameaça ao território e à vida social tem sido muito temida. Afinal de contas, é sobre aquela base física que se constroem as experiências sociais, e o próprio mundo.

Em termos da discussão comunidades tradicionais, Paul Little, no texto *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade* tece reflexões importantes. A primeira constatação que deve ser feita, segundo seus parâmetros, é observar se o que está se denominando de comunidade tradicional possui fundamento etnográfico.

Quando vistos sob a ótica do Estado, os povos tradicionais possuem determinadas semelhanças, quais sejam: são dotados de um regime de propriedade comum; têm um sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. Apesar disso, as semelhanças nesse plano “não obrigam que nos outros planos da vida sociocultural – religioso, identitário, cosmológico, linguístico, etc. – existam semelhanças” (LITTLE, 2004, p. 282).

Existe, outrossim, uma sociogênese do conceito e de seus posteriores usos políticos. Política e juridicamente, o conceito surgiu para caracterizar grupos sociais que empreendem a defesa de seus territórios, frente a ação de outros grupos, e também “no contexto dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde cumpriu uma função central nos debates nacionais em torno do respeito aos direitos dos povos tradicionais” (p. 283).

Desse modo, ele engloba tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, e ambas as dimensões estão intimamente imbricadas. Os ribeirinhos e ribeirinhas da realidade social na qual estou pesquisando consideram-se extrativistas (e o são) na medida em que é do rio Tocantins, da floresta e da terra, que extraem o sustento material, a partir da mobilização de saberes específicos. Extrativistas, aliás, “representam outros grupos sociais incluídos na categoria de tradicionais” (LITTLE, 2004, p. 262) e que são

reconhecidos tanto pelos produtos que extraem e comercializam, quanto por lançarem mão de um complexo sistema de adaptação que vai desde a caça, atravessando a pesca, a agricultura, a fruticultura até a criação de pequenos animais.

Diegues et al. (1999, p. 22) faz referência a povos tradicionais como grupos humanos em que há especificidade cultural e que, historicamente, reproduzem seu modo de vida baseado em modos de cooperação social e formas particulares de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente.

Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. Assim, os “exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas” (p. 22).

Além disso, esses atores mantêm uma relação com o meio biofísico pautada na apropriação familiar e social dos recursos do território. Junto a isso, cabe assinalar que entre “as comunidades de ribeirinhos da Amazônia e os pescadores artesanais do litoral, existem formas de apropriação articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos das águas” (p. 263). Segundo Toledo (2001), as comunidades tradicionais possuem um repertório de conhecimentos ecológicos que geralmente é local, coletivo, diacrônico e holístico. Há todo um sistema cognitivo gerado pelas gerações passadas e que são transmitidos às gerações subsequentes. Essa transmissão é feita oralmente, de modo que o repertório de conhecimentos ecológicos representa um importante recurso intelectual.

O conhecimento, nesse sentido, está vinculado ao ambiente imediato da vida e ele é resultado de experiências acumuladas em um tempo histórico e um espaço social específicos. Além de ser local, diacrônico e coletivo, o autor refere-se ao conhecimento das comunidades tradicionais como sendo também holístico, pois contém informações minuciosas sobre o cenário e paisagens onde são utilizados e manejados os recursos.

Este conhecimento, entretanto, não está apenas relacionado ao reconhecimento e classificação do cenário onde estão situados as paisagens e os recursos (LÉVI-STRAUSS, 1989). Ele também se refere à dinâmica da natureza (relacionada com os padrões e processos), estabelece relações entre elementos naturais e eventos, por isso é relacional,

e também está ligado a dimensões utilitárias dos recursos naturais (TOLEDO, 2001, p. 9).

O autor ainda chama a atenção para as comunidades tradicionais como sendo aquelas que vivem, geralmente, da apropriação dos múltiplos recursos biológicos provenientes da área em que ocupam. Essa troca ecológica com o meio garante, de certa maneira, a continuidade da existência social. A relação prática com o meio biológico é expressa pelas múltiplas estratégias as quais os grupos lançam mão, e cujo objetivo é maximizar a variedade de bens produzidos e assim atender as demandas das famílias ao longo do ano.

Ademais, esse modo de existência resulta numa utilização máxima das paisagens vizinhas, numa reciclagem de materiais, energia e dejetos, na diversificação dos produtos obtidos dos ecossistemas e, especialmente, a integração de diferentes práticas: “a agricultura, a coleta, a extração florestal, a agrofloresta, a pesca, a caça, criação de animais e artesanato” (TOLEDO, 2001, p. 10).

Todas essas práticas remetem a formas de vida social que fazem parte de territórios sociais muito específicos. Paul Little chama a atenção para o fato de que a diversidade sociocultural é acompanhada por uma extraordinária diversidade fundiária, em que as distintas sociedades, cada uma delas, encaminham “formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes geográficos” (LITTLE, 2004, p. 251). As múltiplas formas de relação com o ambiente geográfico delineiam a territorialidade, que consiste no “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (p. 253).

Ele adverte, outrossim, que qualquer território é um produto histórico resultado de processos sociais e políticos, por isso mesmo é dotado de imensas particularidades. De todo modo, “a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas para entender as formas específicas dessa diversidade de territórios” (LITTLE, 2004, p. 254). Paul Little ainda assevera que a compreensão e análise do território de qualquer grupo social passa pela realização de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado.

Mais ainda, o autor chama a atenção para o quanto os territórios dos povos denominados de tradicionais fundamentam-se em décadas, ou mesmo séculos, de efetiva

ocupação e uso. A longa duração dessas ocupações é o que fornece um peso histórico às suas reivindicações. Afora isso, é imprescindível fazer menção ao fato de que a territorialidade dessas comunidades tradicionais é expressa não através de leis ou títulos de terras. Ela perdura e aparece vivamente “nos bastidores da memória” (Ibid., p. 265).

A compreensão das relações tecidas no território passa pelo que Paul Little denomina de cosmografia. A cosmografia sugere que a relação dos indivíduos e coletividades sociais com o seu território inclui o seu “regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantem com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (Ibid., p. 254). De todo modo, uma reivindicação territorial tem uma relação muito particular com a noção de pertencimento, que é representada também pela memória.

1.5 O processo de etnogênese

As reivindicações territoriais nos ajudam a compreender, em certa medida, os fenômenos de etnogênese. A etnogênese tem a ver com o surgimento de novas reivindicações territoriais (ou nova onda de territorialização), como é o caso do reconhecimento de territórios indígenas, quilombolas, extrativistas, dentre outros (LITTLE, 2004).

Para Bartolomé (2006, p. 39) o conceito de etnogênese encaminha a compreensão do surgimento de coletividades étnicas, resultantes de processos migratórios, invasões, conquistas, fissões ou fusões. Ainda, nesse processo, ele também se refere à “análise dos recorrentes processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação”, dentre outros. Assim, o conceito demonstra que os grupos sociais não são estáticos, ao contrário, são possuidores de historicidade e de formas culturais dinâmicas, uma vez que as suas lógicas sociais evidenciam uma profunda plasticidade e capacidade adaptativa.

Em outros termos, a etnogênese refere-se ao “processo básico de configuração e estruturação da diversidade cultural humana” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 40), que data de centenas de milhares de anos e perdura até os dias atuais. De todo modo, a separação e a formação de coletividades sociais é parte constitutiva do próprio processo histórico da humanidade.

Um das características da etnogênese relevante para o nosso estudo é aquela cuja atenção está voltada para a compreensão do “processo de construção de uma

identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva” (Ibid., p. 43). Já foi observado que

[...] uma das lutas das sociedades nativas do presente é a de se constituírem como coletividades, como *sujeitos coletivos*, para poderem se articular ou se confrontar com seus Estados em melhores condições políticas, já que a magnitude numérica e as demandas compartilhadas aumentam suas possibilidades de êxito (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44 itálicos do original).

O fenômeno histórico da etnogênese, como é possível notar, não apenas separa ou forma coletividades. Tem sido cada vez mais expressa a dimensão política no âmbito desse processo. Os grupos (re) surgem ou (re) constroem suas coletividades sociais a fim de se colocarem em melhores condições (políticas) no enfrentamento com outros agentes³³.

Ademais, fica sublinhado que a etnogênese remete ao reaparecimento da mesma sociedade com outro rosto cultural ou com outro nome. Em todo caso, esse processo apenas demonstra “a manifestação pública de coletividades “que já estavam ali”” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 54 aspas do original). Apesar disso,

Construir uma ideologia coletiva em termos étnicos é uma empreitada cujos mecanismos encontram-se muito longe de estarem satisfatoriamente explicados. Em um dos seus níveis, implica uma busca no passado para instituir uma nova relação com a realidade contemporânea. É uma tentativa de des - historização de que padecem os povos colonizados e reconstruir uma história, talvez fragmentária, mas tida como fundamental para recompor uma noção de coletividade, de comunidade histórica que deve se reencontrar com suas origens confusas ou mitificadas a fim de reivindicar, em face dos outros e de si mesma, sua legitimidade passada e presente” (Ibid., p. 58).

Ainda, nesse sentido, as etnogêneses tendem a revelar que os processos de configuração étnica costumam ser acompanhados de vontade de associação política, pois, em geral, a reconstrução de coletividades sociais ocorre no interior de confrontações específicas, como as que se colocam no cenário de construção da hidrovia Araguaia-Tocantins.

A emergência de novas etnicidades revela um processo de produção mesma de novos sujeitos políticos, novas unidades de ação social, através da maximização da alteridade (ARRUTI, 1997). A etnogênese, nesse sentido, é o processo de autoconstituição de grupos sociais e culturais como grupos sociais diferenciados.

³³Bartolomé (2006, p. 45) destaca que a etnogênese também “pode ser o resultado indireto e não planejado de políticas públicas específicas”.

Portanto, a emergência das coletividades sociais não significa um retorno dos grupos ao passado. Trata-se de um ressurgimento social operada numa interação com outros grupos.

Ademais, Arruti (1997) ressalta que tanto a emergência de indígenas na região Nordeste do Brasil, quanto a emergência de comunidades negras está associada aos ‘direitos’ a que estes rótulos fazem referência. Assim,

[...] em todas as situações já trabalhadas, a *recuperação* de uma identidade indígena (...) esteve associada à descoberta da existência desses “direitos”. É simultaneamente ao processo de *descoberta dos direitos* que aquelas fronteiras, sempre tão porosas e atravessadas pela “mistura” e pelo “sincretismo”, mudam de consistência, que o arranjo político interno às comunidades passa por transformações no sentido de uma maior formalização e que a relação com a memória e com as “tradições” também passar por profundas transformações. O atual processo de atribuição de “direitos” às “comunidades remanescentes de quilombos” opera um tipo de transformação semelhante entre as comunidades rurais negras, dando origem também a processos de etnogênese (ARRUTI, 1997, p. 27, itálicos e aspas do original).

Os processos de etnogênese não tratam de recuperar etnias. Eles estão relacionados, mais propriamente, à produção de novos sujeitos políticos, cuja organização mobiliza uma série de elementos identitários compartilhados pelo grupo, e de caráter localizado, que remetem a um passado também comum, cujo objetivo é o alcance de novos recursos, principalmente os de natureza territorial (ARRUTI, 1997).

Fica demonstrado que as emergências de diversos grupos sociais têm um caráter pragmático inegável, mas os fenômenos de etnogênese não podem ser resumidos a apenas este aspecto, uma vez que contribuem para a existência de um sentimento de unidade, de pertencimento e destinos comuns. O importante é não negar a existência destes dois fenômenos (o caráter pragmático e as questões identitárias) que se articulam, dialeticamente, no fenômeno da etnogênese. Isto é, no lugar dessas dicotomias, “devemos reconhecer a relação dialética que se estabelece entre o herdado e o projetado, entre passado e futuro que, no curso das interações, submete elementos de cultura, de estrutura e de memória a re-significações e re-atuações” (ARRUTI, 1997, p. 29).

Pacheco de Oliveira (2016, p. 201), ao trabalhar com a temática referente aos povos indígenas do Nordeste brasileiro, constata a existência do “chamado processo de etnogênese, que abrange tanto a emergência de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já reconhecidas”. Isto ocorre em um cenário no qual os povos indígenas nordestinos eram vistos, inclusive pela literatura antropológica, com base em uma “etnologia das perdas”. A partir dos anos 90 do século XX, os trabalhos cujo enfoque estava centrado nas emergências étnicas e na reconstrução cultural ganham força. E aí se elaboram um

conjunto de conhecimentos sobre os povos indígenas do Nordeste brasileiro, sobre os quais João Pacheco de Oliveira também passa a se debruçar.

Pacheco de Oliveira (2016, p. 203) ressalta que a presença colonial – esse fato histórico – “instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de existência sociocultural”. Em sua investigação sobre a presença indígena na região Nordeste do Brasil, fica constatada a existência de um “processo de territorialização” atualizado pelos indígenas. O processo de territorialização consiste numa atualização da identidade por um determinado grupo social em face de outros grupos. Ele não é, portanto, uma “via de mão única, dirigido externamente e homogeneizador” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p. 210).

De todo modo, as discussões sobre a etnogênese não apenas mostram o quanto as coletividades sociais são agentes de sua própria história (SAHLINS, 1990; 1997; 2003; 2007; 2008), mas também destacam a possibilidade de que essas histórias sejam visibilizadas – inclusive através da memória, como é o caso aqui – como um artifício político (CUNHA, 2017), nos contextos de confrontos com outros agentes sociais.

1.6 A imersão em campo

Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta³⁴ ...
(Machado de Assis)

A pesquisa em curso privilegiou o trabalho de campo como forma de reunir o material necessário para viabilizar as análises e as reflexões. Acima de tudo, este é um estudo que procura seguir, na análise, as interpretações “nativas” sobre aquilo que lhes está acontecendo (EVANS-PRITCHARD, 1978; MALINOWSKI, 1986; VIVEIROS DE CASTRO, 1992). Tal como sugere a epígrafe acima, e para cumprir essa tarefa, o método é indispensável, embora também devamos ficar com as suas vantagens e não apenas com a sua rigidez. A pesquisa em curso tem privilegiado diversas técnicas de coleta de dado, sendo a entrevista gravada e as anotações em caderno de campo as mais amplamente exploradas.

Após algumas incursões baseadas apenas na entrevista com o gravador de voz comecei a introduzir registros audiovisuais, a partir de filmagens com o meu próprio

³⁴ ASSIS, M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. – 2 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2017.

celular³⁵ e, posteriormente, com uma câmera digital. As filmagens iniciaram motivadas pelo meu interesse em ter um registro audiovisual das diversas práticas que, naquele momento, estavam sendo realizadas. Assim, comecei a utilizar simultaneamente o gravador de voz e o celular, depois a câmera digital, para capturar tanto o áudio como as imagens. De certa maneira, o que estou fazendo é um registro de um cotidiano marcado por diversas práticas produtivas, sociais, políticas e simbólicas.

É tanto que a minha primeira filmagem aconteceu numa das casas de farinha do povoado. Naquele momento ocorria a fabricação desse produto, e várias pessoas da comunidade estavam imersas no trabalho. A casa de farinha pertence ao *sr. Pádua*, que é o vice-presidente da Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista vila da Tauiry (ACREVITA). Tão logo mencionei a filmagem ao presidente da ACREVITA, *Simão Bacamarte*, ele ficou animado e aventou a possibilidade de continuidade desse trabalho para, assim, elaborarmos um documentário sobre a comunidade, a partir da memória e das práticas produtivas.

Meio que sem saber se realmente tinha condições e habilidades para fazê-lo, dei vazão ao projeto. Após isso, o próprio presidente da ACREVITA se dispôs a acompanhar-me em vários momentos de realização de entrevistas e filmagens. O que tem sido bastante produtivo, pois a sua presença deixa os interlocutores mais à vontade para o diálogo, e as suas explicações sobre a importância do registro audiovisual facilita os registros. Além disso, tem sido possível explorar temas variados, pois o próprio *Simão Bacamarte* facilita o encaminhamento de perguntas que eu não teria condições de fazer, por não partilhar do universo social e cosmológico do grupo.

Assim, questões como as crenças na Cobra Grande que habita o rio Tocantins, as visagens que apareciam aos barqueiros antes da construção da barragem de Tucuruí, os

³⁵A minha experiência com a produção audiovisual é bem modesta. Ao longo do meu percurso acadêmico participei da produção de dois documentários. Isso ocorreu graças a minha participação do “Grupo de Pesquisa e Laboratório Núcleo de Cartografia Social do Sul e Sudeste do Pará”, vinculado aos cursos de Licenciatura em História e de Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Ambos os documentários foram produzidos junto à comunidade indígena do povo Gavião Akrâtikatêjê, na Terra Indígena Mãe Maria, município de Bom Jesus do Tocantins (PA), sudeste paraense/Amazônia Oriental. O primeiro documentário foi fruto do edital N°06/2014 “Arte e cultura, modalidade produção audiovisual”, lançado pela PROEX, Diretoria de Ação Intercultural/Pró-Reitoria de Extensão - PROEX/UNIFESSP. Foi então que a nossa proposta de documentário denominada de “Língua em narrativas: território, práticas culturais e a cosmologia Akrâtikatêjê” foi a vencedora. Ela corresponde a primeira produção audiovisual da qual participei. A segunda produção é decorrente do mesmo processo. Vencemos o Edital PROEX n° 002/2015 “Arte e cultura, modalidade produção audiovisual”. Resoluções n° 003/2014 e n° 031/2015 CONSEPE e o Decreto n° 7.234/2010 P, com a proposta de produção audiovisual “Akrâtikatêjê e os Cantos Gavião”. De modo que aprendi algumas técnicas de filmagens e também de captação de áudio. Contudo, ainda não sei fazer a edição das filmagens que realizo.

outros seres não humanos habitantes do poço de onde se tira a água para beber, as crenças relativas ao *olho ruim* que atrapalha a fabricação do azeite de babaçu, e tantas outras, me deram um rumo para compreender melhor aquele universo social e cosmológico.

Os rumos das questões encaminhadas por *Simão Bacamarte* faziam referência a aspectos da “cultura” – com aspas – de que fala Cunha (2017). Ele procurou me iniciar nos temas relativos ao universo do simbólico, algo que eu ainda não tinha tido acesso. A partir daquele momento fui adentrando nessa seara, ainda de forma preliminar e sem muito tato.

Boa parte dos interlocutores iniciais tinha uma relação, de algum modo, com ACREVITA. Se bem que a comunidade em geral se relaciona, em maior ou menor grau, com aquela instituição. É o caso de *Porfírio*, um dos primeiros interlocutores da pesquisa no assunto relacionado à pesca, que é politicamente engajado e alinhado com as questões de interesse da comunidade. De todo modo, a associação da referida comunidade tem se fortalecido dia a após dia. Isto tem ocorrido na esteira do processo de construção da hidrovía Araguaia-Tocantins, e a partir dos enfrentamentos.

No início do ano de 2018 a associação contava com menos de 10 associados, hoje (momento em que escrevo a tese, junho de 2019) ela possui 180 membros com carteirinha. Não devemos imputar esse acontecimento ao acaso. O fato é que os ribeirinhos e as ribeirinhas têm procurado se inteirar dos acontecimentos relativos à hidrovía, mas também buscam resolver os problemas de saneamento básico (como a ausência da coleta de lixo), e o problema da água, já que não existe distribuição de água tratada na comunidade. A associação tem sido a principal interlocutora com os poderes locais quando se trata de levar adiante os problemas gerais enfrentados pela comunidade.

Observadas essas questões, nesse ínterim, também conduzi entrevistas com os habitantes mais idosos do lugar. Além disso, me beneficiei das entrevistas que *Simão Bacamarte* realizou com a moradora mais antiga do povoado. Atualmente, ela está com 92 anos de idade. As memórias dos mais velhos da comunidade referem-se tanto aos pioneiros no povoamento do lugar, quanto à dinâmica social e produtiva daquelas pessoas ao longo do século XX.

Tem ficado cada dia mais evidente que a despeito dos tantos meios utilizados para a coleta de dados, o próprio antropólogo é um instrumento de registro essencial (ALMEIDA, 2004). Por isso, tenho procurado realizar uma imersão no cotidiano da comunidade muitas vezes centrada na participação observante (INGOLD, 2017). Quanto

à etnografia, tenho tido certos cuidados para não reduzi-la a apenas um método³⁶ de pesquisa, tal como sugere a antropóloga Mariza Peirano, visto que ela é um procedimento mais complexo e sofisticado que pode (e deve) levar a resultados teóricos.

Nesse sentido, tenho seguido a ideia de que a pesquisa empírica é a condição para a existência da Antropologia. A empiria, segundo Peirano (2014), consiste em “tudo que nos afeta o sentido”. E o que coletamos em campo é o material de pesquisa, que não são só dados, mas “fonte de renovação” ou, mais especificamente, “fatos etnográficos” (PEIRANO, 2014, p. 380)

De todo modo, a etnografia não se presta ao fornecimento de um retrato fiel de uma dada realidade; o seu papel é o de dar uma contribuição teórico - etnográfica para a antropologia, acrescentando algo ao seu escopo teórico. “Etnografia não é método; toda etnografia é também teoria” (PEIRANO, 2014, p. 383).

Por outro lado, o início de uma pesquisa antropológica exige que lancemos mão previamente de alguma (s) abordagem (s) teórica (s) afinada (s) com a problemática a ser estudada. Ainda que os resultados da pesquisa eventualmente possam acrescentar alguma “renovação” à referida abordagem teórica, a discussão inicial deve conter uma proposta teórica clara, para não ficar reduzida tão-somente ao plano empírico.

Bronislaw Malinowski, ao dar instruções sobre esse ponto, recomenda que o pesquisador de campo se baseie na inspiração vinda da teoria. Entretanto, diz ele, “É claro que ele pode ser simultaneamente um teórico e retirar inspiração de suas próprias investigações” (MALINOWSKI, 1986, p. 33). De todo modo, as “histórias teóricas” vão sempre iluminar dados etnográficos novos, sendo este um fenômeno interno à prática disciplinar da antropologia (PEIRANO, 1997).

Conforme me referi anteriormente, os trabalhos de campo são ricos em diversos testemunhos sobre a experiência que as pessoas daquele lugar tiveram com a barragem de Tucuruí. Em virtude disso, reuni leituras que me auxiliam na compreensão da interveniência da memória nos acontecimentos (NORA, 1993; POLLAK, 1989;1992; 2010) e também sobre a biografia (BOURDIEU, 2002; LEVI; 2002).

A etnografia tem sido realizada seguindo alguns ensinamentos da observação participante, que me permitem observar para participar, e participar para observar (GUBER, 2001). Observação e participação têm, ambas, um lugar no processo de

³⁶Sobre este ponto Tim Ingold diz o seguinte: “Eu quero defender a etnografia daqueles que a veriam como um método. É claro que, como todo esforço artesanal, a etnografia tem os seus métodos - as suas regras de procedimento, os seus modos de trabalhar - mas não é um método” (INGOLD, 2017, p. 224).

conhecimento social. Assim, “observación e participación, pueden articularse exitosamente sin perder su productiva y creativa tensión” (GUBER, 2001, p. 62).

Ademais, a informação obtida do ponto de vista da observação requer algum grau, mesmo que mínimo, de participação. Além de considerar importante esse fato, passei a observar, conforme sugere Rosana Guber, o quanto o pesquisador deve compreender, na interação com os interlocutores, “el sentido que éstos le dan al encuentro” (Ibid., p. 65). O fato de viajar várias vezes com eles/elas para alguns eventos específicos, e também o acompanhamento e registro que fiz de muitas coisas que lhes dizem respeito, bem como a disponibilidade que tive para dialogar sobre temas variados me colocou em uma posição privilegiada de acesso às suas vidas cotidianas.

Por isso, tive abertura não só para observar a vida em curso ali, mas também para participar diretamente e daí tirar dados e reflexões importantes. Aliás, a observação participante, conforme especifica Guber (2001, p. 71-72) é muito rica, porque “produjo datos en la interacción misma”.

No mesmo plano dessa discussão, Tim Ingold afirma que a observação participante é fundamental para a antropologia (INGOLD, 2017). Ele faz coro à afirmativa de que não há contradição entre observar e participar.

[...] confusão consiste em confundir observação com objetificação. Observar não é necessariamente objetificar, é perceber o que as pessoas estão dizendo e fazendo, é olhar e ouvir, e é responder atentamente, e é por essa razão um modo de aprender. É isso o que fazemos e vivenciamos como antropólogos (INGOLD, 2017, p. 225).

Além disso, considera que “a observação participante não é uma técnica de coleta de dados, mas um compromisso ontológico” (Ibid., p. 225). A antropologia, quando praticada de tal maneira, significa o estudo com as pessoas, e não apenas a produção de estudos sobre elas, é “por isso que a observação participante deve ser entendida, principalmente, não como etnográfica, mas como educacional. É um modo de aprender e este aprendizado – como sabemos – pode ser transformador” (INGOLD, 2017, p. 226).

Para mim, observar teve o significado de ver o que acontece no entorno e, evidentemente, também ouvir e sentir. Participar teve o significado de fazê-lo a partir de dentro da corrente das atividades através das quais a vida transcorre, concomitante e conjuntamente com as pessoas e coisas que capturam a atenção que se dispensa a elas (INGOLD, 2016).

De modo que se tornou imperioso, no próprio campo, observar e participar, haja vista que não me parece possível conhecer o mundo se desligando dele. Afinal de contas, “o conhecimento emerge a partir das encruzilhadas de vidas vividas junto com outros” (Ibid. p. 407). É assim que o conhecimento aflora, isto é, através “das habilidades de percepção e capacidades de julgamento que se desenvolvem no decorrer de engajamentos diretos, práticos e sensíveis com aquilo que está à volta” (p. 407).

Portanto, observar “é atender as pessoas e coisas, aprender com elas, e acompanhá-las em princípio e prática” (INGOLD, 2016, p. 407), o corolário disso é que não é possível observar sem participar. Ademais, é essa relação de vivência partilhada do mundo – resultando em aprendizagens importantes – que caracterizou o meu “compromisso ontológico” (Ibid., p. 407) com o grupo.

Essa vivência partilhada do mundo com os interlocutores foi muito frutífera, o que fez gerar a confiança para que eles/elas demandassem a mim a produção do documentário, registros fotográficos e várias outras atividades: falarei mais sobre isso nos capítulos seguintes.

Na visão da comunidade, o documentário pode contribuir para dar visibilidade ao grupo e às suas demandas por reconhecimento. E isso tanto internamente quanto externamente. O que eles pretendem, até onde consigo enxergar, é o reconhecimento como comunidade tradicional, através daquilo que Arruti (1997) chama de maximização da alteridade.

1.7 A construção de relações

Dedico-me, agora, a explicar o modo como se deu a minha entrada na temática e no *locus* empírico da pesquisa. Trago à luz os episódios que contribuíram significativamente para que isto viesse a acontecer. Dou proeminência não apenas ao modo como cheguei ao tema e à comunidade; remeto-me, outrossim, à forma como a pesquisa foi desenvolvida, a partir da construção das relações com as pessoas de fora e de dentro do povoado.

Para isso, começo admitindo que a tarefa de expor o assunto é demasiadamente desafiadora, porque transformar em texto aquilo que foi observado e trazer a experiência da pesquisa para os leitores não é uma empreitada modesta e nem simplória. Quando se propõe a comunicar a pesquisa, o antropólogo é convocado a observar determinadas circunstâncias. Entre as principais é possível referir-se ao fato de que ele:

[...] não pode apenas repetir o que ouviu – até citações precisam de contextualizações. Ele precisa interpretar, traduzir, elaborar o diálogo que esteve presente na pesquisa de campo. O antropólogo precisa transformar a indexicalidade que está presente na pesquisa na comunicação em texto referencial. É preciso colocar em palavras sequenciais, em frases consecutivas, parágrafos, capítulos, o que foi ação (PEIRANO, 2008, p. 8-9).

Remeto-me aos procedimentos aludidos acima como possibilidades para uma maneira mais clara de transmissão das descobertas da pesquisa. Ora, situar a experiência do campo dentro das molduras sociais (GEERTZ, 2008) e contextuais que deram origem a ela constitui um dos passos efetivos para comunicar uma nova descoberta e reavaliar a teoria acumulada, nos termos referidos por Peirano (2014).

Haja vista a importância dessas questões, parece-me que é de bom tom ter em conta o sentido situacional da pesquisa. Por isso, não posso me furtar a fazer referência, de início, ao contexto que a originou. O tema do trabalho foi pensado a partir de pretensões surgidas no âmbito acadêmico. Mais precisamente, ele nasce em um projeto de pesquisa interinstitucional intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”³⁷, já mencionado.

O projeto agrega professores/pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade do Estado do Pará (UEPA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Em cada uma das universidades anteriormente mencionadas há professores/pesquisadores coordenando a condução dos levantamentos de dados, que é feita em vários lugares. A articulação entre as universidades que cooperam mutuamente é “costurada” sobretudo através de docentes e discentes vinculados a programas de pós-graduação (embora existam também estudantes da graduação atuando).

A bem dizer, criou-se uma rede de pesquisadores/as em interlocução na qual todos se veem empenhados, de algum modo, em revolver fatos relacionados à memória

³⁷O referido projeto de pesquisa é coordenado pelo professor Dr. Henri Acselrad, docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/ UFRJ), seguido de outras coordenações nas outras universidades que também fazem parte dele. Assim, na Universidade Federal do Pará (UFPA) temos a coordenação da profa. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia (PPGSA/UFPA); na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), a coordenação está a cargo da profa. Dra. Célia Regina Congílio, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA); na Universidade do Estado do Pará (UEPA) a coordenação está a cargo da profa. Dra. Maria das Graças da Silva, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UEPA).

das lutas dos movimentos dos atingidos pela barragem de Tucuruí, antes (1979-1985) e depois (1985- 1990) da redemocratização do país. Tarefa essa coadunada com a premissa central do projeto de pesquisa:

O objetivo geral da presente pesquisa é o de reconstituir e sistematizar o conhecimento relativo à experiência do movimento dos atingidos pela barragem da usina hidrelétrica de Tucuruí, organizando a memória - captada em documentos, em entrevistas com lideranças e membros de famílias atingidas pelo deslocamento compulsório – segundo duas conjunturas: a primeira é aquela que se inicia com a disseminação local de informações de que os moradores das áreas a serem supostamente atingidas pelo enchimento do reservatório deveriam interromper suas práticas produtivas e se termina com o fim do regime de exceção no país, no ano de 1985; a segunda, aquela que se inicia em 1985, marco para o período de redemocratização do país, quando as empresas do setor elétrico sentem-se estimuladas a reconsiderar suas práticas relativas aos direitos das populações atingidas por grandes projetos, e se conclui no ano de 1990, com a posse do primeiro Presidente da República eleito por eleições diretas³⁸.

A partir desse momento, identificar e coligar documentos da época (1979 a 1990), como fontes orais e escritas, e até mesmo iconográficas, se tornou imperioso. Abriram-se, devido a isso, múltiplas possibilidades de investigação que se concentraram na busca por informações em jornais da época; assim como em documentos produzidos pelos movimentos sociais e pela Eletronorte; e também nas cartas e panfletos que fazem parte dessa coleção de materiais; e nas poesias e tantos outros lugares tomados como espaços de manifestação política dos movimentos sociais do período histórico em destaque.

Os grupos sociais da região sudeste do Estado do Pará tiveram uma relação estreita com a barragem de Tucuruí. Os efeitos – diversos – nessa região ainda repercutem entre muitas pessoas. Esse período em que passei a fazer parte do projeto de pesquisa que menciono, coincidiu com o momento em que estava circulando uma série de notícias específicas sobre a comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry.

O motivo pelo qual a comunidade aparecia constantemente nos noticiários de jornais televisivos e radiofônicos era bastante evidenciado: a sua posição geográfica e o seu território coincidem com um dos lugares em que serão realizadas obras para a construção da hidrovía. De maneira que se tornou forçoso fazer referência à comunidade sempre que o assunto envolvia a hidrovía. Em um documento nomeado como

³⁸MEMÓRIAS BRASILEIRAS: CONFLITOS SOCIAIS EDITAL N° 12/2015. Anexo II – Roteiro Básico do Projeto *As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí* – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país. p. 9.

“Anteprojeto de Derrocagem – Hidrovia do Tocantins”, em seu “Volume 4 – orçamento referencial”, de 2015, temos a seguinte exposição:

A Coordenação Geral de Custos de Infraestrutura de Transporte – CGCIT, subordinada à Diretoria Executiva – DIREX, apresenta o Volume 4 – Orçamento Referencial, que trata do Anteprojeto de Derrocagem na Hidrovia do Rio Tocantins no município de Itupiranga no Estado do Pará, no Trecho entre Santa Terezinha do Tauri e a Ilha da Bogéa (km 350 – km 393), extensão 43 km³⁹.

Documentos como este ajudaram a dar vazão à notícia de que as obras da hidrovia terão incidência no território da comunidade. Muitas pessoas e instituições se apropriaram dessa informação e a propagaram, seja de forma crítica (ao tratarem dos impactos da obra no povoado) ou apologética (com discursos centrados na ideia e defesa de um suposto desenvolvimento regional). De todo modo, a comunidade (junto à hidrovia) frequentemente estava nos meios de comunicação, nas instituições e na “boca do povo”.

Até o momento em que fui inserido no projeto de pesquisa mencionado nas páginas acima ainda não conhecia a vila, e tampouco havia tido algum contato com as pessoas de lá. Entretanto, sabia que ali havia uma história de expropriação cujo mote central tinha sido a construção da barragem de Tucuruí.

Em função disso, a comunidade passou a figurar, de maneira mais viva, nas minhas intenções de pesquisa. A finalidade de ir até lá, no primeiro momento, era a de reunir testemunhos sobre os fatos ocorridos quando a barragem de Tucuruí foi instalada na vida e nas experiências das pessoas. A ideia de que os testemunhos viessem a subsidiar a reconstrução da memória das lutas sociais naquele período era o que movia meu interesse, naquela ocasião.

Neste caso, eu estava seguindo as diretrizes do projeto de pesquisa. Foi então que a minha orientadora me chamou para um pequeno (e decisivo) diálogo. Na conversa, extremamente aberta e gentil, ela tencionou sobre a possibilidade da minha pesquisa para o doutorado ser realizada na mesma comunidade em que eu estava interessado em reunir material sobre a memória dos acontecimentos na órbita da barragem de Tucuruí.

Considerei muito positiva a sugestão e imediatamente fiz um aceno favorável a ela. Antes disso – conforme mencionei na apresentação deste trabalho – minha intenção

³⁹Para mais informações ver DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES (DNIT). Anteprojeto de derrocagem – hidrovia do Tocantins. Agosto de 2015. Disponível em <http://www1.dnit.gov.br/anexo/Anexo/Anexo_edital0048_16-00_0.pdf> Acesso em setembro de 2018.

era continuar desenvolvendo estudos sobre a reação de comunidades ribeirinhas, situadas na região sudeste do Estado do Pará, diante do anúncio da barragem de Marabá: que estava em estudo desde o limiar do século XXI⁴⁰.

Avaliando mais de perto, vimos que a vila Tauiry era um ambiente muito particular para a pesquisa antropológica. Ela detém a experiência de ter sido expropriada pela barragem de Tucuruí e de ter que lidar, no cenário atual, com o projeto da hidrovía.

Naquele momento algumas expressões, como “canteiro de obras”, “indenização”, “mão de obra qualificada”, “intervenção no rio Tocantins” passavam a fazer parte – mais uma vez – do vocabulário local. O consórcio DTA/O’MARTIN⁴¹, vencedor da licitação para a execução de várias etapas da obra (elaboração dos Projetos Básicos e Executivo; das Ações Ambientais; e execução das obras de derrocamento) da hidrovía Araguaia – Tocantins” pretendia construir um alojamento para os seus trabalhadores⁴² no campo de futebol da comunidade.

Quando comecei o trabalho de campo, muitos temas relacionados ao projeto hidroviário já faziam parte da ordem do dia. A primeira viagem para a comunidade ocorreu em outubro de 2017. Aproveitei a oportunidade de ir com alguém que já tinha

⁴⁰ O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá estava em estudo desde o limiar do século XXI. Em 2001 inicia-se a captura de dados com vistas à elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Dados oficiais mencionam que 12 (doze) municípios que fazem parte do Pará, Tocantins e Maranhão teriam parte de seus territórios inundados, caso o projeto hidrelétrico estivesse ido adiante. Isso para mencionar apenas os desdobramentos em termos de inundação de territórios. No Pará os municípios afetados seriam: Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará. Em Tocantins: Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Araguatins, Ananás e Buriti do Tocantins. No Maranhão: São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. De acordo com a ELETRONORTE, seriam afetadas cerca de 7.888 pessoas, somando as populações rurais e urbanas, nos três estados.

⁴¹ Informações contidas no Despacho decisório de homologação e adjudicação de licitação. Referência: processo nº 50600.044593/2014-39. Acesso em setembro de 2018. Disponível em <http://www1.dnit.gov.br/anexo/outros/Homologa%C3%A7%C3%A3o_edital0449_15-00_0.pdf> Acesso em outubro de 2018.

⁴²

Toda comunidade da vila Tauiry sabe que havia o interesse da empresa em construir, na área em que fica situado o campo de futebol, o alojamento para os trabalhadores da obra. Eles próprios já ouviram dos representantes do consórcio DTA/O’MARTIN e de políticos locais, por ocasião de uma reunião ocorrida na comunidade no ano de 2018, que a empresa tinha interesse em negociar o campo de futebol para a construção de um alojamento. Isso está registrado em uma ATA de reunião, em vídeos e nos testemunhos das pessoas. Além disso, consta no documento denominado de “Relatório de vistoria realizada no período de 25 a 28 de outubro ao Pedral do Lourenço – Hidrovía do Tocantins, processo nº 02001.000809/2013-80” que “o canteiro de obras para o derrocamento do pedral está sendo projetado na área de um campo de futebol localizado próximo ao RN2”. Disponível em <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empreendimentos.php> Acesso em outubro de 2018. Mais recentemente, o Relatório de Impacto Ambiental do projeto evidencia que o consórcio DTA/O’MARTIN adquiriu uma área um pouco mais à frente do campo de futebol da comunidade para estruturar seus alojamentos (RIMA, 2018).

legitimidade por lá. Assim, aceitei o convite de uma bióloga e professora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) que já estava desenvolvendo pesquisa na comunidade, desde 2015. Ela estava de viagem marcada. A partir de então, o meu interesse em fazer contatos para desenvolver a pesquisa foi prontamente atendido.

De minha parte, já havia interesse em ir à vila, entretanto não possuía nenhuma aproximação com alguém que viabilizasse esse objetivo. E aquela foi a oportunidade ideal para o estabelecimento de um primeiro diálogo com alguém de lá, antes de construir qualquer tipo de relação mais estreita. Desde o ano 2015 a bióloga e professora da Unifesspa desenvolve um projeto de monitoramento da pesca na média bacia Araguaia-Tocantins. A pesquisa, além de ter uma importância fundamental para as comunidades nesse embate com a hidrovia, relaciona-se com o seu trabalho de tese de doutorado.

Essa atividade fazia parte de ações ocorridas dentro de um projeto denominado de “Programa de sustentabilidade no uso dos recursos naturais: monitoramento e gestão participativa de ecossistemas aquáticos em comunidades ribeirinhas na porção média da bacia Araguaia-Tocantins, Amazônia, Brasil (PROPESCA)”, que foi executado entre os anos de 2015 e 2017 (CUNHA, 2018)⁴³. Uma das comunidades que colabora com o estudo é a Comunidade Ribeirinha Extrativista da vila Tauriry.

A pesquisa realizada por ela é um marco na discussão sobre os impactos da hidrovia no que diz respeito à atividade da pesca. E a viagem da qual eu fiz parte tinha como foco, justamente, reunir os pescadores, sobretudo aqueles que já faziam parte da pesquisa em curso, com o intuito de organizar, no mês de novembro do corrente ano, um seminário para discutir vários problemas enfrentados pela comunidade. Tratarei desse seminário no quinto capítulo.

Antes de ir à comunidade, a pesquisadora já havia previamente agendado um encontro com pescadores/as, por meio de diálogos ao celular. Portanto, eles/as já aguardavam a nossa presença. Chegamos numa sexta, dia 06 de outubro de 2017, por volta das 18h40min. O passo seguinte foi visitar algumas famílias, lembrando-as de uma reunião que seria feita no domingo, dia 08 daquele mês. Procurei acompanhar a pesquisadora durante as visitas às residências. Visitamos três pessoas em casas diferentes,

⁴³ Após a sua primeira edição, o PROPESCA ganhou uma nova edição, isto para o biênio 2019 – 2020, e já está em processo de efetivação.

até aportamos na residência de *Crispim Soares*. Nesse dia, ele estava muito saudável, embora nos dias atuais esteja lutando contra um grave problema de saúde: a diabetes⁴⁴.

Era noite e a pesquisadora/professora fez a gentileza de nos apresentar. Ela já havia me adiantado que *Crispim Soares* tinha muitas histórias sobre a barragem de Tucuruí. Daí em diante, criei a expectativa de obter o seu testemunho. Uma vez em sua residência, não demorou muito para que eu o questionasse sobre a sua experiência com a barragem de Tucuruí, e logo emendei outra pergunta sobre a possibilidade dele me conceder uma entrevista no dia seguinte: sábado, dia 07 de outubro de 2018. *Crispim Soares* concordou, mas não sem antes me adiantar fatos relativos aos acampamentos dos quais havia participado, na cidade de Tucuruí - PA, junto ao “Movimento de Expropriados de Tucuruí”⁴⁵.

No dia seguinte, o entrevistei. Ele costuma contar as suas vivências relacionadas à barragem de Tucuruí de uma forma prolixa. Os seus testemunhos longos foram muito positivos, por serem bastante detalhistas em nome de lugares, empresas e de pessoas. Foi através de *Crispim Soares* que pude fazer o meu primeiro registro sobre a experiência direta de alguém da comunidade com a barragem de Tucuruí. Quando retornei da minha primeira viagem à comunidade trouxe comigo evidências contundentes de que a barragem de Tucuruí havia produzido efeitos duradouros nas pessoas da comunidade.

As narrativas sempre estavam revestidas com alguma situação que remete à usina hidrelétrica. E isso ficava claro nas anedotas contadas por eles; nos relatos sobre perdas de roçados ou mesmo perdas de propriedades inteiras; ou de morte de entes familiares em função das doenças surgidas e que acometeram muita gente; e também naqueles relatos sobre a diminuição da diversidade do peixe.

⁴⁴Teve algumas vezes em que fui a campo, isto já em 2018, e procurei *Crispim Soares* para mais uma conversa. Em algumas dessas situações, não obtive êxito em encontrá-lo. Inquiri várias pessoas sobre o seu paradeiro. Disseram que estava doente e internado em um hospital de Itupiranga. Questionei a razão. Contaram-me que era por conta de uma diabete da qual ele padece há muito tempo, e nos últimos dias ela havia ficado mais intensa. De modo particular, e em termos próprios, eles atribuem esse avanço da doença ao fato de *Crispim Soares não ter resguardo de boca*. Segundo me dizem, ele come tudo o que deveria ser interdito para alguém com uma doença como a que o acomete.

⁴⁵ O senhor Joaquim Veiga, uma das lideranças deste movimento naquela época, ressalta que em 1982 é que começa a luta dos Expropriados de Tucuruí (VEIGA, 2014).

Após essa experiência inicial, retorno à vila no mês de novembro de 2017, particularmente nos dias 17 e 18. Por ocasião do “I Seminário sobre os impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a pesca na região: o rio Tocantins para além do uso como via de transporte” pude observar e registrar, dessa vez, situações que faziam referência à hidrovia.

A ocasião foi montada com a perspectiva de que vários ribeirinhos e ribeirinhas pudessem expor os problemas da comunidade vila Tauiry e da comunidade vizinha: vila Santo Antoninho. A “Quadra Coberta Poliesportiva Saint Clair Gomes Pereira” foi o local

Fotografia 3- Reunião na Quadra Poliesportiva Saint’Clair Gomes Pereira



Fonte: Trabalho de Campo (2017). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva

de ocorrência da reunião, que contou com uma quantidade considerável de pessoas provenientes de lugares e instituições diversas. O que favoreceu ainda mais o tom plural do acontecimento.

Esse momento foi duplamente proveitoso. Se por um lado ele favoreceu o debate de problemas enfrentados pelos pescadores e pescadoras, por outro, me deu uma maior segurança do ponto de vista da inserção em campo. Graças a uma série de atividades de

que participei diretamente – processo de organização do seminário, auxílio em várias tarefas – fui conhecendo e me conectando a vários/as agentes sociais da comunidade. Não apenas isso, íamos construindo coletivamente aquele acontecimento. Seja na montagem dos equipamentos de som, na organização do espaço, no processo de convite a outras pessoas, na ornamentação do espaço, tudo se dava em colaboração.

Foi então que estabeleci contato com o presidente da associação da comunidade e com *Porfírio*. Isto me deu suporte para o encaminhamento de outros trabalhos de campo na vila, os quais eu viria a realizar no ano seguinte: 2018.

Fotografia 4 - A estética do ambiente



Fonte: Trabalho de Campo (2017). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Com relação ao teor da reunião coletiva, notei que uma situação particular incomodava a todos/as. A pesquisadora/professora da Unifesspa já havia me adiantado sobre como os ribeirinhos e as ribeirinhas pensam as mudanças que o rio sofrerá, caso ocorra a construção da hidrovia. Uma das falas proferidas no seminário ilustra esse modo particular de pensar e conceber a interferência da hidrovia no rio Tocantins e nos lagos que se formam em suas proximidades.

Eu gostaria de falar só com os ribeirinhos/pescadores. Pense bem, o que é a hidrovia? Você vê a água tomar a rua toda quando faz o esgoto. A água canalizou para o esgoto e acabou a água das ruas. Lembrem bem, quando fizer

a hidrovía a água dos lagos vai desaparecer e vai canalizar [para o rio], e você perdeu tudo. É isso que é a hidrovía. Lembre bem. Pescador, você vai desaparecer. O ribeirão com seus direitos vai desaparecer, porque a água vai canalizar. Lembre-se bem do esgoto. O que é que se faz? Canalizar a água das ruas para uma direção só, um canal só. O que é que se vai fazer com a hidrovía? Canalizar as águas para que a hidrovía tenha a água a uma altura para manter um nível, para que não baixe e a navegação possa passar normalmente ali. Os outros, restantes, não tem nada a ver, porque não estão à altura do que a hidrovía ali vai fazer. Então, lembre bem, o primeiro passo é a canalização de água para alimentar aqueles que estão na realidade precisando. Então, tira a água das ruas e joga no esgoto, tira a água dos lagos e joga no centro [do rio]. É isso que é a hidrovía, para alimentar aquela corrente. Pense nisso. De lá de onde vai começar, até aonde vai terminar vai ser canalizado, e todas as águas não descer para o canal. Então, ali não vai ficar passando barco pequeno porque não é permitido. Aí você vai ver que direto tem voadeira, tem pontos aí corrigindo quem na realidade está cometendo qualquer risco de vida seu e de quem quer seja. Então, não vai ter rede lá, pescando, não vai ter jogo de tarrafa, não vai ter nada disso, porque canalizou para um só sentido. Bote isso na cabeça. Obrigado!

É importante, para o nosso empreendimento científico, registrar essa maneira peculiar de interpretação dos impactos da hidrovía no território. Esta foi a primeira vez que me deparei com a interpretação de que a construção da hidrovía vai sustentar *a água a uma altura para manter um nível para que não baixe e a navegação possa passar normalmente ali*. Com o passar do tempo, vi que essa leitura é recorrente e socialmente preponderante, tanto entre os ribeirinhos e as ribeirinhas da vila Tauiry quanto dos povoados circunvizinhos: um jeito próprio de conceber os efeitos da construção da hidrovía, ancorado numa espécie de ideia fixa de que as águas do rio Tocantins ficarão *suspensas*.

Fotografia 5 – Igarapé Cajazeiras que forma um dos lagos da região



Foto: Trabalho de Campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

A compreensão dos/as agentes sociais sobre a navegação de grande porte no rio Tocantins é a seguinte: embarcações de grandes dimensões só têm condições de navegar no rio quando este está cheio, assim como ocorre no inverno. Essa, para eles, é uma verdade inconteste. Se não for assim o *projeto deles* pode não dar certo. Um rio permanentemente cheio não é adequado para a pesca, sobretudo para a pesca nos lagos.

Os lagos são formados a partir do momento em que o rio começa a *vazar*. Quando o rio está secando, os igarapés também seguem o mesmo padrão. Muitos dos peixes que estão nos igarapés migram para o rio. Mas parte deles não consegue fazer essa travessia e permanece presa nos interiores dos lagos. Tornam-se, portanto, presas fáceis.

Esse movimento é observado como sendo extremamente positivo. Os lagos, além de serem locais de reprodução dos peixes, os quais depois vão abastecer o rio sempre que as águas começam a *vazar*, também são fontes diretas do pescado.

O receio, portanto, é de que haja uma mudança na dinâmica hidrológica dos lagos e igarapés e do próprio rio Tocantins. O trânsito de peixes entre o rio, igarapés e lagos, e vice-versa, é constante no período do ano correspondente ao inverno.

Se eles/elas estão interpretando que o rio ficará permanentemente cheio, consideram também que os igarapés e lagos, assim como o rio, nunca mais irão secar. E se eles não secam, os peixes não podem mais ficar presos nos lagos formados em função desse acontecimento. E isto pode ser considerado grave.

Ora, os ribeirinhos e as ribeirinhas têm o lago da barragem de Tucuruí como parte representativa do seu território. Elas acompanharam o momento em que o rio Tocantins virou lago e mudou a sua dinâmica natural. O rio pode ser controlado de novo, na visão deles/as. Assim, não é estranho que representem a intervenção da hidrovia de tal modo, afinal, esse mesmo território já foi atingido pela tecnologia.

Este é, aliás, o primeiro elemento através do qual os/as agentes sociais constroem relações da hidrovia com a barragem de Tucuruí. Para a hidrovia dar certo, dizem eles/elas, vai ser preciso que as águas sejam *suspensas* através do controle que a Eletronorte exerce do rio, lá em Tucuruí. Caso isso ocorra, os prejuízos, para todos/as, são incalculáveis, pois um rio que fique *todo tempo no nível de inverno* não pode ser apropriado para pescar.

A exposição dessas questões marcou a minha segunda ida a campo, que consistiu sobretudo na participação no “I Seminário sobre os impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a pesca na região: o rio Tocantins para além do uso como via de transporte”. Foi nesse momento que comecei a entrar no modo próprio através do qual os/as agentes sociais interpretam os acontecimentos relacionados à hidrovia Araguaia.

O que me permitiu construir uma etnografia que envolve um necessário “privilegiamento do ‘modelo nativo’, o único capaz de dar um sentido intrínseco (sem o qual a etnologia vira etologia), o único também onde a totalização tem um lugar teórico legítimo” (VIVEIROS DE CASTRO, 1992, p. 176, aspas do autor). Dispendi esforços na tentativa de compreender o “sentido intrínseco” às manifestações que via em campo, relacionadas àquele projeto hidroviário.

Retorno à comunidade para permanecer mais tempo, a partir de agosto de 2018. Foi quando passei do diálogo ao estabelecimento de relações. Conheci outros/as agentes

sociais, além das lideranças da comunidade, que me deram suporte para pesquisar. Isto me possibilitou ter certa facilidade com a questão da logística, casa para ficar durante a pesquisa; me auxiliando para realizar algumas entrevistas – me refiro ao trabalho com os mais idosos; tive acesso ao cotidiano da comunidade, através da inserção em atividades familiares; fui às pescarias; acompanhei a retirada e o beneficiamento do açaí; acompanhei o processo de feitura da farinha; observei como as relações sociais são construídas para viabilizar o trabalho da pesca, da produção da farinha e do açaí, que tem nas redes de parentesco e de vizinhança a sua explicação central.

Tudo isso foi uma construção que demandou um certo tempo, dado que as pessoas de fora eram vistas com uma certa desconfiança. Não é casual tamanho desconforto perante as pessoas de fora do lugar, afinal de contas é muito evidente os efeitos da construção da barragem de Tucuruí na vida da comunidade. Além disso, as relações não muito amistosas com os políticos locais têm favorecido a desconfiança nutrida por indivíduos estranhos e por seus discursos.

1.8 A mesma pesquisa, outros espaços

Os meus trabalhos de campo incluíram a participação em diversas reuniões – falarei disso nos capítulos seguintes - com os representantes da associação. O que contribuiu para aumentar a minha legitimidade junto a eles. No dia 04 de abril de 2018 foi realizado no auditório da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) um colóquio em que representantes do consórcio DTA/O’MARTIN expuseram ao público o projeto da HAT.

Por ocasião dessa reunião, encontrei o representante da ACREVITA e realizei uma pequena entrevista com ele sobre o projeto. Ele quis saber da minha pesquisa. Expliquei brevemente. Aproveitei para pedir-lhe que me explicasse quantas comunidades estão próximas ao Pedral do Lourenção e me falasse um pouco sobre a experiência com a barragem de Tucuruí. Evidentemente que o assunto era demasiadamente longo para ser abordado ali.

A ocasião foi muito importante para mim, tanto por eu ter compartilhado do momento com os representantes da comunidade, quanto porque agora eles me viam como um pesquisador interessado em desenvolver uma pesquisa com e sobre eles. Em outra ocasião, essa em Belém (PA), passamos uma semana compartilhando de um congresso. Trata-se do “XVI CONGRESSO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE

ETNOBIOLOGIA; XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA; I FEIRA MUNDIAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE”, que foi realizado entre os dias 7 e 10 de agosto de 2018.

Também no mês de agosto, desse mesmo, ano lideranças de diversas comunidades foram convidadas a participar de um workshop que ocorreu no auditório sede da Defensoria do Estado do Pará (DPE/PA), na cidade de Belém (PA). O workshop recebeu o nome de “A defensoria pública e a construção da participação popular na Amazônia” e também contou com a contribuição do “Fórum de Justiça e Defensoria Pública do Estado do Pará”.

O workshop transcorreu durante os dias 27 e 28 do mês de agosto, no ano de 2018. método de trabalho utilizado, assim como o objetivo da reunião, conforme consta na programação impressa e entregue aos partícipes, foi a roda de conversa com a finalidade de “estimular uma discussão com autonomia e ampla interação entre as convidadas e os convidados”. Consta ainda que o encontro visava “contribuir para um trabalho menos individualizado, valorizando o reconhecimento de experiências similares e a construção de processos coletivos, envolvendo a convidadas e convidados de diferentes estados”.

Estavam presentes representantes da Defensoria Interamericana do Acre – DPI/ACRE; representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB/Altamira; Movimento Xingu Vivo Para Sempre/PA; defensores públicos do Pará, do Acre; Amazonas; Quebradeiras de Coco Babaçu; Atingidos pela Vale – km 7; Carmelândia; Campos Elísios e Parque Iara; Olaria; Cedenpa; presidente da Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista da vila Tauiry. Além destes convidados, também estavam presentes pesquisadores e professores.

O workshop, conforme previamente se definiu, valorizou a roda de conversa e a troca de experiências entre defensores/as públicos/as dos estados da região norte e também destes/as com as lideranças das comunidades. O enfoque desse diálogo entre os defensores e defensoras esteve assentado na busca pela superação dos desafios no entorno das suas atividades, principalmente no que concerne a aproximação e atendimento as comunidades que necessitam de tais serviços. Por isso, os/as defensores/as ressaltaram a necessidade, cada vez mais urgente, de criação de mais várias agrárias.

Todos os/os defensores/as apresentaram os seus trabalhos e as dificuldades enfrentadas. Aquele foi um momento importante, porque havia muitas experiências em debate. Assim, o desafio central estava em como fazer para levar as experiências dos grupos sociais para o interior das Defensoria Públicas. Os grupos sociais, que tiveram um

momento para relatar os problemas que enfrentavam, tinham uma preocupação estruturante, qual seja: como a defensoria poderia auxiliá-los na construção de Protocolos de Consulta?

É bem verdade que aquele workshop não estava direcionado para ofertar uma formação acerca da construção desses protocolos. Entretanto, essa demanda surgiu com bastante força. E os defensores destacaram a importância de que as lideranças comunitárias, pesquisadores e professores cujo engajamento seja parecido se cerquem de conhecimento sobre a Convenção 169 da OIT.

De todo modo, foi destacado que o protocolo é um instrumento de resistência fundamental para as comunidades que vivenciam processos de intervenção em seus territórios. Diversas experiências foram expostas, o que contribuiu para dar um tom ainda mais plural ao evento, e também para demonstrar que o mecanismo jurídico do protocolo é inteiramente relevante.

Nessa ocasião, o presidente da ACREVITA entrou em contato com os/as defensores/as públicos/as ali presentes. Mas foi no jantar, no restaurante do hotel em que todos estávamos hospedados, que ele pôde se aproximar com menos formalidade do Defensor Público Agrário da região de Marabá, a ponto de trocarem números de telefones e de estabelecerem um breve diálogo sobre a situação da comunidade vila Tauriry.

A partir daquele momento, o defensor também passou a se interessar pelas lutas da comunidade, colocando os serviços da DPE Agrária à sua disposição. De todo modo, ali começou uma relação que, do ponto de vista do suporte jurídico, tem demonstrado ser bastante proveitosa.

A pesquisa, nesse sentido, acompanhou os deslocamentos espaciais e as diversas circunstâncias em que se encontravam os ribeirinhos e as ribeirinhas. Fiz valer, portanto, um dos pressupostos do trabalho de campo malinowskiano, segundo o qual o “etnógrafo não tem apenas de lançar as redes no local certo e esperar que algo caia nelas” (MALINOWSKI, 1986, p. 23). As circunstâncias do campo, conforme mencionado acima, impuseram esse tipo de situação em que a pesquisa precisou ser realizada em vários espaços onde segui os dizeres e fazeres dos/as interlocutores/as.

Capítulo 2: Memórias que não afundam

Fotografia 6 – Barco a motor ancorado na margem do rio: paisagens do território



Foto: Trabalho de Campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Figura 2 – Desenho espacial da comunidade ribeirinha extrativista vila Tauriry, antes de 1980.



Fonte: Oficina de desenho com ribeirinhos e as ribeirinhas da comunidade vila Tauriry (2018)

Neste capítulo faço uma exposição de fatos inerentes à vida ribeirinha na comunidade vila Tauiry, com o objetivo de explicitar a dinâmica histórica de ocupação do seu território. Para subsidiar essa discussão, contei com o suporte de uma literatura já existente (DA MATA; LARAIA, 1978; EMMI, 1999, 2002; MAGALHÃES, 1996; GUERRA, 2001; VELHO, 2007; 2009) e também das memórias de homens e mulheres da referida comunidade.

2.1 A comunidade Tauiry e o povoamento do sudeste paraense

A história do povoamento da vila Tauiry foi marcada pelos diversos “ciclos econômicos” (CARNEIRO, 2009; 2015) de que se tem registro na região sudeste do Estado do Pará/Amazônia Oriental. Apesar de vivenciar a exploração do caucho, de ouro e diamante, da castanha do Pará, da pecuária e das águas dos rios (hidronegócio), a comunidade continua a existir. Há, decerto, uma confluência iniludível entre a história dessas comunidades tradicionais e a configuração histórica mais geral que marca a formação do sudeste paraense (DA MATA; LARAIA, 1978; EMMI, 1999, 2002; MAGALHÃES, 1996; VELHO, 2007; 2009).

As literaturas referentes a esse espaço geográfico e social demonstram que a presença de grupos não indígenas, por aqui⁴⁶, data de fins do século XIX e início do século XX (DA MATA; LARAIA, 1978; EMMI, 1999, 2002; MAGALHÃES, 1996; VELHO, 2009). A fixação mais intensa se daria em momentos ulteriores a este.

Sobre este ponto específico, Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia ressaltam que:

Além da catequese, das bandeiras, da busca do ouro e da caça aos índios, e da expansão pastoril, devemos citar as expedições geográficas que, a partir do século XVIII, procuraram estabelecer as ligações fluviais entre o norte e o sul do país, sendo ora determinadas pelo governo de Goiás, ora pelo do Pará. Dentro deste programa, para facilitar a navegação, foram fundados vários

⁴⁶Toda a região do Médio Tocantins, em que se localizam os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, São Domingos do Pará, São João do Araguaia é reconhecida como tendo sido a maior produtora de castanha do Pará, na região Amazônica (EMMI, 1999; 2002; MAGALHÃES, 1996; VELHO, 2009). A busca por trabalho e por melhores condições de vida levou à migração do Maranhão e do estado de Goiás, principalmente, e de outras regiões nordestinas para cá. O deslocamento, em um primeiro momento (anos 20 e 40 do século XX), não era garantia de que as pessoas fixariam residência. Ao contrário, “tratavam-se de deslocamentos sazonais não havendo, terminada a safra de castanha, uma permanência significativa” (MAGALHÃES, 1996, p. 698).

povoados e fortes, entre eles o de Alcobaça, núcleo central da área que estudamos (MATTA; LARAIA, 1978, p. 62).

O advento do século XX significou o passo decisivo para a fixação de grupos não indígenas, visto que o caucho e as castanhas determinaram o povoamento do Tocantins, especialmente na sua margem esquerda (Ibid., 1978). Além disso, paulistas e mineiros também foram atraídos pelos garimpos no Tocantins e no Araguaia. Eles vieram à procura de diamantes e de cristais de rocha. Graças a isso, formaram pequenos núcleos populacionais, “fixando na área um contingente humano que veio completar os efeitos da expansão pastoril” (p. 62).

A descoberta de produtos como o caucho (ainda no século XIX), a castanha do Pará (explorada mais intensamente no século XX) e o posterior desenvolvimento da agricultura e da pecuária, bem como da mineração, criou condições para a fixação das pessoas que habitavam essa região apenas em caráter sazonal (VELHO, 2009). Em meio ao movimento de migração para o trabalho nos castanhais, nos garimpos de cristais e diamantes, na pecuária, na mineração e etc., houve aqueles que fixaram morada permanente. De modo que a região se constituiu em lugar proeminente no que diz respeito à presença de um campesinato ribeirinho.

Já nos anos 40 do século XX, com a garimpagem de cristal e de diamante, responsáveis pelo fluxo migratório oriundo do Estado de Goiás, é que as condições para a fixação começam a se desenhar. A extração de diamante era uma atividade de verão, ao passo que a coleta da castanha era uma atividade de inverno. Terminada a safra da coleta da castanha, iniciava-se a extração de minério. Isto tornou o povoamento mais efetivo, já que tanto no inverno quanto no verão havia pessoas em atividade (MAGALHÃES, 1996).

A partir do final da década de 1930 surgem, ainda que marginalmente, atividades voltadas para a agricultura. Elas eram realizadas por trabalhadores que haviam se deslocado de longas distâncias e, não podendo manter o padrão de migração sazonal, permaneciam em determinadas localidades e cultivavam alimentos em períodos da entressafra da castanha (VELHO, 2009).

Os produtos cultivados, embora ainda residuais, poderiam até ser vendidos no comércio de Marabá, afinal, o abastecimento da cidade era muito precário. De modo que “a própria prefeitura estimulará em certa medida a instalação desses agricultores por razões de abastecimento e, possivelmente, para evitar a presença de desocupados”, conforme observou Velho (2009, p. 61). É desse modo que gradativamente foi sendo criada uma “pequena agricultura de beira de rio ou de lago e nas ilhas; ou seja, em

território menos cobiçado para outras atividades” (p. 61). Tratava-se, basicamente, da realização de atividades voltadas à subsistência, em formato bem marginalizado, já que não havia uma situação de formalização do emprego.

A fixação das pessoas quer às margens do rio quer nas ilhas ou localidades similares ocorreu em função dessa dinâmica de intermitência ou sazonalidade envolta na economia da castanha. Era preciso produzir a subsistência. E embora tal economia fosse absolutamente forte não garantia a todos os meios necessários à reprodução.

A própria atividade agropecuária também existia nos interstícios da extração da castanha do Pará. Assim como ocorreu com o cultivo de produtos agrícolas, a prefeitura passou a incentivar esse tipo de prática. Outra atividade importante, e que sempre ocorreu simultaneamente à atividade da castanha, foi a extração de pedras preciosas. Nesse sentido, é “assim que surgiam as famosas *corrutelas*, à beira do Araguaia e do Tocantins, das quais a mais célebre em anos recentes foi a do Chiqueirão, em Xambioá (Norte de Goiás), na década de 50” (VELHO, 2009, p. 64, *italico do original*).

Ao longo dos processos de ocupação por povos não indígenas foram se formando diversos agrupamentos sociais, sendo possível perceber uma flagrante constituição de várias comunidades ribeirinhas. Gutemberg Armando Diniz Guerra assinala que “pescadores sempre houve nestas paragens. O ribeirinho, dividindo sua atividade entre a lavoura e a pesca, tinha nesta uma alternativa de trabalho” (GUERRA, 2001, p. 61). A dinâmica da relação com o meio biofísico dava-se segundo as estações do ano: “Pescava no verão, salgava o peixe e vendia nos armazéns dos centros urbanos. É uma atividade que se intensificou com o enchimento da barragem de Tucuruí” (Ibid., p. 61).

Apesar disso, as relações sociais destas comunidades que se localizam as margens do rio Tocantins/Araguaia com os Projetos de Grande Escala (PGE), que disputam esse mesmo território, nem sempre foi harmônica. Há aí uma conflitualidade que teima em se insinuar ao longo da história. A expansão capitalista, por intermédio PGE, está sempre em confronto com comunidades ribeirinhas, camponesas, mulheres quebradeiras de coco babaçu e indígenas desta região.

É o caso, por exemplo, da barragem de Tucuruí que provocou o deslocamento compulsório da comunidade vila Tauriry, nos anos 80 de século XX. Por conta do iminente enchimento do seu lago (cuja previsão dizia que a comunidade iria inundar), os agentes sociais foram expropriados de suas terras e de suas vidas sociais. No entanto, o lago não chegou a inundar a vila; e isto causou muitos transtornos aos seus habitantes. Quando esperavam retornar às suas casas, após a constatação do não alagamento das mesmas, eis

que grande parte dos locais de moradia e das condições de sobrevivência anteriores já não podia ser retomada. Muitas das casas deixadas haviam sido demolidas e vários dos espaços estavam ocupados por outras residências.

Contrariando as previsões, outras áreas, como as da vila de Santa Tereza do Tauiri, não foram atingidas pelo enchimento. Quando da vistoria realizada pela Comissão Executiva Mista em junho de 1985, verificou-se que 31 famílias ainda residiam naquele povoado, sem nada terem recebido a título de indenização ou “benefício”. Suas condições de existência eram, então, muito precárias, dado o estado de abandono em que fora lançado o povoado, cujo motor gerador de luz elétrica havia sido retirado pelo prefeito, e cujas casas, igreja e Grupo Escolar encontravam-se em estado de semi- desabamento. Outras famílias da vila haviam sido expropriadas e relocadas na sede do município de Itupiranga, insistindo, porém, em continuar na área enquanto proprietários das benfeitorias nela existentes. Novos habitantes haviam, por outro lado, instalado em Tauiri casas de taipa e palha, esbarrando, no entanto, nas restrições à coleta de frutos, impostas pelas famílias relocadas que pretendiam a posse das benfeitorias remanescentes (ACSELRAD, 1991, p. 64 aspas do original).

Essas considerações de ordem histórico-contextuais nos ajudam a compreender como esses vários fenômenos, isto é, os “ciclos econômicos” e a barragem de Tucuruí, permaneceram inscritos na vida social da comunidade. Além disso, tais experiências não são apenas fatos que ficaram estacionados no passado. As memórias, conforme vemos ao longo do texto, são recuperadas não apenas como lembranças, mas como referências para os/as agentes sociais lidarem com os acontecimentos que lhes acometem no presente.

2.2 Memórias da afluência

As sociedades de afluência, ou abundância, são aquelas que conseguem atender as necessidades materiais de seu povo (SAHLINS, 1978). E isso se faz ou produzindo muito ou desejando pouco. No final, o que dita se uma sociedade é afluenta ou não será a sua própria formatação social, que informa que tipo de necessidades materiais as sociedades precisam satisfazer.

No caso da comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry, os testemunhos sempre fazem referência a uma ideia de afluência situada, principalmente, antes da construção da barragem de Tucuruí. Entretanto, conforme veremos, pode-se dizer que essa sociedade continua a manter-se afluenta, através da mobilização das unidades familiares para o trabalho na pesca, na produção de farinha, na apropriação de produtos extrativos, no abate de pequenos animais, na caça, nas roças de *vazante* ainda existentes e muitos outros

aspectos. É sempre presente a situação de abundância material, pois é constante a busca por alimentos a partir da mobilização de diversas atividades produtivas durante o ano.

O testemunho que mais pormenorizou a ocupação da referida comunidade foi concedido por dona *Dona Fortunata*. Ela possui 92 anos de idade e nasceu ali mesmo no povoado, em 1926. *Dona Fortunata* é fruto do segundo casamento de seu pai, que tinha vindo *das bandas lá de baixo*, expressão local que se refere às pessoas que vieram de Belém, Cameté e Baião (CUNHA, 2017).

Ele chegou ao povoado separado da primeira esposa e já com a filha mais velha, já falecida, e cujo nome verdadeiro era Domitila⁴⁷. Dona Domitila era casada com o também já falecido senhor Manoel Macena dos Santos⁴⁸. Os netos do casal contam que a sua avó dizia ter 10 anos de idade quando chegou ao Tauiry. Ela nasceu em 1905.

Assim, concluem que a habitação da vila por essa família, de fato, tem início em 1910. O tronco familiar formado pelos descendentes do senhor Prudêncio Gomes, pai da Dona Domitila, sogro de Manoel Macena, e pai da dona *Dona Fortunata* é o mais antigo e talvez o mais numeroso do lugar. Essa história de ocupação, que remete à migração do período histórico em tela, foi objeto de muitas conversas que participei.

Quando chegou à vila o sr. Prudêncio Gomes⁴⁹ comprou a área do proprietário que se chamava Hermínio Sotero. A partir de então é que se inicia o adensamento populacional, graças a uma política de distribuição de lotes adotada por ele. Numa entrevista conduzida pelo seu sobrinho neto, *Dona Fortunata* detalha essa política, a qual estava ancorada em um desejo de seu pai em criar um povoado.

Dona Fortunata - Nasci e me criei aqui, casei e tive dez filhos nesse lugar.

Simão Bacamarte - Quem era o primeiro dono da comunidade Tauiry quando o seu pai chegou aqui, na época?

Dona Fortunata - Era o seu Hermínio Sotero. Quando foi para ir embora daqui ele vendeu para o papai. Aí que começou. Agora, quando o pessoal chegava o papai dava o terreno pro pessoal que chegava.

Simão Bacamarte - Conta um pouco, assim, da história de quando a senhora era criança, como é que era, como vocês trabalhavam. Porque, na época, o seu pai quando chegou teve que comprar essa área. Quando o Hermínio Sotero foi embora vendeu para ele?

⁴⁷ Opto por manter o nome real de dona Domitila, seu Manoel Macena, Hermínio Sotero, Saint Clair Gomes Pereira e de seu Prudêncio Gomes. Todos já faleceram, mas tem seus nomes inscritos em monumentos ou ruas da comunidade, com exceção de dona Domitila, cuja memória é preservada através da oralidade no interior de seu núcleo familiar e de amizades. Hermínio Sotero é lembrando como o negociador da área com seu Prudêncio Gomes.

⁴⁸

Ele teve o seu nome colocado numa das ruas do *bairro Santa Teresinha*, já referido no primeiro capítulo.

⁴⁹

Na comunidade Tauiry há uma rua chamada *Rua Prudêncio Gomes*.

Dona Fortunata. - Foi. Vendeu para ele.

Simão Bacamarte - Para criar a comunidade, o pessoal que chegava ele ajudava a construir a casa?

Dona Fortunata - Era. Ele dava o terreno e a pessoa ia fazer a casa. Aqueles que não tinham condições, ele ajudava, nem que depois eles pagassem pra ele. né? Só que ele não queria. Ele queria era que aumentasse o lugar.

Assim, a comunidade foi se ampliando, em termos populacionais e territoriais, e a vida seguia o seu curso. Naquele período, o contato ribeirinho com as sociedades indígenas era estreito, porém nem sempre harmônico. Como se sabe, aquele território era povoado por grupos indígenas Gavião, sobretudo as margens direitas do rio Tocantins, que se opõe ao local da comunidade – margem esquerda⁵⁰.

Fotografia 7- A margem direita do rio Tocantins vista do porto da vila Tauiry



Foto: Trabalho de Campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

⁵⁰ Não era casual a ocupação da margem esquerda do rio Tocantins por povos não indígenas. Da Matta; Laraia (1978) referem-se a essa “preferência” pela ocupação da margem esquerda do rio Tocantins como uma estratégia para escapar dos ataques de indígenas.

O presidente da ACREVITA, *Simão Bacamarte*, ao participar de um congresso⁵¹ na cidade de Belém, onde também estavam presentes indígenas Gavião Akrãtikatêjê, lembrou os impactos que ambos sofreram com a chegada da barragem de Tucuruí.

Em seus próprios termos, ressaltou que *a nossa comunidade fica em frente onde era a Terra Indígena deles. A gente fica na margem esquerda do rio, e eles ficam na margem direita do rio*. No passado, havia a ciência de que os indígenas habitavam aquele território. Embora fossem temidos⁵², eles eram vistos como habitantes dali, e todos/as se comportavam segundo esse conhecimento.

Havia, portanto, índios conhecidos e índios desconhecidos. A presença dos índios desconhecidos era evidenciada quando o capim ao redor das casas amanhecia *tudo amassado dos índios passarem a noite todinha ao redor do arame, que era cercado o quintal de arame*. Por isso, o receio de um encontro malsucedido estava sempre à espreita. As mulheres, então, não podiam ficar sozinhas na comunidade.

Simão Bacamarte - Na época existiam muitos índios?

Dona Fortunata - Demais.

Simão Bacamarte - A senhora lembra o nome de algum deles?

Dona Fortunata - Os índios daqui da terra do Tauriry ou do outro lado?

Simão Bacamarte - Daqui da terra do Tauriry.

Dona Fortunata - Os daqui eu não lembro não.

Simão Bacamarte - E do outro lado?

Dona Fortunata - Do outro lado tinha o Maid, que eu tinha conhecimento mesmo era só do Maid, e do outro eu já me esqueci. Era os que a gente conhecia lá do outro lado.

Dona Fortunata - No tempo do meu pai tinha um capinzal, assim, quando era de manhã ele ia [lá] e tava tudo amassado, dos índios passarem a noite todinha ao redor do arame, que era cercado o quintal de arame. Aí eles ficavam tudinho, tocava buzinha, quando era de manhã era ciricora que eles tocavam. Aí o papai

51

Refiro-me à participação no “*XVI CONGRESSO DA SOCIEDADE INTERNACIONAL DE ETNOBIOLOGIA; XII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA; I FEIRA MUNDIAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE*”, realizado entre os dias 7 e 10 de agosto de 2018, discutido no primeiro capítulo.

52

João Brasil Monteiro destaca a ocorrência de episódios violentos entre os índios Gavião e os castanheiros que por ali trabalhavam. Em seu livro consta a descrição de um desses confrontos: “Os índios Gaviões de Aldeia localizada a dez quilômetros da margem direita do médio Tocantins Paraense, entre os Igarapés tributários, Cametaú e Praia Alta, no fim do inverno de 1952 tentaram matar com flechas o castanheiro Abel Jorge de Almeida da Ilha de Ipixuna, que catava castanhas-do-Brasil numa das margens do Igarapé Praia Alta. Mesmo atingido na coxa por alguns dardos “*ponta de flecha*”, conseguiu escapar, isso porque estava portando um rifle americano papo amarelo de 18 tiros repetido. Os indígenas voltaram a atacar os trabalhadores ainda naquele ano, antes de findar a safra da castanha eles atacaram com mais flechadas mortais os castanheiros Moisés, Acionílio Gomes Macena, Raimundo preto e o Badeco, todos residentes na vila Santa Teresinha do Tauriri, nos instantes que conduziam paneiros cheios de castanhas e um ou dois jabutis que haviam caçado” (MONTEIRO, 2007, p. 152-153). O sr. Acionílio já é falecido. O seu irmão, hoje com 84 anos de idade, é um dos interlocutores desta pesquisa, e habita a comunidade Tauriry. Ele próprio também me relatou estes acontecimentos recheados de detalhes, assim como os narrados por João Brasil.

achava buzina, flecha, arco, tudo lá eles deixavam por fora do arame. Era pra saber que eles estavam lá.

Simão Bacamarte - Era uma demarcação do território deles, dos índios?

Dona Fortunata - Pois é. Agora, minha mãe não tinha medo dos índios, porque quando foi o tempo que era pra tirar o pessoal de lá, era tudo pra vir embora pra Itupiranga, para não ficar lá, só os homens é que ficavam lá. Porque tinha medo dos índios atacar as mulheres. Mas a minha mãe dizia que ia morrer junto com o meu pai, mas não saía.

As relações com os indígenas, entretanto, não foram as únicas que demandaram uma certa desconfiança por parte da comunidade. Houve, naquele período, investidas de um proprietário de terras que tentou a expropriação do território da comunidade, reivindicando-o, discursivamente, como seu. Os testemunhos dos mais velhos fazem referência a esse fato como algo que marcou uma espécie de vitória ribeirinha sobre uma pessoa considerada economicamente forte:

Cosme - Essa terra aqui disse que era do Juarez Butelo, emendando com a Cici Miranda, aqui enriba. Daqui até a boca do Cajazeiras, e de lá pra frente. Tudo era dele. Ela tava habitada. Aí quando ele trouxe 40 homens, com 40 homens, brocando [derrubando a mata] de lá pra cá, que ia meter aqui e derrubar aqui. Ele falou que a igreja de Santa Teresinha ia derrubar pra botar o gado dele. Esses homens vinham e começavam a beber aí e bagunçar. Ainda pegaram um, amarraram lá no pé de manga: - “fica aí, filho duma égua, amurrando aí”. Aí ficou, ficou e o Miguel Batista tinha chegado também com um bocado de gente. Aí inventaram: “rapaz, vamos botar esses caras pra correr?” Aí: “vamos”. Aí Miguel Batista foi lá em Itupiranga, conversou com o João Brasil [Nesse período João Brasil saía de um mandato de vereador para exercer o mandato de prefeito de Itupiranga (1964 a 1968), aí ele disse: “tá apoiado”. Arrumou cartucho, arrumou bala o diabo a quatro. O que pôde. Aí o cara correu, caiu dentro de um barreiro se molhou todo e papocou, desceu correndo aí aberando o rio. Aí quando chegou lá os homens contaram: “rapaz, botaram ele pra correr aí”. Pegaram a voadeira. Era Lourenço o nome do homem. Aí o Lourenço ficou lá na beira. Aí ele ficou com a espingarda ali...Até hoje, nunca mais eles vêm aqui. Ele sumiu foi pra Belém. Aí chegou lá em Belém, contou à polícia que os terroristas tinham tomado a terra dele. Mas deixa que nós tínhamos um amigo lá em Belém. O Adelino Gonçalves. Aí falaram pra ele. Ele disse: “lá, não senhor. Lá é uma vila de gente, não é de terrorista não. É porque ele quer tomar as terras dos pobres. Lá é só morador. A terra não é dele não”. Aí ficou e parou. Mas ele nunca mais veio aqui. O filho dele ainda veio por ali, andou.

Dona Fortunata, e outros/as agentes sociais de mais idade, testemunharam sobre esse fato, tomado quase sempre como se tivesse sido a primeira tentativa de expropriação que a comunidade sofreu. Mais importante que isso é o ar de triunfo que eles/as emitem quando falam do tema.

Simão Bacamarte - E na época do Butelo, como foi que aconteceu? Disse que teve uma desavença que o Butelo falava que essa região aqui era dele...

Dona Fortunata - É, o Butelo brigou muito por causa de querer tomar ali o nosso lugar.

Lopes - Ele falava que a igreja de Santa Teresinha, ali em cima, ia ser o malhador [curral] do gado [dele], né?

Na época o senhor João Brasil, que foi vereador e depois prefeito (1964-1968) do município de Itupiranga (atualmente ele é um escritor residente na cidade de Marabá), interveio no caso. Este fato também o marcou a ponto de deixá-lo registrado em um de seus livros. João Brasil, que faz referência a si mesmo na terceira pessoa do singular, expõe o fato do seguinte modo:

O vereador João Brasil Monteiro, criou projetos de leis autorizando o Poder Executivo a desapropriar em favor dos moradores do Distrito de Santa Teresa do Tauiri parte da área pertencente ao senhor Antonio Butelo [que era o filho de Juarez Butelo], situada à margem esquerda do médio Rio Tocantins paraense (...) (MONTEIRO, 2007, p. 203).

Naquele período a existência material era garantida de diversas maneiras. A coleta da castanha do Pará, o extrativismo de diamante e o cultivo de roças nas áreas de *vazante* dava a tônica da reprodução social. Além disso, havia a caça, a pesca e a venda da amêndoa do coco babaçu. *Cotrim*⁵³, que mora tanto na cidade de Itupiranga (vila dos expropriados da Eletronorte – *bairro Santa Teresinha*) quanto na comunidade Tauiry revela, a partir da memória, como era a vida antes da barragem de Tucuruí ser construída:

Cotrim - Naquela época nós tínhamos o diamante. Quando dava nesse tempo era festa, né? Começava bem aqui na boca do [pedral] Lourenção, que é bem aqui. Nós tínhamos o diamante, nós tínhamos a castanha. Isso aqui, só tinha bogotela, isso você atravessava era tudo mato. Tinha o açai, tinha caça, nós tinha, nós vivia aqui “não se avexe”, peixe nós tinha muito, pegava aqueles peixes da boca da noite, saía por aí com a tarrafa, chegava com aquela montoeira de peixe, dizia “compadre, tu quer a janta, compadre? ”, quem não vendia. Era um sinal aberto, era barriga cheia. Aí hoje, isso aqui, pro que era, nós estamos no sufoco, desenvolvimento por um lado, porque tem estrada, tem energia, naquele tempo não tinha nada disso, nossa estrada era horrível, Rabeta, aqui, rabeta, não, naquele tempo não existia, era o motor, 70, 80, acredito quando ia, era numa canoa, era remando daqui pro Itupiranga, remando, eu ia, nego ia, levava as coisas, trazia, aí eu até hoje estou aqui. Eu fiz parte de todas as coisas aqui, aí a gente vai envelhecendo, chegando onde eu tô, aí aconteceu, o meu parceiro de luta, nós começamos juntos, porque a toda a história aqui começou, eu fiz parte, os que começaram a história de Tauiry, hoje só existe eu.

⁵³*Cotrim* é um expropriado. Recebeu como indenização uma casa no bairro construído para abrigar os expropriados da comunidade Tauiry. Até hoje ele tem a residência fruto da indenização e vive lá com a sua esposa. Entretanto, *Cotrim* também mora na comunidade Tauiry. Passa três dias na casa da cidade e o restante dos dias da semana fica na casa (que é também um bar) da comunidade. Toda semana ele faz esse trajeto de ida e volta. Na comunidade estão os seus velhos conhecidos e uma antiga esposa, com quem sempre dialoga. Sem mencionar o ambiente, que lhe é familiar.

Os períodos de coleta da castanha do Pará sempre foram considerados como importantes para a dinâmica da vida. A comunidade vila Tauriry era um porto no qual pernoitavam diversos pilotos de barcos, antes de seguirem viagem na direção da cidade de Tucuruí (antiga Alcobaça), carregados do referido produto:

Cristiano - Esse povo que levava a castanha era para os rumos de Tucuruí?

Dona Glória - Para o rumo de Tucuruí, de barco. Esse rapaz aí [...] era piloto de motor. O *Lopes*, outro rapaz que estava aí com ele anteontem, era piloto. Aí quando eles baixavam [paravam] com o motor [barco] carregado, eles estacionavam ali, bem no porto. Aí quando eram 5 (cinco) horas da manhã eles cortavam a cordona e o motor [barco] chamava aí, carregado de castanha.

Nesse tempo o rio era muito *perigoso e brabo* e suas águas eram *valentes*. Quem é jovem – conforme sublinha a interlocutora – chega a duvidar de suas antigas características.

Dona Glória - E perigoso. Perigoso porque quem aprendeu a andar na água braba, hoje anda na água mansa aí tranquilo. Ah esse rio aqui, tem gente que diz: “onde que esse rio era brabo? É só história, menino!” Mas é um pessoal novato que não conheceu. Mas os que moram aqui, que conheceu e que sabia que ele era brabo, como esse piloto aí sabe, ele descia na água braba mesmo, não tinha conversa, não. Ele desceu muito longe aí embaixo. Tinha vez que quando, às vezes ele descia, tinha que fechar a soneca do motor porque era forte. Fechar porque a água era valente mesmo.

Hoje, já não se pode dizer o mesmo, *tá bom demais, até menino anda dentro desse rio*. Somente em épocas de inverno, quando enche, é que ainda assusta um pouco e faz *uma zuadinha*. O fato é que *depois da barragem* o rio veio a *amansar*. Domado, agora não representa tanto perigo quanto antes:

Dona Glória - Agora hoje tá bom demais, até menino anda dentro desse rio, atravessa de um lado para o outro, não tem nadinha, ele ainda tem uma zuadinha quando enche. Quando ele enche ele ainda fica brabinho, ali um pouquinho, não é como tem naqueles tempos para trás, que eu ainda fui ainda assim, quando eu era da minha idade dos meus dez a doze anos eu descia beirando acima mais as parcerias, que era muita menina que morava aqui, a gente ia lá em baixo, olhar aquelas pancadonas [cachoeiras] perigosas. Aí o motorzinho pequenininho, assim, que não dava conta de descer, quando ele mergulhava, já era. Não subia porque não tinha condição, porque a água era braba, muito braba mesmo. Morreu muita gente aí mesmo nesse Lourenção, muito mesmo. Ainda hoje se brincar com ele, vai. Só que não é mais como naquela época. Era perigoso. Hoje está calmo, depois da barragem amansou muito.

Cristiano - Então aqui o povo parava porque tinha que esperar amanhecer para...

Dona Glória - É, tinha que esperar amanhecer o dia, porque não podia entrar à noite. Às 5 (cinco) horas da manhã era hora de tudo quanto era barco sair. Aí saiam todos os motorzões, tudo carregado. Vinha de Marabá, dormia aqui, encostava aí. No porto ficava a carreirinha de motor, tudo encostado. Aí

quando era 5 (cinco) horas da manhã, só escutava os motorzões velhos, cortando água, e só vai descendo. Aí descia um tanto de motor. Tinha vez que vinham dois, três, quatro, tudo carregado de castanha, para levar para Belém. Hoje, é muito fácil, porque hoje tem o carro, tem tudo.

Naquele período a *Pedra do Lourenção* já tinha a famigerada reputação de ser um lugar que oferecia bastante perigo aos navegadores. Como aquele trecho *era bravo*, os barcos carregados de castanha do Pará necessariamente não o ultrapassavam a noite. A comunidade Tauiry era o lugar de pernoitar. Pela manhã, os barcos desciam para a cidade de Tucuruí:

Cristiano - Como era essa parada lá no Tauiry, por que que os barcos paravam lá carregados de castanha?

Lopes - É porque não entrava de noite aí no Lourenção, era bravo, rapaz, isso aí... agora quando dava 6h a gente tava divulgando, daí entrava, né... aí passava aqui, ó, era lindo, o motor... aí eu chegava ali por debaixo daquela pedrona que tá ancorada acolá, lugar de sair fora para pegar o canal aí, embora... eu já ia lá descarregar e saía, um saía cedo, descarregava e saía.

Porfírio - Era tipo uma estação.

João Brasil, escritor, ex-barqueiro e ex-prefeito do município de Itupiranga narra, em seu livro intitulado *História de Itupiranga e de sua gente*, o simbolismo do início da safra da castanha do Pará, naquele município:

Os chefes de grandes famílias ao iniciar o mês de dezembro de cada ano, preparavam-se para a temporada de extração da castanha dentro da mata, ansiosos esperavam o dia 20 de dezembro, data pré-estabelecida pela prefeitura Municipal para de uma só vez, deixarem a ribanceira da cidade em canoas movidas a remos curtos, dispostos a alcançar a margem oposta do rio. A largada obedecia aos seguintes critérios: Após a presença do prefeito e da força pública na ribanceira do rio, um funcionário da prefeitura habilmente acionava pra cima, dois ou mais tiros de seu rifle americano papo amarelo de 18 tiros repetidos, o que denotava evidentemente a tradicional largada para a travessia do Rio Tocantins. Foguetes de rabo também explodiam no ar nublando o céu e minimizando a suada do pipocar de tiros de todos os tipos de armas. [...] O fantástico acontecia de 35 a 40 minutos. Quem permanecesse apostado na beira do rio vislumbrava a luta titânica envolvendo centenas de canoas movidas por hábeis castanheiros remadores, ansiosos para chegarem primeiro em local ideal daquele eldorado, onde catariam maior quantidade de “ouriços” frutos das castanheiras, envolvidos à folhagem umedecida. As famílias que também atravessavam ficavam por lá até o fim da safra, evidentemente deixando a cidade quase vazia e triste” (MONTEIRO, 2007, p. 239-240).

Além da atividade produtiva da castanha do Pará, que envolvia toda a região, a vida da comunidade sempre esteve atrelada à prática de muitas outras atividades voltadas à reprodução das unidades familiares:

Cristiano - E aqui a senhora sempre trabalhou com o quê?

Justina - Só na agricultura, né? Porque eu não tinha estudo. Aí tinha que ser assim, né? Na roça. E as coisas que naquela época a gente vivia era do garimpo; da castanha, na safra da castanha. Tinham os compradores de coco, que a gente trabalhava nisso também. Assim, foi assim que foi...

Cristiano - Era esse coco da praia que a senhora fala?

Justina - Não. Coco babaçu. Criei meus filhos nesses três serviços: garimpo, castanha e babaçu.

Cristiano - E de vez em quando a pesca?

Justina - Não. Pescava porque eu tinha família, assim, e lá um dia.

A retirada do diamante, ocorrida nos verões, era uma prática corriqueira nos pedrais do rio Tocantins. Mesmo hoje é possível ouvir falar que alguém encontrou um diamante, ou que tem alguma pedra preciosa dessas guardada em casa. A vida estava conectada, desde cedo, ao trabalho nas atividades produtivas relacionadas à floresta, a terra e ao rio:

Lopes - Essa época era a área de garimpo mesmo, quando eu me entendi, eu conheci muitos homens trabalhando assim, no pedral aí, com uma enxadinha nas costas, uma pá, a lata e as peneiras, né? Um serviço desse aqui era um lugar de muito cálculo, pra você achar um cascalho bom, né, aí parava ali e ia furando com enxada, até dar no cascalho, se tinha cascalho, conforme ele ia tirando, lavando, amontoava lá fora, né, passava nas peneiras que era pra pegar os diamantes. Eu era menino na época, quando eu saía da escola, final de semana não tinha escola, né, aí eu vinha pra pegar os meus porque tinha que lavar pra aprender, eu quase não abria a peneira entre as pernas, porque a peneira era curtinha, eu era pequeno, eu ia lavar porque era pra aprender a lavar também o cascalho. Tudo aí, muitos homens trabalhando, mexendo com batéia, na época também conheci, e era assim. Mas era muito homem espalhado no pedral, secava muito poço na lata. Pegava a lata cheia d'água aqui, entregava pro outro, que era pra caçar a bica, né. Às vezes duas bicas, três assim, emendadas, uma na outra, né, pra poder dar. Outros já secavam à bomba mesmo, né, e pegava muito diamante nessa arrumação. Agora, por exemplo, isso aqui tudo já foi tirada, já cavou, se não foi tirado foi porque não prestou o cascalho, eles largam.

Após a construção da barragem de Tucuruí, quando *a água ficou grande*, é que a atividade declinou:

Lopes - Agora depois de 80 pra cá o pessoal incutiu com a Serra Pelada. Aí depois da enchente ninguém trabalhou mais, a água ficou grande por um tempo e nego largou o serviço de garimpo, é pouca gente trabalha, trabalha mais assim na mata, negócio de GRUPIARA [é onde ficam alojados cascalhos e, por vezes, pedras preciosas nas margens de rios e lagos], como chamam, né, de montes altos, pra pegar o cascalho lá embaixo. No pedral mesmo, como era antes, era bem pouco.

Cristiano - Antes, como o senhor fala, é antes da barragem?

Lopes - Antes da barragem. Isso, aparecia muito comprador de diamante, chamado capangueiro, faisqueiro, né, eram os compradores de diamante. Os bichos pareciam era igual urubu, pegavam o diamante hoje, quando era amanhã às vezes o cara diz “rapaz, fulano vendeu por tanto”, de noite, às vezes, ainda, não sei quem que é que avisava, mas eles paravam mais no Ipixuna, na região de lá, mas era todo dia passava por aqui, andava aí no Pedral, doidão, onde tinha garimpeiro ele ia atrás do diamante. Se soubesse que tinha um diamante grande assim de quilate, 2 quilates, aí que eles mesmos caminhavam o pedral,

ia bater lá na rancharia [local onde os garimpeiros faziam os seus acampamentos], eles conheciam os pontos todinhos que a gente ficava, né.

Não era preciso ir muito longe para extrair o diamante. Ali mesmo, próximo à comunidade, está situado o *Pedral do Lourenção*, lugar de retirada da pedra preciosa.

Fotografia 8 – Pontos de extração de diamante no *Pedral do Lourenção*



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva e Ronaldo Barros Macena, respectivamente.

Certo dia fui instado a assistir a uma aula ministrada *Lopes*, morador da comunidade desde que nasceu, acerca de como se fazia o reconhecimento de um lugar onde havia diamante. Ele e seu filho, *Simão Bacamarte*, me explicaram quais os saberes necessários para identificar os locais em que existem tais pedras preciosas.

Disseram que é preciso compreender quais as pedras indicavam a presença do diamante numa determinada área. Falaram sobre como o modo tradicional de selecionar a pedra preciosa foi se modificando, influenciado por técnicas novas – o uso de três peneiras sobrepostas – trazidas por mineradores vindos do Estado de Minas Gerais.

Fotografia 9 - *A forma*: composição de pedras que cerca o diamante.



Foto: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Fotografia 10 - Pedras que indicam a presença do diamante numa área.



Foto: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

A identificação dos diamantes não era feita de maneira aleatória. O êxito da atividade dependia da mobilização de certos conhecimentos tradicionais. Os diamantes

não eram fáceis de ser encontrados, era necessário ter ciência do lugar em que eles estavam, e isso dependia de determinados sinais que a própria natureza se incumbia de manifestar. As fotografias (9 e 10) acima mostram, basicamente, como essas atividades eram realizadas. A identificação do diamante era feita através da localização e seleção de diversas pedras situadas ao longo do rio Tocantins.

O conhecimento acerca dessas pedras era o ponto central para encontrar o lugar em que eles estavam. Conseguir distingui-las, uma a uma, exigia a mobilização de certos saberes. Por isso, quatro tipos de pedras representavam um bom sinal de que na área havia diamante: o que se convencionou chamar de *Enxofre*, *Pretinha*, *Ferro* e *Lacre*, conforme referido na fotografia 10.

Um amontoado de pedras formado com esses variados tipos era denominado de *forma*, de acordo com o que mostra a fotografia 09. Se um amontoado de pedras apresentasse uma boa *forma*, isto é, caso houvesse uma grande quantidade das pedras denominadas de *Enxofre*, *Pretinha*, *Ferro* e *Lacre*, significava o prenúncio da existência do diamante.

De todo modo, a sobrevivência ribeirinha sempre dependeu dessa articulação de múltiplas atividades durante o ano. E hoje não é diferente. A antropóloga Delma Pessanha destaca que Otávio Guilherme Velho já havia percebido “a possibilidade de um mesmo agricultor realizar vários papéis” (NEVES, 2007, p. 39). Ela afirma que

[...] já está lá no texto do Otávio a possibilidade de o indivíduo migrar, se estabelecer na terra, mas também exercer várias alternativas, valendo-se dos recursos e das oportunidades que estão ali presentes, sem que por isso possa perder sua identidade de camponês, ou impedir o pesquisador de pensar as ações a partir da posição social do camponês (NEVES, 2007, p. 39).

De todo modo, este parece ser um traço distintivo do campesinato ribeirinho amazônico (HARRIS, 2006; MAGALHÃES, 2017). Assim, apesar de existir uma vida já em curso naquele território, os testemunhos dão conta de que a construção da barragem de Tucuruí influenciou o declínio de várias atividades produtivas e das organizações sociais existentes. Os lugares em que era possível exercer a atividade da mineração, por exemplo, ficaram submersos.

Apesar das áreas de mineração do diamante terem ficado embaixo d'água, ocorre o contrário com as memórias dos/as agentes sociais. Estas, não afundam. Tais memórias são sempre vívidas. Os testemunhos são capazes de delinear, com bastante clareza, não só as atividades de extração de diamantes; eles dão conta de todo um fluxo de existência

ribeirinha, desde à época da extração do caucho, da castanha do Pará, da produção de roça nas áreas banhadas pelo rio Tocantins (as chamadas *vazantes*), até o declínio da atividade de exploração do diamante e a chegada da barragem de Tucuruí.

O *Pedral do Lourenção* representa um marco nas memórias dos pescadores da vila Tauiry, tanto nos períodos relativos ao transporte da castanha do Pará, quanto na época da extração de diamante, pois ele tem relação direta e muito vívida com as duas atividades.

Fotografia 11 – Formação rochosa ao longo do *Pedral do Lourenção* conhecida como *Sumaúma*



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Fotografia 12 – *Pedra do Lourenção*



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Ronaldo Barros Macena, 2017.

Os barqueiros daquela época ressaltam que a *Pedra do Lourenção* representava, como uma fronteira, o início de uma série de cachoeiras que se estendiam até Belém. Essas cachoeiras eram sempre um desafio ao transporte de castanhas, da região de Marabá (e até mesmo de Goiás) para Belém.

Os pilotos da época – chamados de *barqueiros práticos*, o que os diferencia dos barqueiros mais jovens – conhecem as localizações exatas de todas essas cachoeiras. Mesmo hoje, com tais cachoeiras submersas pelo lago da barragem de Tucuruí, os barqueiros práticos são sabedores dos locais onde elas estavam/estão situadas. O barqueiro prático é aquele que conhece o rio em sua configuração anterior à barragem de Tucuruí e em sua configuração contemporânea: pós – barragem.

As cachoeiras podem ter desaparecido, mas as memórias acerca delas ainda permanecem. Em geral, os barqueiros que transportavam as castanhas do Pará aprenderam, desde jovem e com outros pilotos mais experientes, o ofício da navegação. Mais tarde eles próprios também se tornaram pilotos de barcos. Conhecer as cachoeiras e os meandros da condução de um barco carregado de castanha do Pará exigia muita perícia, adquirida através de uma vida inteira de aprendizado. Vencer as violentas águas do *Pedral do Lourenção* significava um passo importante no conhecimento do rio Tocantins e, conseqüentemente, em sua navegação.

Capítulo 3: O material e o simbólico: a reprodução da vida

Fotografia 13 – O céu refletido nas águas do rio Tocantins



Fonte: Trabalho de Campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Este capítulo apresenta a comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry. O foco são as atividades produtivas, a organização social do trabalho, os aspectos simbólicos e os saberes que estão conectados à vida de maneira geral.

3.1 O sistema de transporte local

Cheguei à vila Tauiry para o último trabalho de campo às 16 horas do dia 19 de junho de 2019. É verão. No caminho uma chuva caía sobre a rodovia Transamazônica, na entrada da cidade de Itupiranga. Como em quase todas as vezes que vou à comunidade, estou de moto. A chuva não cai por toda a cidade. Ao chegar ao centro, percebo que o asfalto ali não está encharcado de água, como ocorreu no percurso que atravessei. Os pingos d'água haviam cessado.

Deixei a rodovia Transamazônica para trás e segui adentrando a cidade, avançando cada vez mais para perto da orla do rio Tocantins e, conseqüentemente, para o local de entrada da referida vila. Acelero a motocicleta um pouco mais e, em menos de cinco minutos, tenho acesso à vicinal (estrada de chão) que margeia o rio, sentido a barragem de Tucuruí, onde a 20 km de distância está localizada comunidade.

Fotografia 14 – Estrada de chão que liga a cidade de Itupiranga à vila Tauiry.



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

No transcorrer do percurso, observo as modificações que a estrada de chão sofreu durante os períodos em que estive ausente. É notória a manutenção realizada pela prefeitura do município, se comparada às condições anteriores de trafegabilidade. A estrada está excelente, apesar da poeira em alguns trechos.

Na última vez em que estive na comunidade – maio de 2019 – a condição de trafegabilidade não estava a favor de nenhum condutor. Nem mesmo dos possuidores de bons veículos. Havia muita lama, o que significa quase sempre uma armadilha para motoristas sem a experiência necessária para transpor a estrada de um lugar a outro.

A estrada estava em boas condições, mas não é essa a sua configuração regular. Tanto no verão quanto no inverno as condições encontradas pelos ribeirinhos e as ribeirinhas da comunidade vila Tauiry, Santo Antoninho e de outras mais próximas não lhes são favoráveis. Apesar disso, não posso me queixar de que a viagem tenha sido ruim, pois quase sempre ia de transporte próprio: situação distinta daquela comumente enfrentada pelos/as agentes sociais em tela.

O deslocamento ordinário para a cidade de Itupiranga, em geral, é feito por um caminhão no estilo “pau de arara”. O proprietário do caminhão *é gente nossa*, já que tem residência tanto na vila Santo Antoninho quanto no povoado de Tauiry. O seu carro é muito utilizado pelas pessoas das comunidades. Ele está presente onde o transporte público municipal está ausente.

Fotografia 15 – Caminhão pau de Arara: meio de transporte terrestre



Fonte: Trabalho de Campo (2019). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

A passagem custa 10,00 reais. Apesar de ter uma importância inquestionável para a oferta desse serviço, o conforto está aquém do necessário. Refiro-me a esse fato porque as famílias destacam que é muito penoso para os mais idosos terem que subir e descer de um caminhão sempre que necessitam ir à cidade. Sem mencionar o quão difícil é percorrer 20 quilômetros em condições nada agradáveis para quem está com 70, 80 anos ou está

com a saúde frágil. Em face dessas condições, muitos pedem favores a quem tem carro particular ou pagam mais caro pelo serviço de outros.

As idas do caminhão à cidade de Itupiranga ocorrem de segunda a sábado, transportando pessoas, mercadorias e produtos diversos da cidade para as comunidades (e vice-versa). O ponto de partida inicial do carro é a comunidade Santo Antoninho. Todos têm em mente os horários programados da viagem. A saída de Tauiry para a cidade de Itupiranga dá-se por volta das 7h30min. O retorno é mais ou menos as 14h:30min.

Veza ou outra alguém se desloca até Itupiranga em veículo próprio, que quase sempre é uma motocicleta. As motocicletas, de modo igual, não são utilizadas apenas para o transporte de pessoas. Elas transportam farinha, açaí, peixes e todo tipo de material que julgam ser possível levar ou trazer.

3.2. Um território tradicional

Figura 3 – Carta imagem de localização da Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry, no município de Itupiranga - PA



A figura (3) é o traçado espacial da comunidade Tauiry. As ruas da vila têm nomes que expressam, dentre outras coisas, a história, os primeiros ocupantes e a vida religiosa. Assim, temos (a) a *Rua da Igreja*, onde se situava a antiga Igreja católica de Santa Teresinha; há também a (f) *Rua Santa Teresinha*, em referência a uma dimensão da religiosidade do lugar; a (d) *Rua Prudência Gomes*, em alusão à memória do habitante pioneiro do povoado; junta a estas existe também a (b) *Rua Bandeirante*, a (c) *Rua do Sossego*, a (e) *Rua São Raimundo*, a (g) a *Rua Nova*, a (h) *Rua Palmeiras* e a (i) *Rua do cemitério*.

Os pontos redondos são lugares onde residem pessoas, fora do traçado das ruas. Nesse universo sócioespacial há atualmente 14 (quatorze) “estabelecimentos comerciais”⁵⁴. Tais estabelecimentos, é importante sublinhar, são as próprias residências dos/as agentes sociais. Portanto, não existe um “estabelecimento comercial” que seja, exclusivamente, comercial. São casas onde residem famílias e que também comercializam diversos produtos.

Não entram nos levantamentos que fiz – através da contagem das casas, uma por uma – as residências onde são vendidos apenas açaí, murici, cajá, azeite de babaçu, e outros produtos extrativos, porque essas atividades são circunstanciais. Entretanto, o açaí compõe o rol de mercadorias de muitos dos “estabelecimentos comerciais” e é produzido em grande quantidade. Assim como a farinha.

Também não contabilizei as residências que comercializam pequenas quantidades de peixes. Há uma barraca na beira do rio, embora nem sempre seja possível encontrar algum pescado por lá, com sorte e na circunstância correta (às vezes encomendando) é possível adquiri-lo. O mesmo vale para os pescadores: se encomendar, não tem erro. Há uma dificuldade em mapear essas atividades que ocorrem de forma situacional, mas elas existem.

Todas as atividades listadas, somadas às várias outras existentes, são fundamentais para a sobrevivência material das unidades familiares. Um parêntese importante é que estou considerando “estabelecimento comercial” – na falta de um termo mais apropriado-

⁵⁴Na ausência do dinheiro, o crédito é a forma mais comum de se realizar a troca comercial. Os estabelecimentos contam com cadernos onde são anotados os nomes dos clientes que, na falta do *papel*, empenham a palavra na hora de adquirir algum produto a prazo (fiado). Isto basta para sair dali portando a mercadoria. Na comunidade, honrar a palavra tem muito valor. É possível perceber essa nuance quando algum compromisso é assumido com um ribeirinho ou ribeirinha. No horário de algum encontro previamente acordado, eles/as ficam apostos, aguardando firmemente.

casas onde existem oficinas de moto, bares e mercearias. Tudo está contido nessa nomenclatura.

Além dessa dimensão comercial há também os prédios das instituições religiosas, perfazendo um total de cinco igrejas. Quatro protestantes e uma católica. Uma das igrejas protestantes está em fase de construção, por isso passou a ser considerada na contagem. Existe, portanto, a *Igreja Assembleia de Deus*, a *Igreja Pentecostal Unidas do Brasil: o evangelho completo para o mundo inteiro*, a *Igreja Assembleia de Deus Ciadseta – PA/MT Congregação Salém* e a *Igreja Adventista* - em construção. Junto a estas há a *Igreja católica Santa Teresinha*.

No interior da comunidade estão em funcionamento quatro casas de produção de farinha – as *farinheiras*. Elas também se concentram nos lotes circunvizinhos. As *farinheiras* do interior da comunidade ocupam parte do espaço das residências. São construídas nos quintais, debaixo de uma casa aberta, geralmente coberta de palha. O trabalho, via de regra, é sempre coletivo e no sistema de meia: veremos mais adiante.

Outros elementos, partes daquele universo sócioespacial, também se revelam proeminentes. Charles Wagley, ao chegar em Itá (nome fictício da comunidade pesquisada por ele ainda nos anos 50 do século XX) relatou que a igreja, branca e luminosa, com o seu telhado cor de barro foi o primeiro edifício a apresentar traços distintivos os quais prenderam a sua atenção (WAGLEY, 1977).

Na comunidade vila Tauriry um monumento particular, que sequestra o olhar de quem chega é a *Quadra Coberta Poliesportiva Saint'Clair Gomes Pereira*. Duas situações a tornam importante. Primeiro porque a sua grandiosidade se contrapõe a qualquer casa ou edifício ali existente. Em segundo lugar, por receber o nome de uma grande liderança política da comunidade, lembrada por sua luta em prol dos direitos daqueles que foram expropriados pela construção da barragem de Tucuruí, o que indica o quanto tais experiências não foram esquecidas (POLLAK, 1989;1992; 2010). A quadra é uma construção recente: a sua fundação data de julho de 2016.

Fotografia 16 – *Quadra Coberta Poliesportiva Saint'Clair Gomes Pereira*



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva e Ronaldo Barros Macena, 2017, respectivamente.

A comunidade faz múltiplos usos desse espaço. Além das rotineiras partidas de futebol organizadas pelos mais jovens, é utilizado para atividades de educação física dos estudantes da Escola local: *Escola Augusto dos Anjos*. As diversas reuniões organizadas principalmente pela associação exigem, de maneira igual, a sua utilização. O mesmo acontece quando alguma liderança local participa de eventos fora do povoado e, por ocasião do seu retorno, há uma espécie de prestação de contas das vivências adquiridas. Tudo se passa publicamente. Esta é mais uma oportunidade para que a quadra sirva de apoio aos ouvintes da preleção, frequentemente conduzida sob múltiplos olhares.

De todo modo, as partidas futebolísticas não definem, exclusivamente, os sentidos para os usos desse espaço. A sua apropriação é socialmente orquestrada, uma vez que é lá onde ocorrem as atividades coletivas voltadas sobretudo para as discussões envolvendo algum tipo de tomada de decisão. Afora isso, o ato de nomeá-lo com o mesmo nome de uma das lideranças políticas indica que esse espaço é um lugar de memória, uma vez que a memória tem essa capacidade de se enraizar no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto (NORA, 1992).

No ano de 2018 houve mais uma mudança significativa na paisagem, e na vida, da comunidade. Foi construído um posto de saúde⁵⁵, logo nos primeiros metros da *Rua da Igreja*. Essa era uma das reivindicações mais antigas e significativas para todos/as. Embora reclamem constantemente do tamanho pequeno do posto de saúde, ele é muito aproveitado sobretudo pelos mais idosos. Para que funcione ordinariamente, há a presença de uma técnica de enfermagem.

Fotografia 17 – Posto de Saúde da vila Tauiry



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

⁵⁵ Um dos vereadores da cidade de Itupiranga, em uma reunião na câmara de vereadores daquele município, já havia posto em pauta - em 2017 - a discussão sobre “a necessidade de construção de um posto de saúde na vila Tauiry”. Ata da reunião da décima quarta sessão ordinária da Câmara Municipal de Itupiranga. Disponível em https://www.google.com/search?q=posto+de+sa%C3%BAde+da+vila+Tauiry&rlz=1C1NDCM_ptBRBR813BR813&oq=posto+de+sa%C3%BAde+da+vila+Tauiry&aqs=chrome.69i57.7383j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8 Acesso em dezembro de 2018.

Em períodos históricos anteriores a instituição que ocupava um lugar visualmente privilegiado era a igreja católica. Antes do deslocamento provocado pela Eletronorte a igreja estava situada bem próximo à beira do rio. Por força do processo de expropriação, o seu lugar sofreu uma mudança.

Hoje, ela está localizada no centro geográfico da comunidade, e só abre as portas em algumas ocasiões específicas. Nas épocas de festejos há uma retomada do seu dinamismo, dado que essa é uma prática ancestral cuja continuação é levada a cabo tanto pelas antigas quanto pelas gerações mais novas.

Fotografia 18 – A igreja católica conduz o Festejo de Santa Teresinha, padroeira da comunidade



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Os festejos de tradição religiosa católica, de maneira geral, sempre constituíram momentos propícios à sociabilidade não apenas para os ribeirinhos e as ribeirinhas da comunidade. Os testemunhos dos mais velhos revelam o quanto essas ocasiões eram (e ainda são) fundamentais para conectar as diversas comunidades da região. Essa prática tem sido consecutivamente recuperada nas memórias dos/as agentes sociais que vivenciaram a época em que havia muitos festejos na região.

Certa vez visitei a ilha onde estava situada a antiga cidade de Ipixuna (PA), a qual também foi deslocada pela Eletronorte. Dois ribeirinhos da vila Tauiry me levaram até lá, sempre enfatizando que ali já havia sido um dos principais espaços de sociabilidade que fora perdido devido ao avanço do empreendimento. Um dos elementos principais elencados por suas memórias foi, justamente, os festejos daquela cidade, muito apreciados pelas pessoas da vila Tauiry e da região em geral.

Aquela realidade, que já não existe mais, tinha possibilidade de ser vivida até a primeira metade dos anos 80. Na época, a logística do transporte pelas águas tinha como epicentro a canoa movida a remo: meio fundamental que levava as pessoas da comunidade até a antiga cidade de Ipixuna e diversos outros povoados.

Fotografia 19 – A canoa que conduz às águas do rio e ao rio das memórias



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Os Santos podem não prender a admiração do antropólogo, mas eles são muito importantes para o “nativo”, conforme assinala Saéz (2009). O Festejo de São Miguel constituía, portanto, o mote principal das idas à cidade de Ipixuna.

Porfírio - Era o São Miguel que era o padroeiro daqui da região na época, né?

Lopes - Dava [dia] 29 de setembro, a gente vinha pro festejo aqui. Agora, que tal? De canoa, para voltar de ressaca, hein? Dava muita gente, entretia. Fora, no lado da igreja, tinha um bocado de barraquinha...

Porfírio - Aí a galera que vinha lá do Tauiry, era tu...

Lopes - Era eu, Alfredo (esse já é falecido), era Vavá...

Porfírio - O Pé-de-Mulambo, vinha o Pé-de-Pano. O Pé-de-Pano era o Valdivino...

Lopes - Não, o Valdivino, nessa época ainda não vinha, não.

Porfírio - Mas o Catalino não perdia, hein? Porque o Catalino era garimpeiro aqui, né? O Vieira também era bem jovem, mas ele ainda garimpou nessa região aqui também, mas para o festejo aqui, ele não vinha não.

Lopes - Não vinha não. Dos que vinham aqui é poucos que têm. [...] Ah, o Bastião também. Mas nessa época ele não estava aqui, morava lá na ponte do Jatobal.

Porfírio - Então quer dizer que tu é um dos mais antigos do Tauiry mesmo?

Lopes - Nasci e me criei ali.

Porfírio - Tu tem o quê de Tauiry?

Lopes - 83 anos. Eu nasci e me criei lá, né.

Uma boa parte dos habitantes da antiga cidade de Ipixuna que não foi residir no novo município de Ipixuna vive atualmente em Itupiranga, em um lugar conhecido como *Distrito de Cajazeiras*. Em Cajazeiras a Eletronorte construiu uma vila para os expropriados. Além deles, também foi levada para lá uma parcela significativa dos expropriados de uma localidade conhecida por Jatobal, situada no município de Jacundá (submersa pelas águas do lago).

Da vila Tauiry é possível acessar a localidade de Cajazeiras através das vicinais (estradas de chão) que ligam diversos povoados naquela região. A referência espacial dos moradores da velha Ipixuna e do povoado de Jatobal foi convertida do rio para a estrada. Assim, quem outrora possuía uma espacialidade insular se viu compelido a residir as margens direita da rodovia Transamazônica (BR-230). Apesar disso, muitas famílias ainda reivindicam a sua condição de ribeirinhas.

Recentemente, as lideranças locais – um conjunto de jovens articulados com as pessoas mais velhas que passaram pelo processo de expropriação – se reuniram com o intuito de criar uma associação para discutir temas ligados ao reforço dessa identidade. E assim o fizeram.

Após vários dias de reuniões, discussões e intercâmbios com as lideranças da vila Tauiry, as lideranças de Cajazeiras criaram a *Associação das Famílias Ribeirinhas Extrativistas no Distrito de Cajazeiras, município de Itupiranga -PA*. Todos estão preocupados com a hidrovía Araguaia-Tocantins e temem não ser indenizados, haja vista que nunca resolveram *as pendências* gestadas pela barragem de Tucuruí. Esse fato não é fortuito, ele faz parte de um repertório de luta que está curso.

Conforme mencionado anteriormente, o intercâmbio entre as comunidades que vivem (e viviam) as margens do rio Tocantins existe desde tempos passados, principalmente por ocasião dos festejos. Muitas pessoas de Cajazeiras frequentam o Festejo de Santa Teresinha (padroeira da vila Tauiry), que ocorre sempre no mês de outubro de cada ano. Em 2018, o referido festejo foi realizado do dia 22 ao dia 31 de

outubro, contando com uma quantidade expressiva de pessoas de dentro e de fora da comunidade. O Festejo de São Miguel, padroeiro da antiga ilha de Ipixuna – o *Ipixuna Velho* – continua a ser realizado no distrito de Cajazeiras.

Entretanto, não existe mais o tradicional deslocamento realizado pelas famílias do povoado de Tauiry para aquela festividade religiosa. O intercâmbio tem ocorrido de modo unilateral (apenas as pessoas de Cajazeiras frequentam o festejo da vila Tauiry). Na comunidade Tauiry também acontece o festejo do Divino Espírito Santo, com ocorrência no primeiro semestre de cada ano, no mês de maio ou no mês de junho.

Apesar de não contarem mais com as idas aos Festejos de São Miguel (no *Ipixuna Velho*), as pessoas do povoado de Tauiry mantêm a realização das suas próprias festividades, e atividades, dentro e fora da (s) igreja (s). Essas manifestações de cunho religioso são constitutivas da vida social das distintas comunidades tradicionais da Amazônia. Estudos de base antropológica referem-se a esses povos como possuidores de uma relação muito estreita com o catolicismo, e a sua religiosidade se manifesta, sobretudo, na crença e no culto aos santos (GALVÃO, 1953; MAUÉS, 2005).

Eduardo Galvão, ao estudar essa temática na região amazônica (MAUÉS, 2005), observou que “cada povoado, sítio ou comunidade, tem o seu santo padroeiro e alguns mais, de devoção” (GALVÃO, 1953, p. 3), não costumando coincidir os calendários festivos das celebrações em relação a este ou aquele santo.

Além disso, ressaltou também que o culto aos santos é sempre uma realização coletiva. Este momento, que constitui uma verdadeira reunião social, é exercido quando “mesmo os moradores mais isolados, para cultuar o santo de sua devoção, convidam os moradores próximos, ou parentes e amigos, para juntos rezarem uma ladainha ou uma novena” (Ibid., p. 4). De todo modo, os santos são entidades domésticas benevolentes, protetores de indivíduos ou da comunidade como um todo, a fim de manter seguro o seu bem-estar.

Junto ao catolicismo⁵⁶ presente nas ideias e instituições dos habitantes rurais da Amazônia, Eduardo Galvão chama a atenção para a existência de outras crenças. Trata-se da crença em seres encantados que habitam os fundos dos rios ou a floresta, tais como o Boto, a Cobra Grande, o Curupira, Anhangas, Visagens, Matinta Pereira, entre outros

⁵⁶Conforme especifica Eduardo Galvão, o catolicismo foi introduzido na região amazônica “desde as primeiras décadas do século XVII. Missionários e colonos impuseram-no e difundiram-no entre a população nativa. Sociedade indígena, tribais, foram desmembradas e incorporadas às ideias missionárias ou aos centros coloniais que se fundaram” (GALVÃO, 1953, p. 10).

seres habitantes da natureza e do mundo sobrenatural, e contra os quais a ação dos santos é importante (GALVÃO, 1953).

De acordo com Maués (2005), os seres encantados podem se manifestar de várias formas. A partir dessas manifestações é que eles recebem nomeações específicas. Quando são chamados de bichos do fundo é porque se manifestaram nos rios e igarapés, sob a forma de cobras, peixes, botos e jacarés.

A Cobra Grande, por exemplo, é uma criatura do mundo aquático. Ela é descrita de forma semelhante a sucuriçu gigantesca, e seus rastros deixam buracos fundos que dão origem aos igarapés. Ela “costuma aparecer à noite, tem os olhos brilhantes como faróis de navio, e, algumas vezes, toma a forma de “navio encantado”. Persegue os pescadores e canoeiros, arrastando-os para o fundo d’água” (GALVÃO, 1953, p. 7 aspas do original).

O território da vila Tauiry é vivido com base em uma lógica cosmológica muito própria, baseada em crenças específicas sobre os seres que também o habitam, além dos humanos. A convivência com as pessoas e com os lugares vai aos poucos levando à descoberta daquele mundo, porque fornece meios para a percepção da diversidade das características ecológicas e das coordenadas histórico-simbólicas (ALBERT, 1995; ALBERT; KOPENAWA, 2015) que fazem parte da vida daqueles/as agentes sociais.

José Dias, por exemplo, recupera memórias e relatos de amigos envolvendo acontecimentos sobrenaturais relacionados a diversas embarcações, quando estes realizavam viagens pelo rio Tocantins antes de construírem a barragem de Tucuruí e mesmo após a formação do lago.

José Dias - A Boiúna é a notícia que a gente ouviu, né? Quando eu era mais pequeno, eu sentava muito, assim, na porta, já de noite. E a gente olhava e via aquele negócio brilhando. Muita gente falava aqui do Tauiry. E lá a gente viu os boatos dela. Depois disso a gente ouviu no tempo daquele fuscão preto. Eles trabalhavam lá dentro da ressaca, aí saíram já 6 (seis) horas de lá. Arrancaram o motor [barco] velho, quando chegou bem na boca da bicha, ele parou. Parou, mas funcionando. Não foi para canto nenhum. Um negócio entrou debaixo e aguentou. Eles pararam o motor, aí o negócio espocou e sumiu. Aí eles chamaram de lá pra cá, loucos. Mas disse que muita gente ainda viu ela passar lá pra riba. O Benedito também pegou uma carreira de lá. Ele disse que saiu uma folha enxuta, enxuta, do fundo d’água. Ela morava no fundo da água, assim. Agora, depois da barragem, acabou. Nunca mais teve não. Está aterrada lá. Antes não tinha linha [de anzol] para ir no fundo, agora em todo canto vai. *Cristiano* – e onde era esse lugar, era aqui no Pedral do Lourenção?

José Dias – Isso, bem aqui defronte. E assim dizem que aqui aparecia. Olha, bem ali no Pirucaba, a gente ia descendo no motor [barco], e dizem que lá tinha uma. Era a Boiúna. E quando nós passamos ela saiu soltando aquele banzeiro. Não tinha vento e nada. Não tinha banzeiro de nada. Eu falei: “não”. De vez enquanto se passava isso. E a outra era lá para baixo. E depois da barragem [de Tucuruí] eu vi um sinal também. Eu fui mais aquele Nonato Maia. Nós íamos descendo naquele motor da Benedita, aí quando nós entramos no lagão, aí o

motor [barco] começou a saltar, até quando chegamos lá embaixo. Aí eu perguntei a ele: “Nonato, o que é isso?”. Ele disse: “eu não sei”. Quando passou de lá, não tinha banzeiro, não tinha vento, não tinha nadinha. Aí chamaram e ele disse: “rapaz, isso é sinal de uma bichona, de uma Boiúna”.

Numa roda de conversa organizada no dia 29 de novembro de 2018, o diálogo se deu com *Lopes, Escobar e Ezequiel*, que são conhecidos como *barqueiros prático* – navegadores competentes, porque conduziram embarcações pelo rio Tocantins antes da construção da barragem de Tucuruí, e sabem fazê-lo no contexto pós-barragem, com o rio no seu formato atual.

Cristiano – E nesse tempo aí nesse Pedral, vocês que trabalharam como barqueiros, vocês costumavam ter algum problema que atrapalhava a viagem? Havia alguma história da presença de cobras ou outras coisas do tipo?

Ezequiel – Eu não sei que bicho era aquele, mas era grande. Eu vinha subindo, eu vinha no leme. O pessoal tudo dormindo, né? Aí quando chegou ali no Cotovelo. Eu vinha por fora. A água já meia baixa. Quando eu fui para arrodar a praona, lá na ponta, o bicho subiu que o motorzão fez assim. Aí o pessoal acordou dizendo: “o que foi?” Eu disse: “não, não sei não”. Aí eu digo: “rapaz, deve ter sido alguma cobrinha, por aí, né?”

Lopes – O Manezinho me contou de uma história dessas aí.

Simão Bacamarte – conta para mim essa história, mestre *Escobar*.

Escobar – Foi. Umas 6 (seis) horas ele terminava de descarregar. Foi logo, estava dia ainda. Rapaz, chegou a disparar a hélice. Eu falei: “mestre, o que é isso?” Ele disse: “acho que foi pedra (risos)”. Aí eu sentei no privativo. Um barulhão daquele, rum, era uma cobra.

Lopes – ele me contou agora, o compadre Manoel.

Escobar – Foi, né? Então ele lembra ainda.

Lopes – Ele me contou de uma aqui em cima, que o cara falava que era mentira, que aqui não existia esses cobra assim. Era um senhor que quando tinha mulher em ato de parto iam chamar ele, que ele era bom para rezar e tudo. Aí aconteceu de um dia, foram chamar ele lá, e ele disse: “tá bom, daqui a pouco, pode ir que eu vou lá”. Disse que ele tomou banho, jantou e desceu de canoa. Lá mesmo ele disse que viu o negócio. E ele fez foi subir em cima mesmo, rapaz. O compadre Manoel disse que ele contou que quando chegou perto sentiu aquela catinga de lesma. Até que ele meteu o pé para desencalhar e fez foi escorregar na bicha. Rapaz, ele ficou com medo. Disse que tinha era uma tira de cobra em riba da praia, para fora. Aí ele acreditou. Aí ele escapuliu de lá e chamou. Veio de lá de manhã. Aí ele acreditou. Disse: “há! Agora eu acreditei mesmo”.

O fato é que a existência desses seres não coloca em antagonismo humanos e não-humanos (INGOLD, 1995). Antes serve para afirmar a “ideia de que os seres sobrenaturais controlam ou dominam um setor do meio: espécies animais, a mata, a água ou qualquer acidente natural”. Assim, é possível dizer que a presença do catolicismo e da crença em seres sobrenaturais não resulta em duas ordens de religião, tampouco leva a um “contraste entre uma religião e *superstições* populares. Na mente do caboclo⁵⁷

⁵⁷ Para uma discussão sobre a construção histórica do termo caboclo, ver Lima (1999).

compõem um todo, sua religião. Esta define seu universo próprio, povoado de santos e de bichos visagentos” (GALVÃO, 1953, p. 9, itálico do original). O território em questão tem muitas particularidades. Estas características distintivas ajudam na compreensão do território tradicional da comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry⁵⁸.

Do ponto de vista do intercâmbio material com o meio biofísico, a comunidade vila Tauiry é muito dinâmica. Lá existem aproximadamente 120 famílias⁵⁹, as quais tem na atividade da pesca uma fonte de renda muito salutar. Junto à atividade da pesca, os ribeirinhos e ribeirinhas articulam o trabalho em várias outras atividades para viver. Desse modo, garantem o sustento da unidade familiar para o ano inteiro, inclusive na época do defeso (proibição da pesca que vai do mês de novembro até o final de fevereiro).

Junto à prática pesqueira, as atividades produtivas de maior ou menor escala, e de grande importância para a vida local, consistem na produção de farinha (que é bastante significativa); a coleta e o beneficiamento de açaí (de grande peso na economia local); a coleta e beneficiamento do cupuaçu, do buriti e do cacau; o cultivo de feijão nas roças, quintais e áreas de vazantes; o cultivo do milho nas roças e áreas de vazante, dentre outros. Além disso, há igualmente uma significativa produção de azeite (óleo) de coco babaçu⁶⁰. A economia resultante do extrativismo do coco babaçu é dominada pelo trabalho das mulheres. No entanto, quando realizei o meu primeiro trabalho de campo não percebi a

⁵⁸Um dia, por volta das 18:30, eu estava retornando para a comunidade Tauiry, em uma canoa a motor, com o sr. *Pádua* e outras quatro pessoas. Vínhamos da comunidade ribeirinha Praia Alta. Quando estávamos passando em frente à Pedra do Lourenção ele disse que *quando eles quebrarem essa pedra, a Cobra Grande vai embora*. Não tem jeito, *se passar a hidrovía ela vai ter que se afastar*.

⁵⁹

Essa informação foi dada pelo agente de saúde que trabalha e reside na comunidade, mas também foi corroborada por duas moradoras que recentemente fizeram uma contagem do número de famílias em função de uma atividade escolar.

⁶⁰

Na comunidade vigora uma crença relacionada ao processo de extração do azeite do coco babaçu. A crença tem a ver com o chamado *olho ruim*. Mulheres e homens acreditam que o processo de torrar e cozer as amêndoas do coco babaçu deve ser feito em um ambiente com a interferência mínima de outras pessoas. Se alguém com o *olho ruim* visualizar o processo, os resultados da produção podem ser afetados. Certa vez uma quebradeira de coco babaçu me disse que torrou uma lata inteira de coco babaçu, mas, no final, tirou apenas 4 litros de azeite. Segundo ela, isto ocorreu porque no exato momento em que estava cozinhando as amêndoas do coco babaçu, algumas pessoas chegaram em sua residência e bruscamente adentraram a cozinha e olharam o processo. E elas tinham *olhos ruins*. Não fosse isso, a produção daquele dia teria sido bem superior. Essa questão do *olho ruim* exerce muita influência no que as pessoas fazem. E ela se aplica a outras situações. Por ocasião de uma conversa com a mãe de um pescador, ela me disse que seu filho, quando jovem, foi *esporado* (ferido) por uma arraia. Após algum tempo, o rapaz ficou curado. Entretanto, sempre que uma de suas tias punha os olhos nele o rapaz sentia dor exatamente no lugar em que a arraia havia lhe ferido. E isso aconteceu por diversas vezes. A mãe do pescador complementou dizendo que a sua irmã não era uma pessoa má. Havia apenas um problema com os seus olhos. Os olhos daquela senhora eram tão problemáticos que uma das vítimas foi um pé de pimenta, que desfaleceu ao fazer parte do seu campo visual.

existência dessa atividade. Isto porque pensei haver uma hierarquia entre as diversas atividades produtivas existentes.

De fato, não há. Todas as atividades são dotadas de relevância, haja vista a importância fundamental que o conjunto delas têm para a sobrevivência material durante o ano. Na medida em que fui acessando mais de perto a vida dos ribeirinhos e das ribeirinhas pude ter mais clareza da existência e magnitude da economia centrada no extrativismo do coco babaçu. A exploração dessa atividade, como ocorre com todas as outras, dá-se nos interstícios e concomitantemente à pesca.

O pescado, a farinha e o açaí são os produtos com os quais os ribeirinhos e ribeirinhas mais dialogam com o mercado regional. Portanto, em termos do mercado, eles são bastante proeminentes.

A economia centrada na produção do azeite do coco babaçu remonta à própria história de ocupação do povoado e da própria região sudeste do estado do Pará. Velho (2009, p. 93), ao tratar do padrão de ocupação da região sudeste do estado do Pará, destaca que era comum os indivíduos embrenharem-se em busca de um local favorável para morar. Estes locais, em geral, estavam situados junto a cursos d'água (sejam igarapés, rios, lagoas) ou terrenos bons para a lavoura, criação de porcos “e, se possível, onde houvesse babaçu”. Tudo isso era sinal de que ali havia uma terra boa.

Portanto, a quebra do coco babaçu na referida comunidade remete a uma dinâmica histórica preexistente. Na segunda metade do século XX havia um comprador da amêndoa do coco babaçu que era da própria vila: o seu Manel. Desse modo, tinha um estímulo para a extração local do produto, já que havia uma demanda pela sua aquisição. Essa demanda garantia renda, em certa medida, para uma diversidade de mulheres que quebravam o coco babaçu. O seu Manel, ele próprio, torrava as amêndoas adquiridas das mulheres do Tauiry e as transformava em azeite.

Quando uma grande quantidade do azeite estava pronta, ele a acomodava numa canoa e remava até a cidade de Marabá para comercializá-la. A procura por esse produto era muito intensa, pois quase não havia mercadorias industrializadas nessa região. Sem o óleo de soja, o azeite tornava-se um artigo muito desejado pela sociedade regional.

Dona Glória - Aí a gente trabalhava no coco [babaçu]. A gente tinha uns vizinhos que juntavam muito coco para a gente. Aí nós íamos para lá quebrar coco. Aí mamãe gostava de vender o bago, não gostava de tirar azeite. O azeite ela tirava mesmo só para nós comermos, só o que dava para a gente comer, para fazer sabão, para lavar roupas. Isso é o que ela gostava de fazer. Desse lado da rua aqui morava um senhor que ele comprava o coco, era o seu Manel, aí ele tinha um forno grandão. Ele fazia 15 (quinze) latas de azeite para ir

vender em Marabá, na “Pátria amada”, era uma canoinha. Tinha vez que ele levava um companheiro para ajudar, e tinha vez que ele ia só. Chegava lá não dava para quem queria, porque naquele tempo não tinha soja, não tinha nada disso aqui. Era o coco mesmo. Não sobrava nada.

É notável, ainda hoje, a existência da economia do babaçu. Apesar disso, as mulheres da comunidade, até bem pouco tempo, não sabiam que há um movimento de mulheres quebradeiras de coco babaçu em curso: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)⁶¹. No dia 15 de novembro de 2018 houve um encontro na propriedade do vice-presidente da associação vila. O objetivo foi reunir as mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade e dos povoados circunvizinhos para um acontecimento que as envolvesse.

Elas passaram o dia todo quebrando coco babaçu. No final, houve premiações para aquelas que conseguiram extrair as quantidades mais significativas de amêndoas. O ponto alto da reunião ocorreu quando a dona Cledeneuza Maria Bezerra, liderança do MIQCB na região do sudeste paraense, apresentou o movimento do qual faz parte e os produtos derivados do babaçu: sabonetes, massa de mingau de babaçu, azeite torrado e prensado.

As mulheres se entusiasmaram ao ver que poderiam diversificar a produção e fortalecer as suas práticas a partir de uma articulação com o MIQCB. Assim, no mês de dezembro de 2018 duas quebradeiras de coco babaçu da vila Tauiry foram participar de um encontro organizado pelo movimento, chamado “encontrinho”, na vila Ponta de Pedras do Araguaia: município de São João do Araguaia (PA). Lá, elas se tornaram delegadas: uma espécie de articuladoras dos trabalhos de base e reuniões dentro da própria comunidade.

Após esse encontro, no dia dois de fevereiro de 2019, nove mulheres quebradeiras de coco babaçu da comunidade ribeirinha extrativista da vila Tauiry convidaram dona Cledeneuza⁶² para uma reunião no povoado. Elas queriam compreender melhor o MIQCB e como poderiam se inserir nele. Nesse momento, as mulheres do povoado Tauiry estão ávidas para que o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu reconheça e legitime o seu coletivo. Ficou acertado que ao longo do primeiro semestre de 2019 a

⁶¹Mais informações sobre o movimento podem ser acessadas em QUEM SOMOS. Disponível em <<https://www.miqcb.org/quem-somos>> acesso em janeiro de 2019.

⁶² Para um conhecimento mais aprofundado sobre a história de vida da dona Cledeneuza, ver o livro BIZERRA, C. M. *Sou Filha de Quebradeira de Coco*. ALMEIDA, A. W. (ed.). Rio de Janeiro: Casa 8, 2017.

coordenação geral do MIQCB fará uma visita ao grupo de mulheres, oficializando a entrada delas no movimento.

A última ação de que as delegadas da vila Tauiry participaram junto ao MIQCB foi do chamado “Encontrão”, uma atividade que transcorreu entre os dias 07,08 e 09 de fevereiro, no município de São Domingos do Araguaia (PA), em que estavam presentes mulheres dos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí, discutindo seus problemas e elegendo a nova coordenadoria do movimento⁶³.

Não é casual a ocorrência de todo esse processo. A própria associação tem incentivado a visibilização das práticas tradicionais na comunidade. A quebra do coco babaçu, assim como várias outras, tem muita importância nesse sentido. De todo modo, a chegada da hidrovía Araguaia-Tocantins tem feito ecoar discursos de autoafirmação no povoado e reafirmação de práticas tradicionais.

Todas as vezes que as mulheres do Tauiry viajaram para os encontros com outras quebradeiras de coco babaçu houve sempre uma reunião prévia com a associação. A ideia é que elas levem a mensagem, por onde quer que andem, de que fazem parte de uma comunidade tradicional. Não bastasse isso, a associação tem se esforçado em arcar com as passagens e despesas relativas às reuniões das quais participam.

63

Resistência nos babaçuais – VIII Encontrão das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Domingos Araguaia Pará. Disponível em <<http://novacartografiasocial.com.br/resistencia-nos-babacuais-viii-encontro-das-mulheres-quebradeiras-de-coco-babacu-em-sao-domingos-araguaia-para/>> acesso em 10 de fevereiro de 2019.

Fotografia 21 – Produtos derivados das roças e quintais



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

Wagley (1977) foi bastante preciso ao afirmar que as comunidades são universos dentro dos quais a vida acontece. Esses universos estão repletos de instituições próprias, dentre as quais verificam-se as instituições políticas; sistema educacional (aqui estão inclusas as dimensões informais e as formais); sistema comercial; sistema religioso, bem como a presença de relações sociais e de parentesco que atravessam todo o tecido social.

Cada comunidade, entretanto, apresenta uma realidade *sui generis*. Não obstante isso, há sempre o desenvolvimento de relações mais gerais entre os indivíduos que são mediadas pelos preceitos da cultura do grupo. Desse modo, importa observar como ela se processa naquele ambiente, já que a educação dos filhos é um imperativo a ser seguido

por todos, a organização familiar também, o agrupamento em associações, o culto aos deuses, assim como o respeito às crenças e regras, o que forma, nesse sentido, um sistema geral de cultura de acordo com aquela realidade (WAGLEY, 1977).

Quase todos os ambientes da comunidade lembram ou fazem referência à pesca. É o caso dos quintais, onde se exercem muitas atividades produtivas de valor efetivo para o sustento material das famílias. Os quintais são bastante espaçosos, alguns chegando a medir 40 metros de fundo, por isso há lugares para acomodar os diversos elementos que compõem a sua paisagem. Nesse sentido, não apenas as redes de pesca dão a eles uma característica tão peculiar, mas as canoas (sem condições de navegabilidade) são também parte do seu interior, visto que elas recebem o plantio de muitas hortaliças.

Fotografia 22- A produção de hortaliças nos quintais e as redefinições dos usos de materiais de pesca.



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

O pescado, a farinha e o açaí são produtos que possuem muito volume de produtividade, portanto, destinam-se em boa medida à comercialização com agentes externos. Mas há também a venda desses variados produtos no interior da própria comunidade. Existe uma conexão da vida social ribeirinha com as suas atividades produtivas.

É o caso da produção de farinha, em que é possível perceber o estabelecimento de diversas relações que não são necessariamente monetarizadas. A produção de farinha envolve a mobilização, por parte do dono de alguma das roças, de trabalho familiar e não familiar.

Fotografia 23 – A produção de farinha como um dos aspectos da socioeconomia local



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

A produção de farinha envolve, amiúde, um amplo número de agentes sociais. Aqueles que são detentores de plantios de mandioca sempre necessitam de uma vultosa quantidade de homens e mulheres para o processo de fabricação do produto.

Por isso, é frequente o chamado *trabalho na meia*, no qual o proprietário da roça, após o fim da *torração da farinha*, fica com metade dos sacos de farinha produzidos e destina a outra metade ao *meeiro*. O *meeiro*, por sua vez, paga – com farinha – o trabalho prestado pelos outros envolvidos.

Nesse sentido, não há que se falar em mão de obra assalariada. Tudo parte de um acordo preestabelecido entre o proprietário da roça de mandioca e o *meeiro*, que *acerta* o trabalho com um conjunto de ribeirinhos e ribeirinhas. Todos/as trabalham em tarefas subdivididas. Há aqueles que são incumbidos de retirar a mandioca do solo; outros viram descascadores/as; junto a eles e elas às vezes (mas nem sempre) também estão o proprietário da casa de farinha e os torradores do produto.

Para exemplificar essa relação, temos que: quem descasca a mandioca recebe, por um dia de trabalho, o equivalente a 10 (dez) litros de farinha – ou meia lata. Caso trabalhe dois dias seguidos na mesma atividade, o seu pecúlio equivale a 20 (vinte) litros de farinha – ou uma lata; quatro dias de trabalho resulta no ganho de um saco de farinha, e assim por diante.

Esse modo de organização social da produção tem ampla aderência, porque o produto do pagamento pelo trabalho (que é a farinha) é extremamente demandado pelo modo de vida das pessoas do lugar.

Sr. Pádua - No Maranhão é o seguinte, lá você convoca [as pessoas]. São cinco descascadoras; o preneiro; dois arrancadores; dois carregadores e o *forneiro* – [que] é o torrador. Lá [no Maranhão] só era um que torrava. Um forneiro a gente pagava era uma medida, que a gente chama 12 (doze) litros por arranca. Os arrancador cada um é 12 (doze) litros, aí vem para as raspadeiras, as raspadeiras já é 5 (cinco) litros para cada uma. De farinha, ela tira a tapioca, divide no meio, a metade é dela, metade é do dono. Os carregador a mesma coisa, ganha do mesmo tanto das descascadoras, 5(cinco)litros cada carregador. O preneiro é a metade do torrador. Então, a base do Maranhão é essa. Só que aqui já é diferente. A gente faz a farinha lá [no Maranhão] na meia, pagava toda essa despesa, no caso, se fosse pagar. Quando terminava, paga todo mundo, aí quando tira aquela [farinha] de todos, aí a gente vai dividir. Aqui eles fazem diferente: o cara faz [pega] a mandioca na meia, quanto termina, o dono quer que o meeiro pague os ajudantes. Aí só torra pro dono. [...] O sistema deles aqui é esse...

Cristiano - O meeiro, no caso, é a pessoa que trabalha para o dono da terra?

Sr. Pádua - É, no caso, sou eu, os meninos ali, a mandioca é minha. Aí eu dou pra você fazer. Você vai ser meu meeiro. Você vai fazer [a farinha]. Nós temos que dividir nós dois. Agora se tu não faz só, você vai botar outra pessoa pra lhe ajudar. Aí, já aquela meia minha, nós tem que dividir nós dois. Eu ganho a metade, você ganha a metade, entendeu? Essa que é a meia. Aí, o dono já ficou com a meia dele livre, não tem nada com quem partir. Agora, eu é que vou ter que me virar, partir para pagar os outros, é assim que é o... a parte da meia. [...] Eles sempre recebem... eles estão pagando aqui em farinha.

A produção da farinha antecede (e perpassa) a estação em que a pesca está interdita – período do defeso, que inicia em novembro e termina no final do mês de fevereiro. No entanto, a produção em grande escala ocorre no período de verão. Durante os quatro meses do período de defeso, o pescador costuma se engajar em outras atividades com o objetivo precípuo de garantir provisões suficientes para manter a sua unidade familiar. Conforme especifica *Porfírio*, o momento do defeso consiste

[...] [n] aquele período em que o peixe não está dando, [o pescador] ele está em casa descansando. Ele está agasalhando o material dele, remendando uma malhadeira, né? Ajeitando o barco e excessivamente fazendo um bico em outra atividade.

Nessa época do ano o cotidiano da comunidade toma outra configuração. A despeito da proibição da pesca com a malhadeira (rede de pesca), é possível ir ao rio munido com anzóis e tarrafas. Estes petrechos de pesca garantem, em boa medida, a aquisição de quantidades pequenas de peixes, que são suficientes para a alimentação das famílias. Mesmo no período do defeso existe uma atenção especial para atividades que, mais tarde, irão dar o devido suporte para a pesca.

Fotografia 24 – Preparando os petrechos de pesca para o fim do período de defeso



Fonte: Trabalho de campo (2018). Registro fotográfico: Cristiano Bento da Silva.

O domínio da arte e habilidade de consertar o próprio material de pesca são necessários. Assim, as tarrafas, malhadeiras, canoas, motores e os barcos são objetos de constante manutenção.

3.3 De olho para o céu

As atividades produtivas elencadas acima são levadas a cabo através da mobilização de um conjunto de saberes. Quer seja a pesca, a agricultura, a produção do azeite do coco babaçu⁶⁴, todas são efetivadas tendo em vista as diversas fases da lua. O pescador, sempre que põe a sua rede de pesca na água, o faz mobilizando tais saberes. Principalmente se a pescaria estiver voltada para a comercialização, quando é necessário retirar uma grande quantidade de peixe do rio.

Por isso, a compreensão das fases da lua é tão necessária, uma vez que os peixes, segundo os saberes dos pescadores/as, se comportam de acordo com as fases lunar. *Pedro* sublinha que o período (a *luada*) ideal para pescar em grande quantidade é *da lua nova ao cheio da lua*. Os peixes obtidos nesse interim são *o voador, o Mapará, a Curimatã, a Pacú, o Jaraqui e o Piau, todos esses peixes, a Branquinha, tudo na luada da lua nova eles sobem*. São peixes que viajam rio acima, nessa época.

Pedro - Nós consideramos que é um peixe que vem subindo, entendeu? Peixe viajante, que ele sobe nesse tempo e a gente apanha ele na rede, na caceia, né? São esses. E a pesca fora da luada, que é da lua nova, é muito difícil a gente conseguir o peixe até pra nós almoçar, né? Fica meio difícil, porque nós pescamos na luada da lua nova ao cheio e guardamos no decorrer [do tempo], quando tá fora da luada, para nos alimentarmos, né?

Tais conhecimentos interferem, sobremaneira, em uma pescaria exitosa. De acordo com o *Porfírio*, os saberes revelam a existência de *uma sintonia do tempo com o peixe*. *Paulo* detalha como é trabalhar observando as fases da lua.

Paulo - [...] quando a lua tá nova é o tempo do peixe subir, porque não adianta você dizer assim: - "não, esse pescador do Tauiry tá mentindo. Aqui qualquer tempo pode pegar peixe". Aqui não é assim não. Aqui tem que ser na luada, na lua nova. Ou você pesca nessa época ou você não pega peixe. Você acaba sua rede aqui, pode rodar aí, se botar sua rede, o boto em cima, mas não tem peixe. Quando passar o luar, o boto bate aí, você é obrigado a fazer outra conta pra adquirir aquele material de novo. Por isso que eles chamam que aqui é "os pescadores de luada".

O conhecimento das *luadas* é uma regra cuja observância recai sobre os pescadores e pescadoras como um todo. No fim das contas, as fases da lua (quando observadas fidedignamente) é que dão o devido significado prático à atividade da pesca.

⁶⁴As mulheres com quem conversei também observam um período específico da lua para exercer as atividades de quebra do coco babaçu. A lua *boa* para catar e quebrar o coco babaçu a fim de tirar o azeite é entre o quarto crescente e a lua cheia.

Porfírio- Se você as vezes quebra essas regras, dizendo: “Há, eu vou pescar fora da luada, porque o rio está aí, o peixe está lá dentro do rio também, então eu vou pescar lá na casa do peixe que é o rio, e ele está lá dentro, eu vou ter que pegar ele”. É uma coincidência você pegar [o peixe]. Porque as vezes tu vai acertar em um lugar que ele está as vezes lá acampado. Aí tu botou a malhadeira e tu pegou naquele dia ali por uma sorte, né? Mas não que seja uma coisa para tú viver da prática. Pra tú sobreviver a tua sustentabilidade daquela forma, né? Não tem como. Tú tens que acompanhar esse ritmo da luada. Senão, tú vai trabalhar perdido. Tú vai investir perdido, e tú vai acabar desistindo e dizendo que a pesca não tem valor e não tem significado nenhum. Então se tú acompanhar dessa forma, tú vai ver que ela tem significado e que tú garante o teu sustento dali, porque virou para ti uma forma de trabalho.

A pesca orientada pelas fases da lua também influencia no modo e nos horários em que se pesca. Por exemplo, nos meses de março e abril é quando ocorre a pesca do piaú, no período do dia e de *rede parada*. Nesse período, também, já se consegue capturar o avoador. Entretanto, o avoador predomina nos meses de maio e junho e é pescado durante o dia, mas de *caceia* (rede descendo rio abaixo) e no *meio do canal principal*.

Em julho – se o rio estiver seco, coisa que não aconteceu esse ano de 2019 – é possível capturar o avoador com a pesca de *rede parada*, como ocorre também no mês de agosto, quando o rio diminui o seu nível d’água. Nos meses de setembro e outubro ocorre a pesca do mapará, de *caceia* e à noite.

Conforme explicita *Porfírio* essa *conexão do peixe com a lua* deve ser amplamente observada.

Porfírio - O peixe, quando essa fase da lua começa a se desenvolver, o peixe tem uma conexão que ele se agita pra andar, pra se deslocar das moradias, entendeu? E subir de rio acima, andar nos pedrais. [...] todo mês ocorre essa metamorfose na vida do peixe. Toda luada ele sobe. Esse é o peixe branco que é pescado durante o dia. Ele se desenvolve da lua nova ao cheio da lua. E aí, o peixe que é pescado durante o período da noite, aí a luada já é ao contrário. Aí então durante esse período tem o peixe da noite que a gente pesca no escuro da lua. Então, a gente só pesca ele com a lua escura, que é mais fácil da gente capturar. É mais fácil da gente encontrar ele, porque a gente vem procurando aí vai cercar no pedral [“Pedral do Lourenção”], né? A gente vai achar a forma aonde ele está alojado pra a gente poder capturar ele, né? Então, o truvo [escuro] da lua, a luada do escuro da lua, pra pesca à noite é quando a lua tá voltando. Aí tem a luada, quando o peixe, que é peixe branco que a gente chama, que é o Avoador, a Curimatã, o Jaraquí, a Ubarana, A Branquinha, a Pacu Manteiga, a Pacu Branca e sucessivamente, esses peixes que são pescados durante o correr do dia, que a gente pesca na caceia, ele é pescado pelo período da luada.

Estes saberes tradicionais fazem ver a relação estabelecida entre o pescador/a e o peixe. Inclusive apontam para um conhecimento não apenas dos diversos tipos de peixes existentes no rio, mas também evocam saberes sobre o comportamento do pescado, nas

diferentes fases da lua, e a respeito do território como um todo. Desse modo, a natureza se constitui em uma fonte de recursos muito importante para a manutenção da vida (TOLEDO, 2001).

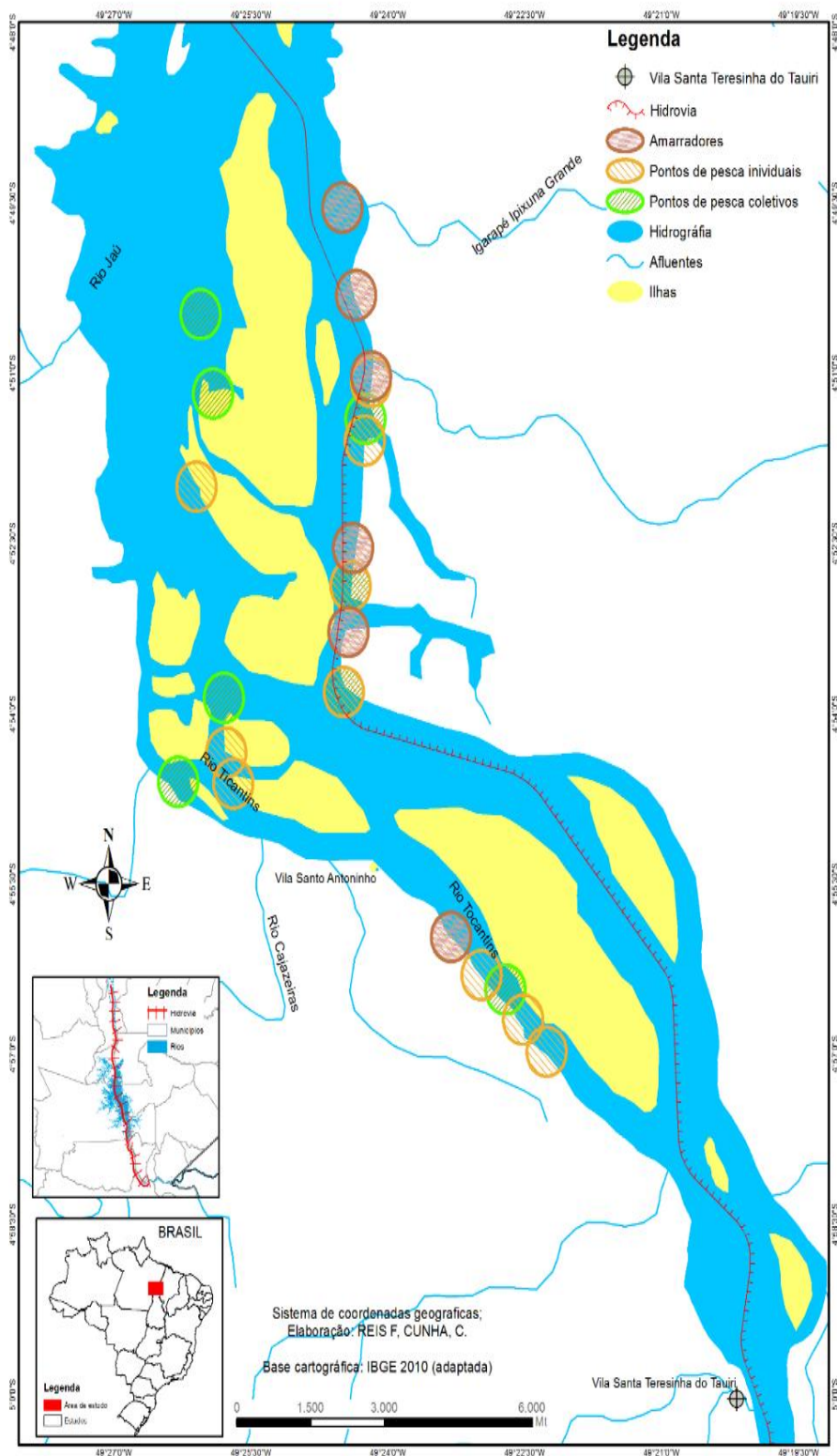
Conforme podemos notar, os pedrais são locais de muita importância para os pescadores/as. É nele que ocorre a caminhada pela captura do peixe, pois ali estão situados vários pontos pesqueiros, o que envolve pesqueiros coletivos e individuais. De todo modo, a existência material depende daquele lugar e da mobilização desses saberes sobre as fases da lua e de sua conexão com o peixe.

Vindo do município de São Geraldo do Araguaia (PA), *Pedro* conta que quando foi residir na comunidade Tauiry passou por uma situação complicada, no rio, por desconhecer as regras de uso dos pesqueiros individuais. Ele não sabia que *cada pedra tem um dono*. Sem ter ciência disso, se viu confrontado por seus companheiros até conseguir se integrar. Ele menciona que quando foi pescar, *sem ter muita experiência*, viu *a sombra de uma pedra* e disse: *eita, aqui vai dar bom*. Colocou a rede na água e até pensou: *como é que ninguém nunca descobriu isso aqui?* A pescaria estava indo de vento em popa, pois havia *bastante peixe*.

Quando olhou, *lá vem um parceiro lá e disse: “ei, esse ponto aí é meu”*. Ele não discutiu, pegou o material e viu *outra sombra de pedra* e pensou: *essa daqui agora é o meu ponto* e colocou novamente a rede na água. Nisso, *chegou outro dono, mandou eu sair que o ponto era dele*. Esse sugeriu que a procura continuasse: *aquele lá tem dono, [vo]cê explora um outro lugar aí, [vo]cê coloca a rede e vê se dá certo, se peixe chega na rede*. Desse modo, *Pedro* conseguiu ter o seu ponto de pesca, ampliando o número posteriormente. Hoje, diz ele, *eu tenho o meu ponto aqui dentro do Pedral do Lourenção. Eu tenho meu ponto também, e não é só um. Tenho meus 3 pontos aí dentro. Então cada pedra dessa daí tem um dono, tem uma pessoa que pesca*.

O mapa (2) a seguir permite que visualizemos os pontos pesqueiros mencionados por *Pedro*.

Mapa 2 – O território da pesca



Fonte: Reis; Cunha (2017).

As práticas orientadas pelos saberes sobre as fases da lua não se reduzem apenas às pescarias. O mesmo princípio é utilizado para as plantações, sobretudo nas roças, de onde se garante uma maior quantidade de produtos. Assim, caso o ribeirinho ou a ribeirinha se arrisque a não observar tais regras, o prejuízo poder assumir uma dimensão indesejada.

O período entre a lua crescente e a lua cheia tanto é adequado para a coleta e beneficiamento do coco babaçu, como também interfere positivamente no plantio de alguns produtos. Conforme *Porfírio*, nesse período *tu pode plantar o milho, tu pode plantar a mandioca, tu pode plantar a banana, tu pode plantar as frutas de sítios*. Fora do período da *luada* todos esses plantios *vão ter uma diminuição na renda produtiva deles*.

No caso das chamadas *plantas de rama* (melancia, feijão, fava) outra fase da lua precisa ser observada: a lua nova. Fora dessa *luada* as plantas de rama não se desenvolverão. De todo modo, os ribeirinhos e as ribeirinhas sempre estão de olho para o céu, haja vista que quase todas as atividades produtivas conectam esses dois extremos.

Cristiano - Como é que funcionam essas épocas de plantio, também têm uma relação com a [s] [fases da] lua?

Porfírio - As épocas de plantio também vêm pela luada. Tem aquela luada de plantio, você tem que plantar. Aí a luada já da planta, ela já costuma ser também quando do crescente da lua até o cheio. Aí tú pode plantar o arroz, tú pode plantar o milho, tú pode plantar a mandioca, tú pode plantar a banana, tú pode plantar as frutas de sítios. Todo plantio que tú fizer do crescente ao cheio da lua, até o máximo três ou quatro dias da lua cheia, tú vai ter sucesso com aquele plantio. E às vezes quando acontece também de tú fazer esses plantios fora da lua e às vezes tú parte para a lua nova, para a lua minguante, então, esses plantios que eu citei, que é a mandioca. Então, esses plantios, eles vão ter uma diminuição na renda produtiva deles. Se é um milho ele não vai encher completamente o sabugo, entendeu? Ele vai dar uma espiga minguada. Se é um arroz, ele vai dar um arroz chocho. Se é a mandioca, às vezes ela vai crescer muito a madeira, mas de raiz ela não vai ficar boa. Ela vai ficar ou uma mandioca pequena, ou então uma mandioca fina. E aí sucessivamente. Aí já tem a questão da lua nova para o plantio. Tem as plantas de rama. Tem a melancia, o feijão, a fava. Aí, qualquer plantio de rama que tu fizer, sempre é bom tú fazer na lua nova, que é para tú ter sucesso com ele, entendeu? Porque, às vezes se tú plantas um pé de melancia na lua cheia, ele *viça* muito porque ele sai com muita força. E em vez dele enramar muito, ele vai soltar muitos galhos. E aqueles galhos, quando ela começar a dar frutos, aqueles frutos não vão desenvolver. Porque aquela energia que vem lá do pé, da raiz aonde ele foi plantado, em vez dela ir para o fruto, ela vai para aquele monte de galhos. Aí aquele fruto ele não vai desenvolver. Porque, a lua estava muito forte. Então, a planta cresceu e o fruto não teve condições de chegar ao objetivo, né?

Essa caracterização das práticas tradicionais, cuja ocorrência se processa no território da comunidade, faz ver o quanto os/as agentes sociais mantêm uma relação muito particular com o ambiente. As práticas produtivas estão coladas a certos saberes,

os quais são efetivos para a continuidade da vida material e simbólica do grupo. Essas relações com o território caracterizam, etnograficamente, as chamadas comunidades tradicionais (TOLEDO, 2001; LITTLE 2004).

Como pudemos observar, na vila Tauiry se manifesta uma territorialidade dotada de diversos contornos específicos, que se pauta em formas próprias de inter-relacionamento dos ribeirinhos e ribeirinhas com o seu ambiente. Além disso, as relações sociais estão estruturadas principalmente por relações de parentesco, por consanguinidade e afinidade.

Para mim essa característica ficou muito marcada quando, através dos primeiros trabalhos de campo, percebi o quanto a consanguinidade é proeminente. Os/agentes sociais com os/as quais dialoguei (fossem homens ou mulheres) sempre me faziam ver a existência de um ambiente pautado no parentesco. São pais, filhos e netos, bisnetos, sobrinhos, tios, irmãos e várias outras denominações que vão dando todo um contorno específico à comunidade.

Não apenas isto, mas as atividades do cotidiano frequentemente são realizadas com algum parente. É o caso da pesca, da produção de farinha, do extrativismo do açaí, do coco babaçu e muitas outras. Mas a ideia de parentesco em vigor não nos remete apenas aos laços de consanguinidade.

Foi através de um adágio surgido em uma conversa informal que pude começar a perceber essa peculiaridade. Questionei *Justina* se havia ali alguém que fosse seu parente. Ela me respondeu do seguinte modo: *rapaz, aqui quem não é parente é compadre duas vezes.*

Fiquei inquieto com aquela frase. Mas antes de pedir uma explicação do sentido literal contido naquelas palavras, ela se adiantou e disse que ser *compadre duas vezes* tem a ver com a formação do laço de compadrio – que é uma espécie de parentesco espiritual (WAGLEY, 1977) – por ocasião do batismo de uma criança na igreja católica e, ao mesmo tempo, diante da fogueira de São João. Isto é, além dos laços de parentesco por consanguinidade, o compadrio (que pode ser assumido tanto na igreja católica quanto na fogueira de São João) é também um meio através do qual esses vínculos se formam.

Tudo isso faz com que vejamos que antes de gerarem “vínculos sociais, simbólicos e rituais” (LITTLE, 2004, p. 263) com o seu território, os ribeirinhos e ribeirinhas estão rodeados/as por diversos vínculos complexos consigo mesmos/as. É, portanto, a partir e com base nesses vínculos que eles/elas constroem e põem em curso os

seus projetos de apropriação e significação do mundo material (ACSELRAD, 2004) e, desse modo, constroem as relações com o seu território.

Capítulo 4: O (des) encontro de sentidos: a navegação de grande porte

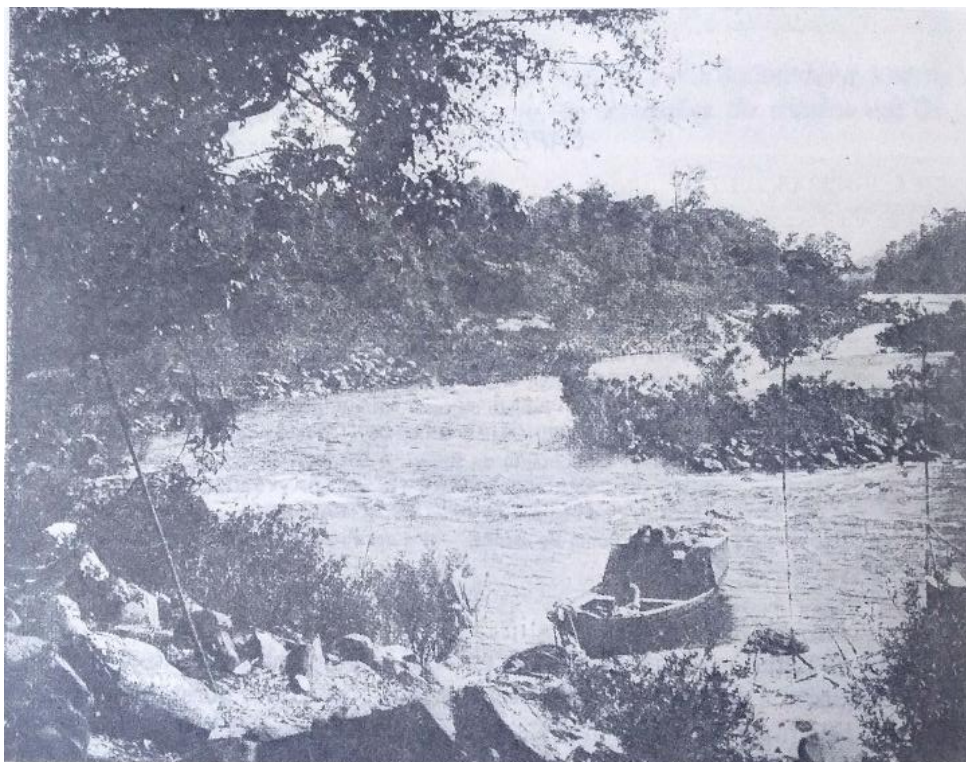
Este capítulo se refere à navegação de grande porte no rio Tocantins, ora pelo olhar dos viajantes e do Estado, ora pelo olhar da comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry. A partir de leituras específicas e dos testemunhos colhidos em campo, foi possível ver os diferentes interesses em jogo encaminhando, inclusive, os significados sobre a intervenção, pela hidrovia Araguaia-Tocantins, no rio.

4.1 O rio Tocantins na pena dos viajantes

O ano de 1897 representa o limiar de uma era, onde as intervenções no rio Tocantins são anunciadas com muita centralidade. Esse ano significou o prenúncio de um projeto inicial – a viabilização do barco a vapor – que daria ensejo, mais de um século depois, a outro projeto de matriz similar: a hidrovia Araguaia-Tocantins.

Henri Coudreau, em 1897, realizou o mapeamento de uma diversidade de cachoeiras ao longo do rio Tocantins, a mando do governo paraense, com o objetivo central de implantar a navegação de barco a vapor. Havia uma situação que limitava as intenções do governo do estado do Pará, à época representado pelo Sr. Pais de Carvalho, em implantar essa proposta de navegação

Figura 4 – “Ciclo do arrependido” /margem esquerda do rio Tocantins

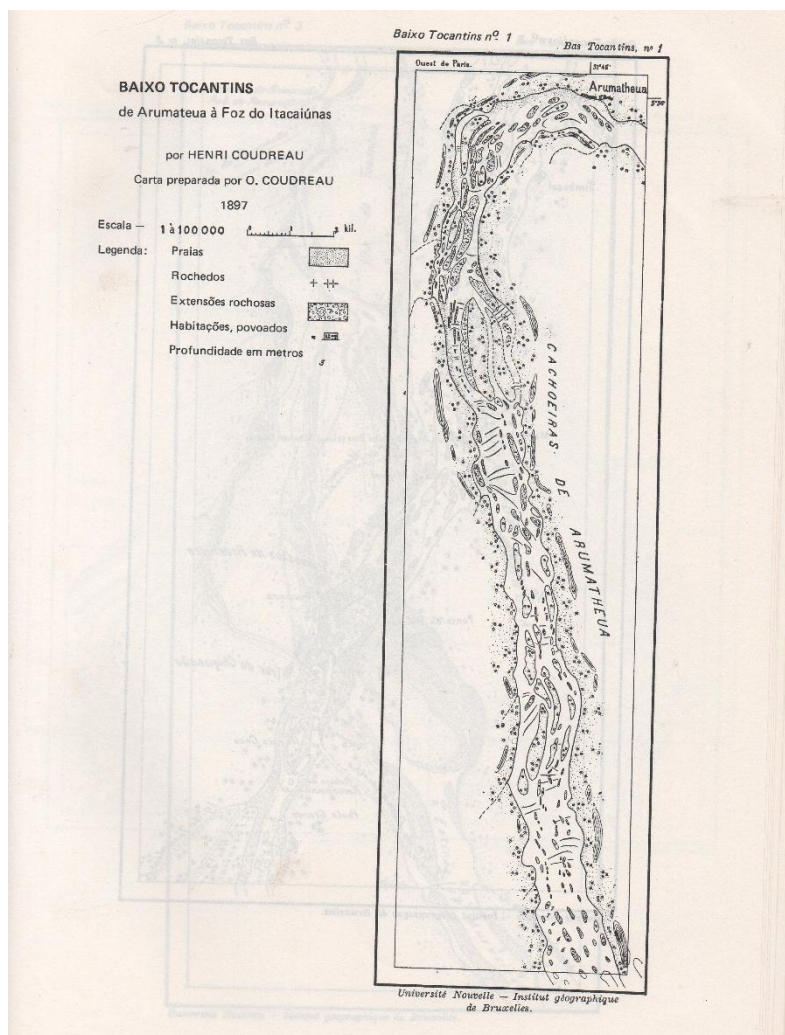


Fonte: Coudreau (1980[1897])

Uma série de cachoeiras (como esta da figura 4) se estendia ao longo do curso do rio Tocantins. Para viabilizar o tal projeto, as cachoeiras teriam que ser mapeadas e, posteriormente, algumas medidas seriam tomadas com relação ao impedimento que elas representavam para a navegação do barco a vapor. Pouco mais de três meses foi tempo suficiente para que a incursão de Henri Coudreau o ajudasse a compor um desenho desses trechos considerados de difícil navegação.

Ele tinha sido incumbido de “fazer um pormenorizado estudo das Cachoeiras de Itaboca e explorar o rio Itacaiúnas, afluente da margem esquerda do rio Tocantins” (COUDREAU, 1980 [1897], p. 13). Por ocasião dessa incursão, o trajeto considerado vital para a navegação a vapor foi diligentemente registrado, com enfoque nos trechos difíceis (as cachoeiras e bancos de areias).

Figura 5– O rio Tocantins e Itacaiúnas na cartografia de Henri Coudreau



Fonte: Coudreau (1980[1897])

Desse modo, Coudreau acabou sendo o arauto da novidade que sinalizava, com base em seus estudos empíricos, haver possibilidade de estabelecer uma ligação, através do rio, das cidades do Estado do Pará com aquelas situadas ao longo do curso do rio Araguaia.

Deste estudo das cachoeiras do baixo Tocantins depreendem-se algumas verdades, determinados fatos que permitem considerar a questão da ligação da cidade do Pará ao alto Araguaia, pela navegação a vapor, sob um enfoque inteiramente novo (COUDREAU, 1980 [1897], p. 128).

O desfecho da viagem apontou que a única seção encachoeirada que impossibilitava a navegação era justamente a área de Arumateua, Itaboca e Tauri

(território da então vila Tauiry). A área de Tauiry foi amplamente enfatizada nos relatos do pesquisador, pois é nela que inicia um dos maiores conjuntos de pedras que se espriam ao longo do rio Tocantins, no sentido de Tucuruí (ou da foz). É o famigerado *Pedral do Lourenção*⁶⁵, para usar um termo familiar aos agentes sociais da região.

Figura 6 –” Pedra do Lourenção” em frente a vila Tauiry



Fonte: Coudreau (1980[1897])

Toda essa área “impediu de tentar-se o estabelecimento de um serviço permanente de navegação a vapor sem baldeações, desde a cidade do Pará até o alto curso do Araguaia” (COUDREAU, 1980 [1897], p. 128). Dentre os obstáculos apresentados por Henri Coudreau no que se refere à navegação nos rios Tocantins e Araguaia, um deles tinha significância expressiva. Tratava-se da insuficiência de água.

No que se refere à INSUFICIÊNCIA DE ÁGUA, pudemos constatar que somente três seções do rio – e todas bastante curtas: a primeira, de 4 km; a segunda, de 3; a terceira, também de 3 km – apresentam profundidades um pouco medíocres: o Seco do Arapari, a Praia da Rainha e a Praia Vermelha. Ora seria fácil aprofundar-se até o nível necessário os leitos da Praia da Rainha e da Praia Vermelha, já que ambas possuem o fundo constituído de areia. Idêntica afirmação pode ser dita quanto ao leito do seco do Arapari, constituído da mesma rocha que se encontra em suas margens: uma rocha tenra e como

⁶⁵Não passou despercebido a Henri Coudreau uma pequena aglomeração de pessoas onde hoje se situa o povoado de Tauiry. Em seu relato, está dito que abaixo da Praia da Rainha já se encontrava uma pequena vila chamada de “Boca do Tauiry”. Era um lugarejo onde havia apenas 5 (cinco) barracas (COUDREAU, 1897).

que friável. O trabalho de dragagem na Praia da Rainha e na Praia Vermelha, bem como o de escavação do leito fluvial no Seco do Arapari, não são desses que se poderiam classificar como por demais onerosos"(COUDREAU, 1980 [1897], p. 128).

Além da “dragagem” das áreas de areia, Coudreau indicou a “derrocagem”, ambos são termos bastante utilizados atualmente no contexto da hidrovia, das pedras no canal navegável como uma ação que poderia ter um custo financeiro razoável. Em suas palavras, a correção desse canal de navegável, que iria desde o chamado “Canal do Taquari” até a foz do rio Itacaiúnas, seria uma “obra que praticamente só se resumiria a alguns derrocamentos, não consistiria de modo algum em um desses trabalhos que acarretam despesas enormes, nem daqueles que exigem excepcionais conhecimentos técnicos” (COUDREAU, 1980 [1897], p. 128). Ao fim, conclui Henri Coudreau,

- Para que a prévia correção do canal esteja inteiramente estabelecida;
- para que se determine a utilização de um tipo de embarcação que empregue um combustível mais ou menos dispendioso, ou então do tipo tradicional, com caldeiras aquecidas a lenha ou a carvão;
- para que a potência das máquinas seja suficiente para imprimir às embarcações uma velocidade considerada como a máxima, atualmente ("de 25 nós, ou até mesmo 30"), a fim de assim vencer mais facilmente os rápidos;
- para que se escolha um tipo de embarcação dotado de hélice de proa e hélice de popa;
- para que o eixo do motor esteja ao abrigo de qualquer acidente nos rápidos, graças à excelência de sua qualidade;
- para que se consiga tudo isso, as soluções resumem-se a uma só: questão de dinheiro (COUDREAU, 1980 [1897], p. 129).

Após a realização desse diagnóstico e apresentar a solução (centrada no dinheiro) para o problema da navegação, o viajante apresenta uma espécie de prognóstico para o devir histórico do progresso amazônico. A sua visão de futuro indicava que, na “Amazônia, bem mais do que o trem-de-ferro, será o barco a vapor que, por longo tempo, permanecerá o verdadeiro e principal instrumento do progresso” (COUDREAU, 1980, p. 129).

As intenções de intervir no rio Tocantins, como se vê, datam de tempos passados e evidenciam uma preeminência histórica e política no que se refere à formulação de planos para serem executados nessa parte da Amazônia. Tanto as intenções de outrora em intervir no rio para viabilizar a navegação de barco a vapor, quanto as investidas atuais de construção da referida hidrovia estão centradas em uma cosmovisão⁶⁶ do rio: ele é

⁶⁶Aqui, me aproprio de uma ideia desenvolvida por Marshall Sahlins, na qual estão contidas proveitosas considerações sobre o capitalismo como sendo também um sistema cultural, portador, ele próprio, de uma cosmologia específica (LANNA; 2001a; 2001b; SAHLINS, 2007). Por isso, incluo os projetos para o rio

visto como um espaço físico, descolado da presença dos grupos humanos (e não humanos) que o tem como referência para a vida, ao estabelecerem conexões com as águas através das múltiplas relações econômicas, mas também balizadas por suas próprias cosmovisões e formas de habitar o mundo.

Além disso, os chamados projetos de desenvolvimento, ou PGE, não dissimulam a concepção de atraso que possuem da região amazônica. Essa concepção recai tanto sobre os lugares quanto sobre as pessoas que vivem neles/deles, por isso são tidas como pertencentes a uma temporalidade não moderna. Ambos “precisam ser acelerados para se sincronizarem com o moderno, o tempo que se quer presente” (FLEURY, 2014, p. 16).

Atualmente boa parte das cachoeiras mapeadas por Henri Coudreau já não existe. A formação do lago da barragem de Tucuruí (1974-1984) pôs fim a elas. Não obstante, os mais velhos da comunidade, que viveram antes do desaparecimento das cachoeiras, lembram, com riquíssimos detalhes, os nomes e os lugares em que se situavam tais cachoeiras.

Quando apresentei a eles o livro “Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas”, de Henri Coudreau, houve um alvoroço geral, sobretudo por parte dos mais velhos e mormente entre aqueles que já exerceram a profissão de barqueiro. São os chamados *barqueiros práticos*, já mencionados. O livro repercutiu bastante, uma vez que puderam ver, através das fotografias de Coudreau, paisagens que estavam preservadas apenas nas lembranças de cada um. A discussão revolveu as memórias sobre os perigos representados pelas cachoeiras e do desafio em transpô-las com os barcos cheios de castanha do Pará.

Essa memória das cachoeiras também foi revivida no livro “Viagem ao Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas”, de autoria de Domingos César e João Brasil Monteiro – escritores regionais. O livro conta com o testemunho do próprio João Brasil, que foi barqueiro na segunda metade dos anos 40, e de seus companheiros de profissão. João foi piloto de um barco de propriedade de Jorge Mutran⁶⁷, durante aquela década. Os testemunhos remetem ao itinerário das viagens de barcos. Elas ocorriam de Belém à cidade de Peixe, no antigo estado de Goiás, e também à cidade de Baliza, localizada já no rio Araguaia - também Goiás. Após isso, ocorria o retorno a Belém.

Tocantins - embora situados em contextos diferentes - dentro de uma mesma cosmovisão, em que os espaços e os chamados recursos naturais são sempre vistos por uma perspectiva usurária, associada a uma ideia de novidade centrada na concepção de modernidade.

⁶⁷A família Mutran constituía, à época, umas das oligarquias do Tocantins de que fala Emmi (1999). Os Mutran eram detentores não apenas dos barcos, essenciais no transporte da castanha – do - Pará. Além da logística para o transporte, ela possuía o domínio da exploração de imensos castanhais.

De um modo geral, o livro reconstrói a história da navegação ao longo do rio Tocantins, no fim dos anos 40 do século XX. Evidencia, outrossim, o quanto os saberes dos barqueiros acerca dos rios era valoroso para toda e qualquer pessoa que quisesse transpor os trechos de cachoeira. Mesmo Henri Coudreau levou esse detalhe em consideração, ao formar uma equipe de barqueiros experientes para a sua viagem.

Ignácio Baptista Moura, quando realizou uma viagem de Belém a São João do Araguaia, em 1896, notou que o piloto de um barco é uma espécie de doutor “naquellas extraordinárias paragens” (MOURA, 1910, p. 215) situadas ao longo do rio Tocantins, e que oferece perigo para quem as desconhece.

[...] no *Rebojo do Lourenção* corremos sério perigo: a montaria foi jogada pela correnteza de encontro ao mato da beirada; a água entrava por todos os lados, e, se não fosse o piloto ser um rapaz forte, alegre e hábil, a canoa teria oferecido o flanco à corrente e o golphão enriqueceria com mais três victimas a sua estatística mortuária (p. 221 itálico do original).

O risco de perder o barco estava sempre à espreita. Os relatos dos *barqueiros práticos* na comunidade vila Tauiry demonstra que o conhecimento e a habilidade dos barqueiros impediram a perda da vida de muitos humanos. Manobras feitas sem cálculo e perícia poderiam levar ao choque com as pedras e aos tão frequentes naufrágios. Por isso, mesmo os detentores das riquezas materiais (donos de castanhais e dos barcos) dependiam dos hábeis navegadores para garantir as suas fortunas. Eles – os navegadores – eram os que possuíam o monopólio do saber sobre cada lugar perigoso dos rios Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas.

4.2 A hidrovia Araguaia-Tocantins

Da mesma forma como sugeriu Henri Coudreau, quando se referiu às ações para a viabilização do barco a vapor no rio Tocantins, a implantação de uma hidrovia é um projeto que necessita de intervenções no curso dos rios em que se instala. No caso do rio Tocantins, tais operações dizem respeito à retirada de pedrais (derrocamento) e areias (dragagem) situados em seu leito.

Não é de agora que as discussões sobre a implantação do referido projeto vêm se desenrolando. A hidrovia é um projeto cuja proposta já teve diferentes traçados e, ao longo da segunda metade do século XX, esteve consecutivamente em pauta. Paes (1975) é quem melhor evidencia a longevidade da proposta. Em 1974 o autor publicou uma série

de cinco artigos no jornal “A província do Pará”. Em 1975 a compilação de tais artigos resulta no livro “O escoamento do minério dos Carajás: hidrovia Itacaiúnas-Tocantins”.

Lima Paes empreende a defesa da construção da hidrovia Itacaiúnas-Tocantins sob a justificativa de que o escoamento do minério retirado da Serra dos Carajás seria barato se comparado ao escoamento através da Estrada de Ferro Carajás. O mote central do livro é este: a viabilidade econômica do transporte do minério por meio da hidrovia Itacaiúnas-Tocantins.

Nesse período, não existia a estrada de Ferro Carajás. Havia, entretanto, a execução dos serviços preliminares para a construção da ferrovia que estabeleceria a conexão entre a Serra Sul⁶⁸, em Carajás, ao Porto de Itaqui, no estado do Maranhão. Lima Paes chega a elaborar um quadro comparativo a respeito das diferenças entre os dois modais de transporte, frisando que “o transporte da tonelada do minério pela hidrovia resulta sensivelmente mais econômico (de 0,0025 a 0,0109 centavos), do que pela ferrovia (de 4,39 a 6,55 centavos)” (PAES, 1975, p. 7).

Outra vantagem suplementar – e econômica – apresentada por ele é a de que a hidrovia teria uma alta capacidade de escoamento. Graças a isso, “o número correspondente de viagens dos comboios por ano, na parte canalizada da hidrovia, isto é, da mina à Tucuruí é de 115, do que resulta, em média, 12 comboios por dia transpondo cada eclusa” (Ibid., p. 7). A barragem de Tucuruí também não tinha sido construída, mas o seu planejamento já incluía, conforme vemos, as eclusas para dar suporte à hidrovia.

Meirelles (1998) destaca o programa federal “Brasil em Ação – 1997” como uma política direcionada, dentre outras coisas, à construção do “corredor de exportações Tocantins-Araguaia”. Havia uma esperança de que o projeto fosse construído naquele momento histórico da virada dos anos 90 para os anos 2000.

A ideia central – não distante do que se tem hoje – era reduzir o “custo do frete da soja e de outros produtos provenientes dos estados sob a influência da hidrovia (MEIRELLES, 1998, p. 27). O traçado planejado, no entanto, era bem diferente do proposto atualmente e do anterior. A hidrovia Araguaia – Tocantins, de acordo com o que

⁶⁸“Situados a cerca de 800 km da costa – a distância entre a Serra sul e o Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, é de 950 km aproximadamente – o problema do transporte do minério dessas jazidas, tem no aproveitamento da hidrovia Itacaiúnas-Tocantins, sem dúvida, a única solução compatível com o desenvolvimento da Região Amazônica e em futuro próximo, do próprio Brasil Central”, isto proporcionaria “o bem-estar social, de vez que, sob o ponto de vista econômico, a opção pelo transporte hidroviário, é também indiscutivelmente exequível, tendo em vista, como no caso, a grande distância e o volume bastante elevado da tonelagem a transportar (PAES, 1975, p. 19).

podemos ver no estudo de Meirelles (1998, p. 30), incluía vários outros estados que não estavam previstos naquela discussão de Paes (1975).

A hidrovia se estende por 1.516 km do Rio Araguaia, entre Aruanã (GO) e Marabá (PA), mais 580 de um afluente do Araguaia, o Rio das Mortes, desde Xavantina (MT) bem como 420 km do Rio Tocantins, de Miracema do Norte (TO) a Estreito (MA).

Além disso ela estava atrelada, e ao mesmo tempo dependente, de outros modais de transportes:

Nas proximidades da confluência do Rio Araguaia com o rio Tocantins existe um trecho não navegável (Santa Isabel). Para evitar este obstáculo, a carga será transferida para caminhão, viajando assim mais de 300 km Xambioá (TO) até Imperatriz (MA). Nessa localidade, a carga será transferida para vagões ferroviários, viajando mais 640 km por ferrovia até o porto de Itaqui, a 14 km de São Luis (MA) (Ibid., p. 30).

Em análise do mesmo projeto, Gomes (2001) sublinhou que o projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins necessitaria de obras de engenharia. Assim,

A efetivação total da hidrovia Araguaia – Tocantins (proposto pela AHITAR/CDP – MT), necessita de obras de engenharia como: o canal nas corredeiras de Santa Isabel do Araguaia (construção de canal para evitar as corredeiras de Santa Isabel, com extensão das eclusas na UHE-Tucuruí (construção de 2 eclusas, com 210 m de comprimento e 33 m de largura, para o desnível de 72 m, com lâmina d'água mínima de 5 m na eclusa superior e de 3,5 m na inferior. As eclusas são interligadas por um canal de 5,6 km de comprimento e largura de 140 m e um canal de jusante), para garantir a navegação durante o ano inteiro (AHITAR, 1999 Apud GOMES, 2001, p. 72).

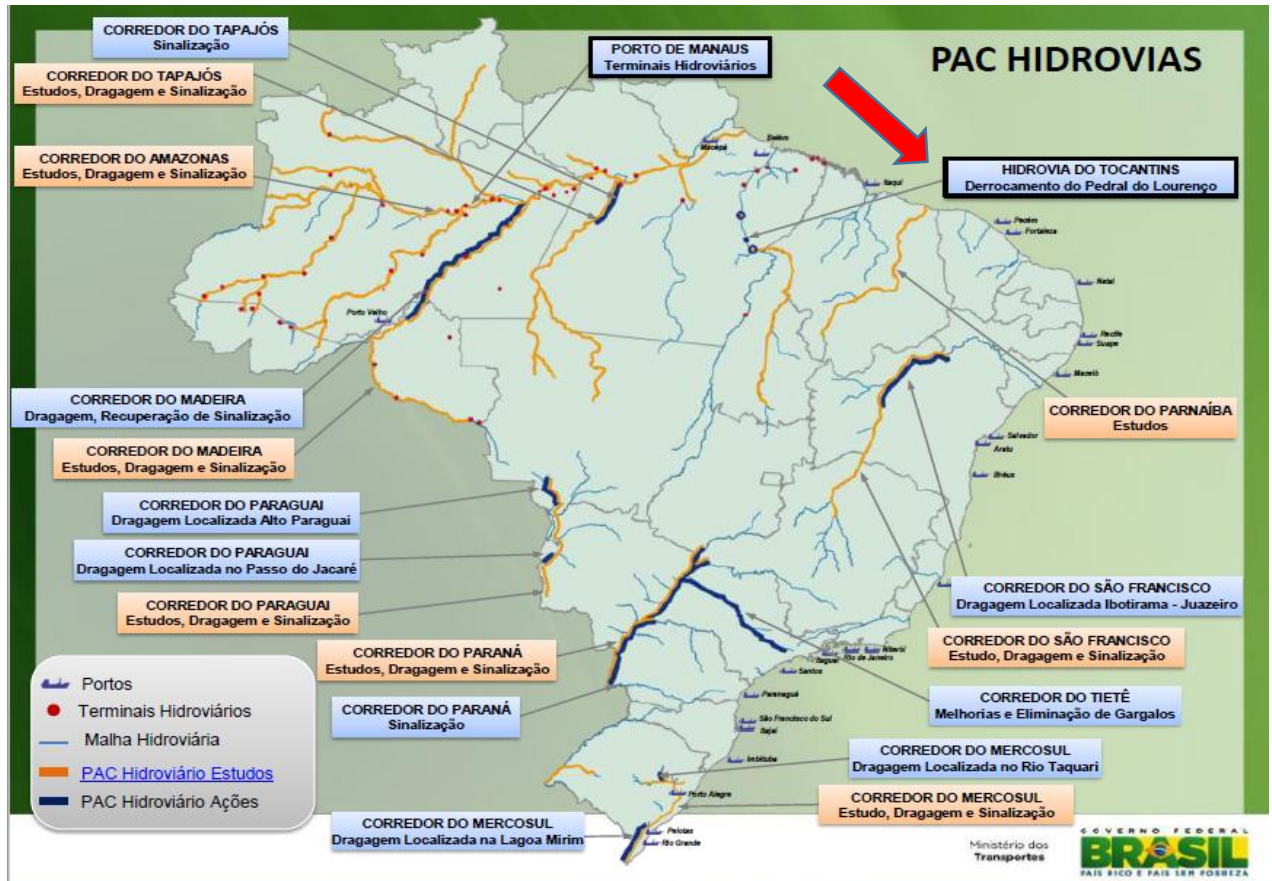
Outras discussões e planos efervescentes acerca do referido projeto seguiram ganhando notoriedade ao longo do século XXI. A hidrovia estava prevista em planos governamentais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que tinha um eixo voltado para a construção de projetos de infraestrutura. Assim sendo, a hidrovia Araguaia-Tocantins (re) surge num contexto onde o Estado brasileiro projetava um conjunto de outras hidrovias, Brasil a fora, conforme podemos perceber no mapa (2) a seguir.

Antes disso, conforme vimos discutindo, o projeto já estava previsto em outros planos de governo (ALMEIDA, 2004). Quando observamos ⁶⁹ jornais e documentos da época da construção da barragem de Tucuruí, anos 70/80, vemos que havia um debate

⁶⁹Jornal O GLOBO. 18/11/82. Disponível em: <https://memoriasocialtucuruui.org/>: Acesso em dezembro de 2018.

sobre a implantação das eclusas. As eclusas – canal por onde embarcações de diversos tamanhos podem transitar entre a parte jusante e montante de uma barragem (e vice-versa) – eram uma das importantes reivindicações de políticos locais e do Estado relativas ao projeto de construção da barragem de Tucuruí. Tudo para viabilizar uma posterior construção de uma hidrovia no rio Tocantins.

Mapa 3 -A hidrovia Araguaia Tocantins e a política do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)



Fonte: Audiência Pública Comissão de Viação e Transportes Câmara dos Deputados (2013). Disponível em <http://www.transportes.gov.br/images/Materiais_Cursos_Palestras/PDF_docs/Audiencia_publica_Camara_De2013.pdf> Acesso em outubro de 2018.

O processo de licenciamento atual, para as chamadas “melhorias” no rio Araguaia e Tocantins, remonta à primeira década do século XXI. A partir daí o projeto de intervenção nesses rios tem sido postergado. Entretanto, a partir do ano de 2013, tais propostas sobretudo para o rio Tocantins têm ganhado ares de realidade. Em documentos emitidos pelo IBAMA consta o histórico desses processos:

Em maio de 2004 foi aberto o Processo nº 02001.003853/2004-51 relativo ao licenciamento ambiental para execução de melhorias no Rio Araguaia (derrocamento do travessão rochoso de Santana e desassoreamento do Passo da Ilha do Coco, localizados nos municípios de Santa Maria das Barreiras/PA e Araguacema/TO); Em 2007, o Ibama oficializou (Ofício nº 122/2007-CGTMO/DILIC/IBAMA) o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para apresentação do projeto atualizado previsto para a hidrovia, com listagem, localização e descrição das obras a serem realizadas, como forma de subsidiar melhor a continuidade do processo de licenciamento ambiental. Porém, essas informações não foram apresentadas, e portanto o Termo de Referência (TR) para subsidiar a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) não foi emitido, tampouco qualquer licença ambiental para o empreendimento em questão por parte do Ibama; Em abril de 2009 foi publicada a Decisão Judicial nº 161/2009, âmbito da Ação Civil Pública nº 02005.39.01.001498-2, determinando que o Ibama, sob multa diária de R\$ 500.000,00 não autorizasse obras isoladas na Hidrovia Araguaia Tocantins; Em julho de 2009 foi solicitado ao Ibama a descentralização do licenciamento ambiental do derrocamento do Rio Tocantins, na parcela compreendida dentro do Estado do Pará (Ofício nº 2555/2009-GAB-SEMA); Em agosto de 2009, por meio do Ofício nº 819/2009-DILIC/IBAMA, a solicitação de descentralização foi negada; Em junho de 2012, o empreendedor solicitou o encerramento e arquivamento desse processo, conforme disposto no Ofício nº 1076/2012/CGMAB/DPP/DNIT)⁷⁰.

A hidrovia Araguaia-Tocantins, que está aguardando a Licença Prévia a ser emitida pelo IBAMA, apresenta um histórico próprio. Nesse sentido, temos que:

Em março de 2013 um novo processo de licenciamento ambiental foi aberto, no Ibama, referente ao empreendimento Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins (nº02001.000809/2013-80). Este processo consiste na realização de derrocamento no trecho entre a Ilha do Bogéa e a localidade de Santa Terezinha do Tauri, compreendendo os municípios de Itupiranga/PA e Nova Ipixuna/PA; além de dragagens nos trechos de Santa Terezinha do Tauri (Itupiranga/PA) à Marabá/PA e entre o município de Tucuruí/PA e Baião/PA; Em dezembro de 2013, através do Despacho nº030372/2013 COPAH/IBAMA, a minuta do Termo de Referência (TR) referente ao empreendimento Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins é emitida e a mesma é encaminhada por ofício a: Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalho (Of. nº02001.015319/2015-88 DILIC/IBAMA); Fundação Nacional do Índio – FUNAI (Of. nº02001.015333/2013-81 DILIC/IBAMA); Fundação Cultural Palmares (Of. nº02001. 015329/2013-13 DILIC/IBAMA); Instituto Chico Mendes (Of

⁷⁰Histórico no Processo de Licenciamento Ambiental no Rio Araguaia-Tocantins (atual processo nº02001.000809/2013-870) (anexo). Disponível em <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empreendimentos.php> Acesso em outubro de 2018.

nº02001.015332/2013-37 DILIC/IBAMA); Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Of. nº02001.015331/2013-92 DILIC/IBAMA); e a Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará (Of. nº02001.015327/2013-24 DILIC/IBAMA); Em dezembro de 2013, a Fundação Cultural Palmares manifesta-se estar de acordo com a Minuta do TR apresentado pelo Ibama referente às comunidades tradicionais Quilombolas (Of. nº749/2013 DPA/FCP/Minc)⁷¹;

No ano de 2014, estes procedimentos legais continuam a pleno vapor:

Em janeiro de 2014, a Secretaria da Vigilância em Saúde encaminha Of. nº01/2014 DSAST/SVS/MS com Termo de Referência para elaboração de estudos específicos ao subcomponente saúde do EIA/RIMA do empreendimento; Em fevereiro de 2014, o Ibama emite então o TR para elaboração do EIA/RIMA (em anexo) e oficia DNIT (Of. nº02001.001007/2014-78) sobre a questão e ainda informa sobre o TR para elaboração de estudos específicos ao subcomponente saúde; Em fevereiro de 2014, IPHAN encaminha ao Ibama o Of. nº0049/2014 CNA/DEPAM/IPHAN estabelecendo o escopo mínimo a ser tratado na elaboração do EIA/RIMA referente ao Patrimônio Arqueológico e Cultural. E, em abril do mesmo ano, Ibama oficia DNIT (Of nº02001.003532/2014-28 COPAH/IBAMA) a respeito do componente em questão; Em 23/11/2015, foi encaminhado o Ofício 939/2015 DPP/DNIT (protocolo no Ibama nº02001.023100/2015-14) informando que a elaboração do EIA/RIMA está em fase de licitação e que o mesmo será baseado no TR emitido em 2014 por este instituto. Destaca-se que não houve a manifestação da FUNAI em resposta ao Of.

nº02001.015333/2013-81 DILIC/IBAMA no prazo estabelecido pela Portaria Interministerial nº419 de 2011, Capítulo II, Artigo 5º item II. Assim, de acordo com o parágrafo 2º do mesmo Artigo, o TR foi consolidado dando prosseguimento ao processo de licenciamento do empreendimento em questão. Ressalta-se que o TR emitido em 2014 apresenta o item 5.3.7. referente a Comunidades Tradicionais, onde se contempla o componente indígena. Por fim, ressalta-se o Parágrafo 5º Artigo 6º (Capítulo III da mesma Portaria Interministerial nº419 de 2011) da qual trata da consideração da manifestação extemporânea dos órgãos intervenientes nas diferentes fases do processo de licenciamento em andamento⁷².

Mais recentemente, o DNIT solicitou ao IBAMA a Renovação de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico – RABio – e, por último, a Licença Prévia do empreendimento. De todo modo, o ritual legal para a implantação da referida hidrovía tem sido intenso, na região sudeste do Estado do Pará. No ano de 2016 o consórcio DTA/O’MARTIN, composto pelas empresas DTA ENGENHARIA e O’ Martin-Serviços e Locação LTDA vence a contratação para a elaboração dos projetos básicos e executivo, das ações ambientais, bem como a execução das obras de

⁷¹Histórico no Processo de Licenciamento Ambiental no Rio Araguaia-Tocantins (atual processo nº02001.000809/2013-870) (anexo). Disponível em <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empreendimentos.php> Acesso em outubro de 2018.

⁷²

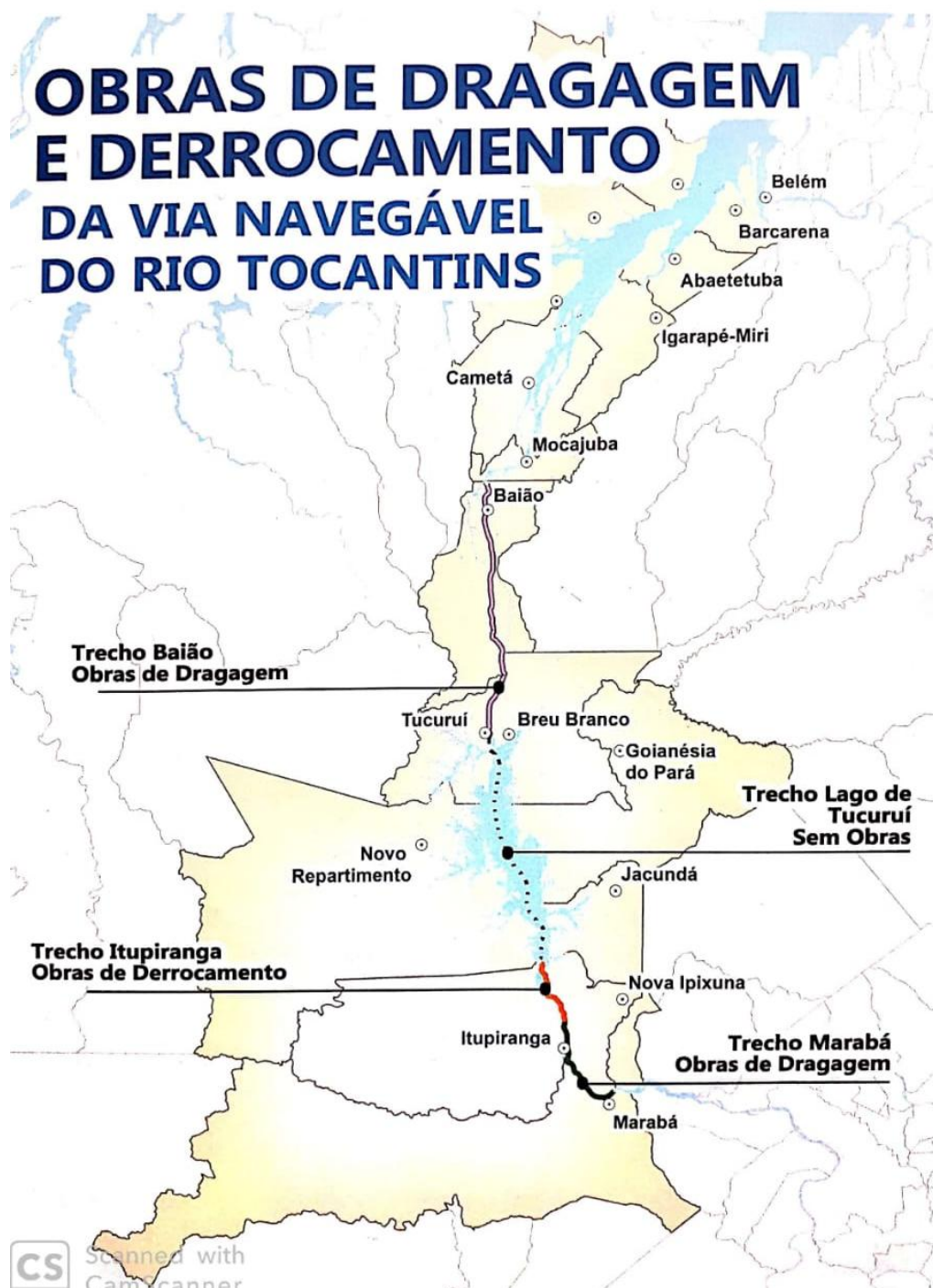
Idem.

derrocamento para a implantação do canal de navegação na região dos pedrais (Pedral do Lourenço) da hidrovia do Araguaia-Tocantins⁷³

73

Análise da proposta de preço. DNIT. Disponível em<
http://www1.dnit.gov.br/anexo/Ata/Ata_edital0449_15-00_0.pdf> Acesso em outubro de 2018.

Figura 7 – Traçado dos trechos de obras referentes à hidrovía



Fonte: Panfleto distribuído durante as audiências públicas (2019)

Desde então, as ações do consórcio DTA/O’MARTIN tem se intensificado. No ano de 2017, seus representantes participaram de uma reunião ordinária realizada pelo

IDEFLOR – Bio, órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação⁷⁴ do Lago da barragem de Tucuruí. O projeto de derrocamento dos pedrais no leito do rio Tocantins está previsto para ocorrer dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do referido lago. Nesse sentido, é preciso a anuência do IDEFLOR – Bio para a realização de estudos naquele trecho do rio, já que o órgão responde pela gestão do lago.

Foi, portanto, com o intuito de solicitar a anuência do IDEFLOR – Bio para a realização de estudos na área da APA do Lago de Tucuruí que os representantes do consórcio DTA/O’MARTIN participaram da reunião do dia 17 de fevereiro de 2017, na cidade de Tucuruí. Por ocasião da reunião, um dos engenheiros do consórcio definiu o propósito central da construção da referida hidrovía, centrado efetivamente na diminuição dos custos para o transporte de grãos e outros produtos com origem no agronegócio.

A hidrovía do Tocantins será o alimento principal do que é chamado de corredor Centro Norte, que conta com um sistema de ferrovia, rodovia e hidrovía, que trabalhará de forma multimodalidade, ou seja, a carga é transferida de um local para outro visando menor custo e eficiência de transporte, esse corredor quando totalmente executado trará a carga desde o Estado do Tocantins, ao sul de Palmas até o Porto de Vila de Conde, de onde essa atingirá o oceano, podendo ser transportada a qualquer lugar do planeta terra, esse processo onde a carga é transferida de um modal de barçaça ao modal de navio.[...] As cargas principais são os grãos, com possibilidade de ter como carga, o carvão mineral, caso a siderurgia seja implantada em Marabá, no caso de importação do carvão mineral seria importado de outros países⁷⁵.

74

As Unidades de Conservação da Natureza do lago de Tucuruí foram criadas pela lei Estadual Nº 6.451, de 8 de abril de 2002. Elas são formadas pela Área de Proteção Ambiental do Lago de Tucuruí (APA do Lago de Tucuruí), pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Alcobaca (RDS ALCOBAÇA) e pela Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pucuruí – Ararã (RDS PUCURUÍ – ARARÃO).

75

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho da APA Lago de Tucuruí. Dia 17 de Fevereiro de 2017. Disponível em Disponível em <<http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/ATA-REUNI%C3%83O-APA-LAGO-DE-TUCURU%C3%8D-17-DE-FEVEREIRO-DE-2017.pdf>> Acesso em outubro de 2018. Numa segunda reunião, esta já no dia 09 de junho de 2017, a presidente do Gestão das Unidades de Conservação do Lago de Tucuruí ressaltou que, com relação ao pedido do consórcio, “[...] o processo foi devolvido a empresa para correções, realizadas as alterações e sendo acatadas as recomendações técnicas da Gerência do Mosaico lago de Tucuruí, foi emitida a AUTORIZAÇÃO nº 01/2017, dando a empresa DTA Engenharia anuência para a coleta de dados que subsidiariam o EIA-RIMA. Entretanto a empresa entrou em contato com a gerência para informar que a Licença do IBAMA apresentou alguns questionamentos e solicitou uma nova anuência do órgão gestor da unidade, frente às alterações do Plano de Trabalho. Tal situação comprometeu o início das referidas coletas, e diante do exposto pela empresa, está foi orientada por esta gerência a formalizar a referida situação, uma vez que tal imprevisto inviabiliza a execução do Plano de Trabalho anteriormente aprovado pelo IDEFLOR-Bio. O processo encontra-se em fase de análise pela equipe técnica da Gerência do 34 Mosaico lago de Tucuruí”. Ata da 2ª reunião ordinária do conselho da APA Lago de Tucuruí. Dia 09 de junho de 2017. Disponível em <http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/ATA-DE-REUNIAO-APA-LAGO-DE-TUCURU%C3%8D-09-DE-JUNHO-2017_APA-LAGO-DE-TUCURU%C3%8D.pdf> Acesso em outubro de 2018.

Apesar de todos os trâmites burocráticos, o projeto tem avançado significativamente, haja vista que as audiências públicas a seu respeito já foram realizadas – tratarei do desdobramento dessas audiências a partir do ponto de vista dos ribeirinhos (as) da comunidade vila Tauiry.

4.3 A imposição do sentido e do consenso sobre o sentido

A construção da hidrovia Araguaia-Tocantins, que será feita com base na implosão de rochas e da retirada de areia do rio Tocantins, foi apresentada aos ribeirinhos e ribeirinhas do município de Itupiranga, e região, dissimulando a existência de qualquer impacto sobre a pesca e também no que se refere a outros aspectos do território das comunidades, de maneira em geral. No dia 31 de março de 2010 houve uma reunião no referido município em que diversos representantes do DNIT expuseram o projeto da hidrovia⁷⁶.

A ênfase dos expositores vinculados à referida instituição foi dada à questão da geração de emprego na região, ao passo que os representantes das colônias de pescadores, e outras entidades ligadas às comunidades, queriam saber sobre o impacto do projeto na atividade da pesca. Um dos engenheiros do DNIT ressaltou que:

Uma obra desse porte vai gerar emprego para a região, é uma obra especializada em que geralmente a referida mão de obra vem de fora, entretanto vai obrigar a empresa a treinar mão de obra local para redução de seu próprio custo, certamente a obra iniciará com mão de obra de fora enquanto a mão de obra local é treinada⁷⁷.

No que diz respeito à pesca, a resposta dos engenheiros foi bastante contundente. Questionados sobre os impactos na atividade pesqueira, os técnicos e os políticos foram incisivos ao negarem a possibilidade de que isto venha a ocorrer, pois “os pescadores que utilizam pequenas embarcações pescam fora do canal principal, neste caso a obra não prejudicará a pesca”⁷⁸ – veremos no quinto capítulo as controvérsias relacionadas a esse ponto. Nesse mesmo sentido seu colega de trabalho também afirmou que:

⁷⁶Correia (2017), antes de mim, teceu considerações importantes sobre essa Sessão Pública.

⁷⁷

Ata da Sessão de Audiência Pública referente à Concorrência que visa à execução, sob regime de empreitada, por preços unitários, as obras de derrocamento de pedrais no rio Tocantins, no trecho compreendido entre a ilha da Bogéa (km 350) e a localidade de Santa Teresinha do Taurí (393), estado do Pará, numa extensão de 43 km. DNIT. 31 de março de 2010.

⁷⁸Idem.

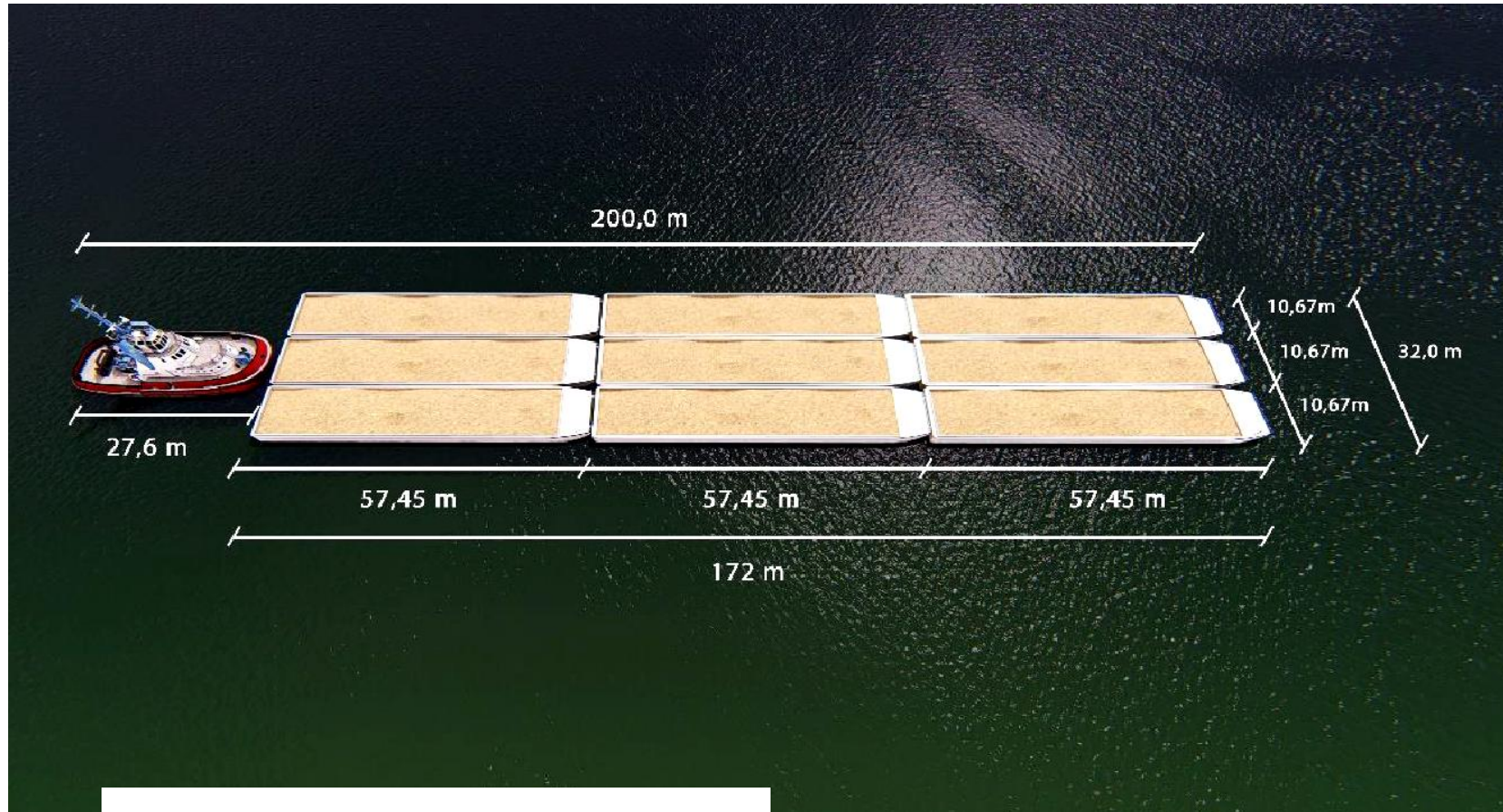
[..] toda a atividade da obra será feita no meio do rio (canal) principal e não afetará a pesca, o DNIT fará a obra somente nos pedrais no rio inteiro somente quando a navegação estiver totalmente liberada. [Por isso], a hidrovia não vai inviabilizar a pesca. Vai restituir o direito de ir e vir como foi no passado⁷⁹.

Um fato inegável é que o território ribeirinho terá a presença constante de agentes externos. São as balsas que carregarão diferentes produtos.

79

Idem.

Figura 8 – Modelo das barcaças que percorrerão o rio Tocantins



Fonte: E]

Pretende-se implantar a navegação de grande porte no rio Tocantins após a dragagem e derrocagem dos pedrais e de areias. A instalação da hidrovia, que será o caminho para barcaças como a representada na figura (8) acima, tem inquietado os ribeirinhos e as ribeirinhas da vila Tauiry. A falta de diálogo do poder público com eles/elas e o desconhecimento sobre os riscos que a obra pode acarretar ao seu território, e à vida como um todo, tem feito com que as memórias da expropriação sofrida por ocasião da barragem de Tucuruí se aflorem.

Além disso, há uma luta pelo reconhecimento como comunidade tradicional e pelo direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (convenção 169 da OIT). Em face desses acontecimentos, os/as agentes sociais têm buscado dialogar com pesquisadores, prefeitura, DNIT, Consórcio DTA/O’MARTIN, Defensoria Pública Agrária do Estado, Ministério Público Federal, dentre outros, a fim de buscar a garantia de direitos.

No mês de junho de 2018 ocorreu uma reunião na *Quadra Coberta Poliesportiva Sant’Clair Gomes Pereira* onde estavam presentes autoridades do poder público municipal (prefeito, dois vereadores, o Secretário de Desenvolvimento, Secretário de Meio Ambiente do município de Itupiranga) e o diretor de meio ambiente da empresa DTA Engenharia, umas das empresas que forma o consórcio DTA/O’MARTIN, responsável pelo desenvolvimento dos estudos de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da hidrovia.

Em seu discurso o prefeito de Itupiranga, que exercia mandato no fim dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, portanto no período de construção da barragem de Tucuruí, lembrou que “até hoje a Eletronorte deve a parte social para os ribeirinhos”. No que se refere à hidrovia, ele considerou positiva a reivindicação da comunidade por estudos antropológicos, porque a “a comunidade vai passar por momentos duros”.

Ademais, ressaltou que não é contra o progresso e que o transporte hidroviário é o “mais bonito e barato” que existe. Além disso, frisou que aquela era uma oportunidade para colocar em prática um dos seus compromissos de campanha: dialogar com as pessoas do município.

Prefeito– Bem, gente, o que eu quero dizer para vocês é que nós já viemos escaldados há muito tempo com as grandes obras. E ficamos sempre olhando os navios passarem. Na minha campanha eu falei o seguinte: “respeito, diálogo e trabalho”. Então, eu acho que hoje, nós estamos aqui sentados, o poder público (...) e o representante da empresa. Só não temos o representante principal, que é do governo federal, que devia tá aqui também, mas vai vir, que é o DNIT, que é uma diretoria do Ministério dos Transportes. Tem o transporte fluvial – hidrovia -, tem o transporte rodoviário, tem o transporte aéreo e tem

o ferroviário. São quatro tipos de transportes que existe no país, e o mais bonito que é o mais barato é justamente a hidrovia, e está em último lugar aqui nesse país.

[...] o progresso tem que vir para ajudar nós. Para facilitar o estado, o país, o mundo, o planeta terra. Porque aqui vai passar riquezas, no futuro, que vem do Sul do País, que vem de todo lado e é mais barato. É o modal mais barato. É o modo de transportar mais barato que existe em cima da terra. E Amazônia aqui tem infinitos rios, tem tanta coisa boa aqui pra fazer. Então, isso tudo ta acontecendo aqui conosco mais uma vez. Então, nós estamos aqui hoje, eu como prefeito é uma obrigação minha de estar aqui no meio de vocês, entendeu? Conversar com vocês e tentar achar uma saída para que a obra venha a acontecer sem prejudicar os ribeirinhos, sem prejudicar ninguém, de uma maneira correta. [...] Acho que o primeiro passo é achar o local aonde a empresa vai se instalar. Aqui falaram também do campinho de futebol, em 78 – 79, o campinho de futebol tradicional, tinha o cemitério ali pra baixo também. Então, essa vila de vocês eu convivo já há 40 anos aqui. Nós temos uma chance muito grande de defender o nosso “torrão”, fazer o desenvolvimento acontecer e trazer emprego e renda pra vocês, que vocês precisam disso. Nós precisamos disso. O município está completamente despreparado de emprego. Se não fosse a nossa terra, cada um ter a terrinha dele, os peixes e o rio, nós estaríamos muito mal aqui, entendeu? Mas eu queria dizer pro Mauro: Mauro todo emprego, toda chance de gerar uma renda aqui, usa esse povo aqui. Eu acho que isso é importante demais. A gente vai discutir a questão do campo, e depois nos vamos ter as condicionantes. Nós vamos discutir as condicionantes. Audiência Pública, que vai ser feita também por lei. A lei obriga a todo empreendimento do governo fazer audiência pública. E essas audiências públicas elas são respaldadas pela lei, e o governo vai ter que estar aqui presente e não tem como dizer que não.

A exposição do diretor de meio ambiente da empresa DTA Engenharia enfatizou que é preciso arrumar um local para implantar o canteiro de obras do empreendimento. Mesmo que não seja o campo de futebol da comunidade, há vários outros locais possíveis para instalar o referido canteiro de obras do projeto. De todo modo, ele sublinhou que a empresa pretende repor a aquisição da área do campo de futebol⁸⁰ com a construção de outro campo, dotado de estrutura igual ou melhor que a existente.

Nós, para executar a obra, precisamos de um local para instalar um canteiro, para poder durante três anos, ou dois anos e meio, ou três anos e alguns meses fazer a obra. O local onde hoje está o campinho é um bom local. Para nós é um bom local. É um local beira rio. É um local plano. É um bom local. Não quer dizer que seja o único. Nós temos um estudo, que a gente fez com os engenheiros aqui, e já vimos quatro, cinco jeitos de fazer a obra. Um bom local, sem dúvida, é o campinho, por isso nós estamos reunidos aqui. É compromisso da DTA, óbvio, se for o caso de utilizar o campinho, que ela vai dar uma condição igual ou melhor para a prática do futebol pra comunidade tradicional, para comunidade ribeirinha aqui de Itupiranga. Então, isso é um compromisso. Compromisso não bastam palavras. Então isso é um processo que vai ser todo legalizado perante a prefeitura e perante o governo federal, através do DNIT. Nós estamos aqui no primeiro passo. Estamos aqui para falar que esse compromisso existe que não existe uma outra maneira de a gente ocupar aquela área que não seja fazendo esse tipo de compensação.

⁸⁰ Hoje não está mais em questão o uso da área do campo de futebol pela empresa.

Um dos vereadores do município de Itupiranga, e que também tem propriedades na comunidade vila Tauiry, teceu um discurso carregado de considerações sobre os benefícios que o projeto pode deixar para a região. Tais benefícios consistem sobretudo na oferta de trabalho para as pessoas do povoado. Entretanto, a destinação dos postos de trabalho não está dada *a priori*⁸¹. Prossegue o vereador: a condição para ocupá-los (se são supostamente criados) é uma prévia capacitação. Essa capacitação alçará as pessoas da comunidade não ao trabalho braçal, mas àqueles postos que têm maior prestígio e, portanto, gozam de maior valorização salarial – diz ele.

O que eu tenho a dizer pro povo do Tauiry, é o seguinte: a gente tem, primeiro, que se unir. Porque, hoje, essa reunião, não é o momento de discutir as condicionantes aqui para a vila. Nós vamos ter um momento de discutir as condicionantes aqui para a vila. Obras, benefícios pra vila, que são as audiências públicas. Hoje é mais uma reunião aberta, onde está a empresa, o prefeito. Está aí a questão do campo. O campo pode ser usado como canteiro de obras? Pode, sim. Desde que haja uma compensação para a comunidade, um outro campo em um outro local, que dê condições boas para a prática do futebol. Eu vi a exigência de iluminação e... Ou seja, que dê as condições boas para a prática do esporte aqui na vila Tauiry. Então, eu queria pedir a união e dizer o seguinte, o principal dessa obra é que ela deixa aqui benefícios, principalmente para as comunidades que residem aqui. A gente tem que se preocupar com cursos profissionalizantes aqui pra vila, pra capacitar, capacitar o povo da vila pra ocupar os cargos. Porque, não adianta ficar aqui falando que “há, tem que arrumar emprego pro povo da vila”. Será que o povo da vila vai ter um emprego só de catar pedra lá na beira do rio? Porque, se não se capacitar só vai ter o serviço braçal. Então vamos buscar cursos de capacitação pra capacitar o povo daqui, pra que possa ocupar cargos, serviços de uma valorização maior na questão salarial. [...] chegou o momento da gente tirar proveito dessa obra, com emprego, como melhoria na vila, com união e sem briga, sem ciúmes e sem fofoca.

O Secretário de Meio Ambiente do município, por ocasião desta reunião, ressaltou que a reivindicação de tornar alguns trechos do rio Tocantins navegáveis é muito anterior. Ele destacou não haver dúvidas sobre a existência dos impactos negativos que a obra ocasionará na comunidade, mas frisou, principalmente, a existência dos impactos positivos.

Para “potencializar” os “impactos positivos”, conforme foi mencionado à comunidade, será necessário fazer um acordo com os executores do projeto da hidrovía. Um dos princípios desse acordo é o não tratamento da empresa como uma adversária da

⁸¹O argumento de que a obra via gerar muitos postos de trabalho não é seguro. Ao longo das audiências públicas o consórcio DTA/O’MARTIN e o DNIT destacaram que a quantidade de empregos a serem criados não superam 180 vagas. E muitos desses postos de trabalho já estão destinados à mão de obra especializada.

comunidade, mas como uma instituição com a qual é possível travar diálogos a fim de garantir benefícios para o povoado e para a prefeitura do município.

[...] esse processo que está se iniciando, já se iniciou há um tempo, é um projeto antigo do governo federal, que é justamente tornar navegável esse trecho do rio, e justamente passa pela vila Tauiry. Eu que nasci numa vila, cresci numa vila parecida com a vila Tauiry, eu sei exatamente como é que funciona essas relações... enfim, o que é os principais anseios da comunidade, e o que é que significa para a comunidade uma obra grande como ta sendo colocada esse projeto. Essas obras se dão a partir do licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é um acordo. É um acordo entre quem pensa em fazer a obra e todos os envolvidos nessa obra. E a comunidade talvez seja o principal ponto de referência em relação a obra por ter a sua vida alterada de alguma forma, porque é onde vai receber os impactos. É nesse ponto que eu quero fazer as observações. Esses impactos, muitas vezes negativos, e também alguns impactos positivos. Então, o importante é a comunidade entender o que é que, de alguma forma, vai atrapalhar, vai piorar a vida da comunidade, onde estão os pontos negativos da obra, e também observar os pontos positivos. Porque, na hora de discutir um acordo, qualquer parte que vai discutir um acordo, ela quer o melhor possível para o seu lado. Então, a comunidade, acho que é importante entender, que a prefeitura está do mesmo lado nessa obra. O planejamento da obra é do DNIT. A construção, o patrão é o DNIT. Então, a prefeitura é afetada tanto quanto a comunidade. É por isso que, nesse processo, claramente, nós estamos do mesmo lado, e a própria empresa DTA. Acho que não é interessante observar a empresa como adversário. Porque a empresa é um executor. Agora, dentro desse acordo tem que negociar. [...] Então a comunidade tem que estar bem representada, para que, ao mesmo tempo, ela possa potencializar os impactos positivos.

O Secretário de Desenvolvimento do município de Itupiranga, também por ocasião daquela reunião, destacou a inevitabilidade da obra, afirmando que ela “vai ocorrer”. Nesse mesmo discurso, ele tratou de reforçar os chamados “benefícios positivos” para a comunidade e para a região, mais uma vez com enfoque na questão do trabalho e da mão obra qualificada.

Além disso, de sua parte, há uma ideia de que os ribeirinhos e as ribeirinhas da vila Tauiry podem trabalhar na manutenção dos equipamentos da empresa que irá realizar a obra. Ainda frisando os “impactos positivos”, isto é, os benefícios do empreendimento, o secretário ressaltou que a comunidade busque implantar um centro de pesquisa em seu território. Isso atrairia turistas para conhecê-lo, o que geraria renda.

Essa é uma obra de primeira necessidade. É uma obra do governo federal que ela vai ocorrer, é só uma questão de tempo. Agora, ela pra ocorrer é preciso o quê? Ela tem o antes, tem o durante e tem o depois. O antes é exatamente isso que a gente está fazendo aqui. É ver o que é que a sociedade precisa, o que é que a comunidade tem para reivindicar. E o durante é exatamente qualificar e empregar a mão de obra local. E o depois é o benefício que ela vai trazer. É necessário que esses cidadãos de Tauiry, principalmente, porque a empresa não vai só terminar a obra e ir embora, não. Ela vai precisar de alguém pra manutenção e etc. Que essas pessoas que vão trabalhar na manutenção sejam

pessoas daqui e que qualifique e que empregue a mão de obra local. [...] Uma das condicionantes que eu acho que vocês deveriam pedir, isso vai ser feito durante as audiências públicas, é um Centro de Pesquisa Permanente da vila Tauiry, que vai trazer benefício não só para a comunidade, mas para o município todo. Vai trazer benefício para o turismo, porque todo mundo vai querer conhecer o centro de pesquisa permanente. E outra coisa, essa hidrovía ela vai baratear os nossos produtos, o produto brasileiro....

O contato das comunidades da região, de modo em geral, e dos ribeirinhos e ribeirinhas da vila Tauiry, de modo particular, com a proposta de construção da hidrovía Araguaia-Tocantins tem ocorrido nestes termos, em que tanto o discurso dos técnicos do DNIT, quanto o discurso de autoridades públicas e dos técnicos do consórcio que ganhou a licitação para a realização do EIA/RIMA tentam impor a “definição legítima” sobre o acontecimento em curso, visando produzir o “sentido e o consenso sobre o sentido” (BOURDIEU, 2007, p. 113) a respeito do mesmo.

4.4 O “evento” e seus sentidos: o ponto de vista “nativo”

Nós tamo meio triste, porque já estamos ameaçados nesse setor de pesca, que aonde a gente sobrevive, tem um sustento. E hoje nos encontramos em situação que tá vindo aí como todos já sabem, ouviram falar, a derrocagem do Pedral do Lourenção, isso para o pescador traz um grande prejuízo, vai nos trazer muitos prejuízos e nós já estamos preocupado, porque eles vão invadir a nossa mesa, aonde nós tiramos nosso sustento, que é o Pedral.

Nós já vemos o impacto, porque a pedra que eles vão tirar é o nosso setor pesqueiro, do verão, então tem um impacto sim. E tanto impacto para nós como impacto para os peixes também que são moradores. E aí é berçário, essas pedras aí são berçários onde os peixes vivem, e eles diz que vão quebrar as pedras e vão colocar, antes de quebrar, vão colocar os sinalizadores pros peixes sair. Aí eles... aí eles... digamos que o peixe sai, mas quando ele voltar ele vai encontrar o quê? A sua casa destruída né... o seu leito destruído. Então é isso aí já é um impacto muito grande. (Trecho de entrevista concedida por Pedro, residente na vila Tauiry).

Mesmos cientes do discurso do DNIT e das autoridades políticas locais, os ribeirinhos e as ribeirinhas da vila Tauiry possuem a sua forma própria de significação do “evento”, pautada principalmente nos conhecimentos ancestrais sobre o rio Tocantins e na experiência de expropriação sofrida em função da construção da barragem de Tucuruí. De acordo com os seus saberes e práticas, o local de retirada das pedras é lugar onde se desenvolve a pesca.

Cristiano - e essa hidrovía que está prevista pra cá, o senhor lembra quando ouviu falar dela pela primeira vez?

Bentinho - Rapaz, faz um bocado de tempo que eles falavam nisso aí e vinha um até que apareceu, eles chegaram e passaram uns quatro meses aí mexendo, furando pedra.

Cristiano- Isso já faz muito tempo?

Bentinho - Não, faz uns três anos que eles começaram com esse serviço. Eles começaram os trabalhos dele, alugaram umas casas aí, também fizeram o serviço aí e sumiram, acabou-se, foram embora. Interessante, isso aí, pedras dessas grossura assim, desse tamanho, ali naquele tubo tem pedra de toda cor, e é bonito, e eles carregavam essas pedras tudinho, levaram. Mas era bonito demais, moço, era bonito demais, aí eles tinham umas cascas de madeira assim, aí eles colocavam ali na beira do rio, aí colocavam no carro deles, e pegavam de três pra colocar dentro do carro, colocaram tudinho.

Cristiano - E depois disso, não vieram mais aqui, nem fizeram mais reuniões com vocês?

Bentinho - Não, não fizeram mais.

Cristiano - E nesse lugar aqui, onde tiraram as pedras lá, seu Raimundo, é lugar de peixe?

Bentinho - Tem! Agora no verão, tem umas partes que fica seca, aí fica só o canal da água. Eles furaram onde pega o canal.

Nas primeiras vezes que mencionei a HAT nas entrevistas houve muitos silêncios e reticências. Das questões que eu fazia obtinha respostas curtíssimas e que enfatizavam, sobretudo, o desconhecimento sobre o que vai acontecer com as famílias, caso o projeto seja instalado.

Após algum tempo passei a ouvir, com muita frequência, uma opinião corrente entre todos/as de que se a hidrovía, de fato, for levada adiante terá que haver a *suspensão das águas do rio* para que ele fique constantemente *no nível de inverno*.

Porfírio destaca a compreensão dos impactos do seguinte modo:

Porfírio: - Esses impactos pro pescador, ele vai ser um impacto nessa forma, entendeu? Porque, aqui nós estamos aqui na margem de verão, né, nós aqui estamos no verão, então o rio ele ainda vai secar ainda mais do que o que ele tá aqui. Esse aqui ainda não é o limite dele ainda. Ele ainda vai mais além. Então, para o pescador, esse impacto que o pescador vai sofrer, vai ser muito grande. Porque *se o rio ficar na margem de inverno*, como é pra trafegar os barcos grandes, as embarcações, as barcaças, ele vai ficar *uma água bem mais alta do que aqui*, então *ele vai ficar a nível de inverno*, né? E se ele, como é que se diz, na teoria deles [DNIT, consórcio DTA/O'MARTINS] é pra ficar viajando de inverno a verão, esse tráfego, então a represa vai ter que guentear essa água em um certo nível que dá para eles viajar por cima desses pedrais, né?(itálicos meus).

De acordo com essas interpretações, a interferência no rio Tocantins a fim de viabilizar a implantação da hidrovía resultará efetivamente no aumento permanente da água do rio. Os documentos apresentados pelo DNIT ao IBAMA não fazem referência a essa questão. A referida situação tem sido objeto da minha atenção, pois “o simples uso

de termos tão diferentes para designar uma mesma situação desponta como indício de que há diferentes percepções em jogo” (MARTINS COSTA, 2013, p. 33).

Assim, do ponto de vista da comunidade, o impacto da hidrovía terá os seguintes desdobramentos:

Porfírio: - E aí é onde vai entrar o impacto do pescador. Porque, essa época agora o pescador, ele está se valendo do pedral, né? O peixe que estava nos lagos, dentro dos Igarapés, dentro das ressacas, dentro do mato aí onde a água estava atingida, no nível de inverno, esse peixe, quando chega o verão ele vem descendo pro leito do rio, para os pedrais, né, e vai para as praias, pra...subir, ele vem para o leito do rio. Então, nessa época o pescador se prevalece dessa atividade, né, que é desse ponto fraco do peixe, pra ele poder, né, tirar a alimentação dele. Então, o pescador, ele vem aqui para o pedral. Ele vem pescar com a tarrafa, né, com a malha grande, que é a malha 10, a malha 12, a 14, né, que é [para capturar] o peixe maior. Ele [o peixe] fica, durante o período do inverno, ele fica lá dentro do mato. No verão é que ele sai, né? Aí, o pescador artesanal, ele vai procurar essa atividade. Então, se essa água ficar no nível alto, o pescador, ele vai ter que mudar o impacto que ele vai sofrer, porque ele vai ter que explorar novas estratégias de trabalho, né, pra ele poder manejar esse peixe lá dentro dos matos, lá dentro das ressacas, aonde ele já está acostumado a pescar na época do inverno, no ponto que ele já tem, né, o ponto certo ali que ele já está acostumado a pescar. Agora, com a água alta, ele vai ter que procurar novas estratégias, porque ele não vai mais ter esse período de verão para ele pescar nos pedrais. Então, ele vai ter que procurar novas estratégias. Então, para ele vai se tornar difícil, e nem todos os pescadores vão se adaptar, né, a essa nova metamorfose, né, que vai acontecer, o pescador vai ficar... tem deles que vão se dar muito bem, mas tem outros que vão se dar muito mal, né. Não é isso? [...] Isso aí vai ser um afeto, né, porque não tem um tempo determinado também, e o cara também não sabe se ele vai investir, de dizer “não, eu já vou logo preparar aqui meus caminhos, porque *a água vai crescer*” (itálico meu).

Esse é o modo próprio através os/as agentes sociais tecem leituras acerca do projeto. Ao associarem a implantação da HAT com a imposição de uma situação de inverno para as águas do rio, eles/as demonstram que há uma possibilidade real de que sejam negativamente impactados/as pelo empreendimento. Com base nessa leitura própria é que atribuem à hidrovía um lugar dotado de significado na ordem social das coisas (SAHLINS, 2007).

O modo muito particular através do qual essa leitura é realizada encaminha, inclusive, ações políticas da comunidade. A partir do momento em que interpretam a hidrovía como um acontecimento que irá afetar a dinâmica do rio (o que inclui humanos e não humanos), a comunidade passa a manter determinadas condutas, tendo em vista a situação presente.

Quando fui à comunidade pela primeira vez (conforme mencionado no primeiro capítulo), algumas famílias participavam de um estudo sobre o monitoramento da pesca,

desenvolvido por uma bióloga, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Foi um trabalho colaborativo, onde a ideia central era mapear os pontos de pesca tanto na vila Tauiry quanto na comunidade vizinha – vila Santo Antoninho.

Algumas famílias se engajaram na pesquisa ao participarem diretamente da construção daquele estudo. No final, ficou evidente que nos pedrais existem variados pontos de pesca⁸². De modo que cada pescador sabe onde fica o seu ponto de pesca e também não avança sobre o ponto de outros pescadores.

A pesquisa demonstrou que o canal da hidrovia está sobreposto aos pontos de pesca no Pedral do Lourenção. Por isso, o referido trabalho tem sido apropriado pelos/as agentes sociais em seus discursos e repertórios de luta, para afirmar, mais uma vez, que a obra ocasionará impactos negativos à comunidade.

A compreensão própria sobre *o erguimento das águas do rio* constitui uma mediação para a apreensão do “evento”. De todo modo, após realizarem suas próprias leituras sobre os impactos da hidrovia, os ribeirinhos e as ribeirinhas passaram a encaminhar determinadas ações políticas.

Houve uma mudança no nome da associação, que agora é denominada de *Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista da vila Tauiry*. Essa ação parte de um esforço de autoafirmação capitaneado pelas lideranças da comunidade. Elas consideram que dar ênfase na tradicionalidade, utilizando como veículo o nome de umas das mais importantes instituições, pode ser algo positivo. Antes dessa mudança, a associação se chamava *Associação da vila Santa Teresa do Tauiry e Adjacências*.

Vale lembrar que a ideia de *adjacências* remonta ao próprio contexto das lutas relacionadas à barragem de Tucuruí. Quando visualizamos documentos produzidos pelos expropriados, vemos que eles eram nomeados com títulos que faziam referência à áreas e comunidades também afetadas pela barragem, as quais eram nomeadas de adjacentes.

⁸²CUNHA, C. V. *Relatório do I Seminário Sobre os Impactos da Hidrovia Araguaia – Tocantins sobre a pesca na região: o rio Tocantins para além do uso como via de transporte*. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/Faculdade de Educação Ambiental/Núcleo de Educação Ambiental. Itupiranga – PA, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiane_Cunha3/publication/331559985_Relatorio_do_I_Seminario_sobre_os_impactos_da_Hidrovia_AraguaiaTocantins_sobre_a_pesca_na_regiao_o_rio_tocantins_para_alem_do_uso_como_via_de_transporte/links/5c8061f1299bf1268d4054e7/Relatorio-do-I-Seminario-sobre-os-impactos-da-Hidrovia-Araguaia-Tocantins-sobre-a-pesca-na-regiao-o-rio-tocantins-para-alem-do-uso-como-via-de-transporte.pdf. Acesso em dezembro de 2018.

É o caso do “Documento de denúncia e reivindicações da população de Repartimento e Adjacências, atingida pelo projeto do reservatório da UHE de Tucuruí”, de 1981⁸³; e também do documento nomeado por “Denúncias e reivindicações da população de Repartimento, Breu Branco e Adjacências; dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e moradores das localidades Rainha e Maratuba direita, atingidas pelo projeto do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí⁸⁴”, de 1982 e vários outros.

De todo modo, esse jeito todo peculiar de se relacionar com as localidades próximas não tem sofrido alteração. Embora o nome da associação da comunidade da vila Tauri tenha mudado, a relação com as *adjacências* permanece. A comunidade mais próxima da vila Tauri se chama vila Santo Antoninho.

Figura 9 – Emblema da associação da comunidade.



Fonte: Trabalho de campo (2018)

As figuras escolhidas pela comunidade para compor o emblema da associação são carregadas de simbolismos. Conforme podemos notar, os agentes sociais optaram por frisar (após muitas discussões) aspectos relacionados à pesca, representada pelos

⁸³Documento de denúncia e reivindicações da população de Repartimento e Adjacências, atingida pelo projeto do reservatório da UHE de Tucuruí. 12 dezembro de 1981. Disponível em: <https://memoriasocialtucuruui.org/>. Acesso em dezembro de 2018.

⁸⁴Documentos dos Vazanteiros de Itupiranga. 02 de novembro de 1981. Disponível em: <https://memoriasocialtucuruui.org/>. Acesso em dezembro de 2018.

pescadores na canoa retirando a rede de pesca do rio, mas também utilizaram como recurso visual a *Pedra do Lourenção*.

Ela é um símbolo ancestral da vida social daquele território, haja vista que faz parte da memória, da história e da cosmologia do lugar. Mas também é um espaço frequentemente convertido em lugar de lazer, de pesca, além de ornamentar o caminho por onde os pescadores e pescadoras transitam, no dia a dia.

Por trás dessas questões existe uma autoconsciência cultural (SAHLINS, 1997) que remete a um modo de vida tradicional e tem sido colocada em evidência nesse contexto político de disputa pela existência no território. Assim, o processo de autoafirmação como comunidade tradicional pode garantir certos direitos, inclusive o direito de ser consultado quando há uma intervenção externa em suas vidas.

As reflexões de Rodrigo Oliveira são pedagógicas nesse ponto, pois demonstram que a autodeterminação é um direito das chamadas “‘minorias étnicas’, cujos modos de vida estão estreitamente relacionados ao uso do território e dos recursos naturais” (OLIVEIRA, 2017, p. 155 aspas do original). Ainda, conforme as suas reflexões, vê-se que em tempos recentes a Convenção⁸⁵ n° 169/OIT prevê que estes grupos tenham

[...] o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural (artigo 7.1).

Conforme destaca o autor, a Convenção n° 169 é certamente o documento jurídico primordial a respeito dos grupos etnicamente diferenciados. Assim, ele veicula conquistas relevantes, as quais estão assentadas no direito à autoidentificação, direito ao território ocupado, ao uso exclusivo dos recursos naturais e à participação. Nesse sentido, a referida convenção determina que a consulta e consentimento prévio, livre e informado é um direito dos povos indígenas e tribais.

Os povos indígenas são referentes àqueles que descendem dos que povoavam determinado país ou região durante o processo de colonização e que mantêm suas próprias instituições sociais, instituições políticas culturais e culturais ou parte delas (OLIVEIRA, 2017).

⁸⁵No Brasil, a Convenção n° 169 entrou em vigor em 25 de julho de 2003, através do decreto 5,051/2004. O que significa que “todas as suas disposições são obrigatórias e imediatamente aplicáveis, ou seja, nenhum órgão governamental pode alegar a ausência de regulamentação nacional como razão para descumpri-la” (OLIVEIRA, 2017, p. 157).

Os “povos tribais”, por seu turno, dizem respeito às diferenciadas realidades socioculturais. Assim, a

Convenção nº 169 estabelece que serão considerados tribais aqueles povos que: (i) possuam “condições sociais, culturais e econômicas [que] os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial”, e; (ii) tenham consciência de sua identidade tribal. Os critérios também consagram o direito a autoidentificação (Ibid., 2017, p. 160 aspas do original).

Do ponto de vista prático, entretanto, o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais ainda é incipiente, pois “o Poder Judiciário vem reconhecendo progressivamente a aplicabilidade da Convenção nº 169 e do direito à consulta e consentimento prévio, livre e informado a estes grupos” (OLIVEIRA, 2017, p. 161).

Uma vez alçados a esta condição, tais grupos são sujeitos de direitos e gozam da prerrogativa da consulta e consentimento prévio, livre e informado, sempre que uma ação externa ameace avançar sobre o seu território. As lideranças da comunidade Tauriry conseguiram agendaram uma reunião com um Defensor Público Agrário do Estado do Pará (DPE/PA) para o dia 19 de janeiro de 2019, na própria comunidade. Nessa reunião a comunidade discutiu uma série de problemas que os aflige, dentre eles está a demanda pela construção de um Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, a fim de que o grupo se coloque em melhor posição para o diálogo com as empresas.

Uma série de outros problemas foi levantada, tais como:

Que se resolva o alto valor da cobrança da taxa de iluminação; que o doutor possa atuar no sentido de regularizar o auxílio maternidade de muitas pessoas da comunidade; que seja resolvido o problema da qualidade ruim das estradas locais e, por fim, que a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) possa concluir a regularização fundiária da comunidade, encaminhando o Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) a todos os ribeirinhos e ribeirinhas do local” (Ata de Reunião, 19 de janeiro de 2019).

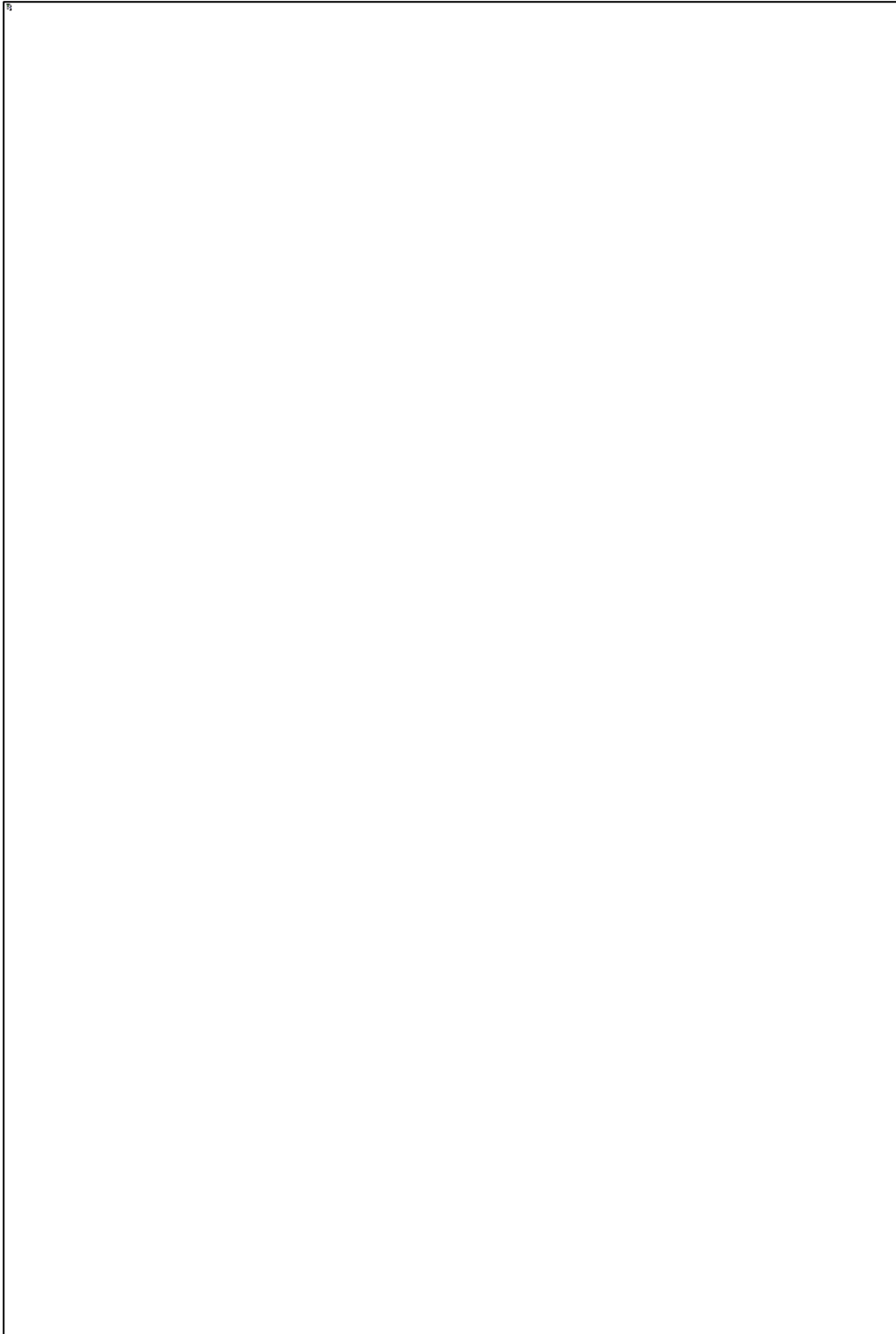
A obtenção da TAUS⁸⁶ é uma das reivindicações que a comunidade considera de grande importância para ser atendida, pois fornece uma legitimidade jurídica ao confirmar

⁸⁶ De acordo com Silva; Gonçalves; Filho (2017), o Tauss é mais do que um elemento de regularização fundiária. Ele demonstra um reconhecimento pelo Estado brasileiro de uma dada população. No caso da comunidade Tauriry há um reconhecimento de direito de propriedade coletiva. Nesse sentido, “O Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUSS) e a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), apesar de serem instrumentos precários por seu caráter transitório, já apontam para o reconhecimento jurídico dos territórios tradicionais” (SILVA; GONÇALVES; FILHO, 2017, p. 75).

a pertença coletiva e de uso sustentável daquela área. Em outras ocasiões essa mesma reivindicação também já foi citada nos documentos produzidos pela ACREVITA.

No ofício nº 009/2018 a comunidade solicitou que uma procuradora do Ministério Público da cidade de Marabá *interceda junto a SPU/Belém para que encaminhe a nós Declaração reconhecendo nossa Comunidade Ribeirinha Extrativista*. O que eles/elas reivindicam é a finalização da regularização fundiária da comunidade pela SPU. O primeiro trabalho realizado pelo órgão nesse sentido não contemplou toda a comunidade. Por isso, as pessoas sentem uma certa insegurança quanto a posse coletiva da área, haja vista que, vez ou outra, alguém de fora da comunidade se apropria, indevidamente, de terrenos no povoado.

Figura 10 – Termo de Autorização de Uso Sustentável



Fonte: Trabalho de campo (2019).

Foi com vistas a reafirmar a sua legitimidade para dialogar com os poderes dominantes que a comunidade se propôs a receber autoridades políticas do município de Itupiranga (prefeito e vereadores) e também representantes do consórcio DTA/O’ MARTIN, no dia 27 de junho de 2018 – tratei dessa reunião no tópico anterior.

Nesse cenário, tem sido cada vez mais frequente ouvirmos membros da comunidade se autoafirmar como pertencentes à comunidade tradicional. E isto demonstra um desejo de serem consultados, tal como preconiza a Convenção 169.

Conforme ressaltado, neste dia (27 de junho de 2018) estavam presentes autoridades do poder público municipal (prefeito, dois vereadores, o Secretário de Desenvolvimento, Secretário de Meio Ambiente do município de Itupiranga) e o diretor de meio ambiente da empresa DTA Engenharia. O objetivo central era o de negociar, junto ao povo, a área de seu campo de futebol para construir o alojamento dos trabalhadores que irão atuar na retirada dos pedrais.

Os membros da comunidade, por seu turno, tomaram a palavra várias vezes expondo a necessidade de serem ouvidos pelos poderes ali presentes, afirmando que sofrerão com os impactos da hidrovia. No dia 14 do mês de junho, já sabendo que essa reunião aconteceria no dia 27 do mesmo mês, eles/as se reuniram para elaborar um documento, contendo as suas reivindicações, e entrega-lo às autoridades. Eis um trecho do que foi lido, item por item, perante as autoridades.

Toda comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry concorda com a reivindicação da DTA ENGENHARIA quanto a área do nosso campo. Desde que a DTA ENGENHARIA atenda as nossas reivindicações abaixo relacionadas. 01_ Construção de um campo de futebol na comunidade com iluminação para jogos noturnos, vestiários com dois banheiros, arquibancadas nas laterais e gramado tamanho oficial. 02_ Informar a comunidade o tamanho da área a ser construído o canteiro de obras. 03_ Que ao término da obra a estrutura ficará para a comunidade o espaço deverá ficar em perfeito estado para que possamos usar. 04_ A aquisição de uma caminhonete Hillux traçada para que a comunidade possa se locomover em participação, como reuniões e audiências públicas em Marabá, Belém e Brasília (Ata de Reunião Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry – 14 de junho de 2018).

Até aquele momento o consórcio DTA/O’ MARTIN não havia negociado uma área para implantar um canteiro de obras para o projeto. A primeira investida que eles fizeram foi na comunidade Tauiry. Diante das exigências impostas, o consórcio buscou alternativas com outros proprietários locais, conforme demonstrado no mapa (4) abaixo.

Mapa 4 - Localização do Canteiro Industrial e do Paiol na Fazenda Leite e Mel e do canteiro de Apoio na área Recanto do Lourenção (Fazenda Paulo Barros)



Fonte: Rima (2018).

Conforme depreendemos do mapa (4), dois proprietários asseguram a formação do canteiro de obras para o projeto de derrocamento do Pedral do Lourenção. O “canteiro industrial” e o “Paiol” (onde ficarão estocados explosivos) serão implantados no lote de ex-prefeito do município. O “canteiro de Apoio” será implantado numa propriedade menor, mas que também pertence a um político local.

Retornando ao assunto da reunião do dia 27 de junho de 2018, me causou estranheza as demandas que a comunidade impôs à empresa em troca da área do campo de futebol, principalmente a reivindicação pela caminhonete⁸⁷. Depois, percebi que um carro tem importância capital para eles/elas.

Os ribeirinhos e as ribeirinhas não possuem meios logísticos adequados para ir à cidade e nem para adquirir os petrechos de pesca. Por isso, convivem há anos com os intermediários (chamados também de *patrão*) que lhes fornecem os produtos necessários para a pesca, como a rede de pesca, gelo, e até dinheiro emprestado. Para adquirir tais materiais, há que se depender quase sempre do *patrão* – atravessador.

Entretanto, essa relação é extremamente desfavorável para eles/elas, pois aí se estabelece uma dependência com os atravessadores, na medida em que eles são os únicos fornecedores dos materiais de pesca. Os/as pescadores/as não têm as condições e nem os meios para comprar os petrechos de pesca na cidade. Por isso, adquirem tais produtos com os intermediários. Muitos já começam a temporada de pesca devendo os materiais adquiridos na temporada passada.

É uma situação muito complicada, pois a dependência dos pescadores com estes agentes externos fica cada vez mais acirrada, principalmente se o pescador não realiza uma boa pescaria. *Paulo* destaca como funciona essa relação, e como ela é naturalizada

Paulo - nós aqui, nós não temos quem forneça rede, não tem quem forneça gelo, tá entendendo, essas coisa que é pra poder fazer a... pra poder pescar lá embaixo porque tem que ter despesa, essa pescaria tem despesa, quanto mais longe, mais material, dinheiro, tem que fazer rancho e tudo. Se torna um gasto grande, não é pequeno. E se o cara chegar lá na pescaria e não der certo, quando chega e acaba aquele gelo lá, o cara tem que ir embora, aí chega aqui o peixe que o cara pegou lá, não dá de cobrir a conta. Aí fica mais ruim pro cara, né. Por isso que tem muitos pescadores atolados em conta, é isso. É porque não dá conta de pagar a despesa que ele fez naquela pescaria, aí vai acumulando aquele gasto, tá entendendo? E aqui nós aqui nessa despesa, a maior despesa que tem aqui, por dia aqui não atinge 30 reais, né, bem aqui. Porque quando a lua tá nova é o tempo do peixe subir, porque não adianta você dizer assim:

⁸⁷ Harris (2006) já demonstrou que as sociedades amazônicas são modernas em sua renovação constante do passado no presente. Nesse sentido, uma das características fundamentais das sociedades camponesas amazônicas é a sua plasticidade diante das condições históricas, econômicas (e de outras ordens) com que deparam se deparam.

"não, esse pescador do Tauiry tá mentindo, aqui qualquer tempo pode pegar peixe". Aqui não é assim não. Aqui tem que ser na luada, na lua nova. Ou você pesca nessa época ou você não pega peixe. Você acaba sua rede aqui, pode rodar aí, se botar sua rede, o boto em cima, mas não tem peixe, quando passar o luar, o boto bate aí, você é obrigado a fazer outra conta pra adquirir aquele material de novo. Por isso que eles chamam que aqui é "os pescadores de luada". Porque os que descem aqui, eles, é muita rede que eles usam lá, é quarenta panos de rede, trinta panos de rede, e aqui não tem quem fornece um tanto de rede dessa aqui pro pescador. Aqui nessa região aqui, se chegar o cara e disser "me dê 12 panos de rede", o cara ainda acha muito que o pescador pediu 12 panos de rede, né, diz: "ele não vai pagar nunca esse material aí", nego fala é assim desse jeito.

Cristiano - Então, e aqui vocês compram rede de quem?

Paulo - Aqui o comprador de peixe aqui, que é o *E*, o único comprador de rede aqui é o *E*. Ele compra o peixe aqui e leva pra...

Cristiano - Ele é o único comprador de peixe que tem aqui?

Paulo - O único que tem que, que vai, que compra, olha... não é gavando ele não, ele é muito sem-vergonha, mas ele é o cara que... ele tem uma coisa que, se ele disser assim "rapaz, eu vou comprar 2, 3 panos de rede pra ti", ele compra.

Cristiano - Ele compra e o senhor paga depois?

Paulo - Paga depois, da pescaria. O gelo aqui, só aqui é ele mesmo, tudo é ele aqui. Tem uns compradores aqui que só é comprador no começo do inverno, quando tá dando muito peixe. Ele é comprador na hora que fracassa mais. Você procura ele e "ei, me dá 50 reais pra mim pagar num", ele faz é dizer "olha, acabou o peixe, acabou o gelo e acabou o dinheiro", tá entendendo? Acabou o dinheiro pro cara, e esse *E*, não, você pode, quando ele tem, precisar da rede, do dinheiro, ele diz "rapaz, eu te dou". Tem menino aí que mente pra ele, ele dá o dinheiro pro cara e ficam enrolando ele aí. Tem gente aí que deve de 3 mil pra ele. Ele largou até de mão, porque não recebe não. O cara foi pescar, o cara largou de ser pedreiro, aí não recebe mais.

Cristiano - Ele não recebe em dinheiro, ele recebe em peixe, desconta o que vocês devem pra ele, o que ficar é do senhor?

Paulo - É.

São essas relações sociais que dão ensejo à demanda pela caminhonete. Portanto, é algo que não pode ser visto de forma apressada. Na perspectiva "nativa", um carro que seja da própria comunidade poderia relativizar essa dependência do agente externo – embora não a resolva. Com a caminhonete os pescadores poderão ir à cidade e comprar os petrechos de pesca, sempre que necessitarem.

A comunidade espera que haja diálogo que aborde os impactos, mas também para que vejam se as propostas de compensação por esses impactos podem servir para pôr em prática seus próprios projetos de desenvolvimento.

Porfírio - [...] a gente está tentando lutar para que essa situação, ela venha amenizar a todos, não só a prosperidade deles [da hidrovia], que a gente sabe que ninguém pode ser contra a evolução, né, ela tem que acontecer, então é apoio de todos nós e parabenizar pelos projetos que vêm acontecendo para o desenvolvimento social, né, mas que essas comunidades tradicionais, elas possam ser compensadas porque nós moramos aqui no nosso lugar habitacional, né. Nós estamos vivendo aqui, então nós sobrevivemos aqui. [...] Então o que eles podem investir aqui é a prosperidade, que ela aconteça, mas também que os moradores, eles sejam estruturados de uma forma que eles

possam sobreviver, e não só passar pela vida e pelo impacto, porque a barragem vai... a hidrovia, ela vai passar aqui na nossa porta mas ela tem que deixar algum recurso, algum custo de vida, né, ela tem que trazer alguma esperança, né, pra essa população que está aqui, porque são muita gente. [...] eu digo assim, essa nova tecnologia que está vindo aí, tem estudos antropológicos, tem estudos biológicos, né, tem todos esses tipos de estudos, que eles possam ser voltados pra comunidade, para que a gente possa desfrutar do melhor e a gente também não ficar com aquela discordância do que vai acontecer, porque quando tudo entra em acordo, né, aí a gente vê que as coisas mudam, porque não podem duas pessoas andarem juntas se elas não estiverem de acordo. Então que seja bom para eles, mas que também seja bom para nós, porque nós, que vive aqui nessa região, porque nós não vamos abrir mão. Nós vamos lutar pelos nossos direitos, porque hoje nós sabemos que pelas leis, pela constituição das leis, a gente sabe que existem direitos para os ribeirinhos, existem direitos para os quilombolas, né, existem direitos para as comunidades tradicionais, então são leis que elas precisam ser aprovadas, e para serem aprovadas elas têm que nos valorizar, porque elas foram criadas incluindo essas comunidades dentro dela, né, então que faça prevalecer a lei, né, porque ninguém está acima da lei.

As questões, quando postas dessa forma, fazem ver que os/as agentes sociais não estão priorizando o debate sobre ser contra ou favor à construção do empreendimento. A questão central está relacionada em saber como os fazedores da hidrovia, ao propor soluções para os impactos, pode contribuir com o desenvolvimento do “próprio sistema mundo” (SAHLINS, 1997, p. 52) da comunidade.

Por outro lado, a experiência negativa de expropriação e de destruição da sua base material protagonizada pela Eletronorte nunca foi esquecida. Na mesma reunião do dia 27 de junho de 2018, à qual me referi, muitas pessoas fizeram alusão a essa experiência como se estivessem dizendo que não confiam mais em promessas assentadas em benefícios dessas grandes obras.

Quincas Borba, antes de adentrar propriamente no assunto da hidrovia, faz uma ressalva cuja base discursiva foi a memória da expropriação sofrida devido a construção da barragem de Tucuruí. Quando se refere aos efeitos da hidrovia no território enfatiza a possibilidade de haver uma destruição de parte significativa de sua base material, que é o peixe.

Ainda, nesse sentido, lembra o quanto a comunidade já teve relações malfadadas com os grandes projetos, pois eles têm construído relações hierarquizadas com as comunidades, na medida em que as enganam com suas falsas promessas.

Quincas Borba - Olha, gente, eu quero dizer uma coisa a vocês. Vamos abrir os olhos com tanta promessa que já temos. Olha, vocês lembram do que a Eletronorte nos fez conosco. Do que a Eletronorte fez conosco. Então, vamos cuidar, gente. Vamos abrir os olhos, de olho a olho, de dente a dente. E conosco é o seguinte, gente, é na letra, porque nós já fomos enganados muitas vezes. Hoje, não. Mas depois vai passar barco aí carregado de tudo quanto é coisa. E

nosso peixe vai pra onde? Nós vamos viver de que? Vamos abrir os olhos. Vamos cuidar disso para que não aconteça igual aconteceu com a Eletronorte aquela vez.

Na mesma reunião, outros testemunhos convergiram com o de *Quincas Borba*. Fica evidente que o território em que está proposta a implantação da hidrovia, sobretudo a área do *Pedral do Lourenção*, é de suma importância para a comunidade, pois ali está o peixe, tão caro à subsistência das famílias.

Quincas Borba – [...] quero dizer para os nossos amigos, e empresários e a todos. Uma vez já fui impactado pela hidrelétrica ali de Tucuruí. E mais uma vez corre o risco também para ser impactado aonde nós tira o nosso peixe para a nossa sobrevivência, tudo aqui, neste pedral [Pedral do Lourenção]. Corre o risco de nós ficar de mãos atadas sem saber o que fazer e socorrer os nossos filhos.

É sempre tendo em vista essas questões que as ações são encaminhadas pela comunidade. Mais recentemente, os/as pescadores/as descobriram que fazem parte da Área de Proteção Ambiental do lago de Tucuruí, criada no ano de 2002. Não se sabe qual a razão desse desconhecimento, mas a razão para a nova descoberta é, sem dúvida, a emergência da hidrovia.

Isso lhes deu mais uma esperança de impor os seus termos no processo de negociação dos impactos do empreendimento. Essa descoberta tem servido, outrossim, para ajudar no discurso de que a comunidade é tradicional e que, portanto, tem direito à consulta Prévia, Livre e Informada, quando determinados projetos ocupem seu território.

Um trecho do “Ofício nº 007/2018. Comunidade Ribeirinha Extrativista da vila Tauiry – PA 08 de novembro de 2018⁸⁸”, destinada à “Excelentíssima Sr.^a Procuradora da República Marília de Melo Figueiredo”, ressalta o seguinte:

Senhora Procuradora, Solicitamos a V. Excelência, agendar Audiência Pública no **MPF** – Marabá ou na Comunidade Ribeirinha Extrativista da vila Tauiry no município de Itupiranga – PA. Referente às pendências da Eletronorte com os Expropriados Ribeirinhos Extrativistas das comunidades Vila Tauiry, Santo Antoninho e Cajazeiras, derrocagem do Pedral do Lourenço e **APA** (Área de Preservação Ambiental) do Mosaico de Tucuruí. [...] recentemente participamos em Tucuruí, de uma reunião com a presença de representantes da GREENTEC Tecnologia Ambiental da UNIFESSPA – IF/PA e outras instituições de uma oficina de planejamento participativo com o intuito de elaborar o plano de manejo da unidade de conservação do mosaico do lago de Tucuruí. Para nossa surpresa só agora fomos informados que fazemos parte da **APA**. Fomos informados que desde 2002 é repassado recursos para a prefeitura de Itupiranga – PA. Não fomos informados e muito menos consultados pelo município (negrito do original).

⁸⁸OFÍCIO Nº 007/2018. Comunidade Ribeirinha Extrativista da vila Tauiry – PA, 08 de novembro de 2018.

A comunidade ribeirinha extrativista vila Tauiry é, de fato, um daqueles lugares em que as pessoas têm o seu próprio ritmo de vida. Apreendê-lo não é simples. Explicá-lo, tampouco. Para isso, é preciso uma convivência demorada, no sentido de acompanhá-los tanto em seus princípios, como em suas práticas (INGOLD, 2016). A experiência do trabalho de campo como tudo aquilo nos afeta o sentido (PEIRANO, 2014) tem sido fundamental para a compreensão do referido universo.

O que vemos é um distanciamento entre as promessas trazidas pela hidrovia Araguaia-Tocantins (e outros Projetos de Grande Escala) e o sistema mundo ribeirinho. Na comunidade Tauiry, e região, as promessas não cumpridas pela Eletronorte ainda estão muito presentes na memória, sendo esse fato comum e bastante evidente em vários outros contextos sob a intervenção dos PGE. Há, portanto, um hiato entre o conteúdo das promessas e o sistema mundo dos que seriam “beneficiados” por elas. Assim, fica evidenciado também o descuido com que tais edificações são construídas.

De todo modo, a compreensão de como o mundo daquelas pessoas é estruturado tem sido uma condição prévia para esmiuçar o objeto de estudo específico desta pesquisa. De maneira que a tessitura “nativa” das leituras sobre a hidrovia é de grande relevância teórica. Nesse sentido, a noção de “evento”, discutida anteriormente, é fundamental.

A compreensão dos efeitos que a hidrovia poderá causar às vidas ribeirinhas é carregada de um sentido preexistente, onde as memórias sobre a barragem de Tucuruí cumprem um papel fundamental. A ação da barragem de Tucuruí no rio e na vida ficou incrustada na experiência social. De modo que as memórias sobre aquele acontecimento insólito também concorrem para fornecer um modelo de representações acerca da hidrovia.

Capítulo 5: A memória em ação: para evitar os erros do passado

Lamento Tocantino

*Até quando caudaloso Tocantins
Iara penteara os teus cabelos
Sentada nos pedrais do Lourenção?*

*Até quando seu marulhar barulhento
Indiferente ao sono da tua gente
Em tuas rebeldes cachoeiras
Reinarão?*

*Suas águas movem a vida em abundância
Mas seus banzeiros, correntezas e riquezas
Naufragados estarão n'águas escuras
Até que um dia cobre caro a natureza
A sua destruição.*

*É o fim dos remansos pescadores,
De quelônios, mergulhões e acarás
Piraras, tracajás e piraíbas
Jacarés, pirarucus e maparás
Cardume de espíritos de botos
Chorar o apocalipse, Iemanjá.*

*Negrod D'água deixará de ser peralta
Mãe y-jara sumirá em alguma onda
Para sempre, adeus “boca do Praia Alta”
Nunca mais iremos ter “Volta Redonda”*

Composição: Agmael Lima & Deuza Lima

“Lamento Tocantino”, composta por Agmael Lima e Deuza Lima, exprime uma inquietação comum entre os ribeirinhos e ribeirinhas da região do entorno do Pedral do Lourenção: o fim do seu universo. Esta é uma canção de composição recente, feita no calor dos acontecimentos relacionados à hidrovia, e que lamenta a possibilidade de ocorrer o “naufrágio” – mais uma vez – do rio Tocantins e de toda vida atrelada a ele.

A música inspira a escrita desse capítulo, pois traz consigo a representação caleidoscópica das vidas existentes naquelas águas: sem esquecer a presença humana e dos não humanos que estão conectados de diversas maneiras ao universo em tela. As palavras citadas na música, portanto, se revelam no capítulo a seguir, mormente nos temas envolvendo a defesa do território, os conhecimentos tradicionais, o autorreconhecimento e as memórias dos ribeirinhos e das ribeirinhas evocadas nos espaços coletivos por eles/as frequentados. Sigamos em frente!

5.1 Se a classe pescadora não se unir, não arruma nada não

A primeira atividade voltada para uma discussão coletiva de que participei, e onde também pude começar a compreender a hidrovia pelo ângulo dos (as) ribeirinhos (as), foi o “I Seminário sobre os impactos da Hidrovia Araguaia-Tocantins sobre a pesca na região: o rio Tocantins para além do uso como via de transporte” - dia 18 de novembro de 2017 na comunidade Tauiry.

Ele resultou de uma articulação entre o Núcleo de Educação Ambiental da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (NEAM/Unifesspa), a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX/ Unifesspa), a então Associação dos Moradores da Vila Tauiri e Adjacências, a Escola Augusto dos Anjos (comunidade Tauiry) e a comunidade Santo Antoninho.

Pessoas ligadas a diferentes instituições - um docente do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), um engenheiro de pesca da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), um engenheiro civil e docente da Unifesspa - estiveram presentes inclusive compondo a mesa de debates. O suporte para as tarefas de cozinha, limpeza, debates, dentre outras atividades, foi dado por estudantes dos cursos de licenciatura em Educação do Campo, Engenharia Civil, Geografia, Ciências Biológicas, Engenharia Mecânica, Letras, Pedagogia, Saúde Coletiva e Ciências Sociais da Unifesspa, junto aos agentes locais.

O seminário consistiu no encerramento da primeira etapa das atividades de um projeto de pesquisa e extensão denominado “Programa de sustentabilidade no uso dos recursos naturais: monitoramento e gestão participativa de ecossistemas aquáticos em comunidades ribeirinhas na porção média da bacia Araguaia-Tocantins, Amazônia, Brasil (PROPESCA)”, que estava em curso desde 2015. O programa esteve sob a coordenação

de uma bióloga, que é docente da Faculdade de Educação do campo da Unifesspa e construiu essa salutar articulação com a comunidade Tauriry e Santo Antoninho.

Durante todo o Seminário, estive atento aos discursos e performances dos ribeirinhos e ribeirinhas que publicizaram suas narrativas nos grupos de trabalhos. Houve três grupos de trabalhos: “GT 1 - A comunidade Santa Teresinha do Tauriry; GT 2 - A comunidade Santo Antoninho; GT 3 - A pesca e os cenários futuros frente a Hidrovia Araguaia-Tocantins”. Meu intuito não era outro senão o de compreender o que eles/elas teriam para abordar naquela ocasião e, sobretudo, como o fariam.

Observei a forma como aquelas pessoas marcadas pela experiência da barragem de Tucuruí se colocariam diante de uma situação que não caracteriza a saída delas de seus territórios, como ocorreu no caso da barragem, mas nos remete ao oposto simétrico: a retirada da possibilidade de usufruto do território, ainda que seus habitantes estejam vivendo nele.

A primeira manifestação pública que vi fez referência a algo que ficou no fundo do rio Tocantins, quando houve a construção da barragem de Tucuruí: o ouro e o diamante. Um morador da região, em determinado momento, fez uso do microfone para perguntar *quantos quilos de ouro tem embaixo dessas pedras e esses caras* [o governo e as empresas] *estão interessados em retirar? E o diamante também está lá*. A hidrovia, nesse sentido, foi percebida como portadora de intencionalidades distintas daquelas originalmente anunciadas: o transporte de cargas com produtos do agronegócio⁸⁹.

Essa não foi a primeira e nem a única vez em que ouvi algo de tal natureza. O fato de haver a possibilidade de derrocamento de parte dos pedrais do Lourenção é em geral interpretado como uma oportunidade para retirar o minério que a barragem de Tucuruí inundou com o seu lago. No caso do ator em tema isto traz *uma preocupação*, pois ele, como morador antigo da região, recorda muito bem dos períodos em que ainda era possível realizar a mineração. O grande problema é que o homem ordinário - esse herói comum (DE CERTEAU, 1998) - dessa vez não terá parte alguma no que for obtido.

⁸⁹Martins Costa (1990, p. 65), ao estudar o “desencontro cultural” entre camponeses e técnicos do Estado no âmbito da expropriação provocada pela barragem de Sobradinho (construída nos anos 70 do séc. XX no rio São Francisco), chamou a atenção para o fato de que além de não acreditarem que o lago ia se formar, os camponeses tinham a convicção de que a CHESF “pretendia expulsá-los da beira para se apossar dos lameiros”. A beira do rio era o “bem mais precioso” dos camponeses. Faz sentido a interpretação prevalecente, não apenas porque existe diamante e ouro no fundo do rio Tocantins, mas porque a memória de que estes recursos já foram um dia explorados e de que eles permanecem lá no fundo ainda é muito presente.

Outras discussões permitem perceber essa correlação estabelecida pelos/as agentes sociais entre os acontecimentos da barragem de Tucuruí e a HAT. Seguindo essa lógica muito particular, *Crispim Soares* relacionou a necessidade de haver uma organização política das comunidades locais da mesma forma como aconteceu para a formação do Movimento de Expropriados pela Barragem de Tucuruí⁹⁰. Em seus próprios termos, *quando os expropriados pela Eletronorte, quando nós vamos para Tucuruí, nós vamos todo mundo junto para resolver alguma coisa lá. Aqueles que não vai ajuda os que vai. Eu já recebi até um galo uma vez pra fazer um frito pra comer com os companheiros.*

A sua memória seleciona e recupera, para o público presente, o fato de que os problemas de diálogo com a Eletronorte se resolviam quando uma quantidade significativa de expropriados ia para o canteiro de obras da barragem. Assim, disse ele, *nós começa a descer caminhando, de quatro, cinco, seis, dez caminhão grande cheio de gente lá na cabeça da barragem, aí começa a preocupar. Começa a preocupar, porque aquele povo começa a fazer logo sujeira em cima daquela grama bonitinha. Aí eles ligam pra Brasília e vem alguém saber o que é que esse povo quer.* Em todas as suas intervenções *Crispim Soares* destacou a importância dos pescadores estarem unidos, lembrando que essa foi a tática utilizada para *conseguir alguma coisa da Eletronorte.*

Em seu modo de ver, *a greve é um direito do povo, porque se a classe pescadora não se unir, não arruma nada não. Negócio de 20 ou 30 pessoas ali fazendo uma greve*⁹¹ *não resolve não. Tem que ser é muita gente.* Somado a isso, é preciso contar com a importância da fonte de apoio principal – o próprio *Deus.*

Além destes fatos em particular, aquele momento marcou o início de alguns questionamentos ainda muito tímidos, mas que hoje aparecem com bastante força. Eles/elas levantaram a questão de a empresa não *ter dado as caras* na comunidade, referindo-se à ausência de informações ou contato com os responsáveis pelo projeto. Ali também já estavam colocadas demandas, principalmente no “GT – 3: a pesca e os cenários futuros frente a Hidrovia Araguaia-Tocantins”, sobre a necessidade de *conscientização das populações ribeirinhas quanto aos impactos ambientais que irão surgir com a*

⁹⁰ O Movimento de Expropriados de Tucuruí produziu uma série de documentos que podem ser consultados no site *Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí* <<https://memoriasocialtucuruui.org/>>.

⁹¹

A *greve* refere-se a protestos, passeatas, ocupações onde se aglomeram um número significativo de pessoas para reivindicar algum direito.

construção da hidrovia. Atualmente esse aspecto ganhou entusiasmo nas discussões feitas não apenas pelos ribeirinhos e ribeirinhas da vila Tauiry, mas de outras comunidades do entorno do Pedral do Lourenção.

Contíguo a essa proposta de cobrança de *mais transparência sobre a obra*, veio um apelo para que *a futura audiência pública seja realizada aqui na comunidade do Tauiry; que a audiência seja divulgada entre os municípios do em torno da obra e amplamente divulgada*. Nesse momento, emergiu um tema vastamente explorado hoje e que se refere à necessidade de uma *Consulta Prévia, Livre e Informada* com os pescadores e pescadoras das comunidades afetadas.

Um dos ribeirinhos, já no final do Seminário, fez uso do microfone para expressar o seu contentamento e discorrer sobre alguns pontos específicos. *Porfírio*, que tem residência tanto na comunidade Tauiry quanto na comunidade Santo Antoninho, mencionou a importância daquele espaço de discussão, reforçando que cada um dos setores *possa nos ajudar e contribuir e se empenhar mais com a sua presença, com a sua atitude*. Enfatizou a importância dos pescadores e pescadoras se articularem com a colônia de pesca, porque *muitas cabeças juntas, quando pensam, pensam melhor de que uma só*. Em seu modo de ver, *isso é fundamental no fechamento de qualquer tipo de projeto*.

Com relação ao aspecto da união entre os pescadores, ele destacou que a associação⁹² do Tauiry foi restaurada, *porque um grupo de pessoas não consegue nada com o governo e com os órgãos federais se não for através da associação*. Mencionou o fato de haver uma associação na comunidade Tauiry, mas o seu CNPJ não estava totalmente regular. Entretanto, disse ele, *estamos ativando ela e criando novos sócios, não só daqui do lugar, mas também dos adjacentes*.

O seu intuito, naquele ano de 2017, era ver mais pessoas implicadas na organização social não apenas da comunidade Tauiry e Santo Antoninho, mas de várias outras. Isso justifica a sua disposição em convidar outros ribeirinhos e ribeirinhas a fazerem *parte da comunidade aqui, para que juntos nós possa ter uma força maior, e se ajuntar em número maior, para que nós possamos estar com nossa cabeça erguida e essa ideia que nós iniciamos aqui hoje, ela possa permanecer de pé*.

⁹²Naquele ano – 2017 - a associação ainda se chamava *Associação dos Moradores da Vila Tauiri e Adjacências*.

Esse discurso foi continuamente reiterado. A associação é uma espécie de canal através do qual os diálogos entre a comunidade e qualquer outra instituição são possibilitados. É por meio dela que a comunidade se sente representada, principalmente no contexto atual, onde a hidrovia tem sido medida com a mesma “régua” com que os/as agentes sociais medem a barragem de Tucuruí.

A valorização da comunidade, de suas instituições, da sua história e memória tem sido salutar no processo de organização social. Os desdobramentos disso, conforme veremos a seguir, são notáveis.

5.2 Em defesa da existência: para evitar os erros do passado

Meu nome é Teresa, estou residindo agora no Tauiry. Eu já fui impactada pela ELETRONORTE e saí de lá da minha cidade de balsa, porque alagou e eu saí de balsa de lá. Então eu não quero que aconteça o que aconteceu antes comigo. (Virgília, comunidade Tauiry, Itupiranga - PA).

Estou aqui para reivindicar nossos direitos. Porque nós já viemos sofrendo há muito tempo. Não é só de agora não. É de muito tempo a gente já vem sofrendo esse impacto da Eletronorte. (Eugênia, residente na comunidade Santo Antoninho, Itupiranga - PA).

O conteúdo das narrativas acima ilustra uma das dimensões mais presentes na vida social da vila Tauiry: a memória da expropriação causada pela Eletronorte – e de tudo que está conectado a esse acontecimento insólito. Manifestações desta natureza são de absoluto interesse para a pesquisa em curso. Assim como no tópico anterior, sublinho as narrativas e performances dos ribeirinhos e ribeirinhas da comunidade Tauiry esboçadas em outro momento coletivo de discussão.

Nesse sentido, o enfoque da discussão remete aos desdobramentos do *I Fórum socioambiental das comunidades ribeirinhas extrativistas do entorno do Pedral do Lourenção, município de Itupiranga e nova Ipixuna/PA*, realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2019, na comunidade Tauiry. O *I Fórum* foi uma iniciativa das comunidades ribeirinhas Vila Tauiry, Santo Antoninho, Distrito de Cajazeiras, Vila Praia Alta, Vila

Belém e Volta Redonda. Instituições como a Unifesspa e outras foram convidadas como *parceiras*.

Antes de tudo acontecer, uma *Carta Convite* chegou a ser elaborada e enviada a alguns participantes externos. Nela estava sublinhada a intenção de abrir *um espaço de debate sobre os impactos sociais e ambientais* do famigerado “derrocamento do Pedral do Lourenção”, *que está situado em frente a nossa comunidade Tauriry, e onde irá passar a hidrovía Araguaia – Tocantins*.

Por ocasião do acontecimento, a propositura era discutir *um modelo de compensações e mitigações de acordo com a nossa visão de como seremos impactados por essa obra*. O argumento central para o encaminhamento dessa discussão foi autorreconhecimento, pois a *Carta Convite* reiterava em vários pontos que *Somos Comunidade Tradicional e qualquer intervenção dessa magnitude em nosso território afeta profundamente a nossa existência*.

Para alargar ainda mais esse tópico, estava expressa a pretensão de *que o nosso modo de vida seja reconhecido e respeitado e que isso contribua para garantir os nossos direitos sociais e territoriais sobre um espaço ancestral que é nosso há muitas gerações*. No documento denominado *Objetivos do I Fórum socioambiental das comunidades ribeirinhas extrativistas do em torno do Pedral do Lourenção*, direcionado às prefeituras de Itupiranga e Nova Ipixuna, há uma referência à barragem de Tucuruí que tem sido quase lugar comum.

Ali está manifesto o desejo de *Expressar, diante das autoridades presentes, o sentimento e o ponto de vista das comunidades Ribeirinhas Extrativistas no entorno do Pedral do Lourenção sobre os impactos da UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí*.

Antes de me concentrar no cotidiano do *I Fórum* faço remissão ao antropólogo de origem polonesa, Johannes Fabian, para o qual o processo de investigação empírica na antropologia não pode ser situado unicamente como um ato voltado à observação e à coleta de dados. No sentido posto, a investigação empírica é reclamada como uma interação comunicativa que só é possível com o compartilhamento do tempo entre os envolvidos (FABIAN, 2006, 2013).

A esse partilhar do tempo ele denominou de *coetaneidade* – um neologismo para evitar palavras como contemporaneidade e sincrônico, por entender que estas são muito restritas. Assim, a “pesquisa empírica em etnografia não é apenas uma questão de sincronia, é uma questão de coetaneidade. [...] Não haveria uma prática etnográfica se não houvesse tal compartilhamento do tempo” (FABIAN, 2006, p. 510). Admitir a

coetaneidade dos povos com quem o antropólogo trabalha é admitir a possibilidade de uma aproximação não apenas física, mas também temporal.

Essa reflexão inicial introduz o assunto a seguir. Refiro-me ao fato de que as condições para a compreensão que tive desse acontecimento ocorreu a partir do momento em que me coloquei na situação referida por Johanes Fabian: de compartilhamento do tempo com os ribeirinhos e ribeirinhas de Tauiry.

Particpei do acontecimento de maneira quase que integral: de sua construção, condução, busca por alimentos, redigi discursos, ofícios e outros materiais e fiz parte da equipe de pesquisadores eleita pela comunidade para realizar o convite às autoridades do DNIT, IBAMA, DTA ENGENHARIA, SPU, IDEFLOR – BIO, MUSEU EMÍLIO GOELDI, CONSELHEIROS DO MOSAICO DO LAGO DA BARRAGEM DE TUCURUÍ, dentre outras instituições.

A comunidade me colocou em um lugar privilegiado de acesso aos fatos. De todo modo, eu estava lá antes e após o acontecimento, experienciando o universo ribeirinho a partir da comida, das relações sociais, das festividades religiosas católicas e protestantes, das fofocas, dos trabalhos nas roças de terra firme e de *vazante*, das pescarias, dos bastidores da vida cotidiana em geral e das viagens que fiz – sempre com alguém do Tauiry – para outras comunidades, até mesmo para fora do município de Itupiranga.

Simão Bacamarte fez a abertura do *I Fórum socioambiental das comunidades ribeirinhas extrativistas do entorno do Pedral do Lourenção*, na manhã do dia 03 de abril de 2019. A reunião aconteceu na Quadra Poliesportiva Saint’Clair Gomes Pereira, por ser um espaço que comporta muita gente. As cadeiras para acomodar os participantes foram cedidas pelas igrejas protestantes e pela igreja católica.

Houve a leitura do documento que contém os *Objetivos do I Fórum*, onde também consta uma série de pedidos de compensações destinadas ao DNIT, ao Consórcio DTA/O’MARTIN e às prefeituras dos municípios de Itupiranga e Nova Ipixuna. Para as duas últimas, as cobranças são no sentido de que elas esclareçam como estão sendo aplicados *e como nós estamos sendo contemplados com os recursos do ICMS ecológico da APA do lago da barragem de Tucuruí, bem como os royalties da Eletronorte*. Essas cobranças teriam que ser respondidas às comunidades ribeirinhas Vila Tauiry, Santo Antoninho, Distrito de Cajazeiras, Vila Praia Alta, Vila Belém e Volta Redonda, exatamente as que se articularam para a realização do fórum.

Por ocasião desse primeiro momento, outras pautas de cunho mais estruturais foram debatidas. Dentre elas, a reivindicação de contêineres para a coleta de lixo nas

comunidades Tauiry e Santo Antoninho; poços artesianos para ambas as comunidades e poços Amazonas para as famílias que moram nas ilhas. Essa última pauta tem uma importância substancial, o que pode ser constatado nas palavras utilizadas para se referir à situação: *apesar de termos o rio na nossa frente, não temos esse tipo de serviço ofertado a nossa população.*

Aí estão inclusas também a ampliação do campo de futebol e a regularização da qualidade da energia na comunidade Tauiry, haja vista que na situação atual o odontólogo não consegue ter sucesso no seu trabalho, *pois a energia não é trifásica (no papel é trifásica, mas na realidade não é), e isso impede que o dentista utilize os seus aparelhos para cuidar da saúde da nossa população.* O I Fórum representou, ademais, uma oportunidade para discutir inúmeras demandas que já constavam nas preocupações das comunidades ao longo do tempo.

O conteúdo contido no documento *Objetivos do I Fórum* foi amplamente explorado no período da manhã do dia 03 de abril de 2019. Na parte direcionada ao DNIT, uma das questões formuladas dizia respeito à necessidade de *Reparação pelas perdas as quais são requeridas em bens e serviços para evitar erros do passado. Ex: Hidrelétrica de Tucuruí.* No final havia uma pergunta incisiva: *Cadê as indenizações?* Após ler esse trecho, Simão Bacamarte olhou para a plateia e mencionou que *nós colocamos isso aqui só para vocês terem na mente o que aconteceu no passado e que a gente tem que lutar juntos, ficarmos juntos e pensarmos e decidirmos juntos antes que aconteça,* referindo-se (desta vez) à hidrovía Araguaia.

Reforçou que todos *estão vendo o resultado da Eletronorte aí. E o que é que está acontecendo? Até hoje tem gente que nunca recebeu um centavo de indenização.* Nesse momento da manhã outras pessoas expressaram suas posições no que concerne ao chamado *modelo de compensações.* Com relação especificamente aos pescadores, Pedro disse estar preocupado a respeito de *como vamos ficar depois que eles fizerem esse trabalho.* Para ele, os pescadores das seis comunidades no entorno do Pedral do Lourenção deveriam exigir um tipo de compensação específica: *um salário mínimo vitalício.*

Do ponto de vista de Pedro, o *salário mínimo vitalício* não compensa os impactos da obra sobre a pesca e nem sobre a vida social do pescador. Mas ele pode se constituir em uma maneira do *pescador não ficar literalmente a ver navios.* Assim, *se os impactos serão para sempre, as compensações também devem ser para sempre.* Essas ponderações não são descabidas. O Pedral do Lourenção – nas palavras de Marcela – é de onde a gente

tem o sustento para os filhos da gente. É o peixe, né. É o Piau, é a Pescada, é o Jaú. Tudo vem dali do Pedral⁹³.

O Pedral do Lourenção, nesse sentido, tem uma existência intrínseca à vida social da comunidade. Paulo, pescador, frisou que *a comunidade que está na frente do impacto se chama Tauiry. Porque aqui é a pedra do Lourenção e tudo o que vai acontecer aqui nós vamos sentir aqui*. A produção de vínculos econômicos, sociais, ecológicos e simbólicos com o espaço circundante demonstra que esse modo de vida ribeirinho é pautado por ontologias específicas, onde gente e ambiente estão em uma permanente e histórica conexão.

Porfírio destacou que, em parte, a motivação do I Fórum tem a ver com uma nota do DNIT⁹⁴ de 2010 onde constava que *quando as barcaças estivessem navegando os ribeirinhos podiam só ir lá, tirar as suas redes e ela ia trafegar normalmente porque eles não vão passar toda hora*. Cientes de que esse prognóstico jamais se concretizará, Porfírio destacou que *eles não estudaram a maneira como as nossas comunidades trabalham no rio*. Sublinhou, portanto, que a pesca do avoador e do mapará é realizada no meio do rio Tocantins, feita *com cinco ou mais redes emendadas uma na outra*. Para reafirmar a sua contraposição ao ponto de vista (técnico) do DNIT, ele expõe algo mais palpável: o conhecimento concreto das condições de existência:

A pesca no meio do rio ela tem uma quantidade de renda muito maior e mais representativa para a nossa comunidade e para o bem viver da nossa comunidade. Essas barcas não tem como quando elas estiverem navegando um pescador que está lá no meio do rio, com uma rede chamada caceia - que é de

⁹³A fala de Marcela não é baseada em sofisma. Ao contrário, tem uma relação direta com a sua existência. Certa vez tive a oportunidade de compartilhar uma vivência com a sua família na *vazante* onde reside com o seu esposo e os três filhos (um dos filhos – adolescente - é seu enteado). Marcela, assim como sua família, também mora na vila Tauiry. Sua filha e seu enteado estudam no colégio da comunidade. A *vazante* se situa na margem direita do rio Tocantins em frente ao povoado. Todo dia pela manhã a sua filha e enteado retornam da *vazante* para a comunidade a fim de ir à escola. Quando findam as aulas, ambos voltam para o outro lado do rio. Nos fins de semana - ou quando veem necessidade – a família toda passa o dia na residência da comunidade. Mas o costume é pernoitar na *vazante*. Lá tem uma casa de tábuas, roça, galinhas, cachorros, gatos e plantas frutíferas. A produção da roça que vai para o mercado é o milho. Mas tem também o feijão, que é para o consumo ordinário da unidade familiar. Essa dinâmica de vida – onde se mora em dois lugares ao mesmo tempo – é muito comum àquelas famílias que ainda tem uma ilha ou roça de *vazante* para produzir. Quando cheguei para visitar a *vazante* da família de Marcela, era inverno. Fui avisado pelos filhos do casal que eles haviam ido pescar de tarrafa. Demorou cerca de 40 minutos para ambos retornarem com uma quantidade significativa de peixe, considerando a quantidade de pessoas que havia ali. Logo me disseram que haviam pescado todo aquele peixe no Pedral do Lourenção. Jogaram a tarrafa apenas três vezes e conseguiram peixe suficiente para alimentar sete pessoas, dois cachorros e dois gatos. Após o almoço ainda restou uma quantidade significativa para o jantar. Disseram-me que fazem isso quase todo dia, porque nos pedrais sempre há peixe, seja no inverno ou verão.

⁹⁴

DNIT. *Ata Audiência Pública Hidrovia Itupiranga*. 31 de março de 2010 (documento impresso). A ata é de 31 de março de 2010.

cinco a dez panos de rede emendado um no outro, com a média de 50 a 70 metros de comprimento – então, essas barcaças elas são movidas a motores potentes e não dá tempo a pessoa tirar uma rede nesse trajeto. Então, nós vamos ser prejudicados, sim, nessa área. Porque essa fonte de renda vai deixar de existir, porque a fonte de renda de vocês ela é uma coisa que vocês almejam. Mas nós sabemos que essa fonte de renda, ela produz renda e lucros pra vocês.

As perturbações de qualquer ordem na terra ou no rio afetam sobremaneira a existência das pessoas, conforme ressaltaram *Paulo* e *Porfírio*. O oposto simétrico também é verdadeiro, pois se a vida ribeirinha sofrer algum tipo de alteração isso tenderá a se refletir no ambiente. Ora, há muito é sabido que a biodiversidade tem a sua razão de existência atrelada fundamentalmente à diversidade sociocultural⁹⁵.

As preocupações com o ambiente são também preocupações com os humanos. Tendo em vista esse fato, *Porfírio* destacou que *O Derrocamento vai ser no Pedral. Mas as sequelas desse derrocamento vão ficar para o resto de nossas vidas. É isso que os/as agentes sociais queriam que as instituições, como o DNIT, o IBAMA, o consórcio DTA/O’MARTIN compreendessem. Mas já sabemos que existe aí uma distância cultural enorme operando.*⁹⁶

De todo modo, uma docente do curso de Educação do Campo da Unifesspa e convidada pela comunidade para conduzir o evento, levou a público uma discussão surgida anteriormente que versava sobre a possibilidade dos pescadores e pescadoras solicitarem a liberação do seguro defeso durante o período de realização das obras. Seu *Pedro* disse claramente não concordar, porque o seguro seria *só durante os 30 meses em que eles estão trabalhando*, quando findarem as obras todos ficariam *sem nenhuma renda*. No desfecho da sua fala foi corroborada a reivindicação:

Nós temos que ter esse benefício é para sempre: pai, filhos e netos. É isso o que nós queremos. Porque eu um dia vou deixar de existir. Então, o meu filho passa a receber. De geração em geração, vai passando esse benefício. É assim que eu penso.

⁹⁵A biodiversidade, conformes especificou Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, é uma espécie de subproduto de um modo de vida, isto é, uma consequência não planejada. Nesse sentido, ela é “o equivalente do que os economistas chamam de externalidade positiva” (ALMEIDA; CUNHA, 2017, p.291).

⁹⁶

Um fato etnográfico revela tal distanciamento. Por ocasião dos debates no correr do *I Fórum*, um dos pescadores disse estar preocupado com a passagem das balsas carregando produtos e ocupando o espaço de pesca no rio. Ele perguntou como é que se poderia pescar com aquelas balsas passando e provocando uma série de *banzeiros*? O representante do IBAMA, à boca pequena, inquiriu aos seus colegas: “o que é banzeiro? ”. Nem representantes do DNIT, do IBAMA e da empresa DTA Engenharia tinham ciência de que o termo é o equivalente (no vernáculo normativo) à onda.

Essa questão está posta até os dias atuais. Para eles/as, a perturbação – com a implosão dos pedrais (que é *a morada dos peixes*) e a passagem permanente das barcaças pelo canal principal do rio Tocantins – terá efeitos para a vida toda. Basta ver as consequências da barragem de Tucuruí. Do ponto de vista dessa sociedade – *para evitar os tão aludidos erros do passado* - é preciso que a construção da hidrovía Araguaia tenha uma proposta de compensação no mínimo razoável e duradoura, como a aludida acima.

Aliás, isso faz parte de uma imaginação compartilhada por todos: o de que a construção da HAT possa estar ancorada em critérios democráticos e que, portanto, possa estar sujeita a negociações. Santos, por exemplo, fez uso do microfone para dizer que estava ali *hoje para ouvir as propostas que eles têm a oferecer*. Essa mesma linha de raciocínio foi adotada Padre Cabral, cujo entendimento era de que as autoridades *vieram para fazer as suas propostas e nós ouvirmos*. Na verdade, foram os ribeirinhos e as ribeirinhas que convocaram o DNIT, O IBAMA e o consórcio DTA/O’MARTIN (também chamado pelo nome de “DTA engenharia”) para o Fórum, e não o contrário.

Em todo caso, uma questão sempre presente em processos como estes é a invisibilização das pessoas dos territórios afetados, principalmente no que se refere à tomada de decisões relacionadas à possibilidade de construir o projeto. Em situações como estas o “social” – para usar uma expressão de Lygia Sigaud – é sempre abstraído, porque é visto como uma questão secundária (SIGAUD, 1988).

Os impactos – vale lembrar – são avaliados via de regra depois que a decisão de construir o projeto já está em curso. Ou seja, avalia-se para “‘minimizar’, ‘mitigar’ ou ‘neutralizar’ ‘impactos’ de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de ‘impactos’ para ser levada em conta na decisão de construir...” (SIGAUD, 1988, p. 104 aspas do original). Ainda assim as comunidades ribeirinhas ali reunidas não se furtaram a colocar suas demandas.

Uma das mais discutidas entre todos foi a possibilidade de haver uma audiência pública na comunidade Tauiry e a realização de estudos antropológicos. Foi o que destacou *Porfírio*:

Nós ficamos aqui ouvindo e os estudos não têm sido feitos de acordo com as tradições do nosso povo. É por isso que nós estamos aqui nesse fórum. A nossa experiência é muito maior do que as pesquisas de vocês. Do que todas as pesquisas que vocês fizeram. A nossa experiência de vida ela é bem maior. Nós conhecemos esse rio – faz como aquele ditado – de cabo a rabo. Nós temos dimensão da nossa situação.

Nós queremos audiência pública na comunidade. Levantamento antropológico das comunidades. Nós reivindicamos esse levantamento porque as comunidades precisam ser avaliadas de uma forma mais específica. Vocês fizeram as pesquisas segundo o interesse da empresa.

A audiência foi compreendida por eles/elas como uma ocasião que poderia oportunizar a aproximação das outras comunidades para debater o tema. Mais do que isso, poderia ser uma ocasião onde as suas demandas pudessem ser ouvidas e *acatadas* democraticamente. Por isso, *Simão Bacamarte* questionou: *Qual o impedimento de uma audiência pública ser feita aqui na nossa comunidade? Por que não pode ter uma audiência aqui também?*

Um parêntese importante, antes de retornar ao cotidiano do *I Fórum*. Esse ponto da discussão foi levado formalmente ao IBAMA através do *ofício nº 42, de 29 de março de 2019*, onde consta um pedido de anexo ao processo do Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins o seguinte conteúdo:

Nós ribeirinhos extrativistas solicitamos que seja anexado ao processo de licenciamento acima referido a nossa reivindicação para que haja, ao menos, duas audiências públicas a fim de que sejamos devidamente consultados sobre a instalação desse projeto em nossos territórios. Assim, solicitamos que haja uma AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Tauiry (Itupiranga - PA), pois temos espaço para acomodar muita gente, e também solicitamos que possa haver outra AUDIÊNCIA PÚBLICA no município de Nova Ipixuna (PA)⁹⁷.

Após o pedido e a realização do *I Fórum*, o IBAMA se manifestou formalmente sobre o tema. No dia 09 de abril de 2019 foi lançado “Parecer Técnico 39”, onde constava que houve uma

[...] mobilização muito intensa nas comunidades ribeirinhas que se situam entre a poligonal do derrocamento e o reservatório de Tucuruí, pela percepção local de que o Pedral do Lourenço (“Lorenção”, segundo alcunha local) teria um efeito de atração de peixes, reduzindo o esforço de pesca, além da preocupação com o trânsito futuro de balsas e embarcações, os conflitos de uso múltiplos da água, as técnicas de detonação (se envolvem algum produto que altere a

⁹⁷ O documento foi anexado ao processo do IBAMA em nome Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry (ACREVITA); Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista Santo Antonino (CRESA); Associação das Famílias Ribeirinhas Extrativistas no Distrito de Cajazeiras (AFREDCA); Comunidade Ribeirinha Extrativista Praia Alta (CREPA); Comunidade Ribeirinha Extrativista Volta Redonda (CREVORE); Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Belém (CREVIBE). Ele está disponível em: https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=88287&infra_has_h=b2a0fe59aedd92ef7812c89e6b246fa2. Acesso em 23 de julho de 2019.

qualidade da água) e eventual alteração da localização das praias sazonais do período de seca (alterações hidrossedimentares pós-derrocamento)⁹⁸.

O IBAMA informa, diante desse fato que:

A equipe da consultoria da DTA está ciente acerca dos principais pontos de preocupação local, o que desde já recomendamos sejam especialmente abordados, em linguagem adequada e acessível, como foco das apresentações do empreendedor nas audiências públicas a montante do reservatório (Marabá, Nova Ipixuna e Itupiranga); Por esse motivo, seria importante considerarmos a solicitação da comunidade da Vila Tauiry, no sentido de que a audiência pública seja realizada naquele distrito rural, ao invés da sede do município de Itupiranga, no mesmo local onde foram realizadas as reuniões dos dias 03 e 04 de abril (ginásio de esportes do distrito rural). Isto porque, além da facilidade de acesso para as comunidades ribeirinhas locais, via rio, haveria ainda a questão simbólica de a comunidade mais diretamente afetada ser a protagonista da audiência, sentirem-se mais “em casa” para expor seus anseios e influenciar de forma equilibrada nas futuras tomadas de decisão do licenciamento;

Em contrapartida, assevera o órgão:

[...] somente a sede de Itupiranga contemplaria, a priori, os requisitos de logística e segurança listados no item 1.3 deste Parecer. Por esse motivo, ainda que preferencialmente, no mérito, indiquemos o encaminhamento pelo deferimento do pedido sob SEI 4703884, e a realização da audiência na Vila Tauiry, essa decisão deve ser tomada de forma tripartite, ouvindo DNIT e DTA quanto à possibilidade técnica de se realizar a audiência naquela localidade, e da medida adicional sugerida no item 2.3 (“stand” móvel de exposição dos detalhes do empreendimento, na sede do município de Itupiranga/PA);

O DNIT, ao ser informado sobre o assunto pelo IBAMA em 09 de maio de 2019, destacou – por meio do OFÍCIO N° 36039/20 19/CEPAMJCGMABIDPP/DNIT SEDE⁹⁹ – que diante da “solicitação intempestiva feita pela comunidade da Vila Tauiry (zona rural de Itupiranga) para que a audiência pública seja feita naquela localidade” é preciso “ponderar que a vila rural não apresenta infraestrutura que possibilite tal organização, tomando insegura a realização desse tipo de evento”. Para essa decisão, o órgão considerou haver uma “precariedade da estrutura local, o que dificultaria a evacuação em casos de incêndio, ou de acesso da polícia em caso de alterações e, ainda, a insegurança no fornecimento energético e de internet”.

⁹⁸Parecer Técnico 39. Disponível em: https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=88287&infra_hash=b2a0fe59aedd92ef7812c89e6b246fa2. Acesso em 23 de julho de 2019.

⁹⁹OFÍCIO N° 36039/20 19/CEPAMJCGMABIDPP/DNIT SEDE. Disponível em: https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=88287&infra_hash=b2a0fe59aedd92ef7812c89e6b246fa2. Acesso em 23 de julho de 2019.

Retornando ao cotidiano do *I Fórum*. A reverberação destes assuntos, portanto, já é consequência da dinâmica do Fórum. Naqueles dias, além das intervenções que fizeram referência às possibilidades de se evitar os *erros do passado*, evitar também a destruição *da morada dos peixes* representada pelos Pedrais do Lourenção, dentre outras situações, uma questão mais geral esteve colocada, aparecendo de forma sub-reptícia em distintas ocasiões.

Trata-se da preocupação com o devir histórico, objeto da exposição *Prudência*, onde questiona *qual o futuro dos ribeirinhos? Essa é a preocupação. Então o nosso amanhã não sabemos o resultado*. Nesse sentido, diz ele, *E o que nós esperamos é que os ribeirinhos sejam reconhecidos também como seres humanos*. Nessa perspectiva, *Batista* fez questionamentos similares ao lembrar a todos/as que ali *tem uma grande história desse povo que vive nessas comunidades. E agora, o que será de nós quando esse pessoal passar por aqui? Será que vão ter vidas melhores para os nossos filhos, nossos netos? O que eles vão adquirir depois de tudo isso?* A preocupação não é apenas com um futuro qualquer. Mas com aquele futuro no qual ainda exista a forma de viver específica dos ribeirinhos e ribeirinhas, em que a relação com a terra, com a floresta e com o rio são essenciais.

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, prefaciando o livro “A queda do Céu” (de Davi Kopenawa e Bruce Albert), ao se deparar com o diagnóstico que Kopenawa fez de que a derrubada da floresta e a exploração do minério à exaustão farão as fundações do cosmos ruir e o céu desabar “sobre todos os viventes”, recorda que “esse é o modo indígena de dizer” que isso já aconteceu antes e que “acontecerá de novo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 15).

Assim como o discurso de David Kopenawa, a narrativa dos ribeirinhos e das ribeirinhas da vila Tauiry “é um discurso sobre o lugar” (Ibid., p. 15) que é, para eles, o concreto da memória. Quando dizem *eu não quero que aconteça o que aconteceu antes comigo* é porque existe aí um sentido intrínseco que tem a ver com *os erros do passado*, mas também com o receio de que esses *erros* se repitam no futuro. Toda essa memória do que *a Eletronorte fez* está inscrita tanto na biografia das pessoas, quanto no próprio rio Tocantins especialmente nos lugares que foram inundados. E todos/as têm ciência disso.

5.3 O círculo está se fechando

Quando cheguei à comunidade Tauiry no dia 19 de junho de 2019 estava ocorrendo uma reunião na casa de uma das famílias. Na porta, um carro da Unifesspa. Não parei no local, pensei que fazê-lo seria uma atitude invasiva. Além disso, eu estava carregando uma mochila, máquina fotográfica, gravador de voz, rede, uma sacola com carne de sol e tantos outros objetos – alguns pendurados em vários pontos da motocicleta. Julguei que seria mais urgente parar no local onde haveria uma boa possibilidade de pernoitar.

Após alguns minutos pensei em ir à reunião, mesmo sem ter recebido convite. Primeiro inquiri algumas pessoas acerca do que estavam abordando nos diálogos. Disseram-me que se tratava de uma visita de campo realizada por uma turma de estudantes do curso de Direito da Terra, Unifesspa. Prontifiquei-me a ir até lá. Tive que obstar a ação. Como já era fim de tarde, a reunião tinha sido dada por encerrada e os (as) estudantes estavam retornando à cidade de Marabá. Eu conhecia boa parte deles (as) e lamentei não os ver na ocasião.

Esse fato aparentemente simplório ilustra o quanto a comunidade Tauiry tem estado na agenda de diferentes públicos pertencentes a instituições diversas. E todos/as dão uma atenção especial às visitas de agentes externos. Os diálogos frequentemente orbitam em torno da chamada derrocagem do Pedral do Lourenção.

Logo fiquei sabendo que o mote da reunião com os (as) estudantes era exatamente esse. Discutiram, mais especificamente, o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, prevista na Convenção 169 da OIT, direito esse que pode ser acionado pelas comunidades tradicionais e indígenas. Isto ocorre a catorze dias da Audiência Pública marcada para discutir as chamadas “Obras de Derrocamento e Dragagem do Rio Tocantins”, no trecho entre Marabá e Baião.

Sabendo do encerramento da reunião me dirigi à residência do *Sr. Pádua*. Ele estava em casa. Deu-me boas vindas e solicitou que me sentasse. Iniciamos um diálogo. O cenário político nacional, especificamente a falta de emprego, de perspectivas de *melhorias* e a possibilidade de interrupção das aposentadorias pelo governo foi o tema central da sua narrativa. São preocupações gerais.

Em seguida, cheguei *Crispim Soares*. Sentou-se em uma das cadeiras vazias e se pôs a discorrer acerca do assunto. Havia pouco tempo que tinha saído da reunião. Não demorou muito para que começasse a ponderar sobre a implantação da hidrovia, reafirmando aquilo que já havia falado no *I Fórum*, que *só se consegue alguma coisa se o povo estiver unido, porque foi assim que aconteceu lá em Tucuruí*. A tática de luta –

disse ele - *é fazer greve* do mesmo modo que fizeram lá em Tucuruí, na época da barragem. O procedimento deve ser o mesmo: *união entre ribeirinhos* e a *greve*.

À noite participei de uma reunião na casa de *Pedro*. Estavam reunidas cerca de nove pessoas. Elas foram discutir questões relacionadas à organização de um novo acontecimento coletivo. Fui convidado a acompanhar esse momento. O local da reunião foi uma *farinheira* (casa de farinha) situada no quintal da residência. *Simão Bacamarte* pôs em público o assunto: definir quem iria doar gêneros alimentícios para ajudar na realização do tal evento.

Os acontecimentos coletivos organizados por eles/as têm essa característica peculiar: a doação. As doações de gêneros alimentícios e não alimentícios, como porco, galinha, farinha, peixe, macaxeira, polpa de frutas, copos e pratos descartáveis, arrecadação de dinheiro para elaboração de banners e tantos outros, dão aos eventos uma relativa autossuficiência. No momento da reunião me comprometi a ser um dos doadores, como já o fiz em outras ocasiões. Alguns doaram farinha, arroz, feijão, óleo, cebola, alho, corante e outros itens.

A reunião coletiva para a qual os alimentos foram arrecadados aconteceu no dia 22 de junho de 2019. Ela foi denominada de *I Conferência de Política Local na comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Praia Alta e demais comunidades: Vila Tauiry, Vila Belém, Santo Antonino, Volta Redonda e Associação das Famílias Ribeirinhas Extrativistas no Distrito de Cajazeiras no Entorno do Pedral do Lourenção*.

A Vila Praia Alta, local do encontro, está situada no município de Nova Ipixuna, na margem direita do rio Tocantins. Da vila Tauiry até a referida comunidade são aproximadamente 30 minutos de canoa a motor. Todos/as agentes sociais das comunidades citadas foram convidados/as. Estavam presentes ribeirinhos e ribeirinhas da Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Praia Alta, Comunidade Ribeirinha Extrativista Santo Antonino, Comunidade Ribeirinha Extrativista da Vila Tauiry, Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Belém e de assentamentos e moradias próximos ao local.

A reunião aconteceu em dois momentos do dia. O primeiro momento foi no período da manhã, com pausa para o almoço coletivo. O segundo momento ocorreu no período da tarde, sendo o final da reunião por volta das 16 horas. O condutor da *I Conferência*, no primeiro momento, foi *Simão Bacamarte* e, posteriormente, *Brás Cubas*: liderança da comunidade Praia Alta.

A programação constou de seis eixos temáticos. *Eixo Temático 1: TAUS - termo de autorização de uso as famílias ribeirinhas extrativistas; Eixo Temático 2:*

Autodeterminação, participação social e o direito à consulta; Eixo Temático 3: Desenvolvimento sustentável e efetivo das comunidades ribeirinhas no em torno do Pedral do Lourenção; Eixo Temático 4 – Direitos individuais e coletivos; Eixo Temático 5- Diversidade cultural no Brasil; Eixo Temático 6 – Direito à memória e a verdade.

Cada eixo foi explicitado por pessoas específicas, previamente selecionadas de acordo com os cargos que ocupam nas associações locais e com o engajamento político. Após agradecer a presença de todos, *Simão Bacamarte* leu a carta nomeada de *O Clamor do Lourenção*¹⁰⁰, redigida ao final do *I Fórum Socioambiental das Comunidades Ribeirinhas Extrativistas Vila Tauiry, Santo Antonino e Famílias Ribeirinhas Extrativistas no Distrito de Cajazeiras, Município de Itupiranga/PA*, ocorrido nos dias 03 e 04 de abril de 2019, na comunidade Tauiry.

Ficou sublinhado que as demandas contidas precisam ser levadas a sério, pois são legítimas, uma vez que resultam de um consenso entre os ribeirinhos e as ribeirinhas das comunidades no entorno do Pedral do Lourenção. *Simão Bacamarte* reforçou a necessidade de aproximação entre todos/todas, haja vista que *o círculo está se fechando e o pessoal está vindo e nós temos que nos unir, porque unidos somos mais fortes.*

Algumas questões mais pontuais começaram a surgir, na medida em que a leitura dos eixos temáticos foi avançando. Nesse sentido *Luiz Garcia*, que tratou do *Eixo Temático 2: Autodeterminação, participação social e o direito à consulta* pediu para o governo respeitar a autonomia das comunidades tradicionais, de acordo com o que prevê a Convenção 169 da OIT. Demonstrando ciência acerca desse ponto lembrou que, nesses casos, o governo deve realizar a consulta prévia antes de qualquer projeto.

Os procedimentos para explorar mais a fundo esse ponto foram tomando amplitude. *Jorge*, que tomou a palavra logo em seguida, inquiriu aos presentes se todos (as) foram consultados (as) a respeito do projeto da HAT. Responderam *que não foram consultados (as)*. Questionou também *quem são as comunidades tradicionais?* Obteve com resposta um harmônico: *nós*.

Em outro momento, *Simão Bacamarte* desferiu questionamentos similares. Antes reforçou o fato de que *toda comunidade tradicional, quando impactada por um grande projeto, tem direito à Consulta Prévia, Livre e Informada*. Asseverou que o DNIT e a

¹⁰⁰Nesse dia, as comunidades reunidas fizeram a leitura de outro documento chamado “Carta à população sobre a implantação da Hidrovia Rio Tocantins -Araguaia”, para decidir se o assinariam ou não. Após a leitura, eles e elas se reconheceram na mensagem da carta e resolveram assiná-la. O documento passou a circular nas redes sociais e pode ser acessado em: CNBB – NORTE 2 <<http://cnbbn2.com.br/carta-a-populacao-sobre-a-implantacao-da-hidrovia-rio-tocantins-araguaia/>> Acesso em 03 de julho de 2019.

DTA engenharia estão infringindo essa lei e que é preciso denunciar. Dito isto, inquiriu: *alguém, algum técnico do DNIT ou DTA veio aqui na comunidade perguntar para vocês, como vocês moram, como vocês vivem? Alguém fez reunião com vocês?* Os/as agentes sociais responderam em um único e sonoro: *não*.

Por isso mesmo, ao retornar ao microfone para tratar do sexto eixo da pauta – *Direito à memória e a verdade* – ele lembrou que todas as comunidades têm o direito a verdade com relação ao projeto da hidrovía, uma vez que tudo tem sido feito *por debaixo dos panos*.

Em uma linha de raciocínio similar, *Porfírio* sublinhou a importância das pessoas reconhecerem quem elas são, haja vista que esse reconhecimento é importante para o acesso aos direitos. Frisou ainda *que o DNIT e a DTA engenharia sabem quantas pedras vão destruir, sabem a capacidade do impacto que vão causar, porque isso já ocorreu em outros povos*.

Enquadrando o seu discurso na realidade local, reforçou que *em cada pedra que será quebrada no rio Tocantins existe um morador que usufrui dela para a pesca*. Mais ainda, destacou que a empresa DTA engenharia não fez o devido levantamento das comunidades que ali residem. Por isso as comunidades estão se manifestando para reivindicar os seus direitos. Além disso, tem comunidade que ainda não se manifestou e *a DTA engenharia nem sabe da existência delas*.

De todo modo, as preocupações com os impactos das “Obras de Derrocamento e Dragagem do Rio Tocantins” têm suscitado esse tipo de ação. Principalmente porque, na visão ribeirinha, conforme destacou *Procópio Dias* (residente na vila Praia Alta), a obra é perpétua e não traz lucro para as comunidades, tendo em vista que os pescadores e as pescadoras *têm o privilégio de pescar livre*, coisa que não vai mais ser possível *se o projeto acontecer*.

De todo modo, o verniz dos discursos que foram a público na *I conferência de política local* era sempre a preocupação com o futuro. Em razão disso, *Eugênia* foi enfática ao dizer que as comunidades não vão se calar, *porque é necessário defender a vida dos filhos, netos e de todos os familiares*.

Vale destacar que a comunidade Tauiry tem uma certa importância no processo de publicização da necessidade de organização social, pois foi a primeira a encampar o debate sobre os impactos da HAT na vida local. Por esta razão, o jovem Raimundo agradeceu ao Tauiry *por nunca ter abandonado as comunidades, porque todo mundo sabe que o município de Nova Ipixuna estava fora das audiências públicas, quem ajudou*

a botar o município de Nova Ipixuna nas audiências públicas foram as comunidades, todas juntas. Podemos ver esse fato mais claramente a partir da imposição da demanda pela realização da audiência pública na vila Tauiry e em Nova Ipixuna – esta última não estava prevista no cronograma do DNIT – através do já mencionado *Ofício nº 42*, elaborado conjuntamente pelas Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry (ACREVITA); Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista Santo Antonino (CRESA); Associação das Famílias Ribeirinhas Extrativistas no Distrito de Cajazeiras (AFREDCA); Comunidade Ribeirinha Extrativista Praia Alta (CREPA); Comunidade Ribeirinha Extrativista Volta Redonda (REVORE); Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Belém (REVIBE) e entregue ao IBAMA.

5.4 A disputa pela concepção de *impactos*

Para mim, olhar aquele momento ali, onde aquela explosão vai acontecer no nosso ambiente, no nosso Pedral, eu já fui impactada. Creio que também as pessoas que estão aqui e viram aquela cena já é o momento de nós sentirmos o impacto¹⁰¹. (Sancha, residente na comunidade vila Praia Alta, Nova Ipixuna – Pará).

As chamadas “reuniões preparatórias” foram realizadas em vários locais. O intuito, conforme o “Parecer Técnico 39” do IBAMA, era estabelecer um “processo participativo presencial, destinado a público determinado, com o objetivo de ampliar e qualificar a participação da comunidade local nessas atividades”. Ainda, nesse sentido, as reuniões preparatórias – a comunidade chamou de *Pré – Audiência* - visavam “preparar as comunidades afetadas para a participação pública, podendo melhorar o nível de debates das Audiências”.

Houve, portanto, seis reuniões preparatórias e todas aconteceram no mês de junho de 2019. Na cidade de Marabá o evento foi realizado no dia 24; na vila Tauiry (Itupiranga) aconteceu no dia 25; na cidade de Nova Ipixuna no dia 26; em Tucuruí e em Breu Branco no dia 27; e em Baião no dia 28. Das seis *pré-audiências* apenas uma foi realizada em

¹⁰¹Essa narrativa – enunciada na comunidade Tauiry - reflete o tom do evento chamado de “reunião preparatória”, que aconteceu na referida comunidade, antecedendo as audiências públicas para discutir o EIA/RIMA da hidrovía. É sobre isto que este tópico versará.

área rural – a da comunidade vila Tauiry. A mobilização social da comunidade não tem passado despercebida pelas autoridades.

No dia 25 de junho de 2019, na Quadra Poliesportiva Saint Clair Gomes Pereira (da comunidade Tauiry), ribeirinhos e ribeirinhas das comunidades do entorno do Pedral do Lourenção estiveram reunidos (as) debatendo com os representantes do DNIT, da empresa DTA engenharia, da prefeitura de Itupiranga e da Unifesspa questões relativas às “Obras de Derrocamento e Dragagem do Rio Tocantins”, que resultarão em uma interferência no rio e na vida dessas pessoas.

Simão Bacamarte conduziu a reunião. Antes, já havia um prévio acordo entre os ribeirinhos e as ribeirinhas de franquear a palavra à empresa DTA engenharia, ao DNIT, representantes da prefeitura de Itupiranga e da Unifesspa para que, após estas falas, as comunidades pudessem (contra) argumentar. O engenheiro do DNIT fez a exposição inicial chamando a atenção para a distinção entre “a via navegável e a hidrovia”. Ressaltou que a “a via navegável é um rio que permite a navegação”, afirmando ser “algo natural”.

Ao passo que “para a hidrovia, de fato, nós precisamos de equipamentos de construções e transformar a realidade”. Nesse sentido, “a hidrovia é uma via navegável com portos e operações de navegação organizada”. A sua intenção era dizer que “não se constrói uma hidrovia”, pois o que “se faz é modificar as dimensões de alguns pontos do rio para que ele seja navegável”.

Esse discurso relativizando os efeitos da hidrovia – onde não é considerada a repercussão negativa da privatização do rio para os/as agentes sociais– se conectou a outro, que era mais uma espécie de justificção econômica do projeto. A passagem de quatro comboios (barcaças) diariamente, sendo dois comboios rio acima e dois comboios rio abaixo “propicia a exportação de minério, ajuda na diversificação da produção, a importação de petróleo e seus derivados – o que ajuda no desenvolvimento da indústria – e o transporte de milho e soja que integra a ferrovia Norte Sul ao Porto de Vila do Conde”.

Esse discurso “estranho” pareceu uma tentativa de justificar, perante as comunidades ribeirinhas, algo que não está intrínseco às suas realidades. O fato de que o canal da hidrovia terá uma largura de 100 metros e o rio possui aproximadamente 1000 metros foi, de igual modo, uma base de sustentação dos argumentos para relativizar os efeitos da obra na vida das comunidades, pois “a ação ela não será em toda a área do Pedral”.

Uma geóloga da empresa DTA engenharia, por ocasião da sua exposição, destacou os trechos ou as “áreas de influência, que são as áreas onde podem ocorrer os impactos do empreendimento”. Esse trecho é caracterizado como área diretamente afetada. A área diretamente afetada é lida – com exatidão e certeza – como a área onde haverá os “impactos”, já nos outros lugares “os impactos serão desprezíveis”.

A noção de impactos em destaque supõe uma concepção linear de causa e efeito. Além disso, é pretensiosa, pois julga-se capaz de antever e controlar os (futuros) acontecimentos e ao mesmo tempo de assegurar que eles estarão circunscritos a uma área espacial específica. Tal linearidade contribui, sobremaneira, para abstrair o conteúdo social dos acontecimentos (DAOU, 2010; SIGAUD, 1986) e as tantas (outras) leituras que existem sobre eles. Ao preconizar a previsibilidade como única matriz epistemológica, a ideia de impactos limita a capacidade de enxergar as pessoas, as suas histórias, as suas organizações sociais, as experiências guardadas na memória e tudo o mais que não são números.

Luiz Garcia – da Vila Praia Alta – questionou a noção de impactos colocada pela geóloga da empresa DTA engenharia. Em sua exposição está dito que a geóloga *falou que nós vamos ser impactados, mas de leve. Já imaginou uma coisa dessas? O outro colega falou que vão pegar os resíduos das pedras e vão colocar lá no fundo, lá onde moram os peixes maiores. E aí os peixes vão para onde?* Para complementar a avaliação, ele inquiriu à mesa do seguinte modo: *eu pergunto para os colegas, será que isso não é impacto? Gente, vamos fazer a consulta prévia nas comunidades.* O conhecimento tradicional é sempre acionado para contrapor a noção de impactos trazida pelos órgãos responsáveis pela hidrovia.

Simão Bacamarte, da comunidade Tauiry, também esboçou um posicionamento similar. A fala técnica de um engenheiro do DNIT, que tratou dos lugares onde serão depositadas as rochas implodidas, foi contraposta pelo conhecimento tradicional preexistente sobre os peixes. Assim, disse *Simão: você vai tirar dali, e vai matar quem tá lá no fundo. Quem vive lá no fundo, que são os bagres, são os jaús, as piraras, os barbados, os filhotes, as corvinas, que são peixes de fundo. Esse conhecimento nós temos. Porque nós moramos aqui e somos comunidades tradicionais e sabemos tudo isso.*

Após a exposição feita pelo DNIT e pela empresa DTA engenharia sobre as “Obras de Derrocamento e Dragagem do Rio Tocantins” para a implantação da hidrovia, mais narrativas ribeirinhas foram postas. Ao se aproximar do microfone, *Padre Cabral*

lembrou que é morador do povoado de Tauiry e que está *na região desde 79 e se tiver uma pessoa que conhece bem a região, esse sou eu.*

Com muita firmeza, sublinhou que *o nosso rio é bastante largo, porém, quando chega o período de seca a área trafegável que nós utilizamos não dá 50 metros.* Aqui, ficou demarcada uma divergência entre o conhecimento tradicional e o conhecimento dos técnicos, na qual os ribeirinhos e as ribeirinhas insistem em dizer que não vai caber todos no rio Tocantins em período de seca – as barcaças do agronegócio e as suas canoas¹⁰².

Padre Cabral ressaltou, mais uma vez, *que o impacto vai ser para sempre, porque o comboio vai estar passando direto.* Posteriormente, fez questão de realçar a sua compreensão dos interesses em jogo, uma vez que *pro agronegócio vai ser uma excelente coisa, mas para os pequeninhos que nasceram aqui e que tem a sua história dentro da comunidade, meu irmão, não tem jeito, todos vamos ser impactados.* Junto a isso, ele mencionou a necessidade do reconhecimento, pelo DNIT e a empresa DTA engenharia, de que ali as comunidades são tradicionais.

Havia uma preocupação também com os peixes, após a derrocagem dos pedrais. A alusão ao lugar foi constante nas narrativas, pois *Padre Cabral* lembrou que faz parte da comunidade e tem *uma história nesse lugar, referindo-se que aqui é o lugar que nós pescamos o nosso pescado, aqui é o lugar¹⁰³ que nós sobrevivemos.* Utilizando-se ainda desse argumento – cuja referência não é apenas ao pescado, mas a uma forma *sui generis* de existência coletiva – o *Padre* frisou *que a comunidade não vive de barcaças, a comunidade aqui ela não vive de agronegócio.* Esse (contra) argumento revelou quais prioridades estão em jogo para as comunidades: cultivar a sua forma de existência, que passa pela continuidade e permanência da pesca.

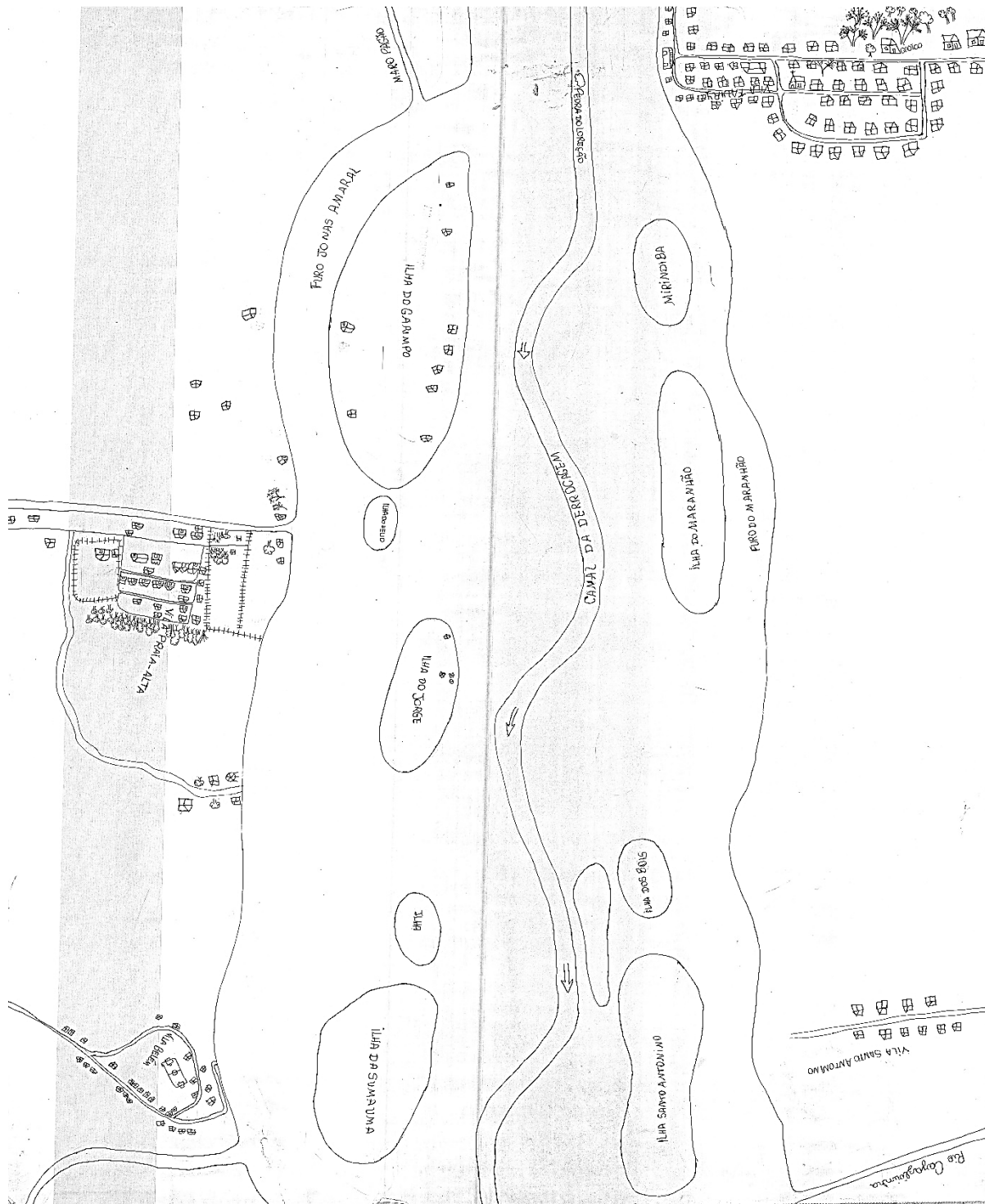
Segue abaixo um croqui – dividido em duas partes - que, além de demonstrar o espaço ocupado, faz referência às diversas nomeações dos lugares, o que concorre para evidenciar o modo como se dá a territorialização ribeirinha.

¹⁰² Brás Cubas, também da vila Praia Alta, corroborou a afirmação: *porque o espaço é pequeno.* Além disso, *é o único lugar que é uma via direta para os peixes e para também os pequenos, ou dizendo melhor, os ribeirinhos, porque o espaço é curto.* Do ponto de vista dos conhecimentos ribeirinhos, o canal principal do rio, durante o verão, não comporta as atividades previstas pela hidrovia. Além disso, insistir na ideia de implantar o projeto significa tirar a possibilidade de obtenção do peixe, conforme a narrativa acima destacou.

¹⁰³

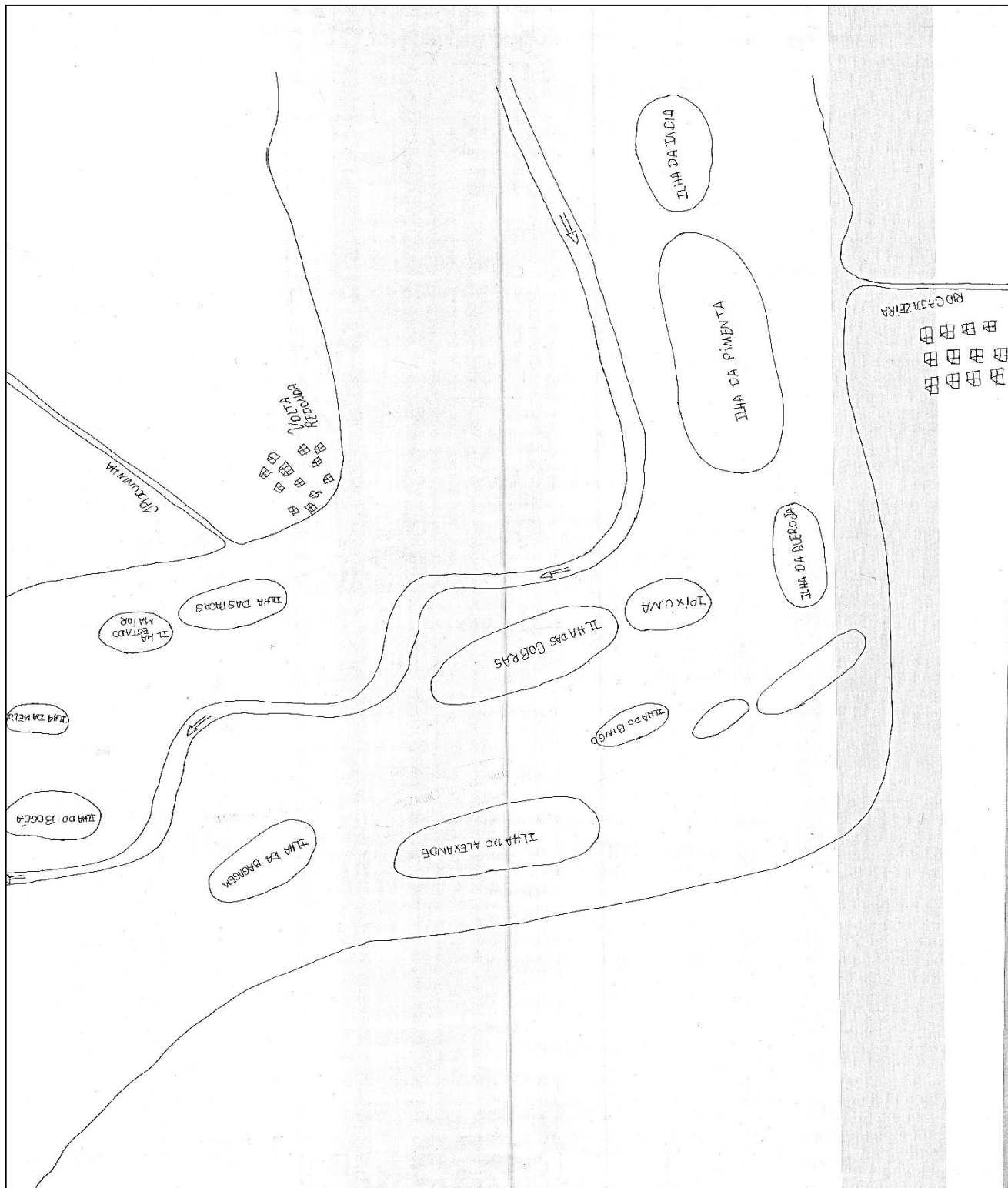
Yi Fu - Tuan (1983, p. 206) destaca que o lugar é carregado de valores que nós mesmos atribuímos a ele. O lugar também se caracteriza por abrigar a satisfação das nossas necessidades biológicas (comida, água, descanso, procriação). Ele contém, portanto, imagens e sentimentos muito complexos. Desse modo, o testemunho do Pastor José Roberto não está em contradição com a definição conceitual de lugar, pois ele remete àquilo que “somos, que fizemos, nossas habilidades e conhecimento”

Imagem 4 – Croqui (01) do território ribeirinho contendo o rio, os *furos*, ilhas, comunidades e o canal da hidrovia.



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Imagem 5 – Croqui (02) do território ribeirinho contendo o rio, os furos, as ilhas, as comunidades e o canal da hidrovia.



Fonte: Trabalho de campo (2019)

A primeira comunidade ao lado direito da imagem acima (e na margem esquerda do rio Tocantins) é a vila Tauiry, situado em frente à *Pedra do Lourenção*. A partir dali outros povoados margeiam o rio. No município de Itupiranga há também a comunidade Santo Antoninho e – um pouco mais distante do rio, mas em conexão com ele está – o Distrito de Cajazeiras. Ao lado esquerdo da imagem (e lado direito do rio Tocantins), no município de Nova Ipixuna, estão situadas as comunidades ribeirinhas extrativistas vila Praia Alta, vila Belém, vila Volta Redonda – isso até aonde o croqui evidencia e onde pude conhecer.

Além disso, há uma série de ilhas e outros lugares que possuem nomes específicos e que são importantes para a vida ribeirinha. Assim, temos a *Ilha dos garimpeiros*, *Ilha do Hélio*, as praias, os *furos*, *Ilha da Mirindiba*, os vários pontos de pesca, *Ilha dos Bois*, *Ilha do Jorge*, a *Sumaúma*, *Ilha da Índia*, *Ilha da Pimenta*, *Ilha Quero Já*, *Ilha da Pousada*, *Ilha da Saúde*, *Ilha do Ipixuna*, *Ilha das Cobras*, *Ilha da Bagagem*, *Ilha do Estado Maior*, *Ilha do Melusca*, *Ilha do Alexandre*, *Ilha do Bingo*, *Ilha do Nazaré*, *Ilha dos Furos*, *Rio Bacuri*, *Igarapé Praia Alta*, *Igarapé Cajazeiras* e, por último, *Ilha do Bogéa*.

Além de ser transformada em um espaço para reafirmar a territorialidade ribeirinha, a *Pré-Audiência* foi também um momento no qual se exigiu a Consulta Prévia, Livre e Informada. Eles/elas julgaram que não tiveram nenhum tipo de contato com a equipe que fez os levantamentos para o EIA/RIMA. Não viram tais pessoas e não conversaram com elas, sendo assim, não foram devidamente estudadas. É importante salientar que a discussão sobre a necessidade da Consulta Prévia, Livre e Informada já colocada no final do ano 2017¹⁰⁴, adquiriu uma repercussão geral e intensa.

Durante o evento, a geóloga da empresa DTA engenharia passou um vídeo em que consta a forma como as implosões irão acontecer nos pedrais. *Porfírio*, ao ver aquela cena, refletiu dizendo que *este filme é simplesmente – igualmente - o filme da Tela Quente da rede Globo: muito longe da realidade do convívio das comunidades tradicionais*. A sua crítica era ao fato de que todos os seres vivos dentro e fora do rio foram estudados, inclusive *os peixes, até mesmo os morcegos*. *Mas o estudo antropológico, que é o estudo que estuda os povos tradicionais, nós não vemos mencionar*. Lembrou à geóloga – que acabara de apresentar um quadro socioeconômico da região, onde constava que o serviço

¹⁰⁴ Ver o tópico “*Sem união, não arruma nada não*: o I seminário no povoado Tauiry”, neste mesmo capítulo.

público era, em boa medida, a base da economia dos municípios – que *as pessoas aqui que são contratadas pelo serviço público é a minoria.*

Em sua arguição, frisou o valor socioeconômico do rio, que é uma espécie de padrão que emprega quase todos os ribeirinhos e as ribeirinhas da região. De acordo com a sua análise, *as pessoas que são empregadas pelo rio Tocantins e Araguaia se levantarem a mão aqui você vai ver que vai levantar em peso.* Ponderou, ademais, que o trabalho na lavoura é também de onde se garante a *sustentabilidade.*

A despeito disso, *Porfírio* destacou que as comunidades não foram consultadas, *não teve protocolo de consulta, não teve a consulta prévia,* sendo a comunidade ainda *desinformada.* Ressaltou que *tudo foi feito às escuras* e, por isso mesmo, questionou se os ribeirinhos e as ribeirinhas não têm *mais direito do que um morcego? Será que nós não temos mais direito do que um peixe lá no rio? Será que nossa qualidade é tão inferior assim que ninguém fez um estudo durante esse período?* Além disso, novamente ficou registrado as consequências da barragem de Tucuruí na vida daquelas pessoas.

No momento em que *Porfírio* falava, *Crispim Soares* estava sentado à sua frente. Ele foi expropriado pela barragem de Tucuruí. Saiu da *Ipixuna Velho* (a velha Ipixuna) e, entre idas e vindas, acabou residindo na comunidade Tauiry. *Porfírio*, ao avistá-lo sentado próximo de onde falava, tocou em sua mão e disse, olhando para a mesa composta de autoridades:

Esse homem que está aqui hoje, ele está há anos lutando por um projeto, que foi lá do projeto da barragem, e ele é um sofredor. Ele foi expulso da área dele, foi para o Cajazeiras, rodou, e hoje ele tá tentando ser visto e reconhecido pelo menos na pessoa de seus netos, de seus bisnetos, porque a resistência dele... Talvez ele olhe para a resistência dele e diga: “eu não sei se eu vou conseguir. Só Deus sabe”. E assim tem muitos como esse daqui.

Essa memória – conforme vimos afirmando - é sempre recorrente. Por isso, a percepção e conduta dos/as agentes sociais frente à possibilidade de instalação da hidrovía traduz, antes de tudo, uma lógica cosmológica e ontológica muito específica, manifesta tanto pelo recorrente apelo aos múltiplos usos do território, como também pela experiência pré-existente de relação com a barragem de Tucuruí – experiência revelada pela memória.

Técnicos ligados ao empreendimento e os/as ribeirinhos/as), conforme podemos ver, operam baseados em códigos culturais diferentes. Os primeiros apostam no escoamento mais barato – economicamente – dos produtos do agronegócio, e os segundos

apostam em seus modos de vida historicamente atrelados às práticas tradicionais desenvolvidas na relação com o rio Tocantins.

Essa situação, do ponto de vista político, é extremamente importante. O não reconhecimento desses atores sociais, e de seus códigos culturais, pelo Estado e empresas é, no dizer de Martins Costa (1990, p. 61) a propósito de como o Estado agiu com relação aos camponeses expropriados pela barragem de Sobradinho, “a condição mesma de sua intervenção, a qual seria inviável se as diferenças culturais fossem reconhecidas e consideradas”.

E porque ignoram os códigos locais, seus planejamentos "modernizantes" e "civilizatórios" estão condenados ao fracasso: as agências governamentais não podem prever as intervenções necessárias para fazer com que seus projetos tenham sucesso (MARTINS COSTA, 1990, p. 61 aspas do original).

Em todo caso, a comunidade Tauriry – e as cinco do entorno do Pedral do Lourenção – tem nutrido desmedida preocupação no que se refere a essa obra. As suas inquietações caminham, inclusive, na direção do que prevê o Termo de Referência emitido pelo IBAMA o qual já indica a necessidade de “caracterizar todos os núcleos ribeirinhos”, classificando “as comunidades em função das *especificidades de seu modo de vida e condições de vida e das relações com o rio e com a terra*” (TRF, 2016, p. 20 itálico meu).

5.5 A Audiência pública: uma “conversa de surdos”

As audiências públicas relacionadas às “Obras de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins” aconteceram em cinco momentos específicos¹⁰⁵. Das cinco ocasiões acompanhei duas: Itupiranga e Nova Ipixuna. Em Itupiranga, assim como em Nova Ipixuna – acredito que nos outros locais também houve tal similaridade – os primeiros a manifestar expectativas em relação ao projeto foram os políticos locais.

O verniz revestidor dos discursos eram as condicionantes, como o “porto público” e o “progresso” que “a obra vai trazer para a região”. No ginásio da Escola Municipal Irmã Maria Tereza Torne Roig tinha um cartaz pendurado nas grades com os dizeres

¹⁰⁵Na cidade de Marabá 01 – 07 – 2019; Itupiranga 02 – 07 - 2019; Nova Ipixuna 03 – 07 - 2019; Tucuruí 04 – 07 - 2019 e Baião 05 – 07 - 2019. As lideranças das comunidades ribeirinhas extrativistas Vila Tauriry, Santo Antoninho, Vila Belém e Vila Praia Alta participaram de todas as audiências, junto à bióloga e docente da UNIFESSPA e ao Defensor Público Agrário (DPE) da região de Marabá.

“ITUPIRANGA NÃO ABRE MÃO DO PORTO PÚBLICO! ”. Havia, portanto, todo um conjunto de expectativas – da parte dos políticos e empresários locais – ancorado na ideia de que o futuro seria glorioso. O mais proeminente de todos disse que

A hora é agora, haja vista que aqui nós já vivemos vários ciclos. Veio o ciclo da borracha e não ficou nada pra nós. Veio o ciclo da mineração e também não ficou nada. Da castanha, da madeira, do ouro, de pedras preciosas. E agora vamos viver mais um ciclo, talvez um dos últimos: que é o ciclo das águas.

O atual prefeito também compartilhou esse discurso, asseverando que a “ferrovia e a hidrovía são os melhores caminhos para desenvolver o país”, sendo que a hidrovía deveria vir junto com a “construção de um porto público no município de Itupiranga”. Após as preleções dos políticos, seguiram-se o IBAMA, DNIT e consórcio DTA/O’MARTIN.

Uma técnica do IBAMA apresentou o processo de licenciamento ambiental em 15 minutos; o técnico do DNIT fez uma exposição de 40 minutos, no qual apresentou o empreendimento; e o consórcio DTA/O’MARTIN levou 45 minutos para apresentar o Estudo de Impacto Ambiental. O representante do consórcio ressaltou que o estudo incidu no que denominou de “meio físico”, “meio biótico” e “meio socioeconômico”. Um detalhe importante é que os “meios” foram apresentados como se tivessem uma relativa independência uns dos outros, sobretudo o “meio socioeconômico” que apresentado apartado dos outros dois.

Isto ficou evidente no momento em que os impactos foram descritos como “impactos em sua maioria chamados de temporários e localizados”, pois “acontecem em um pequeno espaço do rio por um pequeno espaço de tempo”. Em suma, “a gente está falando de uma obra que vai acontecer toda dentro do rio, a principal área de influência é o ambiente aquático, o ambiente do rio, dentro da água”. O corolário disso é que “a área diretamente afetada ela se encontra toda ela praticamente dentro da água”.

A solução para os “impactos” está ancorada em propostas baseadas em “medidas de controle para diminuir a magnitude, a força desses impactos, ou no caso dos impactos positivos – como geração de emprego e renda – vai aumentar a força desses impactos”. A transmissão da ideia de que é possível “aumentar a força dos impactos positivos” – como a geração de emprego- tem estado sempre em pauta. Ouvindo a exposição do DNIT e posteriormente do consórcio DTA/O’MARTIN, *Simão Bacamarte* formulou algumas questões de grande importância. A sua inquietação estava relacionada com o estudo

socioeconômico, onde foram *entrevistadas 95 pessoas, e não famílias, em 78 comunidades*. Nesse sentido, diz ele, o estudo *não condiz com a nossa realidade ribeirinha*, por isso, *eu quero fazer algumas perguntas para vocês* - e as deferiu sem titubear:

A DTA ENGENHARIA sabe dizer em qual *luada* nós pescamos durante o dia? A DTA ENGENHARIA sabe dizer em qual *luada* nós pescamos no período da noite? A DTA ENGENHARIA sabe dizer o que é *luada*? Se não está no EIA/RIMA vocês não conhecem o nosso modo de vida. Não conhecem o cotidiano do nosso dia a dia. Então não sabem como nós seremos impactados diretamente pela hidrovia.

O EIA/RIMA, diga-se de passagem, foi elaborado com base na frieza inexpressiva dos números em busca da padronização dos dados, onde a vida social e a relação holística que os ribeirinhos e as ribeirinhas da região dos Pedrais do Lourenção têm com aquele território foi insuficientemente colocada. Os fatos acima ilustram essa afirmação. Diante daquelas questões extremamente complexas, houve um profundo silêncio.

A reação da empresa que elaborou o Estudo de Impacto Ambiental e do DNIT demonstrou claramente as limitações dos estudos feitos. Todos os participantes da mesa perguntaram uns aos outros: “mas o que é *luada*?”. Havia uma chama de esperança de que quem realizou tais estudos soubesse que a *luada* é um termo local que faz referência ao ciclo lunar e remete ao período do mês em que o pescador coloca a rede de pesca na água. De acordo com os seus conhecimentos tradicionais, esse é o momento em que passam os cardumes de diferentes peixes.

A *luada* corresponde ao período do mês entre a lua nova, passando pela lua crescente e finalizando na lua cheia. São mais ou menos 15 dias, sendo os últimos dias de pesca na lua cheia. É, portanto, esse o período em que, como mencionado, o pescador põe as suas redes na água, quando precisa obter grandes quantidades de peixes. Em determinados meses do ano ele o faz durante o dia, em outros o faz a noite, a partir da mobilização de diferentes maneiras de pescar: sendo as maiores pescarias realizadas com *rede de pesca parada* ou *pesca de caceia*: quando as redes descem rio abaixo no canal principal do rio. Há também as pescas de tarrafas e anzol, sobretudo no verão.

Jorge - pescador que reside na Vila Belém - ao discorrer sobre os pontos de pesca, demonstra o quão rigoroso é o acúmulo do conhecimento sobre o território.

Falando nos nossos pontos de pesca, temos pra pegar uma espécie de peixe que é o mapará. Temos a prainha, a caceia da prainha, a caceia da praia, a caceia da pedra, a caceia da jega, a caceia do meio, a caceia da costela, a caceia nova

descoberta, a caceia da aparecida, a caceia da costela, a caceia da sumaúma e a caceia do inferninho. Esses tipos de caceia são as redes lançadas [descendo rio abaixo]. Aí nós pescamos nesses locais aonde vai passar o projeto da hidrovia.

Utilizando-se desses saberes específicos, os ribeirinhos e as ribeirinhas adquirem diferentes espécies de peixes, sejam eles *peixe de escama* ou *peixe de coro*¹⁰⁶. Ignorar esse fato, conforme especificado nos questionamentos acima, é um atestado de incipiência do EIA/RIMA. Por tabela, isto representa um desconhecimento dos reais impactos da obra na vida ribeirinha.

Vale mencionar que a pesca não é realizada de maneira homogênea em todos os meses do ano. A observação dos ciclos lunares ajuda a iluminar a compreensão sobre esse ponto. É preciso avaliar não apenas que tipos de peixes são pescados no rio, mas como, quando e por que tais atividades se realizam. Desse modo, é possível ter um quadro bem mais fundamentado da forma singular como as comunidades ribeirinhas se relacionam com a pesca, evidenciando, assim, a real conexão que essa atividade possui com a vida concreta daquelas pessoas.

Um biólogo do consórcio DTA/O’MARTIN, quando confrontado pelas questões elaboradas por *Simão Bacamarte*, afirmou que o levantamento obtido pelo EIA/RIMA a respeito dos peixes é vasto. Porém, a metodologia utilizada precisou “ser replicada igualmente em todos os 36 pontos de coleta”, e disse não poder pescar em um ponto “numa lua X e em outro ponto pescar numa lua Y” porque a metodologia utilizada não permite a comparação da pesca realizada com base na observância do ciclo lunar. O que lhes interessa – restou claro – é a busca por padrões e não por especificidades.

Na tentativa de dar plausibilidade aos levantamentos que constam no EIA/RIMA, ele mencionou que várias metodologias de pesca foram utilizadas¹⁰⁷ a fim de tentar obter uma grande diversidade de espécies. Além disso, ressaltou que nessa fase do estudo não está previsto o monitoramento da pesca para saber como as comunidades pescam.

Para isso, o biólogo remeteu à velha distinção cartesiana que coloca de um lado (e supervaloriza) o conhecimento científico e de outro o conhecimento tradicional. Com

¹⁰⁶Gomes; Cunha (2018) apresentam evidências mais específicas sobre essa questão, dimensionando inclusive a quantidade de peixes pescados nos períodos relacionados aos ciclos lunares.

¹⁰⁷

Os métodos a que o biólogo se referiu em sua fala foram: “peneira, redes de espera, espinhel, vara de anzol, tarrafa”. De acordo com os conhecimentos tradicionais locais, por mais que se mobilize uma infinidade de ferramentas de pesca é pouco produtivo não levar em consideração as *luadas*, pois alguns peixes sobem em cardumes exclusivamente nesses períodos.

um ar de triunfo, ele disse que “a forma como a gente pesca não é o método local, não é o método da cultura de vocês, e sim um método científico”. A bióloga e também professora da Unifesspa (e minha colega), que estava sentada ao meu lado, levantou e fez ponderações que recuperou a dignidade dos já cansados pescadores/as – já eram quase 23 horas – dizendo as seguintes palavras:

Pescar é uma ciência e você não pode desconsiderar isso. Você pode dizer que você utilizou uma metodologia científica diferente. Mas você não pode dizer que a maneira como eles fazem não é uma ciência. Não é a ciência que você utiliza. Não é a ciência que eu, como bióloga, utilizo. Mas é a ciência que eles utilizam e é acumulada por muitas gerações. E é exatamente por vocês não considerarem esse conhecimento que vocês também não consideraram que eles são povos tradicionais. Por que eles se consideram. Eles se autoidentificaram e nunca foram consultados se queriam ou não essa obra. O mínimo é não desrespeitar as pessoas, porque essa plateia está cheia de cientistas. Eles sabem muito mais do que eu e sabem muito mais do que muitos cientistas que estão aqui hoje.

Do ponto de vista antropológico, as questões postas pela bióloga estão mais próximas da realidade ribeirinha. Ora, quando *Simão Bacamarte* toca nas questões relativas aos conhecimentos tradicionais ele está nos remetendo à uma “ciência do concreto”¹⁰⁸ (LÉVI-STRAUSS, 1989) que compõe a matriz intelectual dos ribeirinhos e das ribeirinhas da região.

Lévi-Strauss (1989, p.24) define a similaridade entre a ciência ocidental e os conhecimentos tradicionais¹⁰⁹ ao dizer que ambos são pautados pela exigência de pôr ordem no mundo (ou descobri-la) e que isso constitui a base de todo pensamento: como um princípio universal.

Sabemos que há diferenças entre esses saberes. Por um lado, os saberes tradicionais não têm a pretensão de universalidade, por outro, essa é a grande pretensão do conhecimento científico de base ocidental. Os saberes tradicionais “acolhem frequentemente com igual confiança ou ceticismo explicações divergentes, cuja validade entendem seja puramente local” (CUNHA, 2017, p. 293).

¹⁰⁸ A “ciência do concreto” – grosso modo – está assentada em princípios de classificações cuja base são as propriedades sensíveis do universo em que os classificadores se encontram. A pesca a partir dos ciclos lunares (as *luadas*), conforme tenho argumentado, parte da experiência concreta das pessoas, a qual deriva da relação histórica que elas têm com o peixe, o rio e a lua.

¹⁰⁹

No texto o autor fala em “pensamento primitivo” e “magia”. Eu desloco um pouco essas noções para o contexto da pesquisa ao me referir a conhecimentos tradicionais, tal qual fez Cunha (2017).

Além de serem formas de procurar entender e agir sobre o mundo, como disse Levi-Strauss, “ambos são também obras abertas, inacabadas, se fazendo constantemente” (CUNHA, 2017, p. 295). Em todo caso, “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos” (p. 295). Os dois tipos de conhecimentos são considerados válidos e – tanto um como o outro – já chegaram a grandes resultados em termos de produção de conhecimento (LÉVI-STRAUSS, 1989). Como epítome dessa reflexão, podemos dizer que há aí duas lógicas distintas operando, onde a lógica dos conceitos (ciência moderna) está “em contraste com a lógica das qualidades sensíveis” (CUNHA, 2017, p. 296). Enfim, ambos são formas diferentes de conhecimento em disputa historicamente.

Simão Bacamarte (em sua réplica) tomou o microfone novamente para dizer que o biólogo da empresa DTA engenharia *falou de um modo científico*, enquanto *nós estamos falando de um modo tradicional*. Asseverou a todos ali presente que mora na comunidade Tauriry há várias gerações, e que foi o seu bisavô que fundou o povoado.

Quanto às *luadas*, ele insistiu que observar as fases da lua é fundamental para o pescador obter êxito em suas pescarias, reforçando que *quem é pescador sabe, quem é ribeirinho sabe*. Persistindo nesse ponto, ele expressou a sua perspectiva do seguinte modo:

Eu te digo com o conhecimento tradicional que eu tenho que tem momentos de fase de lua que você vai pro rio e não pega um peixe para alimentar a sua família. É isso ou não é? Quem é pescador e quem é ribeirinho sabe disso. E tem momentos de fase de lua que a gente vai pro rio e só coloca a rede uma vez e traz o mantimento que dá para a sua família e distribui para os vizinhos.

Quando se aproximou do microfone, *Porfírio* trouxe uma reflexão nesse mesmo sentido, ao afirmar que a audiência era o espaço ideal para reconhecimento das identidades tradicionais dos ribeirinhos e ribeirinhas. Ponderou que a comunidade Tauriry possui o Termo de Uso Sustentável (TAUS) que é coletivo, e isso já é um indício importante para tal reconhecimento. Defendeu que o Pedral do Lourenção *é a casa dessas comunidades* e mostra que elas existem.

Um pescador da região de Itupiranga destacou que é preciso perceber a conexão existente entre a barragem de Tucuruí e a hidrovia. Em seus próprios termos,

[...] nós como pescadores, como tradicionais ribeirinhos daqui nós vemos como essa obra aí é interligada com a outra, porque existem batimentos que mostram diretamente isso pra nós. Quando nós vamos pegar no plano PIRTUC, que é um plano de compensação que a ELETRONORTE deixou em 74, quando

construiu o lago da hidrelétrica de Tucuruí, a gente vê que eles já deixaram a eclusa congelada.

Em sua opinião, as eclusas foram feitas na justa medida da *capacidade das barcas*, por isso, *nós estamos vendo a obra ligada uma na outra*. Este modo peculiar de ver a hidrovia – conforme podemos perceber – é algo não apenas restrito à comunidade Tauiry. Afinal de contas essa região é composta por gente cuja experiência de expropriação ocasionada *pela Eletronorte* (para usar uma expressão local) não parece ter sido esquecida ou silenciada.

A consequência do enquadramento dessas “memórias da expropriação”, como já deve estar evidente, é o seu uso político por parte dos ribeirinhos e ribeirinhas, acionando-as para confrontar as benesses anunciadas pela hidrovia, a partir da comparação com *o que aconteceu quando a barragem de Tucuruí* foi construída. Vale lembrar que junto à construção do referido projeto hidrelétrico houve um vigoroso processo social de luta e resistência, fartamente documentado¹¹⁰.

James Scott, em uma análise das formas cotidianas de resistência camponesa, sublinha que as experiências herdadas das revoltas ecoam no futuro. Em seu modo peculiar de ver, “mesmo as revoltas que fracassaram podem representar algum ganho”, ainda que esse ganho se expresse em termos de “uma memória da resistência e da coragem que pode servir para o futuro” (SCOTT, 2002, p. 11). Esse ganho, conforme podemos notar, ficou expresso em distintos momentos e de diversas maneiras na realidade em tela.

Em todo caso, a audiência pública remeteu a uma “conversa entre surdos”, pois a distância cultural entre os envolvidos era abissal. Experiências como estas, ancoradas na memória da barragem de Tucuruí e nitidamente presente no contexto, sequer tinham espaço para ser discutidas, tampouco chegariam a compor uma base epistêmica para compreender o comportamento específico dos ribeirinhos e das ribeirinhas perante à “Obra de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins”.

Esses comportamentos e associações, quando evocados, foram tomados como extemporâneos, portanto, sem relevância. Da mesma forma, os conhecimentos tradicionais – baseados na “ciência do concreto” - não cabiam no “método científico” ali em pauta. De modo similar, a conexão ribeirinha, rio e lua, tão importantes para as comunidades ali presente, não teve a mesma correspondência de significado para os

¹¹⁰ Para informações concretas sobre este ponto, ver o site *Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí* <<https://memoriasocialtucuruui.org/>>.

elaboradores do EIA/RIMA. No fim, restou confirmada a minha desconfiança de que todo aquele diálogo, efetivamente, era uma “conversa entre surdos”.

Considerações finais

No início do trabalho escrevi que este é um estudo em que a referência constante e principal são as pessoas de “carne e osso” (MAUSS, 2003) que experienciaram não apenas momentos de “rio tranquilo” – termos utilizados em alusão à poesia de Ademar Braz-, mas também de “céu revoltado”, e vice-versa, ocasionados por relações malfadadas com certos tipos de projetos de desenvolvimento, que não são propriamente os seus.

A comunidade vila Tauiry sofreu um processo de expropriação decorrente da construção da barragem de Tucuruí, que ocorreu entre os anos de 1970 e a primeira metade da década de 1980. Após a expropriação do território, das condições de existência e de seu universo social, os/as agentes sociais se viram impelidos/as morar no centro urbano do município de Itupiranga.

Coube a Eletronorte a construção das novas casas para os agentes sociais, agora, alçados à condição de expropriados. Apesar de não ser um termo cunhado pelos ribeirinhos e ribeirinhas, que em geral se reconheciam como *lavradores*, *vazanteiros*, *castanheiros*, dentre outros, o termo *expropriado* acabou sendo habitado por eles/as, para usar uma feliz expressão de Cunha; Almeida (2001), e ganhou um novo significado político, ao ser convertido em bandeira mobilizadora. Da mesma forma, *ribeirinho* é uma identidade em construção que alude à categoria jurídica de comunidade tradicional, atualmente em apropriação e recriação.

A ação da Eletronorte de tirá-los/as do território que, em princípio, seria inundado pode ser configurada como uma “decisão absurda”, nos termos referidos por Magalhães (2010, p.1). Atualmente os/as agentes sociais vivem a expectativa de uma nova interferência em seu território. Trata-se da chamada “Obra de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins”, que irá resultar na implantação da HAT.

A minha compreensão é a de que os ribeirinhos e as ribeirinhas da vila Tauiry compreenderam a implantação da hidrovia como um “evento” (SALHINS, 1990; 2007; 2008), posto que eles/elas realizam interpretações próprias a este respeito. Há uma opinião corrente entre todos/as de que se a hidrovia for levada adiante terá que haver a *suspensão das águas do rio* para que ele fique constantemente *no nível de inverno*. Existe a crença de que a mudança no regime hidrológico das águas é inevitável, pois o canal principal do rio não comporta, no período de verão, eles/as e as balsas a serem futuramente inseridas no território. Portanto, a barragem de Tucuruí – *lá embaixo* – vai

ter que *guentar* as águas do rio para que elas fiquem como se estivessem no *nível de inverno*.

De todo modo, essa compreensão dos efeitos que a hidrovia poderá causar às vidas ribeirinhas é carregada de um sentido anterior, onde as memórias sobre a barragem de Tucuruí cumprem um papel fundamental. A ação da barragem de Tucuruí no rio e na vida ficou incrustada na experiência social. De modo que as memórias sobre aquele acontecimento insólito também concorrem para fornecer um modelo de representações acerca da hidrovia.

É como se os ribeirinhos e ribeirinhas estivessem confirmando a “permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, pp. 8-9). Tais interações entre as experiências vividas, aprendidas e transmitidas constitui um rico material para compreendermos o “trabalho de enquadramento da memória” em curso na vila Tauiry.

Há, na situação empírica analisada, uma dialética entre o passado, o presente e o futuro, sendo a memória um material de grande relevância para esse movimento. Além disso, fica demonstrado que as experiências anteriores de expropriação, incrustadas na memória, são mediatizadas pelas perspectivas de futuro que os ribeirinhos e as ribeirinhas anteveem. Mais ainda, a tese aponta a riqueza teórica e política – útil para pesquisadores e movimentos sociais – que é refletir sobre os povos que lidam com a sua própria memória, na relação com os acontecimentos em que se acham imersos.

A água do rio vai crescer é uma forma ribeirinha de dizer que algo está para acontecer. O que irá acontecer é associado às consequências das “decisões absurdas” vivenciadas anteriormente por todos/as e que provocou expropriação, proliferação de mosquitos, interferência na base material de recursos.

Atualmente, o que se revela através da frase “nativa” é o fato de que o quadro interpretativo e as ações políticas dos/as agentes sociais concernentes à hidrovia concorrem, de maneira incisiva, para atualizar as memórias da expropriação sofrida anteriormente, assim como estas influenciam substancialmente o curso dos acontecimentos atuais.

Ademais, a frase exprime um processo de luta contra “decisões absurdas” que tenham por objetivo instalar Projetos de Grande Escala no território da comunidade, e que, nesse processo, desenvolvam ações para quebrar a conexão dos/as agentes sociais com a terra, a floresta e o rio.

Referências

ACSELRAD, H. *Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações em Tucuruí*. Rev. Admin. Púb., Rio de Janeiro, 25 (4): 53 – 68, out./dez. 1991.

_____. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: (Org.) ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. SILVA, M. G. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In: (Org.) ACSELRAD, H. In: *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. *Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento – o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí*. Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 158-192.

ALBERT, B. *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. Brasília, 1995. Série Antropologia. Disponível <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1849409/course/section/474081/pub405-2.pdf> Acesso em julho de 2018.

_____. KOPENAWA, D. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Trad: Beatriz Perrone – Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALMEIDA, A. *Hidrovia Tocantins-Araguaia: importância e impactos econômicos, sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos*. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo. 2004.

ALMEIDA, M. B. A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais do objeto da antropologia. In: PEIXOTO, Fernanda Áreas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *Antropologia, histórias, experiências*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, p. 61-81.

ALMEIDA, J. J. *Os riscos naturais e a história: o caso das enchentes em Marabá (PA)*. Tempos históricos. Volume 15 - 2º Semestre – 2011 – p. 205 - 238 Históricos ISSN 1517-4689 (versão impressa) • 1983-1463 (versão eletrônica)

ALMEIDA, A. W. B. *Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo"*. Cad. CRH [online]. 2012, vol.25, n.64, pp.63-72. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100005>.

_____. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V.6, N.1 / MAIO 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>

- ALMEIDA, M. W. B; CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- ARNAUD, E. *Notícias sobre os Gaviões de Oeste – Rio Tocantins, Pará -*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série. Antropologia nº 20. Belém – Pará – Brasil, 1964.
- ARRUTI, J. M. A. *A emergência dos “remanescentes”*: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. In: *Mana* 3(2): 7-38, 1997.
- ASSIS, M. Esaú e Jacó. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1985 [1904], vol. I.
 _____. *São Paulo*: Editora Ática, 1996 [1899].
 _____. *O alienista*. São Paulo: Ática, 2000 [1882].
 _____. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Globo, 1997. (Obras Completas).
 _____. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. – 2 ed. Barueri, SP: Ciranda Cultural, 2017 [1880].
- BARTOLOMÉ, M. A. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. MANA 12 (1): 39-68, 2006.
- BIZERRA, C. M. *Sou Filha de Quebradeira de Coco*. ALMEIDA, A. W (ed.). Rio de Janeiro: Casa 8, 2017.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. (Org.) FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2002. 183-192.
 _____. BOURDIEU, P. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. 11ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.
- BRAZ, A. *Rebanho de Pedras*. Marabá: Grafecort, 1ª Edição, 2003.
- CATULLO, M. R. Antropología y Proyectos de Gran Escala: los estudios sobre represas hidroeléctricas en Brasil. *Anuário Antropológico/1990*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- CARNEIRO, A. J. D. *Castanhais, agricultores e índios: conflitos pelos usos da terra em castanhais do Médio Tocantins (1948 – 1980)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Amazônia - Universidade Federal do Pará. Belém, UFPA, 2009.
 _____. A dinâmica econômica nos castanhais no Médio Tocantins e os povos da floresta (1984 – 1980). *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. IX, nº 1 (2013), pp. 180- 2015.
- CÉSAR, D; MONTEIRO, J. B. *Viagem ao Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas*. 3ª ed – 2013.

CORREIA, I. F. *O papel do discurso na legitimação do Projeto de Hidrovia Araguaia Tocantins: documentos oficiais e as notícias de jornais nacionais e internacionais em questão*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá. Instituto de Linguística, Letras e Artes. Faculdade de Estudos da Linguagem, Curso de Licenciatura Plena em Letras, Habilitação em Língua Inglesa, Marabá, 2017.

COUDREAU, H. *Viagem a Itaboca e ao Itacaiúnas*. Tradução de Eugênio Amado; prefácio Márcio Guimarães Ferrari. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980[1897].

COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins – Araguaia*. 3. A. Lahure, Paris, 1897.

CUNHA, M, C. ALMEIDA, M. W. B. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In: *Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios* (Orgs.) JOÃO P. R. CAPOBIANCO et al., São Paulo, Instituto Socioambiental e Estação Liberdade, 2001, pp. 184-193.

CUNHA, M. C. “Cultura” e Cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CUNHA, J. D. O. *O impacto da Usina hidrelétrica de Tucuruí na vila Santa Teresa do Tauiry: aspectos sociais e econômicos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá-PA, 2017. 68 f.

CURVINA, E. J. S. “*Do alagado, ao menos o chapéu*”: deslocamentos compulsórios provocados pela hidrelétrica de Tucuruí em Jacundá (PA). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2019.

DA MATTA, R.; LARAIA, R. B. *Índios e castanheiros: A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DAOU, A. M. Notas comprometidas sobre a discussão dos efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, antropologia e a atualidade da temática. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS – UFSCAR*, v, 2, n, 2, jul-dez, pp 282-298, 2010.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Editoria Vozes, 3 Ed. 1998.

DIEGUES et al. *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil*. NUPAUB – USP- PROBIO – MMA CNPQ, São Paulo, maio de 1999.

DUTRA, M. S. *A natureza da tv: discursos midiáticos sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta*. NAEA, 2005.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

_____. *Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60*. PAPPER do NAEA 166, pp.1-25, 2002.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Trabalho de campo e tradição empírica. In: *Antropologia social*. São Paulo: Perspectivas do Homem, Edições 70, 1978.

FABIAN, J. *Entrevista: a prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação*. Mana 12 (2): 503 – 520, 2006.

FARGE, A. *Penser et définir l'événement en histoire: Approche des situations et des acteurs sociaux*. Terrain Anthropologie & sciences humaines. 38 | mars 2002.

FLEURY, L. C. *O conflito em torno da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte sob o idioma da coprodução*. 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambú, MG. 2014.

GALVÃO, E. *Vida religiosa do caboclo da Amazônia*. Boletim do Museu Nacional. Antropologia – nº 15 – 29 de abril de 1953.

GOMES, S. B. *A hidrovia do Tocantins: uma nova alternativa para o escoamento da soja*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Curso de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES, Belém, Pará, 2001.

GOMES; J. D. F; CUNHA; C. V. *Efeito do ciclo lunar no desempenho da pesca na bacia Araguaia-Tocantins*, Pará, Brasil. Seminário de Iniciação Científica – PROPIT UNIFESSPA. Setembro de 2018.

GUERRA, G. A. D. *O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense*. Belém: UFPA/ NAEA, 2001.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. 1. Ed. 13 reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUBER, R. La observación participante. In: *La etnografía. Método, campo y reflexividad*. Bogotá, Grupo Editorial Norma, 2001.

HALBAWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. Edições Vértice, São Paulo (SP), Brasil, 1990.

HALL, A. *Amazônia Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C; MURRIETA, R; NEVES, W (orgs.). *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. 81-108.

HÉBETTE, J. *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. (Org.) Hebette, J; Ed. FASE/VOZES/NAEA- UFPA, 1991.

INGOLD, T. *Humanidade e animalidade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 10, n.28 p. 39-53, jun. 1995.

INGOLD, T. *Chega de etnografia!* A educação da atenção como propósito da antropologia. Educação (Porto Alegre), v. 39, n. 3, p. 404 - 411, set. - dez. 2016.

INGOLD, T. *Antropologia versus etnografia*. cadernos de campo, São Paulo, n.26, v.1, 2017.

KUPER, A. Marshall Sahlins: história como cultura. In: *Cultura: a visão dos antropólogos*. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros- Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LANNA, M. *Marshall Sahlins e as “Cosmologias do capitalismo”*. Mana. Rio de Janeiro, 2001a.

LANNA, M. *De Sahlins a Claude Lévi-Strauss: no setor transpacífico do sistema mundial*. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 241 – 259, dezembro de 2001b.

LEVI, G. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 167-182.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: *O pensamento selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP: Papyrus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. Como se faz um etnógrafo. In *Tristes Trópicos*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

LIBERATORI, L. C. J. *A memória política como estratégia de conformação e ação do Movimento de Atingidos pela Barragem de Tucuruí*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV) ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ, 2018.

_____. *A memória em disputa: as lutas dos atingidos pela UHE de Tucuruí*. Diferentes temporalidades de um grande projeto. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, D. M. *A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico*. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

LINDOMAR CASTILHO (1974) Eu canto o que o povo quer ouvir – RCA VICTOR 103 0103.

LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. Pp. 251-290.

MAGALHÃES, S. B. *Tucuruí - uma análise da visão do Estado sobre o campesinato*. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Zoologia, Belém, v. 8, n.1, p. 25-64, 1992.

_____. O desencantamento da beira- reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R. & CASTRO, E. (Orgs) *Energia na Amazônia*. Vol. II. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1996.

MAGALHÃES, S. B. Exemplo de Tucuruí – uma política de relocação em contexto. In: SANTOS, L. A. O; ANDRADE, L. M. M. (Orgs.) *As hidrelétricas do Xingú e os Povos indígenas*. Comissão Pró – Índio de São Paulo. 1988.

_____. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: (Org.) HÉBETTE, J; MAGALHÃES, S. B; MANESCHY, M. C; *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém. EDUFPA, 2002.

MAGALHÃES, S. B. *Lamento e dor*. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctore Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém: UFPA, 2007.

_____. *Análise sociológica de uma 'decisão absurda': a UHE Belo Monte*. Apresentado na mesa redonda 3 – As barragens de Belo Monte: processo decisório, licenciamento e conflitos, III Encontro Latinoamericano de Barragens, Belém, 30 de novembro a 03 de dezembro de 2010.

_____. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC: [livro eletrônico] / Sônia Barbosa Magalhães, Manuela Carneiro da Cunha (Orgs.)*. – São Paulo: SBPC, 2017.

MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In: (Org.) DURHAM, E. R. *Malinowski*. São Paulo, Ed. Ática, 1986.

MARTINS. J. S. A chegada do estranho. In: (Org.) Hebette, J; *O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Ed. FASE/VOZES/NAEA- UFPA, 1991.

_____. *A chegada do estranho*. Editora HUCITEC. São Paulo, 1993.

MARTINS COSTA, A. L. Barragem de Sobradinho: o desencontro cultural entre camponeses e técnicos do estado. In: *Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate*. CEDI, Rio de Janeiro, 1990.

_____. *Uma retirada insólita: rio São Francisco: barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

MAUÉS, H. R. *Um aspecto da diversidade do caboclo amazônico: a religião*. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

MAUSS, M. Ensaio sobre a Dádiva - Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEIRELLES, S. B. *O corredor de exportação Tocantins – Araguaia*. Monografia de especialização. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/Curso de formação de especialistas em áreas amazônicas XIII FIPAM. Belém, Pará, abril de 1998.

MERCÊS, J. A. S. *Memórias da promessa e do fim do mundo: experiência vivida do deslocamento compulsório em Tucuruí*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia/PPGSA/ Universidade Federal do Pará. 2018. 126f.

MONTEIRO, J. B. *História de Itupiranga e de sua gente*. Itupiranga (Pará): Gráfica Ufpa, 2007.

MOURA, I. B. *De Belém a S. João do Araguaia; Valle do Rio Tocantins*, H. Garnier Livreiro-Editor, Rio e Paris, 1910.

NEVES, P. D. *Em tempo de fronteira: 40 anos de leitua*. Humanitas: diálogos com Otávio Velho. V. 23,1/2, 2007.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, R. “Agora nós é que decidimos”: o direito à consulta e consentimento prévio. In: (Orgs.) BELTRÃO, J. F; LACERDA, P. *Amazônia em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

ORELLANA, J. A. S. *As promessas alagadas do desenvolvimento: a velha Jacundá e o projeto hidrelétrico Tucuruí*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, junho de 2019.

ORTNER, S. Uma atualização da teoria da prática. In: *Conferências e diálogos: saberes e práticas*. (Org.) Miriam Grossi, Cornélia Eckert e Peter Fry. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006. Nova Letra, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. *Uma etnologia dos “índios misturados”?* Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PAES, J. Lima. *Escoamento do minério dos Carajás: hidrovias Itacaiúnas - Tocantins*. Belém, PA: Falangola, 1975.

PEIRANO, M. *Onde está a antropologia?* In: MANA 3(2):67-102, 1997.

PEIRANO, M. *Etnografia, ou teoria vivida*. Revista Ponto Urbe, ano 1, n2. Universidade de São Paulo. 2008.

_____. *Etnografia não é método*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42. P.377, jul./dez. 2014.

PEREIRA, A. R. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PICOLI, F. *O capital e a devastação da Amazônia*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. *Memória e identidade social*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, M. *A gestão do indizível*. Webmosaica: revista do instituto cultural judaico Marc Chagal. V. 2 (jan – jun) 2010.

REIS, F. R. S; CUNHA, C. V. Mapeamento participativo de territórios de pesca: o rio Tocantins para além do uso como via de transporte. In: *I simpósio de produção científica: espaço de integração acadêmica e científica*. Apresentação oral e pôster. 09 e 10 de fevereiro de 2017.

RIBEIRO, G. L. *¿Cuánto más grande mejor?* Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. Desarrollo Económico, Vol. 27, No. 105 (Apr. - Jun., 1987), pp. 3-27.

SAÉZ, O. C. *O que os santos podem fazer pela antropologia?* Religião e Sociedade. Rio de Janeiro, 29(2): 198-219, 2009.

SAHLINS, M. A Primeira sociedade da afluência. In: (Org.) CARVALHO, E. A *Antropologia econômica*. Liv. Edit. Ciências Humanas, SP, 1978, pp. 7-44.

_____. *Ilhas de História*. Tradução de Barbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. *O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I)*. MANA 3(1): 41 - 73, 1997.

_____. *O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II)*. MANA 3(1): 103 - 150, 1997

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Tradução Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAHLINS, M. *Cultura na prática*. Tradução Vera Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

_____. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich*. Tradução e apresentação, Fraya Frehse. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2008.

SCOTT, J. C. *Formas cotidianas de resistência camponesa*. Raizes, Campina Grande, vol. 21, n° 0, p. 10-31, jan/jun. 2002.

SIGAUD, L. *Efeitos sociais de Grandes Projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação n° 9. MUSEU NACIONAL – UFRJ, 1986.

SIGAUD, L. Implicações sociais da política do setor elétrico. In: (org.) O. SANTOS, L. A; ANDRADE, LÚCIA, M. M. *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. Comissão Pró – Índio de São Paulo, 1988.

_____. Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: MAGALHAES, S. B; BRITTO, R. & CASTRO, E. (Org.) *Energia na Amazônia. Vol. II*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1996.

SILVA, C. B. *Entre o recurso e a vida: territorialidades em disputa na dinâmica de construção da Usina Hidrelétrica de Marabá*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará/Campus de Marabá. Marabá-PA, 2012.

_____. *A comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá traduzindo uma situação social de conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo (território ribeirinho do sudeste paraense)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. 2014.

_____; FILHO, A. S. S. Representações da ameaça: povos e comunidades tradicionais no eixo da UHE de Marabá. In: (Org.) NOVAES, J.S; MARIN, R. E. *A Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*. UEA Edições, 2015.

_____. *A construção social do conflito: reflexões a partir da vila Espírito Santo – território ribeirinho do sudeste paraense*. Revista Confronteiras. Ano 1, n° 1, abril de 2017.

_____. CRUZ, T. M. *Colonialidade e resignação: a tentativa de legitimação social do projeto de construção da barragem de Marabá*. II Seminário Internacional: políticas e conflitos contemporâneos. 2017.

SILVA, M. G. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In: (Org.) ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

SILVA, L. A. L; GONÇALVES, B. B; FILHO, C. F. M. S. Dos direitos dos ribeirinhos atingidos por barragens. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC: [livro eletrônico] / Sônia Barbosa Magalhães, Manuela Carneiro da Cunha (Orgs.)*. – São Paulo: SBPC, 2017.

TAUSSIG, M. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. Tradução Priscila Santos da Costa. – São Paulo: Ed. UNESP, 2010 [1980].

TOLEDO, V. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. Instituto de Ecologia, UNAM, México. Trad. Prof. Antônio Diegues. In: Levine *et al.*, (eds) *Encyclopedia of Biodiversity*. Academic Press (2001).

TUAN, YI – FU. *Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência*. Tradução de Livia Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TURNER, T. *Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó*. Cadernos de Campo. Nº 1 – 1991.

_____. *Uma antropologia engajada: entrevista com Terence Turner*. Cadernos de Campo 9(2): 139 – 157, 2008.

VEIGA, J. *Repartimento, sua história e os impactos ambientais, sociais e ecológicos da Barragem de Tucuruí*. Rio de Janeiro: ponto press, 2014.

VELHO, Otávio. 1995. *Besta-Fera: Recriação do Mundo*. Ensaios de Crítica Antropológica. Rio de Janeiro: Relume- Dumará.

_____. *Anuário Antropológico/90*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993

_____. *Marabá, régua e compasso*. Humanitas: diálogos com Otávio Velho. V. 23,1/2, 2007.

_____. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisa. Rio de Janeiro/RJ. 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *O campo na selva visto da praia*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5. 10, 1992, p. 170 – 190.

_____. Prefácio – O recado da mata – Eduardo Viveiros de Castro. In: *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Trad: Beatriz Perrone – Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Trad. Clotilde da Silva Costa. 2ª ed. São Paulo, Ed. Nacional. Brasília, INL, 1977.

WEITZMAN, R. Organizações de antigidos pela UHE – Tucuruí: regimes de verdade e constituição de ações coletivas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)* ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ, 2018.

WOLF, Eric R. *A Europa e os povos sem história*. trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

Documentos consultados

Análise da proposta de preço. DNIT. Disponível em <http://www1.dnit.gov.br/anexo/Ata/Ata_edital0449_15-00_0.pdf > Acesso em outubro de 2018.

Ata da reunião da décima quarta sessão ordinária da Câmara Municipal de Itupiranga. Disponível em https://www.google.com/search?q=posto+de+sa%C3%BAde+da+vila+Tauri&rlz=1C1NDCM_ptBRBR813BR813&oq=posto+de+sa%C3%BAde+da+vila+Tauri&aqs=chrome.69i57.7383j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8 Acesso em dezembro de 2018.

Ata da 1ª reunião ordinária do conselho da APA lago de Tucuruí, dia 17 de fevereiro de 2017. Disponível em <<http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/ATA-REUNI%C3%83O-APA-LAGO-DE-TUCURU%C3%8D-17-DE-FEVEREIRO-DE-2017.pdf>> Acesso em outubro de 2018.

Ata da 2ª reunião ordinária do conselho da APA lago de Tucuruí, dia 09 de junho de 2017. Disponível em <http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/ATA-DE-REUNIAO-APA-LAGO-DE-TUCURU%C3%8D_-09-DE-JUNHO-2017_APA-LAGO-DE-TUCURU%C3%8D.pdf > Acesso em outubro de 2018.

Ata de reunião. Associação da comunidade ribeirinha extrativista da vila Tauriry. 14 de junho de 2018.

Ata de reunião. Associação da comunidade ribeirinha extrativista da vila Tauriry. 19 de janeiro de 2019.

Audiência Pública Comissão de Viação Transportes Câmara dos Deputados (2013). Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/images/Materiais_Cursos_Palestras/PDF_docs/Audiencia_publica_Camara_Dez2013.pdf> Acesso em outubro de 2018.

Carta à população sobre a implantação da Hidrovia Rio Tocantins -Araguaia. Disponível em: CNBB – NORTE 2 <<http://cnbbn2.com.br/carta-a-populacao-sobre-a-implantacao-da-hidrovia-rio-tocantins-araguaia/>> Acesso em 03 de julho de 2019.

Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - BRASÍLIA: OIT, 2011.

CUNHA, C. V. *Relatório do I Seminário Sobre os Impactos da Hidrovia Araguaia – Tocantins sobre a pesca na região: o rio Tocantins para além do uso como via de transporte*. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/Faculdade de Educação Ambiental/Núcleo de Educação Ambiental. Itupiranga – PA, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiane_Cunha3/publication/331559985_Relatorio_do_I_Seminario_sobre_os_impactos_da_Hidrovia_AraguaiaTocantins_sobre_a_pesca_na_regiao_o_rio_tocantins_para_alem_do_uso_como_via_de_transporte/links/5c8061f1299bf1268d4054e7/Relatorio-do-I-Seminario-sobre-os-impactos-da-Hidrovia-Araguaia-Tocantins-sobre-a-pesca-na-regiao-o-rio-tocantins-para-alem-do-uso-como-via-de-transporte.pdf. Acesso em dezembro de 2018.

DNIT. *Ata Audiência Pública Hidrovia Itupiranga*. 31 de março de 2010 (documento impresso).

Denúncias e reivindicações da população de Repartimento, Breu Branco e Adjacências; dos vazanteiros de Itupiranga, Tauiri e moradores das localidades Rainha e Maratuba direita, atingidas pelo projeto do reservatório da usina hidrelétrica de Tucuruí, de 21 de junho de 1982. Disponível em: <https://memoriasocialtucurui.org/>. Acesso em dezembro de 2018.

Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). Anteprojeto de derrocagem – hidrovia do Tocantins. Agosto de 2015. Disponível em <http://www1.dnit.gov.br/anexo/Anexo/Anexo_edital0048_16-00_0.pdf> Acesso em setembro de 2018.

Despacho decisório de homologação e adjudicação de licitação. Referência: processo nº 50600.044593/2014-39. Acesso em setembro de 2018. Disponível em <http://www1.dnit.gov.br/anexo/outros/Homologa%C3%A7%C3%A3o_edital0449_15-00_0.pdf. > Acesso em outubro de 2018.

Documentos dos Vazanteiros de Itupiranga. 02 de novembro de 1981. Disponível em: <https://memoriasocialtucurui.org/>. Acesso em dezembro de 2018.

Documento de denúncia e reivindicações da população de Repartimento e Adjacências, atingida pelo projeto do reservatório da UHE de Tucuruí. 12 dezembro de 1981. Disponível em: <https://memoriasocialtucurui.org/>. Acesso em dezembro de 2018.

EIA. Estudo de impacto ambiental obras de dragagem e derrocamento da Via Navegável do rio Tocantins. Volume I. DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura) /Consórcio DTA/O’MARTIN. Outubro de 2018.

Histórico no processo de licenciamento ambiental no rio Araguaia-Tocantins (atual processo nº02001.000809/2013-870) (anexo). Disponível em <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empresendimentos.php> Acesso em outubro de 2018.

IBAMA. Termo de Referência para elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental: Dragagem de Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins. Brasília, junho de 2016.

Instituto Ukatana, Instituto de Pesquisa e Formação dos Povos Tradicionais do Pará, Maranhão e Tocantins. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=oHScCd5HkJA>. Acesso em 12 de agosto de 2018.

Jornal O GLOBO. 18/11/82. Disponível em: <https://memoriasocialtucurui.org/>. Acesso em dezembro de 2018.

LEI ESTADUAL Nº 6.451, de 8 de abril de 2002.

Ofício nº 007/2018. Comunidade ribeirinha extrativista da vila Tauiry – PA, 08 de novembro de 2018.

Ofício nº 009/2018. Comunidade ribeirinha extrativista da vila Tauiry – PA, 08 de novembro de 2018.

Ofício nº 42. Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista vila Tauiry (ACREVITA); Associação da Comunidade Ribeirinha Extrativista Santo Antonino (CRESA); Associação das Famílias Ribeirinhas Extrativistas no Distrito de Cajazeiras (AFREDCA); Comunidade Ribeirinha Extrativista Praia Alta (CREPA); Comunidade Ribeirinha Extrativista Volta Redonda (CREVORE); Comunidade Ribeirinha Extrativista Vila Belém (CREVIBE). 29 de março de 2019. Disponível em: https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=88287&infra_hash=b2a0fe59aedd92ef7812c89e6b246fa2. Acesso em 23 de julho de 2019.

OFÍCIO N" 36039/20 19/CEPAMJCGMABIDPP/DNIT SEDE. Disponível em: https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=88287&infra_hash=b2a0fe59aedd92ef7812c89e6b246fa2. Acesso em 23 de julho de 2019.
Parecer Técnico 39. Disponível em: https://sei.ibama.gov.br/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=88287&infra_hash=b2a0fe59aedd92ef7812c89e6b246fa2. Acesso em 23 de julho de 2019.

QUEMO SOMOS. Disponível em <<https://www.miqcb.org/quem-somos>> acesso em janeiro de 2019.

Resistência nos babaçuais – VIII encontro das mulheres quebradeiras de coco babaçu, em São Domingos Araguaia Pará. Disponível em <<http://novacartografiasocial.com.br/resistencia-nos-babacuaisviii-encontro-das-mulheres-quebradeiras-de-coco-babacu-em-sao-domingos-araguaia-para/>> acesso em 10 de fevereiro de 2019.

Relatório dos expropriados. Comissão Mista RD – 0122/96, de 03.05.96 e seus trabalhos. Disponível no site “Memória Social dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí” □ <https://memoriasocialtucuruui.org/> □. Acesso em dezembro de 2018.

Relatório de vistoria realizada no período de 25 a 28 de outubro ao Pedral do Lourenço – Hidrovia do Tocantins, processo nº 02001.000809/2013-80” que “o canteiro de obras para o derrocamento do pedral está sendo projetado na área de um campo de futebol localizado próximo ao RN2. Disponível em <https://servicos.ibama.gov.br/licenciamento/consulta_empreendimentos.php> Acesso em outubro de 2018.

Repam: <https://redamazonica.org/pt-br/>: Acesso em 20 de junho de 2019.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental Obras de Dragagem e Derrocamento da Via Navegável do Rio Tocantins. DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura) /Consórcio DTA/O’MARTIN. Outubro de 2018.